



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

André Rocha Carneiro

**Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa no século XIX**

Rio de Janeiro

2013

André Rocha Carneiro

**Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa no século XIX**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Maria dos Santos

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

C289 Carneiro, André Rocha  
Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa no século XIX / André Rocha Carneiro. – 2013.  
212 f.

Orientadora: Edna Maria dos Santos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia.

1. Barra Mansa (RJ) – História – Século XIX - Teses. 2. Escravidão - Brasil – Teses. I. Santos, Edna Maria. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981.815

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

André Rocha Carneiro

**Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa no século XIX**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 27 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Maria dos Santos (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Tereza Toríbio B. Lemos  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Geralda de Miranda  
Centro Universitário Augusto Motta

---

Prof. Dr. Oswaldo Munteal  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2013

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Affonso Carneiro (in memorian) e Ana Rocha Carneiro.

À Lúcia, com todo a amor que houver nessa vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Edna Maria dos Santos que muito me ajudou na orientação deste trabalho.

Às professoras Maria Tereza Toríbio B. Lemos e Maria Geralda de Miranda pelas sugestões valiosas durante a qualificação.

Ao professor Oswaldo Munteal pelo aprendizado em história política em suas aulas.

À professora Márcia de Almeida Gonçalves pelas sugestões de leitura.

À minha esposa Lúcia Maria de Assis por toda sua paciência, suas revisões, seu apoio e seu carinho, sem os quais eu não teria conseguido realizar este trabalho.

## RESUMO

CARNEIRO, André Rocha. *Ouro negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa no século XIX*. 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O café foi o produto fundamental para dar maior estabilidade econômica ao Império brasileiro, favorecendo também a estabilidade política. A concentração de sua produção no Vale do Paraíba Fluminense, no século XIX, foi fator importante para formar nesta região uma classe social, a classe senhorial, que serviu de base de sustentação política à formação do estado imperial brasileiro. Também foi fator determinante para o incremento da utilização da mão-de-obra escrava em um momento que esta já se encontrava em crise, juntamente com a crise do colonialismo, que levou ao processo de independência do Brasil. Este trabalho procura demonstrar como a produção do café e a utilização do trabalho escravo foram fundamentais para a formação da classe senhorial na primeira metade do século XIX, no Vale do Paraíba Fluminense, em especial em um de seus municípios, Barra Mansa, classe esta que serviu de suporte político e social para o Segundo Reinado. Também veremos como as relações dialéticas entre a classe senhorial e seus escravos foram determinantes para o processo de emancipação escrava que permeou todo o período imperial.

Palavras-chave: Classe senhorial. Café. Escravos. Vale do Paraíba Fluminense. Barra Mansa. Império.

## ABSTRACT

CARNEIRO, A. R. *Black gold: coffee and slaves in the formation of the senhorial class in a city of Vale do Paraíba Fluminense - Barra Mansa in the XIX century*. 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The coffee was the key product to provide greater economic stability to the Brazilian Empire, also favoring political stability. The concentration of production in the Vale do Paraíba Fluminense, in the nineteenth century, was an important factor in this region to form a social class, the senhorial class, which formed the basis of political support to the formation of the Brazilian imperial state. It was also a determining factor for the increased use of slave labor in a moment that this was already in crisis, together with the crisis of colonialism, which led to the independence process in Brazil. This paper demonstrates how coffee production and the use of slave labor were instrumental in the formation of the planter class in the first half of the nineteenth century, in the Vale do Paraíba Fluminense, especially in one of its municipalities Barra Mansa, this class who served political and social support for the Second Empire. We will also see how the dialectical relations between the senhorial class and their slaves were crucial to the process of slave emancipation that permeated throughout the imperial period.

Keywords: Senhorial class. Coffe. Slaves. Vale do Paraíba Fluminense. Barra Mansa. Empire.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
1	<b>A OCUPAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A FUNDAÇÃO DE BARRA MANSA</b> .....	40
1.1	<b>Puris: Os Primeiros Habitantes</b> .....	40
1.2	<b>A Colonização</b> .....	44
1.2.1	<u>As Primeiras Incurções na Região do Vale Fluminense</u> .....	44
1.2.2	<u>As Estradas</u> .....	45
1.2.3	<u>O Povoamento</u> .....	47
1.2.4	<u>A Fundação de Barra Mansa</u> .....	54
1.2.5	<u>Barra Mansa – a vila e a produção</u> .....	57
1.2.5.1	A Vila .....	57
1.2.5.2	O Casario .....	65
1.2.5.3	Os Escravizados.....	75
1.2.5.4	As Terras.....	88
1.2.5.5	O Cafezal.....	94
2	<b>A FORMAÇÃO DA CLASSE SENHORIAL – CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS</b> .....	102
2.1	<b>A Classe Senhorial Escravista Brasileira</b> .....	102
2.1.2	<u>Uma Sociedade Pré-Industrial Hierarquizada</u> .....	102
2.2	<b>A Classe Senhorial Escravista do Vale do Paraíba Fluminense</b> .....	106
2.2.1	<u>A Formação da Classe Senhorial Cafeeira</u> .....	107
2.2.2	<u>A Classe Senhorial e a Sociedade de Barra Mansa</u> .....	110
2.3	<b>A Política Senhorial</b> .....	118
2.4	<b>Definições: Luzias e Saquaremas</b> .....	122
2.4.1	<u>O Liberalismo</u> .....	122
2.4.2	<u>O Conservadorismo</u> .....	124
2.4.3	<u>Liberalismo e Conservadorismo no Brasil do Século XIX</u> .....	125
2.4.4	<u>Às Vésperas do (Nosso) Leviathan</u> .....	128
2.4.5	<u>Rumo a 1842</u> .....	132
2.4.6	<u>O Vale do Paraíba Fluminense na Revolta Liberal de 1842</u> .....	135

2.4.6.1	Barra Mansa e o Vale do Paraíba Fluminense Durante a Revolta Liberal de 1842	138
2.4.6.2	O Envolvimento de Barra Mansa no Conflito	147
3	<b>AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A CLASSE SENHORIAL E SEUS ESCRAVOS.</b>	152
3.1	<b>A Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense</b>	154
3.2	<b>O Tráfico de Escravos</b>	156
3.2.1	<u>O Caso Bracuhy</u>	158
3.2.2	<u>O Tráfico e o Vale</u>	159
3.3	<b>O Trabalho Escravo</b>	162
3.4	<b>A Revolta de Manuel Congo</b>	166
3.5	<b>Classe Senhorial e a Política de Domínio</b>	170
3.5.1	<u>Legislação</u>	171
3.5.2	<u>Os Manuais Administrativos</u>	173
3.5.3	<u>Um Instrumento Regulador: a Alforria</u>	180
3.5.4	<u>O Paradigma Ideológico Colonial</u>	182
3.6	<b>Os escravizados e a busca por espaços de autonomia e liberdade</b>	183
3.6.1	<u>Estratégias de Resistência e Luta</u>	184
3.6.2	<u>Diferenças e identidades étnico-culturais</u>	186
3.6.3	<u>A Rede de Sociabilidade Escrava</u>	191
3.6.3.1	A Família como base da Rede de Solidariedade Escrava	194
3.6.4	<u>Os Escravizados em Barra Mansa</u>	196
4	<b>CONCLUSÃO</b>	199
	<b>REFERÊNCIAS</b>	207

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho tivemos a oportunidade de investigar a formação da classe política dominante durante o período imperial, ou seja, a classe senhorial, tomando como momento de estudo, mais precisamente, as primeiras décadas após o nascimento do Brasil independente. Veremos como esta classe dominante se conformou através da ocupação e produção do café no Vale do Paraíba Fluminense, a aproximação destes fazendeiros com os políticos da Corte, os conflitos iniciais entre seus membros sobre a forma que o Estado brasileiro deveria possuir, e sua posterior aproximação com a política de conciliação para promover uma política de dominação sobre o restante da população, principalmente a classe escrava. Vimos também que, entretanto, essa classe escrava não permaneceu inerte; ao contrário, tentou conquistar, por meio de suas lutas e resistências, maiores espaços de autonomia e liberdade.

### O Contexto Espaço - Temporal

A região focalizada neste trabalho foi o Vale do Paraíba Fluminense, mais precisamente sua porção atualmente conhecida como Médio Paraíba. Essa região foi escolhida devido ao fato de o Vale do Paraíba Fluminense, especialmente a região correspondente aos municípios de Resende, São João Marcos, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Piraí e Paraíba do Sul, ter sido o grande centro produtor de café do Império, chegando a produzir, por volta de 1865,  $\frac{3}{4}$  de todo o café que se exportava<sup>1</sup>. Essa produção se estendeu para as regiões contíguas das províncias de Minas e São Paulo que, segundo Ilmar de Mattos, constituiu-se em um “único bloco” de hegemonia cafeicultora<sup>2</sup>. Essa região foi, por décadas, a mais rica do Brasil devido à produção do café. Teve papel destacado como um dos suportes econômicos e políticos durante a Regência e o Segundo Reinado, ajudando a construção do Estado Imperial brasileiro. Entretanto, a partir da década de 1870, começou a entrar em decadência com o esgotamento dos solos, a abolição da escravidão e a maior

---

<sup>1</sup> MATTOS, I. R. de. *O tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, p. 73.

<sup>2</sup> Idem ibidem, p. 78.

pujança da cafeicultura da região paulista. Algumas cidades, como Vassouras, Valença e Pirai, tornaram-se, durante muito tempo, semelhantes às “*ciudades mortas*”, como assinalado por Monteiro Lobato a respeito das cidades que passaram pelo mesmo tipo de experiência no Vale do Paraíba Paulista. Hoje, tais cidades tentam se restabelecer buscando novos caminhos, entre eles o turismo histórico, com a promoção de diversos festivais culturais e o oferecimento de serviços de visita às antigas fazendas de café. Outras cidades, como Barra Mansa, Resende e Volta Redonda, deram continuidade ao seu desenvolvimento econômico, explorando o setor industrial. Porém, essas cidades pouco celebram o seu período histórico referente ao Império.

A colonização do Vale do Rio Paraíba do Sul, rio que nasce no Estado de São Paulo e percorre seu caminho pelo Estado do Rio de Janeiro, desaguando na cidade de Campos, teve início com as incursões feitas pelos bandeirantes que rumavam para o interior em busca de indígenas para serem escravizados e do tão ambicionado ouro. Entretanto, a região do vale fluminense formou-se mais tarde, com a fixação de sesmarias e roças ao longo das estradas tanto para atender ao abastecimento de viajantes e tropeiros que rumavam para a região das Minas Gerais, com vistas a distribuir produtos provenientes do Rio de Janeiro, quanto também para comprar produtos do Sul de Minas para vender no mercado carioca. Essa colonização ganhou força com a vinda da corte portuguesa, que demanda por mais produtos para o abastecimento da Corte, como também com a instalação da cafeicultura na região.

Como o Vale do Paraíba encontra-se justamente no entroncamento, entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a região desenvolveu-se e adquiriu grande importância. Para confirmar essa afirmação, basta nos reportar a um ditado existente durante o Segundo Reinado que dizia: “O Brasil é o Vale” e o “Vale é o Café”, o qual demonstrava a importância econômica e política da região do Vale do Paraíba naquele período.

Sabendo-se dessa importância, neste trabalho pretendemos analisar a formação social, econômica e política do Vale do Paraíba, destacando a classe senhorial cafeicultora, devido sua importância para a construção do Estado imperial, durante a primeira metade do século XIX, particularmente em uma de suas cidades: Barra Mansa. Essa cidade foi escolhida, devido ao escasso estudo semelhante sobre os tema e período aqui destacados. Sendo assim, a realização de um trabalho como este se justifica pela possibilidade de oferecer informações complementares às que já existem sobre essa região.

O período escolhido deve-se às três primeiras décadas de vida independente de Barra Mansa, que compreendem justamente o momento crítico do início da construção do Estado imperial que ocorreu a partir da disputa entre as frações da classe senhorial pelo controle deste

Estado e suas definições que marcarão os rumos da política durante todo o Império. Além disso, também é o período que marca a ascensão da produção do café na região, produto mais importante de sustentação da economia imperial e que se tornará fundamental também para a política da época analisada. Por fim, esse período marca ainda o incremento do escravismo no país e sua contribuição para a formação da classe senhorial, como também para a definição das futuras políticas escravistas que marcarão profundamente os destinos do Império no Brasil.

A formação da classe senhorial brasileira, dominante no período da monarquia, deu-se conjuntamente com a formação do Estado imperial. Este, por sua vez, foi construído a partir de nossa independência, o que se deu em meio à crise do sistema colonial, como também ocorrera em outros países da América. As novas formas de acumulação do capital, agora assentadas na produção industrial, levaram ao desenvolvimento dos meios de produção e transporte, à expansão do mercado internacional, ao crescimento da população e à crescente divisão do trabalho, desestabilizando o controle rígido do sistema colonial tradicional. A difusão das ideias liberais e nacionalistas levou aos movimentos de independência nas antigas colônias americanas.

A crise do colonialismo deu-se a partir da Revolução Industrial, o que determinou uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, relegando aos países latino-americanos a posição de exportação de produtos primários e importação de manufaturados. Essa situação perpetuou no Brasil o sistema de *plantation* e o escravismo, proporcionados pelo surto cafeeiro na região do Vale do Paraíba Fluminense, que trouxe o recrudescimento da escravidão e da produção monocultora de exportação. Porém, agora o próprio escravismo também se encontrava em crise devido às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. Além disso, as decisões políticas passaram a ter, essencialmente, um caráter interno, sendo a classe senhorial e sua direção saquarema os setores privilegiados no governo do país, o que dará a tônica deste trabalho, ou seja, o problema da formação dessa classe social. Esta foi a nova correlação de forças externas e internas ao país que influenciou os rumos dos acontecimentos no período analisado por este estudo e o comportamento da classe dominante, ou seja, a classe senhorial, em relação às respostas que precisavam dar às questões de seu tempo.

O palco privilegiado desses acontecimentos foi o sudeste brasileiro, particularmente as províncias que lideraram o processo de independência, devido à liderança econômica e política que exercerão sobre a nova nação, ou seja, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Nesta região, uma sub-região nos interessará, a do Vale do Paraíba Fluminense, devido ao fato de ter se tornado o coração do império, pois concentrara a produção econômica que sustentou a economia do império brasileiro, a do café<sup>3</sup>. Foi o poder do café que destacou esta sub-região e seus senhores de homens e terras, os famosos barões do café, que tanta importância tiveram neste momento da história política brasileira<sup>4</sup>.

Entretanto, essa classe senhorial não pode ser entendida sem sua contraparte social, a classe dos escravos, com a qual viveu em permanente tensão social. O empreendimento do comércio negreiro foi fundamental para o Brasil até 1850. A demanda dos escravocratas por escravos privilegiava o sexo masculino, para fins do trabalho árduo nas fazendas, o que lhes dificultava a reprodução. Ao mesmo tempo, intensificava-se a jornada de trabalho do cativo, que era explorado ao limite, para logo ser substituído. A relação dialética entre essas duas classes sociais determinará o comportamento social e político de ambas as classes e as estratégias políticas que usaram. A primeira utilizará estratégias do domínio, sempre em transformação, com o propósito de manter o controle sobre os escravizados. A segunda utilizará táticas em busca de autonomia e liberdade, como forma de resistir e sobreviver às suas duras condições de vida escrava. Essas táticas foram variadas e passavam pela criação de laços de parentesco, pela busca de relações de sociabilidades, por invenção de práticas religiosas, pela conquista da alforria e até por fugas, formação de quilombos e mesmo assassinatos, o que podemos chamar de micropolítica das comunidades escravas.

As principais obras com as quais este trabalho dialoga são as seguintes. Sobre a formação propriamente dita da classe senhorial seriam *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Roloff de Mattos, obra clássica sobre formação da classe senhorial no Brasil e a direção saquarema; *As Tropas da Moderação*, de Alcir Lenharo, que estuda a formação da classe senhorial no período a partir do abastecimento de produtos alimentícios do Rio de Janeiro, o que ajuda também a compreender a formação da região analisada; *E o Vale era o Escravo*, de Ricardo Salles, que analisa as relações entre a demografia escrava e os rumos políticos do Império já na segunda metade do século XIX.

---

<sup>3</sup> Houve mesmo um vertiginoso crescimento da produção de café na província fluminense, onde as exportações passaram de 160 arrobas, em 1792, para mais de 3 milhões de arrobas, em 1835. Cf. FLORENTINO, M. e GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997, p. 46.

<sup>4</sup> Cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café ficariam com cerca de 1/3 dos quase mil títulos concedidos pelos dois imperadores. Cf. SILVA, E. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 35.

Como as fontes principais deste trabalho são os inventários *post-mortem*, este estudo tomou como base de análise as formações demográficas e das riquezas que são descritas naquelas fontes. Essas fontes nos serviram para observar o desenvolvimento social e econômico da região em foco e relacioná-lo com os aspectos políticos do período demarcado para este estudo. Neste sentido, nos serviram como orientação para a pesquisa ora feita a obra *A paz das senzalas* de Manolo Florentino e José Roberto Goes, que estudaram, também através de inventários *post-mortem*, a relação entre a formação demográfica da população escrava e a constituição de famílias escravas como forma de manutenção da harmonia nos plantéis de escravos na região do Vale do Paraíba; como também *E o Vale era o escravo*, de Ricardo Salles. Entretanto, este estudo não se restringe apenas sobre a demografia escrava, como no caso desta obra de Salles, mas também analisa a demografia das demais classes sociais, mais notadamente da classe senhorial.

Todavia, o tema abordado neste trabalho, ou seja, a formação da classe senhorial, necessita que sejam feitas considerações teóricas e metodológicas, sobre as quais pretendemos nos debruçar.

## **Quadro Teórico**

Os procedimentos teóricos referem-se ao conceito de classe social, mais precisamente a classe senhorial dos cafeicultores escravocratas do Vale do Paraíba Fluminense. Para a conceituação de classe social e de classe senhorial foram utilizados os seguintes autores: Edward Palmer Thompson e Ilmar Rohloff de Mattos.

## **O Conceito de Classe Social**

Segundo a concepção marxista, a classe social se define pela posição que ocupa em um modo de produção<sup>5</sup>. A classe social dominante é aquela que detém a propriedade dos

---

<sup>5</sup> [...] as classes distinguem-se, em última análise, pela propriedade ou não propriedade dos meios de produção capitalistas [...]. Cf. MOUSNIER, R. *As Hierarquias Sociais. De 1450 aos nossos dias*. Europa-América, 1974. A divisão da sociedade em classes deve ser definida, no espírito do marxismo, pelo lugar que elas ocupam no

meios de produção e se apropria do excedente produzido, ao passo que a classe social dominada é aquela que não detém a propriedade desses meios e, portanto, tem sua vontade direcionada por aquela.

As classes não existem isoladas; existem, pelo contrário, dentro de um *sistema de classes*, em relação umas com as outras. As relações fundamentais entre elas são as relações de oposição decorrentes de diferentes posições frente aos meios de produção. Daí falarmos de *classes dominantes* e *classes dominadas* [...] Dialeticamente as classes são, ao mesmo tempo, *complementares, opostas e antagônicas*<sup>6</sup>.

As classes sociais são os agrupamentos fundamentais que estruturam uma sociedade historicamente determinada, podendo possuir ou não consciência de seus interesses específicos. No caso da sociedade brasileira analisada neste trabalho, as duas classes fundamentais seriam a dos senhores, classe dominante, e a dos escravos, classe dominada<sup>7</sup>.

A partir desta polarização, podemos dizer que apenas as classes dominantes aparecem como classe para si, plenamente constituída. Os escravos – embrutecidos pelas relações sociais que os reduzem à condição de simples instrumentos de produção – não conseguem formular um projeto próprio de transformação social. Por isso, as “revoluções” se dão unicamente no âmbito da classe dominante<sup>8</sup>.

## **O Conceito de Classe Social em E. P. Thompson e o de Classe Senhorial em Ilmar Rohloff de Mattos**

Para começarmos nossa análise sobre a formação da classe senhorial escravista de Barra Mansa, primeiro consideraremos a concepção de classe social que aqui será tratada. Partiremos do conceito de classe social com base na obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson, que assim se encontra:

---

processo de produção. Cf. A Consciência de Classe, de Gyorgy Lukács, in VELHO, O. G. et alli (org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

<sup>6</sup> SILVA, E. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp. 36 e 37.

<sup>7</sup> Lukács, em estudo sobre a consciência de classe no marxismo, também afirma que nas sociedades modernas haveria duas classes fundamentais. A burguesia e o proletariado seriam as únicas classes puras da sociedade. Isto porque seria nas suas condições de existência que se daria a evolução do processo moderno de produção. As demais classes não teriam sua existência fundada, exclusivamente, na sua situação no processo de produção capitalista, buscando retardar sua evolução para que não pereçam. Cf. VELHO, O. G. et alli (org.), op. cit., p. 31.

<sup>8</sup> SILVA, E., op. cit., p. 38.



Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência... Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas<sup>9</sup>.

Por sua definição, temos que uma classe social não se trata de um grupo social que possa ser analisado de forma isolada. Esta surge em um duplo condicionante: o contexto histórico e, ao mesmo tempo, as relações sociais, que, por sua vez, são estabelecidas pela posição que as classes sociais ocupam nas relações de produção. Tempo histórico e relações sociais remetem-nos ao fato de que uma classe social se constrói de forma dialética e em um contínuo dado pelo fluxo de tempo. Portanto é um conceito que deve ser apreendido de forma dinâmica e no transcorrer de um determinado período. Dessa forma, Thompson continua sua definição:

[...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais... A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.<sup>10</sup>

Assim, a classe social apenas “acontece” nas suas relações dialéticas com as demais classes, mas também nas relações cotidianas entre seus membros, ou seja, a classe social apenas adquire um *éthos*, um comportamento próprio, nas suas relações costumeiras entre si e com o outro, o diferente, que lhe reflete, posto que diverso, sua identidade comum. Essa identidade comum representa a própria consciência que uma determinada classe social toma a respeito de si mesma (e que não precisa que os intelectuais ensinem a ela qual seria a sua consciência de classe) e que se constrói na forma de tradições, valores, ideias e instituições peculiares a ela.

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe [...]<sup>11</sup>

Pelo dito acima, também utilizamos aqui o conceito de formação da classe senhorial no sentido de “fazer-se”, como utilizara Thompson no prefácio de seu livro sobre a formação

---

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9.

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P., op. cit., p. 9 e 10.

<sup>11</sup> Idem ibidem, p. 10.

da classe operária inglesa. Como esclarece o autor “é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”<sup>12</sup>. Esse “processo ativo” demonstra que uma classe não se forma apenas “de fora”, em um processo imposto pelo contexto histórico que delimita sua posição nas relações de produção, mas também pela forma como se constrói nas relações sociais que desempenha e na consciência de classe que produz.

Buscamos identificar esse conceito dentro da perspectiva da classe senhorial escravista que se tornara hegemônica durante o período imperial brasileiro, que é o que tomamos por objeto de estudo. A apropriação clássica desse conceito no Brasil encontra-se na obra *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos. Sua filiação a esta definição de classe social surge já no prefácio do livro:

Assim, a natureza da classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus, conforme nos ensina E. P. Thompson<sup>13</sup>.

Segundo Mattos, essa classe senhorial era constituída tanto por plantadores escravistas como por comerciantes e burocratas que com eles possibilitavam a hegemonia econômica, social e política, já que dominavam a produção econômica (plantadores), o abastecimento (principalmente de escravos), mas também o escoamento da produção (principalmente o café) e sistemas de crédito (comerciantes), e as articulações políticas (burocratas). Esta classe se construiu, ou “aconteceu”, para usar o termo thompsoniano, em suas lutas contra a ameaça recolonizadora portuguesa; a proibição inglesa do tráfico internacional de escravos; os demais plantadores escravistas de outras regiões mais distantes do centro político da Corte; a ascensão econômica e política dos produtores de alimentos e outros do “Sul de Minas”; os demais colonos, os escravos (inimigos inconciliáveis) e os homens pobres urbanos (sempre propensos à revolta)<sup>14</sup>. Talvezoubessem também aqui os homens pobres da zona rural, posto que eram elementos a serem combatidos ou aliciados, dependendo da ocasião, e que se diferenciavam da classe senhorial devido a sua baixa estatura social. Será esta classe que olhará por cima de suas cercas e pensará em um projeto de país, alicerçando-se sobre suas

---

<sup>12</sup> Idem ibidem, p. 9.

<sup>13</sup> MATTOS, I. R. de., op. cit., p. 16.

<sup>14</sup> Idem ibidem, p. 68.

bases de poder (as relações sociais de produção e as forças produtivas) e atrelando-as ao Estado Imperial em formação que ajudará a construir<sup>15</sup>.

Esse conceito também é seguido por Ricardo Salles em sua obra sobre o Vale do Paraíba Fluminense do século XIX, em que busca relacionar a ordem econômica e social escravista à formação do Estado imperial como instrumento para a imposição de uma hegemonia da classe senhorial escravista, principalmente aquela que se encontrava no topo hierárquico social, a dos plantadores de café da região em destaque<sup>16</sup>.

Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, ou no de sua região, a classe senhorial se serviu do Estado para construir sua unidade e levar a termo uma dupla expansão: horizontal, em relação aos demais plantadores escravistas de outras regiões do Império, e vertical, em relação às pessoas livres, que só detinham a si mesmas como propriedade. Essa dupla expansão significou, mais que uma submissão, uma incorporação, “a qual se apresentava, nos termos da própria proposta iluminista, como a difusão de uma civilização”<sup>17</sup>.

### **Aspectos Historiográficos sobre Elite e Classe Senhorial**

Aproximando-se da tese de Ilmar de Mattos e de Ricardo Salles, também nos afastamos da tese de José Murilo de Carvalho sobre a constituição de uma elite política independente dos interesses imediatos da classe senhorial devido a seu processo de “formação e treinamento”. O conceito de elite política havia sido trabalhado por José Murilo de Carvalho, em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Stanford, na Inglaterra, em 1974 e, inicialmente, publicada em duas partes, em momentos diferentes: *A Construção da Ordem: a elite política imperial*, em 1980, e o *Teatro de Sombras: a política imperial*, em 1988. Para Carvalho, uma elite política brasileira havia sido gestada ainda em Portugal a partir da Universidade de Coimbra, onde se formavam os letrados, marcantes na formação do Estado. Esse modelo português de formação da elite foi transferido então para o Brasil, produzindo uma homogeneidade ideológica que seria também aqui construída pelo treinamento e pela socialização, o que se fez através da educação, da ocupação profissional e

---

<sup>15</sup> Idem ibidem, p. 68 e 69.

<sup>16</sup> SALLES, R. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 22.

<sup>17</sup> Idem ibidem, p. 49.

da carreira política. Assim, a elite política teria tido uma formação que lhe dava uma independência em relação às demais classes sociais. Em sua relação com a classe dominante dos senhores de terras e escravos, a elite imperial teria desenvolvido uma “dialética da ambiguidade”, expressão emprestada de Guerreiro Ramos, em que os interesses destes dois grupos ora se complementavam, ora divergiam.

Também nos distanciamos de Maria Fernanda Vieira Martins, em sua tese expressa na obra *A Velha Arte de Governar*<sup>18</sup>, em que identificaria como elite (o caso estudado é o Conselho de Estado do Império) certos núcleos de poder e riqueza que teriam constituído redes familiares de influência, alcançando posições dominantes na sociedade. Essa elite agiria de acordo com seus próprios interesses e de suas redes familiares e clientelares e não como representantes da classe senhorial como um todo. Para Salles, o fato de a autora analisar as origens, os interesses e as redes familiares, de influência e de pertencimento social desenvolvidas pelos membros desta elite demonstraria o seu acordo com os interesses da classe senhorial, ou seja, dos fazendeiros escravocratas e dos comerciantes. Tal fato, segundo Salles, contradiria a própria tese de descolamento da elite frente à classe senhorial. Para o autor, os conselheiros tomariam suas decisões visando enfrentar ou antecipar o enfrentamento de questões que afetariam diretamente o Estado imperial e a classe senhorial, já que ambos estavam intimamente relacionados. Neste sentido, faziam parte do partido da Coroa, no sentido que Ilmar Mattos lhe conferiu, ou seja, buscavam evitar que determinados acontecimentos ocorressem e pudessem ser danosos para a preservação do Estado imperial e da classe senhorial que lhe subsidiava.

Ao destacar os aspectos culturais das redes de sociabilidades e sua permanência de longa duração na vida política brasileira (aspectos esses que perpassam do período colonial para o do Império), a autora de *A Velha Arte de Governar* minimiza o contexto histórico peculiar em que vivia o Brasil, ou seja, o da formação do Estado Imperial, e as disputas políticas que envolvia. Daí a pouca importância dada às disputas partidárias oriundas dos novos arranjos políticos advindos da ascensão de um novo grupo social, os cafeicultores do Vale do Paraíba Fluminense e sua liderança projetada no grupo político dos saquaremas. A ascensão deste grupo, a nosso ver, expressaria a constituição de uma nova classe dominante: a classe senhorial, bem como a nova correlação de forças estabelecida em seu meio, traduzida pela formação dos partidos Conservador e Liberal. Ilmar Rohloff de Mattos também já

---

<sup>18</sup> MARTINS, M. F. V. *A Velha Arte de Governar* - Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842 – 1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

reconhecia, na obra já citada, os aspectos de longa duração da cultura, que atravessavam também as relações pessoais, chegando mesmo a criar a expressão “recunhagem ou restauração da moeda colonial” para o período do Império, principalmente para a parte referente ao Segundo Reinado. Apesar disso, não se descuidou do momento singular vivido naqueles anos pelo país<sup>19</sup>.

As contribuições de Maria Fernanda Martins têm vários pontos interessantes. Merece destaque sua apropriação da importância das redes de sociabilidades, como utilizada pela micro-história italiana. A sociedade brasileira do período era intensamente atravessada por redes de parentesco, de interesses, de influência, fatores que foram essenciais para própria construção desta sociedade e que, em termos culturais, perduram até hoje<sup>20</sup>. Portanto, a classe senhorial também participava dessas redes de sociabilidades, tendo por objetivo principal a manutenção da sua hegemonia sobre as demais classes. As redes de sociabilidades desenvolvidas já desde o período colonial e que permeavam todas as relações sociais do Brasil impregnaram o país de uma cultura em que a pessoa somente teria valor se envolvida por uma destas redes. Assim, também os agregados, ou seja, os homens livres e pobres que ocupavam a posição mais baixa na escala social, com exceção dos escravos, apenas seriam “alguém” se pertencessem a uma rede de parentesco (as chamadas *famílias extensas*) de um “senhor de terras e escravos”.

Também é importante notar que, para uma análise das sociedades monárquicas, a diferença entre público e privado diluía-se, pois “a instituição familiar tinha características de instituição pública e as relações de parentesco serviam de modelo às relações sociais e políticas”.<sup>21</sup> Daí a importância da confusão entre público e privado identificada por Maria Fernanda Martins nas redes de sociabilidades. Segundo Martins, havia espaços privilegiados de convívio onde o que ela chama de elite criava e intensificava laços de amizade e

---

<sup>19</sup> Cf. principalmente as páginas 126 e 127 de *O Tempo Saquarema*, em que o autor ressalta a permanência de um “sentimento aristocrático” que “expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivavam alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade. Anotemos, contudo, que tomar em consideração esse fundo não significa recolher apenas seus aspectos mais estritamente econômicos, mas também evidenciar o papel que as relações pessoais e raciais cumpriam nessa sociedade”. Mas diferenciava este contexto dos anteriores, a partir, por exemplo “da importância que o liberalismo possui no duplo movimento que distinguia esta sociedade no momento em questão: a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial”.

<sup>20</sup> Cf. MATTA, R. *A Casa e a Rua*. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991, onde caracteriza a sociedade brasileira atual como do tipo desigual/relacional e não do tipo igualitária/individualista como a norte-americana.

<sup>21</sup> FLANDRIN, J. L. *Famílias – parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 9.

parentesco, importantes na rede social que sustentavam o status social, político e econômico de seus membros. Nesses lugares, como salões, irmandades religiosas, sociedades literárias e órgãos de imprensa e, ainda diretorias e conselhos tanto da administração pública quanto dos bancos e empresas privadas, se poderiam obter informações úteis para os negócios e para a projeção social.

Outro ponto de interesse seria a possibilidade de, ao investigar estas redes de sociabilidades, podermos também relacionar o indivíduo ao grupo, como a metáfora usada pela autora do “ponto de nó da rede social”. Assim seria possível verificar o comportamento do grupo, mas também do indivíduo, o que lhe reconheceria o seu campo de possibilidades, ou seja, as oportunidades de ação e reação em um contexto social dado, bem como os dilemas, as tensões e conflitos que as revestem, mesmo em uma época em que o indivíduo tinha tão pouca liberdade de ação frente ao seu grupo, resguardando uma “dinâmica sempre presente nos processos históricos”.

### **A Classe Senhorial e o Vale do Paraíba Fluminense**

A classe senhorial escravista brasileira surgiu no século XIX, em meio à formação do capitalismo industrial internacional com sua divisão internacional do trabalho, da formação dos Estados Nacionais e do recrudescimento em determinadas regiões da América do escravismo, agora nacional, posterior ao escravismo do período colonial, ou seja, a maioria dos estados do sul dos Estados Unidos e o Império do Brasil, além de Cuba, possessão espanhola.

Esse período, caracterizado no Brasil pela perpetuação de uma sociedade ao estilo Antigo Regime (mantinham-se o regime monárquico, a família Bragança no trono e seus rituais de poder, como o beija-mão e a Fala do Trono, além do ideal de enobrecimento da nossa “nobreza da terra”), tinha na hierarquização da sociedade sua pedra de toque.

Na região do Vale do Paraíba Fluminense, a classe senhorial se fundamentava no controle das terras, da produção rural, dos cargos políticos como vereadores, deputados provinciais, juizes de paz e comandantes da Guarda Nacional, na influência exercida sobre arrendatários e sitiantes de suas terras, vendeiros, tropeiros e pequenos comerciantes, como

também ex-escravos, feitores, arreadores e trabalhadores por jornada, além do uso do monopólio da violência sobre seus escravos<sup>22</sup>.

Enfim, a classe senhorial escravista fluminense se sobrepõe aos demais grupos sociais. A partir de então, essa classe senhorial se articulará com a construção do Estado Imperial brasileiro, sendo sua base de sustentação material (devido à produção de café), e também moral (civilização saquarema), posto que irradiador dos valores do Antigo Regime entre as classes senhoriais de outras regiões e a arraia miúda, e também pelo controle sobre os escravos. A referida classe se utilizará desse mesmo Estado em formação para se impor sobre os demais grupos sociais, tendo como principais instrumentos em âmbito local, a Guarda Nacional, o Exército, as Câmaras Municipais, a justiça local (juiz de paz, juiz ordinário, juiz municipal, juiz de direito), as delegacias de polícia; além disso, ela se utilizará da violência como símbolo do poder privado no retiro de suas fazendas, senzalas e casas de morada e vivenda. Essas instituições funcionaram como instrumentos irradiadores da ordem escravocrata e da civilização imperial, criando os condicionantes de pertencimento e identidade das classes entre si e consigo próprias, mas também de imposição hierárquica entre as classes sociais e da submissão das classes pobres e das escravas à classe senhorial escravista.

### **A Classe Senhorial e os Escravizados**

Após um levantamento sócio-econômico do município de Barra Mansa, com base nos inventários *post-mortem*, com fins de identificar as características da classe senhorial em Barra Mansa e seu plantel de escravizados, passo a analisar os conflitos políticos ocorridos em meio à classe senhorial e que definiram os rumos da política imperial durante todo o Segundo Reinado. Por fim, o trabalho passará a tratar as relações políticas que perpassavam a classe senhorial e seus escravos. Isto porque a maior polarização política conflitiva deste período estava entre a classe senhorial e os escravizados. Para tanto, recorreremos a duas perspectivas que nos ajudarão a entender essas relações políticas.

A primeira seria a perspectiva da *política de domínio*, utilizada por Flávio Gomes<sup>23</sup> para designar as estratégias utilizadas pelos escravocratas com o objetivo de manter o

---

<sup>22</sup> MUAZE, M. *O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial*, pp. 298 e 299. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

comando sobre seus plantéis de escravos em meio a um período muito conturbado de revoltas escravas, que ocorriam por várias partes do país, da província do Rio de Janeiro, como também do Vale do Paraíba Fluminense, que possuía grande concentração deles, período este de temor por parte dos escravocratas e da população livre em geral, conhecido como *haitianismo*, e concomitante ao analisado pelo nosso trabalho.

A outra perspectiva seria a dos *espaços de autonomia*, utilizada por Ricardo Salles<sup>24</sup> para designar as constantes tentativas dos escravos, que passavam por revoltas e outros meios de resistência, em conseguir sempre mais liberdade para o tempo de lazer, trabalhar em roça própria, acumular um pecúlio, ver crescer os filhos junto a si e romper o jugo da escravidão, para si ou para algum membro da família.

### **Demais Conceitos**

Para a correta compreensão do que se pretende discutir neste trabalho, é necessário que, ao conceito de classe senhorial, junte-se o de família e sua relação política de clientela com seus subordinados, pois a classe senhorial era formada por famílias que demonstravam seu poder a partir da quantidade de dependentes que possuía. A historiografia usa o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa; assim, da família, faziam parte o núcleo central (o chefe, a esposa e descendentes legítimos) e uma camada periférica, que podia abranger parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos, o que tornava mais complexa uma unidade familiar, pois esta abrangia componentes de várias origens. Como se essa complexidade não bastasse, muitas vezes, por razões econômicas, políticas ou laços de compadrios, a família patriarcal ou extensa incorporava pequenos sitiantes, lavradores e roceiros da vizinhança, além dos trabalhadores livres e migrantes. Mesmo vivendo fora da Casa Grande, os grupos mantinham os mesmos laços de dependência e solidariedade, gerando uma maior participação política, social e econômica na ordem paternalista. O interesse era mútuo: se para essa camada periférica era importante a proteção de uma família, para o patriarca não era menos, já que seu prestígio era medido pelo número de pessoas sob sua dependência.

---

<sup>23</sup> GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

<sup>24</sup> SALLES, R. op. cit.



A família alicerçava-se em relações de dependência e consideração. Todo o grupo de um protetor, seus seguidores imediatos, assim como os que lhe prestavam lealdade e obediência, como empregados, senhores de terra ou emprestadores de dinheiro, procuravam-no em busca de proteção e apoio. Nesse sistema em que as relações políticas, a obtenção de títulos e de cargos públicos são importantes, vamos encontrar a atuação dos barões de café da região sul fluminense, que mediam sua força e prestígio político pela extensão de suas terras e número de escravos possuídos. Podemos acentuar que a prova maior do prestígio e da opulência desses respeitados proprietários e agricultores pode ser encontrada na profusão de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império.

As redes de sociabilidades desenvolvidas já desde o período colonial e que permeavam todas as relações sociais do Brasil impregnaram o país de uma cultura em que a pessoa somente teria valor se envolvida por uma destas redes. Deve-se ressaltar que havia uma hierarquia de importância entre estas redes sociais e as da classe senhorial, que alcançavam os altos escalões da sociedade do Império.

Aos conceitos de classe senhorial e de família extensa, associa-se o de compadrio, pois os primeiros brancos que se estabeleceram no Vale do Paraíba Fluminense foram pessoas de poucos recursos que almejavam a obtenção de terras para desenvolver sua agricultura de subsistência. Aqueles que não as possuíam podiam consegui-las, bastando levantar uma choupana e desenvolver suas roças de milho que abasteceriam as tropas que se dirigiam às minas. Porém, a Coroa Portuguesa privilegiou, especialmente no período joanino, numerosos agricultores e antigos mineradores, elementos da burocracia governamental de Minas Gerais, e comerciantes do Rio de Janeiro com grandes extensões de terra na região. Afirmam Neves e Machado<sup>25</sup> que os pequenos posseiros da região cafeeira foram afastados de forma violenta: alguns se dedicaram à produção de alimentos para as grandes propriedades e o mercado local, outros mantiveram relações amistosas com os cafeicultores, através de relações de compadrio, tornando-se cabos eleitorais nas disputas políticas. A relação de compadrio, como destaca Maria Sylvia de Carvalho Franco, era uma prática comum utilizada para a obtenção de favores por parte dos grandes proprietários. Em contrapartida, os grandes fazendeiros garantiam a fidelidade dos diversos “afilhados”.

Para que se tenha presente o quanto esse recurso foi explorado, basta lembrar o significado que “apadrinhar” adquiriu na vida pública e o suporte político representado pelos “afilhados”. Ampliando-se as trocas do compadrio para situações sociais, compreende-se como deriva dele toda uma intrincada rede de dívidas e

<sup>25</sup> NEVES. L. M. B. P. das. MACHADO. H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 149.

obrigações infundáveis, porque sempre renovadas em cada uma de suas amortizações, num processo que se regenera em cada um dos momentos em que se consome.<sup>26</sup>

## Matriz Teórica Historiográfica

A matriz teórica historiográfica principal da pesquisa é a da História Serial, devido ao próprio *corpus* documental, que se trata de inventários *post-mortem*. Como os inventários apresentam homogeneidade e cronologia, prestam-se à seriação e à quantificação, que nos mostrarão o desenvolvimento material de determinada sociedade, a partir de dados quantitativos, durante um determinado período. Possibilitam, então, a identificação de um padrão de comportamento ou de sua variação. Portanto, além de fazer uma abordagem quantitativa, em termos do número de ocorrências de determinado fenômeno social, a História Serial nos permite também uma abordagem qualitativa, em termos do comportamento de sua aparição no período de sua duração, ou seja, seus padrões, suas variações, tendências, repetições etc. De acordo com Barros:

De fato, o campo da História Serial refere-se a um tipo de fonte e a um “modo de tratamento” das fontes. Trata-se de abordar fontes com algum nível de homogeneidade e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações perceptíveis no intuito de identificar regularidades<sup>27</sup>.

Outra matriz teórica a nos ajudar será a História Regional. A partir do estudo histórico dessa micro-região, a do Médio Paraíba, pretendemos contribuir para o entendimento de um período histórico nacional, pois somente entenderemos a História Nacional a partir de suas particularidades. Como afirma Knox, “a História Regional só cumpre seus objetivos quando colabora para a completude de uma história maior seja espacialmente, seja por períodos históricos mais abrangentes, seja pela aplicação de leis e princípios gerais da ciência histórica”<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 85.

<sup>27</sup> BARROS, J. D. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2004, 5ª Edição, p. 147.

<sup>28</sup> KNOX, M. B. F. História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas. *Revista do IHGRJ*. Rio de Janeiro, 2001, p. 4.

Ao tratarmos de história regional estamos nos referindo à abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado.

De qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).<sup>29</sup>

A História Regional faz o estudo da realidade recortada por ela mesma. Nesse sentido, os trabalhos regionais são justificados porque os estudos nacionais ressaltam as semelhanças, e a história regional trabalha com as diferenças. A história regional possibilita, portanto, abordar aspectos que não seriam percebidos no contexto maior. Dessa forma,

O estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional resalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social.<sup>30</sup>

A importância da pesquisa regional em história é verificada também pelo fato de, por meio dessa abordagem, podermos discutir também a aplicação de teorias, pois

A historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas.<sup>31</sup>

Observamos que o estudo regional nos permite estabelecer uma relação do regional com o nacional, levando a uma ampliação de nossa visão e compreensão de determinado fato, o que possibilita romper com estereótipos historiográficos, pois muitas vezes as teorias historiográficas estabelecidas para o âmbito nacional podem ser contrariadas por uma pesquisa em âmbito regional.

---

<sup>29</sup> BARROS, J. D' A. op. cit., p. 153.

<sup>30</sup> AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 12-13.

<sup>31</sup> Idem, p. 13.

## Objetivos

O desenvolvimento desta dissertação tem por objetivo geral demonstrar como o desenvolvimento da produção de café alterou os padrões econômicos e sociais do município de Barra Mansa durante o século XIX, afirmando o predomínio político da classe senhorial escravista, bem como a influência das relações escravistas na formação daquela classe social.

Em relação a isso, os objetivos específicos são:

- a) Identificar a classe senhorial escravista em seu processo de formação no município de Barra Mansa;
- b) Estabelecer a importância da produção cafeeira para o município de Barra Mansa;
- c) Demonstrar o impacto da extinção do tráfico negreiro pela Lei Euzébio de Queirós e a ordenação da distribuição das terras pela Lei de Terras, ambas de 1850, sobre a estrutura da sociedade local, bem como sobre a estrutura produtiva local do café;
- d) Observar as relações dentre a classe senhorial em seu processo de formação e entre a classe senhorial e a escrava.

## Inventários *Post-Mortem* como Fonte Histórica

### As Fontes Históricas

As fontes históricas sempre foram uma dor de cabeça para os historiadores. Elias Thomé Saliba<sup>32</sup> observa a obsessão da cultura ocidental moderna pelos registros escritos e como, para a História, eles aparecem como elementos centrais. Segundo o autor, o famoso manual que se tornaria uma bíblia para os historiadores, *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, de fins do século XIX, destacava o primado das fontes escritas e a preocupação com a sua reta utilização. Sucessivas críticas deveriam lhes ser feitas: crítica da

---

<sup>32</sup> Aventuras modernas e desventuras pós-modernas, in PINSKY C. B. e LUCA, T. R. de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

autenticidade, da proveniência, de interpretação e de credibilidade. Os registros escritos eram tão importantes a ponto de escreverem a seguinte afirmação: “A História não é mais do que uma aplicação dos documentos”<sup>33</sup>, o que revela a extrema preocupação com a apreensão exata dos dados a partir das fontes, tendo por primazia os documentos escritos.

Essa preocupação em não “contaminar” o documento com a subjetividade dos historiadores, essa tentativa de esquecimento de si e desprezo pelos demais fatores que permeiam o processo de pesquisa do historiador foi objeto de crítica por parte da Escola dos Annales. Criada na década de 1930 por Marc Bloch e Lucien Febvre, esse movimento historiográfico propôs um maior diálogo com as outras ciências sociais, mudança do eixo temático da História Política para a Econômica e a Social e a ampliação do conceito de fonte histórica. Quanto ao último, não mais haveria a primazia de documentos escritos, pois, invertendo a lógica positivista anterior, agora o conhecimento sobre o passado seria obra do presente, que se projeta sobre aquele. Os documentos escritos deixam sua áurea de pureza, deixam de falar por si e passa a ser incorporada a “contaminação” exercida pelo processo de pesquisa histórico, levando-se em conta a intenção do historiador, o recorte que dá ao seu objeto de análise, as questões que ele coloca em sua pesquisa, o que levaria a utilização de novas fontes, como um poema, um quadro, um drama, etc<sup>34</sup>.

A própria crítica documental ganha novos contornos. O documento deixa de ser visto como um vestígio bruto do passado e passa a ser visto como um produto dele. Esse documento, agora visto como produzido segundo determinadas circunstâncias, revela as relações de forças assimétricas e desiguais que o produziram, o que significaria mais um golpe na ideia de neutralidade da fonte como forma de revelar a verdade de *per si* sobre o passado. É o que Jacques Le Goff chamou de documento-monumento, estabelecido pelas relações de poder:

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Idem ibdem, p. 312.

<sup>34</sup> Idem ibdem, p. 316.

<sup>35</sup> Idem ibdem, p. 319.

Nesse ambiente de crítica das fontes, em que tudo se mostra como um texto a ser interpretado, surgiu o que Saliba chama de relativismo histórico pós-moderno, que possui “um certo desprezo pela busca da verdade”<sup>36</sup>. O documento passou a ser visto como um sistema de representações simbólicas, muitas vezes fruto da contingência e do imprevisível dos eventos humanos. O próprio contexto histórico, com quem o historiador deve fazer o documento dialogar, é visto como uma estrutura metafísica que apenas se afigura plenamente unificada e dominante devido a recursos de simplificações reducionistas<sup>37</sup>. O documento como texto seria a representação discursiva e simbólica, um “conjunto potencialmente significativo” sobre determinada cultura. As fronteiras entre História e Literatura passaram a se confundir.

Já Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch ressaltam um outro aspecto do documento histórico: “todo documento histórico é uma construção permanente”<sup>38</sup>, que deve ser assim considerado porque a pesquisa histórica se estabelece em um diálogo entre a visão contemporânea e as fontes do passado. Assim, documentos se tornam fontes históricas devido às leituras variadas que se possa fazer deles, dependendo do interesse contemporâneo. Portanto, um documento se torna uma fonte histórica a partir da intenção pessoal do historiador para escolher o que servirá como fonte ou não, ou ainda, o interesse de determinada sociedade a respeito de determinado tema (se um tema deixa de ser interessante, sua fonte é silenciada, podendo voltar a surgir em outro momento, como teria ocorrido com a carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil). Dessa forma, como dizem os autores, “o documento existe em relação ao meio social que o conserva”<sup>39</sup>. Para eles, documento histórico é “qualquer fonte sobre o passado” que estabeleça um diálogo entre as subjetividades atual e a pretérita.

Karnal e Tatsch também se reportam ao impacto da Escola dos Annales e a ampliação da tipologia das fontes. Destacam a História Serial, que passa a dar importância ao grupo de documentos em prejuízo do documento singular, valorizado pelo positivismo. Os

---

<sup>36</sup> Idem ibdem.

<sup>37</sup> Idem ibdem, p. 320 e 321.

<sup>38</sup> A memória evanescente, in PINSKY C. B. e LUCA, T. R de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>39</sup> Idem ibdem, p. 21.

documentos, neste caso, ganhariam vida apenas enquanto estudados em conjunto ou em séries, em que se possam observar “oscilações importantes ou repetições reveladoras”<sup>40</sup>.

Será pela História Serial que entraremos a analisar as nossas fontes históricas.

## Os Inventários *Post-Mortem* e a História Serial

Júnia Ferreira Furtado faz a seguinte afirmação sobre os inventários *post-mortem*:

[...] percebe-se que inventários e testamentos são fontes que podem conter informações ecléticas e segredos inesperados para o trabalho de pesquisa do historiador. Os temas e objetos que revelam para a pesquisa histórica são vastos e abrangentes, tanto no que diz do universo da cultura quanto da vida material. Suas possibilidades para estudos históricos são quase inesgotáveis. Produzidos no contexto da morte do indivíduo, ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava<sup>41</sup>.

Os inventários *post-mortem* são realmente uma fonte muito rica, como afirma a autora, principalmente aqueles realizados até o século XIX, pois possuíam maiores riquezas de detalhes, já que eram inventariados todos os tipos de bens do *de cuius* (o falecido). No período que analisamos em nossa pesquisa, encontramos detalhes tais como roupas, móveis, talheres, pianos, joias, remédios, produtos de consumo corrente à época; além disso, se as casas eram de telhas ou de palhas, sobradadas ou não etc. Encontramos ainda, e é o que mais nos interessa no momento, o plantel de escravos, a extensão das terras e a quantidade de café produzido, o que nos irá orientar a identificar aqueles mais ricos e importantes dentre a população da época e que iriam formar o que chamaremos aqui de classe senhorial.

Porém, o que seria o inventário *post-mortem*?

No Brasil do período em análise, os inventários estavam regulamentados pelas Ordenações Filipinas, que ainda ordenavam a legislação civil brasileira desde o período colonial até a criação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, por Clóvis Bevilácqua, precisamente entre os títulos XCVI a XCIX. Ao contrário do que acontece hoje, o inventário era apenas uma parte que integrava o processo de partilha dos bens do falecido.

---

<sup>40</sup> Idem ibidem, p. 14.

<sup>41</sup> A morte como testemunho da vida, in PINSKY C. B. e LUCA, T. R. de *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 115.

Assim, podemos dizer que inventário *post-mortem* era, até então, um processo judicial realizado com dois objetivos: fazer o levantamento de todos os bens importantes deixados de herança por aqueles falecidos que não haviam feito o testamento, o que seria o inventário propriamente dito; e transmitir estes bens aos herdeiros, que seria a partilha. Esses inventários deveriam também ser realizados caso houvesse a presença, entre os herdeiros, de menor incapaz, ou, ainda, caso não houvesse herdeiros. Todos os bens eram arrolados no processo. A partir de então, eram identificados os bens do cônjuge supérstite (sobrevivente), caso houvesse, em sua meia-parte, e aqueles bens que ficariam para os herdeiros, caso houvesse.

Segundo o Livro de Provisão dos Órfãos, em vigor entre 1729 e 1855, as partes do processo eram: o termo de abertura, onde se identificava o falecido a ser inventariado e o inventariante; a transcrição do testamento (quando havia); a designação de tutor para o herdeiro menor e para a mulher, caso fosse o cônjuge sobrevivente; inventariação e avaliação dos bens e a partilha dos bens entre os herdeiros<sup>42</sup>.

Portanto, os inventários *post-mortem* eram um meio jurídico de assegurar a propriedade privada dos bens do cidadão, fazendo com que permanecessem na família do falecido. Trata-se, como podemos notar, de um instrumento legal que servia à burguesia, classe dominante do período, devido à preocupação em assegurar a propriedade privada dos bens materiais. Assim, seria um documento produzido pela classe burguesa para beneficiá-la, posto que livres pobres, indígenas e escravos estariam necessariamente à margem dos inventários por não possuírem nenhum bem. Pelo contrário, a situação de não possuir bens colocava-os como classes subordinadas àqueles que os possuíam. Ou seja, o inventário era um instrumento de poder, assegurado pelo Estado, que possibilitava a hegemonia social dos mais abastados sobre o restante da população.

No caso dos escravos, esse instrumento legal era mais significativo, uma vez que representava uma relação de poder explícita entre uma classe dominante (a dos escravistas, que detinham o poder de propriedade sobre outra classe) e uma classe dominada (a dos escravos), posto que os garantia. Segundo o professor João Luís Fragoso:

Estamos diante de uma sociedade onde a produção e apropriação do trabalho excedente não resultam inteiramente de condições econômicas no sentido estrito. Ao contrário do capitalismo, para o qual a coerção extra-econômica não exerce função estrutural e no qual a produção é regulada por mecanismos autodeterminados, aqui a extorsão do sobretrabalho é mais o resultado de relações de poder (o produtor direto é cativo de outro homem) do que de relações econômicas. Esse fenômeno confere às relações sociais de subordinação um papel dominante<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Idem, p. 105.



Sobre a utilização de inventários *post-mortem* para tratar da questão da escravidão, afirma Furtado:

Para o estudo da escravidão, os inventários se revelam instrumentos preciosos, pois o conjunto do plantel escravista do falecido é nomeado, listado e avaliado entre os bens semoventes. Os inventários registram idades, preços, condições de saúde, origem e por vezes ofícios, oferecendo interessantes e instigantes informações sobre o conjunto de cativos do falecido. Se o historiador dispõe de uma série extensa e ampla de inventários para uma dada região, poderá observar as características e acompanhar as transformações e a dinâmica da sociedade analisada<sup>44</sup>.

Furtado afirma ainda que esse tipo de fonte é mais utilizado de forma serial, o que apontaria para aspectos, tendências e valores de uma sociedade, como testemunho tanto de sua cultura, quanto de sua vida material<sup>45</sup>. Também João Fragoso e Renato Pitzer afirmam a importância de tais fontes para a compreensão de determinada região em determinado momento histórico:

[...] a totalidade de inventários *post mortem* de um certo ano, em uma região, permite apreender a sociedade considerada em sua economia e diferenciações sociais em um dado momento. É como se tivéssemos uma fotografia daquela sociedade naquele ano<sup>46</sup>.

Estes autores também definem as duas principais características do uso dos inventários *post-mortem* na pesquisa histórica. A primeira seria revelar a diversidade entre os grupos sociais, o que para nosso projeto seria importante para identificarmos a classe senhorial. A segunda seria permitir “ver a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças”<sup>47</sup>, já que analisaremos os inventários em um período amplo de tempo: 3 décadas. Esses autores ainda ressaltam a importância do uso dos inventários na historiografia desde a década de 1930, justamente em estudos sobre as fazendas de café do Vale do Paraíba.

A partir dessas fontes, verdadeiras “fotografias temporais”, pretendemos retratar a estrutura econômica e social do município de Barra Mansa em suas mudanças no tempo.

---

<sup>43</sup> FRAGOSO, J. L. O Império Escravista e a República dos Plantadores in LINHARES, M. Y. (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 149.

<sup>44</sup> Idem ibdem, p. 111 e 112.

<sup>45</sup> Idem ibdem, p. 106.

<sup>46</sup> FRAGOSO, J. L. e PITZER, R. R. *Barões, homens livres, pobres e escravos: notas sobre uma importante fonte múltipla—inventários post-mortem*. Revista Arrabaldes. Ano I, nº 2, set/dez. 1988. p. 29.

<sup>47</sup> Idem ibdem. p. 30.

Procuraremos também iluminar este período, relacionando-o a um contexto mais amplo, ou seja, o regional do Vale do Paraíba Fluminense e o nacional.

### **Os Inventários *Post-Mortem* como fontes históricas sobre o Vale do Paraíba Fluminense**

Algumas obras recentes sobre o Vale do Paraíba, no século XIX, utilizaram inventários *post-mortem* como fontes de pesquisa. Uma dentre elas trata-se de uma obra coletiva sobre Bananal, município contíguo a uma região cafeeira à qual pertencia Barra Mansa, chamada *Resgate, uma janela para o oitocentos*. Nessa obra, Eduardo Schnoor<sup>48</sup> analisa as transformações pelas quais passaram as edificações da importante família de Manoel Aguiar Vallim, proprietário da fazenda Resgate, dentre outras. A partir da descrição dos bens apresentados no inventário de Manoel Vallim e de mais quatro pessoas pertencentes à sua família, Schnoor analisa as características dessas edificações e as mudanças pelas quais passaram durante o século XIX. As habitações e demais edificações passaram de um período de maior rusticidade em termos de decorações e móveis, o que foi chamado de *casa de morada*, ainda com influências mineiras e mais voltadas para a produção, para *casa de vivenda*, mais próximas das características europeias, encontradas na cidade do Rio de Janeiro, mais voltadas para o convívio social, seguindo o projeto do processo civilizatório saquarema.

Sheila Faria<sup>49</sup>, analisando quatro daqueles inventários, observou o processo de formação da fortuna da família de Manoel de Aguiar Vallim, enriquecida com o desenvolvimento da cultura do café na região, como também a sua decadência devido ao esgotamento dos solos e a abolição da escravidão. Também analisa as estratégias de casamento que tinham por alguns dos objetivos a aproximação de laços entre as famílias importantes da classe senhorial e o recebimento do dote. Até mesmo os intercursos sexuais entre os senhores escravocratas e suas escravas foram analisados também com base nestes inventários. Segundo a autora, “Aliar-se por matrimônio a uma família representava estender

---

<sup>48</sup> Das casas de morada à casa de vivenda, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>49</sup> Fortuna e Família em Bananal no Século XIX, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

a este parentesco ritual solidariedades que resultavam em consciência de grupo, diferenciando-se dos demais e, principalmente, colocando-se numa hierarquia bem demarcada”<sup>50</sup>.

João Luís Fragoso e Ana Maria Lugão Rios<sup>51</sup> estudaram as atividades empresariais de Manoel de Aguiar Vallim que levaram à composição da fortuna de sua família, analisando três daqueles inventários. Percorrem a trajetória de Manoel Vallim que, de bom filho da elite agrária, ao falecer havia multiplicado por 10 a fortuna que recebera através de herança de seus pais e de seu sogro. Como “fazendeiro-capitalista”, não vivia apenas da produção agrícola, investindo também em letras, hipotecas e empréstimos a juros altos.

Mariana Muaze recorreu à análise de nove inventários, dentre outras fontes, para fazer um estudo sobre a família Ribeiro Avellar, da Vila de Paty do Alferes, autônoma entre 1820 a 1833, quando, inclusive com o apoio dessa família, passa a pertencer a Vassouras. Os inventários foram utilizados principalmente como instrumento para analisar a formação da fortuna da família, que abrangia recebimento de sesmarias, participação em redes mercantis, administração de fazendas, isolamento matrimonial das filhas do patriarca Antônio Ribeiro de Avellar, para não se pagar o dote, e a “economia moral do dom”, em que, através de serviços prestados à Coroa e troca de favores, se adquiria honras, liberdades, mercês e privilégios. Segundo Muaze:

A consolidação do patrimônio familiar procurou seguir algumas regras características da mentalidade econômica do Antigo Regime: diversificação de negócios, aquisição de bens de prestígio através de doações, mercês e compra de cargos e honrarias e, ainda, política de casamentos<sup>52</sup>.

Finalmente, outra obra que também trabalhou com inventários e que será bastante importante em nossa pesquisa é *E o Vale era o escravo*, de Ricardo Salles<sup>53</sup>. Neste livro, Salles se concentra nos estudos sobre plantéis de escravos e a dinâmica de sua demografia no município de Vassouras ao longo do século XIX. Utiliza-se de inventários que abrangem o período de 1821 a 1880, dentre outras fontes, para analisar origem, composição de gênero,

---

<sup>50</sup> Idem ibidem, p. 88.

<sup>51</sup> Um Empresário Brasileiro nos Oitocentos, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>52</sup> MUAZE, M. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 27.

<sup>53</sup> SALLES, R., op. cit.

faixa etária, formação de famílias, quantidades de escravos por proprietários, entre outros, e observa as relações de força entre senhores e escravos e seus reflexos na política imperial.

Salles busca, então, analisar essas relações de força no município de Vassouras. O próprio historiador diz:

Parto do suposto de que havia íntimas conexões entre a ordem econômica e social escravista, consubstanciada, para efeito desta análise, nessa região, e a configuração do Estado imperial. Estado que é visto, por sua vez, como elemento central de dominação e hegemonia da classe senhorial, entendida como classe nacional de proprietários de escravos<sup>54</sup>.

## **Metodologia**

### **Como os Inventários *Post-Mortem* serão trabalhados pela nossa pesquisa**

O interesse de nossa pesquisa está na identificação da formação da classe senhorial no município de Barra Mansa, entre as décadas de 1830 a 1850, como já foi dito acima, bem como suas formas de apropriação da produção do café e da mão-de-obra escrava, posto que a riqueza produzida pelo café permitia a essa classe a possibilidade de desenvolvimento e manutenção de sua hegemonia social e política sobre o restante da sociedade.

Para isso, seguiremos os critérios utilizados por Ricardo Salles para definir os grupos de proprietários de escravos, como forma de identificar a classe senhorial, como também as fases de desenvolvimento da cultura cafeeira, como forma de observarmos a evolução dessa riqueza que proporcionara a hegemonia daquela classe social. Tais critérios serão adotados em nossa pesquisa, pois, um grande fazendeiro tinha seu valor medido pelo número de cafeeiros e de escravos que possuísse. A cultura da desvalorização do trabalho manual levava à utilização do trabalho cativo que, por sua vez, demonstrava elevação do status social. Os lucros do café retornavam na forma de mais escravos. Quanto mais café, mais escravos, sendo esta a lógica que proporcionava aquela hegemonia.

Para Salles, as fases da cultura cafeeira em Vassouras perfizeram a seguinte temporalidade, “Os quatro períodos identificados são: implantação, de 1821 a 1835; expansão

---

<sup>54</sup> Idem ibidem, p. 18.

da produção de café e da plantation escravista, de 1836 a 1850; apogeu, de 1851 a 1865; e grandeza, de 1866 a 1880”<sup>55</sup>.

Salles distingue também os proprietários de escravos em cinco grupos, a saber:

[...] os microproprietários, que possuíam entre um e quatro cativos; os pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos; os médios proprietários, que detinham de 20 a 49 escravos; os grandes proprietários, donos de 50 até 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos<sup>56</sup>.

Para efeito de identificação desta classe senhorial hegemônica, escolheremos os grupos dos grandes e megaproprietários de escravos, posto que mais ricos e importantes. Afinal, por lógica, a sociedade escravista se mostrava hierarquizada também em níveis de riqueza. João Fragoso, analisando inventários *post-mortem* da cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, encontrou uma enorme concentração de riquezas nas mãos de uma minoria, que chamamos aqui de classe senhorial, o que configurava um mercado extremamente restrito em termos de circulação de capital e mercadorias.

A sociedade escravista [...] apresenta um perfil de riquezas profundamente hierarquizado. Na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, os inventários *post-mortem* mostram que cerca de 14% dos inventários detêm mais de 60% da riqueza, sem computarmos os escravos e a população livre indigente. Por conseguinte, se essa diferenciação social viabiliza a produção e concentração do sobretrabalho em poucas mãos, ela também cria um mercado restrito, dificultando a realização daquele mesmo sobretrabalho enquanto mercadoria<sup>57</sup>.

Os dados demográficos estatísticos colhidos nos inventários *post-mortem* darão base para as circunstâncias demográficas e sociais que condicionaram, em Barra Mansa, no período que corresponde às décadas de 1830 a 1850, as experiências de vida e os conflitos entre a classe senhorial e seus escravos. As informações contidas nos inventários *post-mortem* serão colhidas através de fichas individuais e serão discriminadas da seguinte forma:

- a) **data do inventário** – para se determinar a década a qual pertence;
- b) **nome do inventariado, do inventariante e dos herdeiros** – para determinar a família que está sendo inventariada;
- c) **bens imóveis urbanos e bens imóveis rurais** – para determinar a extensão da riqueza do inventariado, como também o percentual evolutivo da riqueza global do município durante as 3 décadas analisadas. Além disso, verificaremos se o inventariado tinha

---

<sup>55</sup> Idem ibdem, p. 150.

<sup>56</sup> Idem ibdem, p. 155.

<sup>57</sup> FRAGOSO, J. L. O Império Escravista e a República dos Plantadores, op. cit., p. 149.

terras ou não e se morava na zona rural ou na urbana, como forma de caracterizar de forma mais ampla a sociedade do período;

- d) **produção agrícola** – onde se procurará levantar a quantidade da produção de café por família, como também avaliar a evolução da produtividade durante o período analisado;
- e) **escravatura** – para uma análise dos plantéis dos africanos e afrodescendentes escravizados do período, como a quantidade, o seu valor, sua origem, sua composição de gênero, como forma de detalhar os agrupamentos de escravos encontrados no município, bem como discriminar a importância de seus proprietários.

Após o recolhimento dos dados existentes nos inventários em fichas construídas para a obtenção das informações acima referidas, esses dados foram formatados e quantificados. Alguns inventários não traziam a quantidade precisa de pés de café e do tamanho das terras. Para resolver esse problema, tomamos por base um dos inventários, escolhido de forma aleatória, que contivesse o valor do cafezal ou das terras e, a partir sempre de um mesmo inventário para cada década e de um cálculo utilizando regra de três, chegamos a um resultado pelo menos aproximado e com boa probabilidade de acerto em relação ao que deve ter existido de fato entre os bens dos inventariados.

Os dados colhidos foram utilizados para se obter uma descrição material e social do município de Barra Mansa em cada uma das décadas entre as de 1830 e a de 1850. Também foi feita uma análise de maior duração, apresentando os dados ao longo dessas três décadas, sendo possível, assim, ter uma visão de seu desenvolvimento durante o período estudado.

Esses dados serão transformados, ainda, em gráficos, com o objetivo de proporcionar uma melhor visibilidade a respeito de seu impacto na sociedade barramansense da época mencionada.

Com as informações obtidas será possível verificar uma estratificação social, com base na propriedade da principal riqueza do período e a que é mais facilmente identificada, que é a de escravos. Assim é possível dividir a sociedade em cinco grupos sociais, como fizera Ricardo Salles ao estudar a sociedade de Vassouras. Também são observadas outras riquezas, o café e as terras, para se obter um conhecimento sobre o comportamento econômico (quantidade e valor) desses fatores durante o período em foco.

Em relação aos escravos, desenvolvemos entradas de dados em termos quantitativos: quantidade total, por gênero, por origem e de famílias. Em relação a este ponto específico, é

necessário esclarecer que nem todos os inventários trazem a origem de seus trabalhadores escravizados, sendo estes inventários descartados e utilizados apenas os que possuem essa identificação. A quantificação das famílias será feita da seguinte forma: serão consideradas famílias os casais identificados, bem como casais com filhos, pais com filhos e mães com filhos.

Além dessas fontes, os inventários *post-mortem* encontrados no Fórum de Barra Mansa, perfazendo ao todo 91 inventários em relação às décadas de 1830, 1840 e 1850, também utilizaremos como fontes complementares:

- a) Jornal do Comércio (Biblioteca Nacional) – onde serão obtidas informações sobre a região estudada no período indicado;
- b) Atas da Câmara Municipal – onde se poderão obter informações sobre a cidade de Barra Mansa no período analisado;
- c) Livros de historiadores locais e de genealogistas – onde serão encontradas indicações sobre os acontecimentos da época;
- d) Livros e manuscritos de viajantes que passaram pela cidade e região no período analisado;
- e) Relatórios de Presidentes da Província do Rio de Janeiro – onde serão colhidas informações complementares da região.

Entretanto, como são poucas as fontes primárias, serão os inventários *post-mortem* que balizarão a maior parte de nossas pesquisas.

## **Hipóteses**

O objetivo deste trabalho é o estudo da formação da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, entre as décadas de 1830 e 1850, período propriamente de formação de suas bases sociais, políticas e econômicas, tomando como ponto de referência mais especificamente o município de Barra Mansa, importante centro de produção do café, mas que nos parece ainda não ter tido sua participação trabalhada a respeito desse tema. Para o entendimento deste processo de formação serão analisadas as questões vivenciadas no período acima e que o pautaram. A principal dentre elas era a da crise do escravismo e a necessidade de se responder a ela por parte da classe dirigente do país. Será a partir da questão do trabalho

escravo e de sua crise que se tornará inteligível o período analisado e a estrutura social como um todo.

Nesse sentido, a primeira hipótese aqui apresentada é a de que a formação da classe senhorial da região do Vale do Paraíba Fluminense e de Barra Mansa ocorreu a partir principalmente da migração de grupos sociais das Minas Gerais que trouxeram consigo capitais já acumulados previamente tanto na mineração, quanto no comércio de produtos para o abastecimento do mercado consumidor da Corte no Rio de Janeiro.

A segunda hipótese é a de que, mesmo no Vale do Paraíba Fluminense, no chamado coração do império, havia um importante grupo da classe senhorial que resistiu ao avanço dos conservadores, aliando-se aos liberais, e que no município de Barra Mansa possuíam a hegemonia política até a Revolta Liberal de 1842. Foi apenas após a vitória nessa revolta que os conservadores conseguiram a hegemonia política em toda a região. Hegemonia que será mantida pelas próximas décadas do século XIX.

A terceira hipótese é a de que a luta dos escravos modificou constantemente o *ethos* senhorial. Foi a resistência escrava que forçou o senhor a se civilizar da barbárie perpetrada pela própria escravidão na sociedade brasileira. Dessa forma, a luta escrava impôs à classe senhorial a necessidade de rejeitá-la e construir o caminho para o trabalho livre, e teria sido um dos fatores que levaram à aprovação da Lei Euzébio de Queirós, em 1850, devido ao temor dos constantes levantes escravos, embora o predomínio saquarema e suas ligações políticas com a classe senhorial do Vale do Paraíba Fluminense tivesse retardado o máximo possível a definitiva abolição da escravidão.

## **Estruturação dos Capítulos**

O primeiro capítulo visa a analisar a formação propriamente dita da região do Vale do Paraíba Fluminense ocidental, hoje conhecida como Médio Paraíba. Esta análise parte da construção das estradas que tinham por objetivo ligar o litoral fluminense à produção aurífera das Minas Gerais e a abertura das novas estradas a partir da política joanina como forma de abastecer a Corte do Rio de Janeiro. Foi a partir da construção dessas estradas que se formaram os primeiros núcleos populacionais dessa região. Também se analisa, mais



detidamente, a formação do município de Barra Mansa, o desenvolvimento de sua vila e de sua produção material, além de sua formação social.

O segundo capítulo pretende estudar a formação da classe senhorial nos âmbitos nacional, regional do Vale do Paraíba e do município de Barra Mansa. Essa classe senhorial se forma simultaneamente à construção do Estado imperial. Apesar da homogeneidade social, essa classe diverge politicamente sobre a condução dos negócios de Estado, levando a uma ruptura que dará origem aos dois partidos monárquicos: liberal e conservador. Entretanto, o choque ocorrido entre eles, principalmente na Revolta Liberal de 1842, levará à proeminência dos conservadores, vencedores deste conflito, na gestão da política imperial e terá, nos saquaremas, a facção fluminense do partido conservador, o seu grupo condutor. A região do Vale do Paraíba Fluminense será vista neste trabalho como a base social desse processo, tendo como destaque Barra Mansa, que integrava a região como um dos seus grandes municípios cafeeiros.

O terceiro capítulo aborda os conflitos de classe entre a classe senhorial, os senhores de escravos e terras, e a classe dos escravos, na região do Vale do Paraíba Fluminense. Essas relações serão analisadas a partir da perspectiva da *política de domínio*, por parte dos senhores, utilizada por Flávio Gomes e a busca por *espaços de autonomia*, por parte dos escravos, utilizada por Ricardo Salles.

Nós historiadores sabemos das dificuldades de se escrever a história. Somos obrigados a reconstituir o nosso passado pelos elementos que possuímos no presente. Não há como escapar dessa armadilha. Estamos constantemente reinventando as sociedades do passado, posto que inatingíveis em si mesmas. Apenas as atingimos de forma parcial, devido aos limites que nos é imposto pelas fontes históricas, e efêmera, já que é um processo em constante produção. Como afirmam Florentino e Goes, “A história instala-se, portanto, nesta fronteira ambígua entre o irreconhecível e o conhecimento mutante possível, entre o que fomos – ou supomos haver sido – e o que somos – ou imaginamos ser”<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Manolo, F. e Goes, J. R., op. cit., p. 42.

# 1 A OCUPAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A FUNDAÇÃO DE BARRA MANSA

## 1.1 Puris: Os Primeiros Habitantes De Barra Mansa

Os puris eram um grupo indígena que habitava a região onde hoje se situa Barra Mansa. Originalmente, viviam no litoral, mas, com a chegada dos portugueses, acabaram se refugiando no interior, em meio às serras do Mar e da Mantiqueira. Faziam parte do grupo lingüístico Macro-Jê, que até o século XX era designado Tapuia, como eram chamados aqueles que não pertenciam à nação tupi, sendo tapuia o nome tupi para inimigo. À época da chegada dos portugueses, os tupis predominavam na costa brasileira, por isso tapuia também designava a todos os outros povos que viviam no interior.

Segundo a literatura, seus aspectos físicos eram os seguintes: baixos ou de estatura mediana, robustos, largos, achatados, musculosos, pescoço curto e grosso, formas arredondadas, pés largos e dedos grandes, pele macia de cor parda-escura, cabelo comprido liso de cor negra, sem cabelo nas axilas e peito (e mesmo que os tivesse, era costume a depilação de todos os pelos do corpo), rosto largo, testa estreita, nariz curto, olhos pequenos, boca pequena e de dentes claros.

A palavra Puri, segundo os pesquisadores, parece possuir variado significado: *povo miúdo*<sup>59</sup>, ou *mansa e tímida*<sup>60</sup>, ou *audaz ou bandido*<sup>61</sup> ou ainda, *comedor de carne humana*<sup>62</sup>, apesar de que não foram encontradas evidências quanto à prática de antropofagia entre eles. Também, dependendo do contato que se estabeleceu com esse grupo indígena, as referências variam: para uns, *ferozes, traiçoeiros e desumanos*<sup>63</sup>, para outros, *dócil e suscetível ao*

---

<sup>59</sup> Teodoro Sampaio, in REIS, P. P. dos, *O Indígena do Vale do Paraíba*. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1979, p. 66.

<sup>60</sup> Paulo Pereira Reis, in Puris, Wikipédia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Puris>. Acesso em 5 de junho de 2011.

<sup>61</sup> ATHAYDE, J. B., *A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa*. Gráfica Laemmert, Rio de Janeiro, 1960, p. 49.

<sup>62</sup> Antonio Ruiz de Montoya, apud REIS, P. P. dos, op. cit., p. 69.

<sup>63</sup> Ferreira Cretton, apud REIS, P. P., dos, op. cit., p. 70.

trabalho e ainda, *medroso e covarde*<sup>64</sup>, ou ainda *horda de índios bravios, assolando fazendas que saqueavam, atacando e matando a todos que infelizmente lhes caíam em mãos*<sup>65</sup>, e também *mansos e tímidos*<sup>66</sup>.

Suas cabanas eram chamadas de *cuaris*: havia uma estrutura que sustentava uma camada interior de folhas de patioba recoberta por várias camadas de folhas de fibra de embira. A rede de dormir, feita de fibra de embira, era amarrada entre dois troncos de madeira. O fogo, chamado de *poté*, era alimentado durante toda a noite para o aquecimento e para afugentar insetos e demais animais perigosos.

Os Puris acreditavam em vários deuses, sendo o maior deles, Tupan, que identificavam ao trovão<sup>67</sup>. Usavam colares protetores contra animais ferozes e doenças. Temiam o “gênio do mal” que podia assumir a forma animal ou humana. Seus mortos eram enterrados, de cócoras, em um vaso de barro e enterrado em sua própria *cuari*, com objetos que lhes pertenciam (flecha, bodoque, etc.) e provisões para a viagem ao outro mundo. Sua *cuari* era abandonada por medo de perturbar o defunto, que poderia voltar e aterrorizar seus molestadores<sup>68</sup>. A alma do morto, segundo a religiosidade puri, iria para uma mata cheia de pés de sapucaia e de caça e se encontraria em companhia de todos os mortos<sup>69</sup>.

Havia um chefe ou principal, escolhido por ter demonstrado astúcia, eficiência na caça e habilidade como guerreiro, sendo considerado o mais valoroso. Em época de guerra, todos da tribo lhe deviam obediência. Entretanto, finda a beligerância, sua autoridade pouco se fazia notar. O pajé, xamã ou caraíba era responsável por esconjurar o “gênio do mal” e ministrava remédios feitos de raízes e plantas medicinais. O termo *caraíba* passou também a designar o europeu em geral, devido ao seu suposto poder sobrenatural de viajar sobre as águas. Tanto o chefe, quanto o pajé tinham pouca influência sobre os indígenas. Os índios do sexo masculino eram considerados todos iguais em direitos e obrigações.

Os indígenas sabiam fazer tudo aquilo de que precisavam para viver, sem depender de outros. Aos homens cabia a confecção de armas, da cabana, da rede de dormir, a caça, a pesca

---

<sup>64</sup> Capitão Geral da Capitania de São Paulo, *Martim Lopes Lobo Saldanha, em carta de 13 de outubro de 1775*, apud REIS, P. P. dos, op. cit., p. 70.

<sup>65</sup> *Alfredo Pretextado Maciel da Silva, em Gerais do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Militar 1905. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Puris>. Acesso em 5 de junho de 2011.*

<sup>66</sup> Padre Francisco das Chagas Lima, apud REIS, P. P. dos, op. cit., p. 70.

<sup>67</sup> Príncipe Maximiliano, apud REIS, P. P. idem, p. 79.

<sup>68</sup> Spix e Martius, apud REIS, P. P. dos, idem, ibdem.

<sup>69</sup> Padre Francisco das Chagas, apud REIS, P. P. dos, idem, p. 80.

e a guerra. Às mulheres competia as colheitas de frutos, mel, palmito e raízes, a manutenção dos utensílios e carregavam as caças abatidas. Nas viagens, as mulheres carregavam os filhos menores e os poucos utensílios domésticos, como tigelas, bambus (taquara) para flechas, penas e provisões, usando para isso cestos grandes de folha de palmeira entrelaçada, levada às costas e penduradas pela testa ou pelos ombros,. Parece que não praticavam a agricultura. Viviam uma vida nômade, pois quando se escasseavam os alimentos, migravam para outros lugares onde fossem mais abundantes. Andavam completamente nus, mas, quando aculturados em contato com os portugueses, usavam calções ou panos em torno da cintura.

Mesmo que vivessem nus, tinham vontade de beleza. Ornamentavam e pintavam o corpo, principalmente em festas e na preparação para a guerra. Usavam colares com presas de animais. As mulheres usavam fitas na cabeça e uma faixa de esteira ou corda nos punhos e nos quadris para torná-los menores e mais bonitos.

Spix e Martius, pesquisadores patrocinados pelo rei da Bavária, descrevem as danças dos Puris. Formavam duas fileiras, uma de mulheres e outra de homens, sendo que as crianças também participavam. Ao decorrer de um balanço ritmado, elevavam-se as vozes e as agitações, dando os homens umbigadas e as mulheres agitavam os quadris. Traduziu-se a cantoria, de tom melancólico, como a saudade de um paraíso perdido.

Os homens puseram-se em fila; atrás deles puseram-se igualmente em fila as mulheres. Os meninos, aos dois ou três, abraçaram-se aos pais; as meninas agarravam-se, por detrás, às coxas das mães [...] As mulheres remexiam os quadris fortemente, ora para a frente, ora para trás, e os homens davam umbigadas [...] A ideia que nos acorria, diante deste quadro melancólico, era de saudade de um paraíso perdido. Quanto mais se prolongava a dança (sic) dos Puris, tanto mais se excitavam eles, e tanto mais alto elevavam as vozes [...] <sup>70</sup>

A poligamia masculina era permitida. O casamento era fator de prestígio na aldeia e quanto mais esposas tivesse um indígena, mais parentes, cunhados, filhas e genros teria, o que lhe aumentava a quantidade de aliados. O casamento poderia ser dissolvido pela vontade do marido, quando abandonava a mulher e a liberava para procurar outro companheiro.

Quando a mulher estava grávida, tanto ela como o marido faziam uma dieta à base de peixes e frutas. Chegada a hora de dar à luz, a mulher se dirigia sozinha para o mato, onde paria. Ela mesma cortava com os dentes o cordão umbilical, banhava a criança no rio e voltava às suas atividades cotidianas. O nascimento era comemorado com bebidas alcoólicas e danças e o pajé praticava o ritual da fumigação sobre a mãe e o filho para afastar o mal. As crianças eram criadas soltas, sem o controle dos pais, entregues a si mesmas. O menino

---

<sup>70</sup> Spix e Martius, apud REIS, P. P. dos, idem ibidem, p. 88 e 89.

acompanhava logo que podia o pai na caçada para aprender esta tarefa essencial para a sobrevivência do grupo.

Parece que os Puris viviam em guerra com os Coroados, outro grupo indígena que, segundo alguns autores citados pela literatura<sup>71</sup>, formaram com eles outrora uma única tribo, sendo já na época da colonização ferozes inimigos entre si. Estes autores<sup>72</sup> afirmam ainda a possibilidade de serem, tanto Puris quanto Coroados descendentes dos Goitacazes (da nação Tapuia e não da Tupi), que habitavam o litoral entre Rio de Janeiro e Espírito Santo e que foram massacrados pelos portugueses, pois os tapuias eram considerados difíceis de “civilizar”. Seus descendentes, então, fugiram para as matas do interior, sendo que alguns utilizaram o caminho do rio Paraíba até chegar ao sertão onde hoje se situa Barra Mansa. Os Puris, que conseguiam efetuar marchas de 15 a 20 horas seguidas, tinham a agilidade de andar nas matas em comum com os Goitacazes. Como os Goitacazes eram considerados antropófagos, talvez os Puris também tenham sido *comedores de carne humana* em tempos pretéritos, apesar de haver relatos da afirmação dos “portugueses do Paraíba” de que os Puris comiam a carne dos inimigos mortos.

Os Puris também eram inimigos dos Botocudos (Aimorés), que os empurraram da Serra da Mantiqueira para se estabelecerem à margem esquerda do rio Paraíba, a 5 léguas de Campo Alegre da Paraíba Nova (atual Resende, município de onde Barra Mansa se emancipou em 1832), em lugar conhecido como Minhocal, às margens do ribeirão São Luís, confluente do Rio Preto. Por volta de 1780, com o progresso do povoamento da região, os puris, sentindo-se ameaçados pela perda do território, passaram a saquear as lavouras e a atemorizar os moradores de Campo Alegre, praticando alguns assassinatos nas fazendas. Estes moradores fugiram para a margem direita do rio Paraíba, o que não deteve os constantes ataques. Sentindo-se inseguros, os campoalegrenses pediram proteção ao vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza que ordenou o aldeamento desses indígenas em 23 de junho de 1788 e enviou para “pacificá-los” o sargento-mor Joaquim Xavier Curado. Curado, formando um grupo com os moradores locais (de Campo Alegre e São João Marcos) e um Corpo de Cavalaria Auxiliar, sob o comando do Capitão Henrique Vicente Louzada de Magalhães. Muitos gentios foram mortos pela superioridade das armas, em combates diretos e emboscadas, bem como pela disseminação da “peste da bexiga” (tipo de varíola) entre os indígenas. Outros fugiram de volta para a serra da Mantiqueira. Os que ficaram, foram

---

<sup>71</sup> REIS, P. P. dos, *idem ibidem*, p. 63.

<sup>72</sup> *Idem ibidem*, p. 64.

aldeados no lugar chamado de Minhocal, na aldeia de São Luís Beltrão, em 2 de outubro de 1788. Os indígenas recebiam pouco vestuário, alguma ferramenta para o plantio e uma alimentação insuficiente. Este aldeamento já estava praticamente abandonado em 1821, havendo apenas 120 puris, em situação de extrema pobreza. Em 1835, conforme ofício de José da Silva Lisboa, juiz de órfão da Vila de Resende, apenas restavam 63 indígenas, sendo 23 homens e 40 mulheres. Os últimos sobreviventes puris da região faleceram: Santara, em 1860 e Vitorino Bori, em 1864, no distrito da Fumaça<sup>73</sup>. Outro aldeamento de puris também foi fundado no século XVIII, próximo aos rios Turvo e Bananal. Deste aldeamento, que pouco se tem notícia, surgiu a freguesia do Divino Espírito Santo da Barra do Turvo, originando o atual distrito de Rialto, em Barra Mansa<sup>74</sup>.

## 1.2 A Colonização

### 1.2.1 As Primeiras Incursões na Região do Vale Fluminense

Barra Mansa tem este nome devido ao manso rio que deságua no rio Paraíba do Sul, mais ou menos a 1.200 metros a sudeste da igreja matriz atual. Suas origens, bem como o povoamento do Vale do Paraíba Fluminense, remontam aos caminhos abertos entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, por motivo da exploração de ouro nesta região, bem como pela necessidade de abrir uma comunicação terrestre entre a cidade do Rio de Janeiro e a capitania de São Paulo.

---

<sup>73</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit., p. 55.

<sup>74</sup> Idem ibdem, p. 55 e 56.

### 1.2.2 As Estradas

Fatores importantes para entendermos o processo de ocupação do Vale do Paraíba Fluminense são as estradas, construídas inicialmente para dar acesso à exploração do ouro nas Minas Gerais, bem como a política de construção de estradas de D. João VI.

A região do Vale do Paraíba começou a ser ocupada pelos bandeirantes que rumavam para o interior em busca de indígenas para serem escravizados e do tão ambicionado ouro. Entretanto, essa ocupação ganhou maior força a partir dos caminhos que foram abertos no sentido de fazer a comunicação entre o litoral e a região das Minas Gerais após a descoberta do ouro, em fins do século XVII. O primeiro desses caminhos foi o chamado Caminho Velho, aberto a partir de trilhas já utilizadas pelos indígenas guaianazes. Passando pela atual cidade de Cunha-SP, atingia-se o rio Paraíba do Sul, encontrando a rota dos bandeirantes paulistas, em Guaratinguetá. Seguia-se até Baependi, Carrancas, São João Del Rey e São José Del Rey (Tiradentes), até Vila Rica (Ouro Preto).

Com o objetivo de encurtar a distância entre o litoral e o sertão, a Coroa Portuguesa mandou construir nova estrada, que seria conhecida então por Caminho Novo. Essa tarefa foi encomendada a Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes e teve início em 1698, sendo concluída em 1704. Ligava a cidade do Rio de Janeiro, mais protegida que os portos de Angra dos Reis e Paraty, que até então recebiam o ouro das Gerais, à Vila Rica e São João Del Rey. Chegou a encurtar o caminho para a comarca do Rio das Mortes, centro abastecedor do Rio, de 95 para 25 dias de viagem.

O desbravamento da região começou a ocorrer na década de 1720, com a abertura de um caminho que interligasse as capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo, para que o transporte do ouro, que vinha de Mato Grosso, não se fizesse por mar, correndo o perigo de ataques dos piratas. Atendendo ao pedido do então governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, o Rei D. João V mandou o governador da capitania do Rio de Janeiro, Luiz Vahia de Mendonça, que fizesse a requerida estrada. Para ajudar na construção e povoação da região pela qual passava a estrada, Vahia de Mendonça distribuiu sesmarias no local<sup>75</sup>. Esta estrada, aberta em 1725, passou também a concentrar o escoamento

---

<sup>75</sup>Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em [http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_s\\_05.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_s_05.html). Acesso em 20 de janeiro de 2012.

da produção sul mineira e a paulista, principalmente do gado provindo do Sul. Este caminho passava por Santa Cruz, Itaguaí e São João Marcos; a seguir, prosseguia, entrando na Província de São Paulo por Bananal e, posteriormente, Areias, chegando ao encontro com o antigo Caminho Velho em Cachoeira Paulista (*Estrada Real de Santa Cruz*). Outras ainda foram aparecendo como a estrada que ligava a Baixada Fluminense a Barra Mansa e Resende, região de produção pecuária que abastecia o Rio de Janeiro (*Estrada Real das Boiadas*) e outra que ligava Mangaratiba a São João Marcos, seguindo para Barra Mansa e Resende (*Estrada de São João Marcos*), dentre outras trilhas marginais ilegais abertas para encurtar caminho ou fugir da ação dos Registros e Passagens, que cobravam impostos sobre mercadorias. Desde 1733 havia lei proibindo a abertura de estradas para combater o contrabando de metais preciosos<sup>76</sup>.

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil revogou-se a legislação proibidora<sup>77</sup> e novas estradas começaram a ser construídas, com o principal objetivo de facilitar o abastecimento da Corte. A Estrada do Comércio foi construída entre 1813 e 1817 pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, daí o nome Comércio e teve a participação de Ignácio José de Souza Werneck em sua construção, um dos fundadores de Valença. Essa estrada partia do Porto de Iguaçu, na Baixada, subindo a Serra do Mar, até atingir as margens do Rio Paraíba do Sul e tinha por objetivo escoar a produção do sul de Minas e do oeste fluminense para a Corte. A Estrada da Polícia tinha como objetivo ligar o Rio de Janeiro ao sul da província de Minas Gerais, passando pelo Vale do Paraíba. Foi aberta a partir de 1817, pelo Intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, uma das mais proeminentes figuras da Corte de D. João VI, e teve a participação de Custódio Ferreira Leite, um dos fundadores de Barra Mansa, em sua construção. Começava no Rio Pavuna e seguia até iniciar a subida da Serra do Mar, passava próximo à Tinguá, depois Vassouras, Valença até atingir a Vila do Presídio de Rio Preto.

Enfim, foi essa rede de estradas que possibilitou, em grande parte, a ocupação populacional da região do Vale do Paraíba Fluminense, que se deu a partir da formação de ranchos, estalagens e vendas que tinham como objetivo atender viajantes, tropeiros e aventureiros que transitavam por ela, como se verá adiante.

---

<sup>76</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

<sup>77</sup> LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, p. 68.



### 1.2.3 O Povoamento

Até a descoberta do ouro em Minas Gerais, vigorava no Brasil aquela máxima de Frei Vicente do Salvador, quando dizia que os colonizadores permaneciam arranhando o litoral como caranguejos<sup>78</sup>. As estradas, então, permitiram maior povoamento e ocupação ao interior do país, como também ao Vale do Paraíba.

O Vale do Paraíba era primitivamente ocupado pelos índios Puris e Coroados<sup>79</sup>. Os caminhos do ouro (Velho e Novo) eram os meios de comunicação que levavam os produtos dos portos do Rio para as Minas Gerais e traziam daí o ouro. Quando da crise da mineração, no século XVIII, o movimento inverteu-se, começando a descer gêneros alimentícios para o Rio. O movimento de emigração das populações das regiões mineradoras em decadência favoreceu a ocupação das áreas virgens entre Minas e o litoral, especialmente o Vale do Paraíba. Outro movimento vinha de São Paulo, também em decorrência da decadência da mineração e invadiria territórios que pertenciam ao Rio, como ocorreu com a fundação de Vila Nova de Lorena, em 1788<sup>80</sup>. Inicialmente, as terras às margens dessas estradas passaram a ser ocupadas por posseiros, como também por sesmeiros, que expulsavam os indígenas, pois, a “indolência” e os “costumes bárbaros” eram as justificativas para se apossar das terras silvícolas, sendo que as doenças adquiridas com os brancos e os assassinatos provocaram sua devastação.

Aliás, o extermínio desses índios já vinha se processando anteriormente, a partir da abertura dos caminhos para a região das minas. Era inadmissível, nos padrões de pensamento da cultura branca europeia da época (sendo até hoje), a existência de homens que não se mostravam preocupados em acumular excedentes. A “indolência” e os “costumes bárbaros” eram (e são) utilizados como justificativas para se apossar das terras indígenas. Segundo relatos de contemporâneos, as doenças adquiridas no contato com os brancos provocaram uma grande devastação entre eles e complementaram os assassinatos premeditados, com a chancela oficial<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, p. 53.

<sup>79</sup> REIS, A C F. A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro, in FAUSTO, B. e HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 4. O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

<sup>80</sup> PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 82.

<sup>81</sup> NEVES, L. M. B. P. das. MACHADO, H. F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 145.

Havia também conflitos entre sesmeiros e posseiros. Segundo o viajante francês Saint Hilaire, que passou pela região em 1822, os pobres se estabeleciam em terrenos até então sem dono e, depois de construir sua pequena roça, eram expulsos por aqueles que se apresentavam com os títulos de propriedade e aproveitavam os frutos de seu trabalho<sup>82</sup>. Os posseiros não tinham condições de adquirir uma sesmaria. Seus trâmites e formalidades eram de difícil acesso para quem não tinha amigos na Corte e a despesa de expediente custava entre 300 a 400 mil réis, valor elevado para as pessoas mais simplórias<sup>83</sup>. Além disso, exigia-se a apresentação dos títulos no prazo de seis meses, a demarcação das terras em dois anos e a exploração agropecuária em 3 anos, tudo por conta do sesmeiro. As disputas judiciais eram constantes, sendo que a influência sobre o poder político local favorecia aos grandes proprietários que, inclusive, usavam do expediente da força, destruindo casas e roças com a ajuda de seus jagunços. A respeito desses conflitos, o professor Ilmar de Mattos invoca o depoimento de João Caldas Viana, presidente da província do Rio de Janeiro, em 1843, que relata que as divisas das terras somente eram “firmadas e respeitadas por armas de fogo”, o que envolvia conflitos tanto entre sesmeiros e posseiros, como entre os próprios proprietários regulares, que se apossavam das terras desocupadas, “Não obstante, na primeira metade do século passado, a área por onde ocorre a expansão cafeeira é o local por excelência desses conflitos, sobretudo por se constituir numa área de ‘fronteira aberta’, isto é, de estrutura fundiária ainda não definida, até mesmo em termos jurídicos”<sup>84</sup>.

Ainda no período anterior à expansão cafeeira na região, esses povoadores já criavam roças, vendas, ranchos e pastagens para abastecer as tropas de mulas, como também para fornecer estalagem e alimentação para os tropeiros e viajantes. Segundo Caio Prado Jr., o consumo do milho pelos animais era tão volumoso e tão lucrativo que os fornecedores atraíam os viajantes e tropeiros, dispondo-lhes de ranchos onde pousassem, mantimentos gratuitos para os tropeiros e pasto para os animais<sup>85</sup>. Essas roças, vendas e estalagens já eram constatadas pelo jesuíta italiano Antonil, que descreveu os caminhos dos paulistas e

---

<sup>82</sup> SAINT-HILAIRE, A. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1982, p. 23. Cf. também COSTA, M. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 73.

<sup>83</sup> MACHADO, H. F. *Escravos, Senhores e Café*. A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense: 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993, p. 30.

<sup>84</sup> MATTOS, I. R. op. cit., p. 84.

<sup>85</sup> PRADO JR., C. op. cit., p. 163.

fluminenses de roça em roça até chegar ao Rio das Mortes (região de São João Del Rey) e à Vila Rica<sup>86</sup>.

Mesmo assim, para Prado Jr., a região de Paty do Alferes, São João Marcos e Resende era raramente povoada e até o último quartel do séc. XVIII, infestada de tribos hostis que só foram dominadas no governo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1789)<sup>87</sup>. Para o historiador Oliveira Viana, o povoamento era muito escasso. Resende, Barra Mansa e Paraíba do Sul ou eram simples pousos de tropeiros, em caminhos das Minas ou de São Paulo, ou arraiais insignificantes insulados no sertão<sup>88</sup>.

Entretanto, a ocupação da região foi rápida e intensa, principalmente a partir da vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O Rio sempre sofria com a escassez de alimentos, porém tal fato foi agravado com a vinda da Corte portuguesa, quando houve grande aumento populacional, pois, além do número de portugueses que vieram fugindo de Napoleão, teve ainda acrescidos outros tantos devido à revogação da legislação que proibia a presença de estrangeiros na colônia por D. João, o que permitiu a chegada de centenas deles, como franceses, ingleses, alemães, italianos, suíços, norte-americanos, suecos, holandeses, irlandeses, austríacos, dinamarqueses e escoceses. Eram 4.234 pessoas, somadas a 24.000 portugueses, o que aumentava a demanda por abastecimento de gêneros de subsistência<sup>89</sup>. O problema de abastecimento do Rio acabou despertando o interesse dos agricultores, aumentando o fluxo de pessoas entre a região produtora de gêneros alimentícios do Sul de Minas e a Corte.

É certo que o exaurimento das jazidas auríferas provocou grande mobilidade da população da região sudeste do Brasil que procurava por novas fontes de renda e sobrevivência. Uma parte dos “generalistas” fluíram para o sul de Minas Gerais, em direção à serra da Mantiqueira, com o objetivo de produzir alimentos para abastecer o mercado do Rio de Janeiro. Esta corrente se encontrou com outras duas: uma proveniente de São Paulo, que percorria o vale do rio Paraíba, pela estrada de São Paulo e outra do Rio de Janeiro, pela Estrada Real das Boiadas. Essa região de confluência tinha, do início do século XIX, as vilas de Resende e São João Marcos como pequenos centros populacionais<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup> ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. Itatiaia Editora. Belo Horizonte, 1982, p. 181 a 186.

<sup>87</sup> PRADO JR., C., op. cit., p.83.

<sup>88</sup> REIS, A.C.F., op. cit., p. 348.

<sup>89</sup> Idem ibidem, p. 324.

A cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da Corte portuguesa, complexificou suas atividades que, além da comercial, também adquiriu a de sede administrativa e política do governo português e também financeira, com a criação do primeiro Banco do Brasil. Além dos grupos de estrangeiros que vieram com D. João ou a partir dele, a cidade ganhou uma importância econômica e política ímpar no Brasil, agregando todos os tipos que formavam a então “incipiente” classe senhorial brasileira. A esse respeito, afirma Ilmar de Mattos: “Mais do que nunca, a cidade tornava-se ponto de encontro de burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas; a todos eles logo se agregariam os plantadores escravistas”<sup>91</sup>.

Tal situação levou à política joanina de integração do “Sul”, com a abertura de estradas e ataques aos índios botocudos para escoar a produção de alimentos para a “Nova Lisboa”.

A região do curso médio do Vale do Paraíba formou-se então pela confluência de movimentos migratórios vindos do Sul de Minas, do vale paraibano paulista, como também da cidade do Rio de Janeiro e que subia a serra, todos envolvidos na produção de alimentos a serem exportados para o Rio de Janeiro<sup>92</sup>. Sua força econômica chegou a ser tão grande que se cogitou, em 1829, da formação de uma província separada das anteriores citadas, que seria formada por Resende, Valença, Parati, São João Marcos (São João do Príncipe) e Ilha Grande, da província fluminense; Campanha e Baependi, da mineira; e Bananal, Areias, Cunha e Guaratinguetá, da paulista<sup>93</sup>.

Buscando regularizar o abastecimento da Corte, a política joanina para o Vale do Paraíba Fluminense foi a de concentração maciça de sesmarias nas mãos de poucos, geralmente altos funcionários da Corte, grandes comerciantes ou pessoas próximas a estes, o que se tornou uma das condições para a expansão cafeeira, incentivada pelo próprio príncipe regente. Muitos comerciantes portugueses que vieram com D João haviam perdido o papel de intermediários do comércio do Brasil e, pressionados pela concorrência inglesa no comércio na Corte, uniram-se às grandes famílias rurais da região com vistas à transmutarem-se para o

---

<sup>90</sup> MATTOS, I. R. , op. cit., p. 57 e 58.

<sup>91</sup> Idem ibdem, p. 62.

<sup>92</sup> PRADO JR., C. op. cit.

<sup>93</sup> Idem ibdem, p. 83. Cf. também Mattos, I. R., op. cit., p., 59.

ramo da produção<sup>94</sup>. Outros grupos familiares que se aproximavam da Corte através da prestação de serviços ao Estado também recebiam vastas terras na região, como ocorreu com famílias mineiras.

A lavoura cafeeira sofreu um grande impulso após a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Dom João privilegiou elementos da burocracia governamental e comerciantes, concedendo uma verdadeira enxurrada de sesmarias com o objetivo de ocupar as terras próximas à capital. Também antigos mineradores, com suas mulas e escravos, se estabeleceram na região, às margens dos velhos caminhos do ouro que ligavam o Rio de Janeiro às minas. Fixaram-se, ainda, no Vale, indivíduos ligados ao setor mercantil de gêneros alimentícios e de animais que, originários de Minas Gerais, comercializavam com a Corte. Esses fatores internos aliaram-se à conjuntura internacional, favorável às exportações agrícolas brasileiras do século XVIII e início do XIX<sup>95</sup>.

Desde D. João havia a prática de que a construção do Império brasileiro se dava a partir de serviços e recursos prestados por particulares, devido ao raquitismo do Estado ainda em construção, em troca de benefícios materiais e titulação nobiliárquica (que abria portas e ascensão hierárquica). Esta classe foi formada por burocratas e negociantes que se transformaram em grandes proprietários em sua aproximação com a Corte, como também de grupos nativos de grande cabedal conseguido com o comércio de abastecimento da mesma Corte e da cidade do Rio de Janeiro, tudo por meio de alianças matrimoniais e da nobilitação que garantia o acesso ao clube da elite. Esta foi a gênese da classe senhorial brasileira<sup>96</sup>. “O Rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços”<sup>97</sup>.

Alguns autores identificam, no processo de interiorização da Metrópole, como descrito pela professora Maria Odila<sup>98</sup>, o que parece ser uma geopolítica<sup>99</sup> dos governos de D João, D Pedro e Regências para incentivar o povoamento e a colonização da região do Vale do Paraíba, com vistas a obter uma classe social econômica e politicamente importante para servir como base política a seus governos. Lenharo e Ilmar Mattos<sup>100</sup> afirmam a existência de uma política joanina de integração do Centro-Sul, com farta distribuição de sesmarias, levada

<sup>94</sup> DIAS, M. O. L. das S. A Interiorização da Metrópole: 1808-1853, in MOTA, C. G. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 164.

<sup>95</sup> NEVES, L. M. B. P. das. MACHADO, H. F., op. Cit., p. 145 e 146.

<sup>96</sup> MATTOS, I. R. , op. cit, p. 56 a 69.

<sup>97</sup> SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p. 23.

<sup>98</sup> DIAS, M. O. L. das S, op. cit.

<sup>99</sup> A relação entre poder e espaço geográfico, como define BECKER, B. Geopolítica da Amazônia, in *SCIELO – Estudos avançados*, v.19, nº 53, São Paulo, Jan./Apr. 2005.

<sup>100</sup> LENHARO, A., op. cit. e MATTOS, I. R., op. cit.

adiante por D. Pedro I, bem como de títulos nobiliárquicos, na região em foco, numa “preferência visível”, segundo Reis<sup>101</sup>, pelos cafeicultores fluminenses. Formou-se aí parte da nobreza que apoiaria a gestão de D Pedro I e, mais tarde, a que viria a integrar a aristocracia do Segundo Reinado. O historiador Neil Macaulay<sup>102</sup> também afirma o interesse de D João em distribuir sesmarias na região do Vale do Paraíba para pessoas próximas a ele ou que lhe tinha prestado serviços. Outro historiador do período, Jurandir Malerba<sup>103</sup>, ainda reporta para o fato de D João ter empregado verdadeira guerra contra os indígenas que ocupavam a região entre Minas e o Rio, para possibilitar sua ocupação. Além disso, também lembram os autores acima citados a respeito do interesse de D João em incentivar a cultura do café na região do Rio e serra acima ao distribuir, entre seus mais próximos, sementes da planta vindas de Moçambique, orientando-os a obter-lhes mudas e então transformá-las em lavouras<sup>104</sup>. Lenharo também destaca que a Regência incentivou o povoamento e a concentração de terras no Centro-Sul, pré-requisitos para a economia cafeeira. Podemos comprovar o esforço na ocupação do Vale por estes governos se nos reportarmos para as datas de fundação das principais vilas da região: São João do Príncipe (1811), Pati do Alferes (1820) – que passa a ser freguesia de Vassouras em 1833 - Valença (1823), Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Pirai (1838). A exceção foi Resende (1801), que já era importante centro criador de gado para o Rio e ponto de encontro dos caminhos entre as capitânicas do Rio, São Paulo e Minas Gerais por volta de fins do século XVIII, mas que se torna o primeiro ponto de cultivo e difusão do café nessa região. A fundação de vilas provavelmente seria importante para abrir novos cargos públicos que pudessem viabilizar as lideranças políticas locais, que viriam dar apoio ao governo central, bem como os privilégios concernentes a esses cargos.

A criação de Pati do Alferes teria beneficiado as famílias Ribeiro Avellar e Werneck, pioneiros na ocupação da região desde o século XVIII, quando da fundação da sesmaria do Pau Grande<sup>105</sup>. Como visto acima, Pati do Alferes foi assimilada pela fundação da vila de Vassouras, em franca prosperidade econômica com a produção do café. Este acontecimento

<sup>101</sup> REIS, A.C.F., op. cit., p. 351.

<sup>102</sup> MACAULAY, N. *Dom Pedro I. A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834)*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

<sup>103</sup> MALERBA, J. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>104</sup> Vide MATTOS, op. cit., p. 70 e LENHARO, op. cit., p. 53.

<sup>105</sup> MUAZE, M. O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial, p. 302. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

ocorreu devido aos interesses de outras famílias que se tornaram também muito importantes na região durante o século XIX, a Teixeira Leite e a Correa e Castro. Para tal, contaram mesmo com o apoio dos Ribeiro Avellar e dos Werneck que teriam querido esvaziar politicamente um rival político, Manoel Francisco Xavier<sup>106</sup>, proprietário da Roça do Alferes, onde se estabelecera, em 1816, a então freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes.

A vila de Vassouras foi fundada nas terras de Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, próximas da Estrada da Polícia. A Guarda Nacional tinha o comando de Laureano Correa e Castro, Barão de Campo Belo. A prosperidade da vila se deu não apenas pelo café, mas também pelo envolvimento de seus fazendeiros com o comércio e casas comissárias, que intermediavam o comércio com a Corte e emprestavam dinheiro aos cafeicultores da região, como o caso da firma Teixeira Leite e Sobrinhos, do Barão de Vassouras e o Banco Commercial e Agrícola, de João Evangelista Teixeira Leite.

Valença também foi fundada com a participação das famílias Ribeiro Avellar e Werneck, quando seus membros, Ignácio de Souza Werneck e o padre Manoel Gomes Leal (ambos da família Werneck) e José Rodrigues da Cruz (família Ribeiro de Avellar) foram nomeados pelo vice-rei para civilizar e aldear os índios coroados da região (aldeia da Nossa Senhora da Glória de Valença). Destacou-se neste município também a família Nogueira da Gama<sup>107</sup>. A família Werneck era oriunda de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (atual Barbacena). A família Ribeiro Avellar procedia de Portugal, quando vieram para o Brasil trabalhar no comércio de grosso trato, sendo que José Rodrigues da Cruz recebera a sesmaria de Ubá.

Outra família importante na região foi a Teixeira Leite. Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Ayuruoca, fundou Barra Mansa juntamente com seu irmão Manoel. Seus outros irmãos, Floriano estabeleceu-se em Valença e Anastácio, em Conservatória. Para Piraí e Vassouras o barão levava seu cunhado, Francisco José Teixeira (futuro Barão de Itambé) e seus sobrinhos, José Eugênio, Joaquim José e Francisco José Teixeira Leite (futuro Barão de Vassouras)<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> MUAZE, M. idem ibidem, p. 307.

<sup>107</sup> Idem ibidem, p. 308.

<sup>108</sup> Idem ibidem, p. 311.

A família Breves, por sua vez, teve destaque nos municípios de São João do Príncipe e Santana do Piraí, ajudando a fundar esta última<sup>109</sup>.

São João Marcos (depois São João do Príncipe), foi fundada a beira do Caminho de São Paulo, quando o governo doou sesmarias na região para que seus proprietários cultivassem a terra por onde passava a estrada e auxiliassem em sua construção. Como ponto de passagem, produzia, além do café, milho, arroz, feijão e farinha para atender seja a Corte, seja aos tropeiros e viajantes que por ali passavam<sup>110</sup>.

Santana do Piraí também se beneficiou do Caminho de São Paulo, sendo a primeira região serrana desta estrada. Com o rápido crescimento da produção do café na serra, torna-se vila e se separa de São João Príncipe. As importantes famílias dos Breves, dos Moraes e dos Monteiro de Barros ali se estabeleceram.

#### 1.2.4 A Fundação de Barra Mansa

Na localidade onde hoje se situam os municípios de Resende, Rio Claro e Barra Mansa, em meados do século XVIII, desenvolveu-se a pecuária e a cana de açúcar, principalmente para abastecer o Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros povoados, na região onde se estabelecera, em 1744, o bandeirante Simão da Cunha Gago, coronel paulista que provinha da região da lagoa denominada Aiuruoca, onde procurava por ouro, e em local conhecido dos índios puris como Timburibá (nome indígena dado a uma espécie arborífera) e que irão formar, em 1747, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova. No Brasil, paróquia ou freguesia (da expressão latina *fillius ecclesiae*, filho da igreja), como na tradição portuguesa, era a menor divisão administrativa tanto civil quanto eclesiástica. Tal se dava devido ao direito do padroado, que unia a Coroa portuguesa à Igreja Católica. Além disso, a religião era o elemento agregador populacional e suporte da disseminação da civilização ocidental pelos sertões considerados “selvagens”. Sua igreja matriz não tardaria a surgir, já em 1752<sup>111</sup>. Entretanto, apenas com o declínio do ouro nas Minas Gerais é que a região começou a se desenvolver. Muitos mineiros começaram a afluir

---

<sup>109</sup> Idem, ibidem.

<sup>110</sup> LAMEGO, A. R.op. cit., p. 73 e 74.

<sup>111</sup> Idem ibidem, p. 67.



para o local, apossando-se de terras devolutas, para trabalhar na agricultura. Nesta época tem início o cultivo do café que, por volta de 1770, foi trazido do Rio de Janeiro pelo padre Antônio do Couto Fonseca para serem plantadas suas primeiras mudas no vale do Paraíba do Sul<sup>112</sup>.

Desta forma, com cerca de 500 fogos (casas) e 4 mil habitantes<sup>113</sup>, em 1801, é criada em seu lugar a primeira vila desta região, agora com o nome de Resende, em homenagem ao conde de Resende, o então vice-rei D. José Luís de Castro, pelo Coronel Fernando Dias Paes Leme, neto de Garcia Paes e bisneto do “Caçador de Esmeraldas”, o bandeirante Fernão Dias Paes. O território de Resende, então, abrangia também os territórios de Barra Mansa e São João Marcos (atual Rio Claro).

Por volta de 1820, Resende tinha uma razoável produção voltada para o abastecimento do Rio de Janeiro, destacando-se engenhos, plantações de cana, café, milho, feijão, arroz e uma forte pecuária, de fornecimento de carne preferível a do gado vacum trazido de São Paulo e Minas Gerais, mais distantes.

Em 1765, uma sesmaria foi concedida pelo então Vice-Rei Conde da Cunha, durante o reinado de D. José I, a Francisco Gonçalves de Carvalho, nas proximidades do rio então conhecido como Barra Seca (depois rio Barra Mansa). Nela Gonçalves de Carvalho criava gado bovino e produzia milho, leite, mandioca e anil. A sede servia como estalagem para os tropeiros<sup>114</sup>. Esta sesmaria, e depois fazenda, era chamada de Posse. Com o tempo, neste local principiou a formar um núcleo de população urbana em torno de um engenho. Em 1800, esta fazenda pertencia ao sargento-mor das tropas de milícias José Pereira da Cruz que construiu, como marco civilizatório, uma capela em homenagem a São Sebastião. Com o crescimento populacional (por volta de 1.800 habitantes e 360 fogos) percorrendo as margens do rio Paraíba do Sul, bem como da estrada geral, que passava pela localidade e levava a Angra dos Reis, e animando a região, em 1820, o coronel Custódio Ferreira Leite se estabeleceu na

---

<sup>112</sup> Idem ibidem, p. 69.

<sup>113</sup> WHATELY, M. C. *O Café em Resende no Século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 8.

<sup>114</sup> “Data de 07.01.1765 o requerimento de Francisco Gonçalves de Carvalho ao rei D. José, solicitando confirmação de sua carta de sesmaria, correspondendo a uma légua de terras em quadra, para a criação de gado vacum, situada entre o Rio Pirai e o Rio Bananal, confrontando com o córrego da Barra Seca, no sertão do Rio Paraíba, na freguesia do Campo Alegre, na capitania do Rio de Janeiro”, in Colégio Brasileiro de Genealogia, seção de Artigos Genealógicos. Disponível em [http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_s\\_05.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_s_05.html). Acesso em 08/09/12 e ALMEIDA, A. F. de. *Barra Mansa, Memória Comemorativa do Primeiro Centenário*. 2 ed. Volta Redonda: Gazetinha, 1992.

localidade, onde concentrara terras, provavelmente através do recebimento de sesmarias<sup>115</sup>. Provindo de São João Del Rey, onde fora importante comerciante e minerador<sup>116</sup>, Ferreira Leite construiu outra capela também dedicada a São Sebastião, para seguir a tradição local, em frente à sede de sua fazenda e à beira daquela estrada, nas terras doadas pelo também coronel Manoel Marcondes do Amaral<sup>117</sup>, este provindo da província de São Paulo, provavelmente da região de São José dos Campos ou Pindamonhangaba. Ferreira Leite, líder da presença da família Teixeira Leite na região do Vale do Paraíba Fluminense, mais tarde, em 1855, recebeu o posto nobiliárquico de Barão de Aiuruoca, palavra que em tupi significa *casa dos papagaios*, de D. Pedro II, pois antes de se converter num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, dedicou-se ao serviço de obras públicas, como estradas – fora contratado por D. João VI, em 1816, para comandar a abertura da Estrada da Polícia na região<sup>118</sup> – pontes, igrejas, além de ter contribuído para o desenvolvimento da região fluminense.

Com o constante crescimento populacional (próximo a 2.200 habitantes e 440 fogos), o desejo de autonomia também cresceu entre as lideranças locais, como o agora capitão-mor Custódio Ferreira Leite, o padre Manoel José de Castro, o capitão Antônio Marcondes do Amaral, como também o padre José Britualdo de Melo e o capitão João Pereira da Cruz, entre outros. Ferreira Leite, para facilitar o povoamento urbano e a elevação da localidade à vila, doou 10 mil braças quadradas de terras, sendo por isso considerado o fundador da cidade. Com a elevação à categoria de vila, ficaria ao encargo da Câmara a administração dessas terras, bem como sua distribuição a quem nelas quisesse construir suas casas.

O requerimento de elevação à vila foi aprovado pela Assembleia Geral do Império e sancionado pela Regência Trina Permanente, eleita pela Assembleia Geral e composta pelos deputados Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braúlio Muniz, sendo ainda oficializado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que também governava a província do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de

---

<sup>115</sup> A abertura de estradas – Custódio Ferreira Leite havia participado da abertura da Estrada da Polícia – proporcionava ao executor privilégios como a isenção fiscal e de prestação de serviço militar e o recebimento de sesmarias. Cf. FRIDMAN, F., *As Cidades e o Café*, in *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 4, n. 3 (número especial), p. 27 a 48, ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.

<sup>116</sup> MUAZE, M. op. cit., p. 311. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

<sup>117</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit, p. 60 e 61.

<sup>118</sup> MUAZE, M. op. cit, p. 311.

1832. Como se sabe, a Regência governava o país após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, que não podia governar enquanto fosse menor de idade. A resolução aprovada determinava os limites da nova vila, bem como a constituição de uma Câmara Municipal, 2 juízes ordinários, 1 juiz de órfãos, 1 inquiridor, 2 tabeliães e demais oficiais de justiça que fossem necessários. Todas essas funções se realizavam na Câmara, que foi instalada provisoriamente em um cômodo de uma das casas de propriedade do capitão João Pereira da Cruz, que por sua vez estava cedida a um francês<sup>119</sup>. O prédio definitivo da Câmara (Palácio Barão de Guapi) somente ficou pronto em 1861.

Os mandatários da primeira vereança de Barra Mansa, entre 1833 e 1837, foram: **Domiciano de Oliveira Arruda (presidente da Câmara por ter sido o vereador mais votado), José de Sousa Breves, Padre José Britualdo de Melo, José Bento Ferreira da Silva Guimarães, Joaquim Gomes de Sousa, Manuel de Sousa Azevedo e João Pereira da Cruz.**

O território que formou o município de Barra Mansa foi desmembrado dos municípios de Resende, Valença e São João do Príncipe (antigo São João Marcos).

### 1.2.5 Barra Mansa – a vila e a produção

#### 1.2.5.1 - A Vila

Durante a década de 1830, a sessão da Câmara Municipal da Vila de Barra Mansa, em 15 de fevereiro de 1838, delimitou o perímetro urbano da vila da seguinte forma, “[...] se entenda por Vila tudo que decorre da fonte existente perto da casa do Cap. José Bento até as casas do Cap. Matos sitas no fim da mesma Vila pelo lado do Sul ficando compreendido tudo que se acha neste extremo com a divisão do Paraíba”<sup>120</sup>.

Essa descrição sugere uma vila pequena, onde os pontos de referência seriam as casas de pessoas importantes, capitães, provavelmente, da Guarda Nacional da localidade.

---

<sup>119</sup> ALMEIDA, A. F. de, op. cit., p. 30.

<sup>120</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit., p. 135.

Entretanto, talvez querendo especificar melhor o perímetro urbano, na sessão de 24 de outubro de 1840, nova descrição é feita da seguinte forma:

Começando na barra do córrego do alferes Caetano Moreira da Silva segue por ele acima até encontrar o moinho do mesmo Silva. Daí em linha reta e solais do morro que verte para a estrada Real até encontrar a pedreira de cima. Daí segue ao solais do mesmo morro, e linha a descer até encontrar a várzea da tapera do Félix. Daí, formando um ângulo obtuso, segue pelo pé do mencionado morro compreendendo toda aquela várzea até encontrar a tapera do Braga. Em seguida, formando um ângulo reto até encontrar o morro detrás da Matriz, compreendendo o lavador público abaixo da tapera do mesmo Braga. Depois segue pelo pé do mesmo morro a encontrar a porteira detrás da Matriz, de onde segue pelo chanfrado diante até tocar na cerca de espinhos. Daí, deixando essa cerca à direita segue o rumo do chanfrado e solais daquele morro até encontrar a várzea do capinzal do capitão Manoel José de Melo, a qual fica compreendida dentro da linha de contorno da Vila. Do rumo do morro chanfrado segue em linha reta ao mais alto de outra cerca de espinhos em um segundo morro além da várzea até a porteira velha do coronel Louzada; daí segue em linha reta à casa do finado padre Castro ficando compreendida a mesma e seu quintal murado; daí segue uma linha reta a tocar o ângulo do valo de Lavalhegas junto à encruzilhada do capitão Marcondes; daí segue pelo mesmo valo até o rio Paraíba, cuja margem é seguida até chegar à barra do córrego do alferes Caetano Moreira da Silva<sup>121</sup>.

Essa nova descrição, apesar de não ser da década de 1830, informa-nos um pouco mais sobre como a vila foi se formando neste período. Oficiais da Guarda Nacional possuíam casas na vila, como também o finado padre, acima citado. Pelo menos algumas dessas casas possuíam quintais. Vemos também o aparecimento de um lavador público, provavelmente o Buraco Quente. A rua principal servia de estrada para a Corte, a estrada Real. A margem (direita) do rio Paraíba servia de limite ao perímetro urbano. Entretanto, as demarcações acima são difíceis de serem identificadas atualmente.

Nos anos da década de 1830, Barra Mansa apenas começava a dar seus primeiros passos com vida independente. Possivelmente, a parte urbanizada da vila era bem restrita. Devia se limitar ao perímetro entre a então capela de São Sebastião (onde hoje fica a Igreja Matriz, que começou a ser construída em 1838 e somente viria a ficar pronta em 1859) e o final da Rua Direita, nome antigo da atual Avenida Joaquim Leite, a principal da vila. Essa avenida também servia de estrada, ligando o litoral à região de Minas Gerais, e ainda não era calçada. O perímetro iria dessa parte até a margem direita do rio Paraíba; entretanto as fontes não são muito claras. Os pontos de referência que podemos conhecer atualmente são a Igreja Matriz, que ficaria no “princípio”<sup>122</sup> da vila; a Rua da Pedreira, a atual Rua Jansen de Melo, que se situa em perpendicular acima à Avenida Joaquim Leite; e ainda a Rua dos Ciganos,

<sup>121</sup> Idem ibidem, p. 135 e 136.

<sup>122</sup> ALMEIDA, A. F., op. cit., p. 33.

conforme fora nomeada na década de 1840 a atual Rua Barão de Guapy. As observações foram feitas com base na construção dos três chafarizes que a cidade possuía em 1840, sendo o primeiro no largo da Igreja, o segundo no local onde hoje se encontra o edifício Édén e o último na Rua da Pedreira. “Daí, essas partes de Barra Mansa terem sido as primeiras partes edificadas<sup>123</sup>”, segundo o historiador Antonio Figueira de Almeida. Como os dois rios da cidade não eram confiáveis, os chafarizes eram considerados essenciais para o fornecimento de água potável, abastecendo não apenas a população, como também as tropas de mulas que passavam pela cidade, já que Barra Mansa era um entroncamento de caminhos que ligavam o Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.

A concentração das casas deveria se dar em torno da Rua Direita e no largo da capela, chamada então de “Largo da Vila”, que era circundado por casas construídas em pequenas porções de terreno dentre aquelas 100 braças quadradas doadas por Manoel Marcondes do Amaral para sediar a nova capela de São Sebastião e futura Igreja Matriz<sup>124</sup>. Próximo a esse largo, deveriam ficar as principais vendas de ferragens e de secos e molhados, que também serviam de taberna para atender os fazendeiros, os habitantes da vila e os tropeiros. Talvez já houvesse alguma estalagem, como atesta a carta de um viajante português de passagem por Barra Mansa em 1844<sup>125</sup>. Se utilizarmos inventários das décadas posteriores, de 1840 e 1850, observaremos a existência de lojas na vila<sup>126</sup>. Entretanto, verificamos nos inventários das décadas de 1830 e 1840, que também havia vendas, ranchos e estalagens na zona rural<sup>127</sup>. É necessário lembrar aqui a origem da vila como ponto de passagem de tropeiros em direção a Minas Gerais, São Paulo e ao Rio de Janeiro, e, ainda, como região de produção pecuária. Portanto, a formação de um núcleo urbano teria se dado para atender aos tropeiros em suas viagens, com a instalação de vendas e ranchos para vender e comprar produtos destes, e talvez também atender as fazendas. A produção do café teria incrementado a população do

---

<sup>123</sup> Idem ibidem, p. 34.

<sup>124</sup> Idem ibidem, p. 32.

<sup>125</sup> Descrição de Viagem à Província do Rio de Janeiro, no Império do Brasil, 1844, de Antônio Joaquim Álvares. Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

<sup>126</sup> O inventário de Francisco Alves Duarte, de 1848, identifica morada de casas com 4 lanços e armação para loja na rua direita desta vila e morada de casas de frente para a anterior com 4 lanços e armação para molhados; Jose Bento Ferreira da Silva Guimarães possuía armação da loja de secos e molhados, louças e ferragens em seu inventário de 1842, e o inventário de Antonio Maurício da Silva, de 1857, identifica uma mercearia de secos e molhados.

<sup>127</sup> Inventários de Luiza Maria de Jesus (1831), Manoel Lourenço do Vale (1833), Senhorinha Maria da Conceição (1835), Emilia Benedita (1840) e Custodio Leite (1847).

município e também reforçado a incipiente urbanização. Quanto a esse aspecto, afirmou o historiador Figueira de Almeida:

A beira do rio era, pois, marginada de grandes armazéns, havendo nas redondezas da vila – bazares, vendas e ranchos – grandemente frequentados, com próspero comércio e vida de intensidade crescente. Barra Mansa, graças a isso, foi perdendo aos poucos o caráter primitivo de simples parada, já porque sua habitação se adensava, já porque a facilidade das comunicações tornava suas terras mais valiosas e procuradas. Então, as fazendas se multiplicaram, e os cafezais se ampliaram enchendo as encostas de seus terrenos ondulados<sup>128</sup>.

O restante desse perímetro deveria possuir ralas casas, uma vez que o terreno era pantanoso; deveria também ser entremeado pela mata local. Segundo depoimento do vereador Dr. Urias, em 1887, em discurso proferido na Câmara dos Vereadores, todo o solo da cidade era naturalmente úmido e alagadiço, pois a cidade fora construída sobre terreno pantanoso, que foi sendo, aos poucos, aterrado para a construção das casas<sup>129</sup>. É possível que nessas casas houvesse quintais com uma variedade de árvores frutíferas, hortas e criações de galinha e/ou de porcos, o que era muito comum à época<sup>130</sup>. Outro depoimento que nos leva a definir dessa forma o perímetro urbano da então vila de Barra Mansa é o do mesmo viajante português de 1844, que chegou a dizer que Barra Mansa era uma vila muito pequena e inferior às de Resende, Valença e Piraí, e praticamente possuía apenas uma rua “muito comprida”<sup>131</sup>.

O que havia a mais na vila era a Câmara Municipal, que funcionava precariamente em um cômodo de uma casa emprestada pelo capitão João Pereira da Cruz. O cemitério também era improvisado. Funcionava na Fazenda da Posse, onde originalmente surgiu a cidade; a princípio era de uso particular do proprietário, mas, até a construção das catacumbas da Igreja Matriz, em 1845, foi utilizado pelos demais vilões. O cemitério municipal somente ficou pronto em 1869. A construção da Igreja Matriz teve início em 1838, pelo Capitão Antônio Marcondes do Amaral<sup>132</sup>. A vila era tão desprovida de serviços urbanos que um abaixo assinado foi encaminhado por um grupo de seus habitantes, em 1834, ao Imperador, em que

<sup>128</sup> ALMEIDA, A. F. op. cit., p. 29.

<sup>129</sup> Discurso proferido pelo vereador Dr. Urias A. da Silveira, em sessão da Câmara Municipal de Barra Mansa, em 08/01/1887, in *Aurora Barramansense*, de 09/01/1887. Documento da seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

<sup>130</sup> Cf. a Comédia de Martins Pena, O Juiz de Paz na Roça, de 1833, in PENA, M. *Comédias de Martins Pena*. São Paulo: Ediouro, [19--?].

<sup>131</sup> Descrição de Viagem à Província do Rio de Janeiro, no Império do Brasil, 1844, de Antônio Joaquim Álvares. Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

<sup>132</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit., p. 137.

se pedia para que pudessem continuar a pertencer à comarca de Resende<sup>133</sup>. Além disso, a vila ficava isolada das demais vilas e cidades devido às dificuldades de transporte, péssimas condições das estradas, um relevo proibitivo, como a serra, e ainda a mata densa.

Inicialmente, os habitantes da vila colhiam as águas do rio Paraíba para seus usos diários, o que faziam após um período de decantação de seus sedimentos. A primeira fonte de Barra Mansa, a qual passou a ser utilizada em concorrência com as águas do rio por possuir águas mais limpas, foi a do Buraco Quente, assim chamada por concentrar os escravos que para lá rumavam a fim de coletar a água e lavar roupas, o que, às vezes, provocava muito falatório, brigas e prática de jogos proibidos. Essa fonte se situava atrás da Igreja Matriz, provavelmente no local em que até hoje é chamado por esse nome. Porém, como visto acima, em 1840 três chafarizes já havia na cidade, um no agora “Largo da Matriz”, outro na Rua Direita, na altura da atual Rua Duque de Caxias perpendicular àquela, e o último na Rua da Pedreira.

Nesta década, Barra Mansa já possuía como primeiro distrito, o curato do Espírito Santo (atual Rialto); como segundo distrito, o curato de Amparo e, como terceiro, o curato de Arrozal (hoje pertencente a Piraí).

Analisando os inventários desse período, observamos que apenas dois deles nos dão alguma indicação sobre o padrão material da vila de São Sebastião da Barra Mansa. De acordo com o inventário de Francisco Pereira da Silva, falecido em 1839, este possuía uma morada de casas de sobrado, no valor bastante alto para o período, 1.800\$000, o que representa o seu grau elevado de poder; e o inventário de Jose de Mattos Ferreira, de 1839, cita uma dívida sua com uma venda de propriedade de Jose Barreto Cotrim de Almeida.

Como visto anteriormente, a partir de 1840, Barra Mansa já possuía 3 chafarizes. Também é a partir dessa data que se inicia a utilização da fonte do Buraco Quente<sup>134</sup>. Nessa década também a Rua Direita, atual Rua Joaquim Leite, a principal da vila, foi calçada, com as pedras retiradas da pedreira da própria vila, à qual a Rua da Pedreira, atual Rua Jansen de Melo, dava acesso. Seu calçamento ia até a atual Rua Barão de Guapy, próxima ao término da Rua Direita<sup>135</sup>. Como a vila já se encontrava mais ocupada, fez-se necessário nomear as ruas. Para isso, o, então presidente da Câmara, tenente Manoel Carlos de Barros (1845 a 1849),

---

<sup>133</sup> Representação, [1834]. Documento da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

<sup>134</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit., p. 139.

<sup>135</sup> ALMEIDA, A. F., op. cit., p. 34 e 35.

tratou de encomendar 20 letreiros que nomeariam todas as ruas e praças. Havia uma rua que margeava o rio Paraíba, que foi chamada de Rua Fresca. Além da Rua Direita, também passaram a ser nomeadas oficialmente a Rua das Flores, a primeira transversal à Rua Direita; a Rua Formosa, a segunda transversal; a dos Ciganos, a terceira transversal; a Rua São Sebastião, paralela acima da Rua Direita; o Largo da Matriz; a Rua do Amaral, ao lado da Matriz<sup>136</sup>. O local para a instalação da futura Câmara já estava escolhido desde 1836, quando um edifício foi comprado pela Câmara, ainda em precárias condições, por 300\$000 (trezentos mil réis), com subscrição popular<sup>137</sup>, em um terreno cedido por José Dias Salustiano<sup>138</sup>. À sua frente, foi instalado o Largo Municipal, nomenclatura dada pelo mesmo Manoel Carlos de Barros; o lugar apresentava-se, em 1844, alagadiço e em pleno matagal. Era atravessado pelas ruas Formosa e das Flores (atualmente Duque de Caxias e Rio Branco, respectivamente)<sup>139</sup>. O terreno em torno da praça, pertencente à Irmandade de São Sebastião, foi parcelado e distribuído pela Câmara Municipal. A Câmara ainda projetava em uma praça de mercado, de 20 braças quadradas, e uma praça de grande parada (provavelmente para os tropeiros e viajantes), de 40 braças quadradas na vila<sup>140</sup>.

Em 1845, foram construídas as Catacumbas na parte de trás da Igreja Matriz, ainda não concluída. As pessoas das famílias de “qualidade” da vila passaram, então, a ser sepultadas nessas catacumbas. As mais pobres, continuaram sendo sepultadas no Cemitério da Posse, até a construção do Cemitério Municipal, em 1869. Nesse ano também foi construído o prédio da cadeia pelo Capitão Antônio Marcondes do Amaral<sup>141</sup>. Ressalte-se, ainda, que não havia iluminação pública à época, o que somente ocorreu a partir de 1873<sup>142</sup>.

Provavelmente por esta década criou-se a primeira escola da cidade, tendo como seu professor de primeiras letras José da Costa Ferreira<sup>143</sup>.

---

<sup>136</sup> ATHAYDE, J. B., op. cit., p. 136 e 137.

<sup>137</sup> ALMEIDA, A. F., idem ibidem, p. 31.

<sup>138</sup> ATHAYDE, J. B., idem ibidem, p. 139.

<sup>139</sup> Idem ibidem, p. 139.

<sup>140</sup> ALMEIDA, A. F., idem, p. 33.

<sup>141</sup> ATHAYDE, J. B., *Barra Mansa e seus Administradores*. Juiz de Fora: ESDEVA, 1971, p. 21.

<sup>142</sup> ATHAYDE, J. B., *A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa*, p. 141.

<sup>143</sup> Idem ibidem, p. 30.



Os curatos de Espírito Santo e do Amparo, devido ao crescimento populacional, passaram a freguesia em 1844, e São Joaquim é elevado a curato em 1849, com o estabelecimento da capela do Patriarca. O curato de São João Batista do Arrozal fora desmembrado, em 1838, para fazer parte da vila de Piraí, criada em 1837<sup>144</sup>.

Analisando alguns inventários dessa década, podemos destacar algumas características da vila. Antonio Marcondes de Toledo, falecido em 1848, filho do capitão Antônio Marcondes do Amaral, importante membro da classe senhorial, construtor da Igreja Matriz e da Cadeia, devia às vendas da vila de propriedade das seguintes pessoas: Jose de Souza Babo, Joaquim Saraiva Nogueira e Bernardino de Souza Leitão, o que demonstra a presença de casas de comércio. Francisco Alves Duarte, falecido em 1848, possuía uma morada de casas com 4 lanços e armação para loja na Rua Direita, no alto valor de 3.000\$000, e uma morada de casas de frente para a anterior, com 4 lanços e armação para molhados, no valor de 1.200\$000, o que reforça a presença da atividade comercial na vila e com alto valor para o estabelecimento. José Bento Ferreira da Silva Guimarães, falecido em 1842, possuía na vila casas grandes de sobrado com 2 frentes assoalhadas e forradas, no alto valor de 8.500\$000, uma armação da loja de secos e molhados, louças e ferragens, no valor de 500\$000 e ainda casas térreas assoalhadas e forradas, no valor de 2.000\$000, o que aponta para, além da importância de casas comerciais, a presença de habitações de maior requinte, que representam maior poder aquisitivo. Manoel Vieira de Sampaio, falecido em 1843, possuía uma morada de casas na Rua Direita, no valor não muito alto de 600\$000, morada de casas pegadas às casas de Ignácio de Aguiar na mesma rua, no valor também não muito alto de 400\$000, o que demonstra também a presença de habitações simples.

Quanto à década de 1850, em 15 de outubro de 1857, Barra Mansa se torna cidade<sup>145</sup>. No ano de 1859 a Igreja Matriz foi concluída pelo tenente Manuel Carlos de Barros<sup>146</sup>. O Registro Civil de Nascimentos e Óbitos teve início em 1851, ficando a cargo do vigário da vila<sup>147</sup>. O Código de Posturas definitivo foi aprovado pelo governo da província em 1853, apesar de já em vigor desde 1848<sup>148</sup>. Em 1857, a cidade contava com as freguesias de São

---

<sup>144</sup> ATHAYDE, J. B., *Barra Mansa e seus Administradores*, p. 36.

<sup>145</sup> ALMEIDA, A. F., op. cit., p. 35.

<sup>146</sup> ATHAYDE, J. B., *Barra Mansa e seus Administradores*, p. 21.

<sup>147</sup> ALMEIDA, A. F., op. cit., p. 29.

<sup>148</sup> ATHAYDE, J. B., *A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa*, p. 145.

Sebastião da Barra Mansa (sede), Divino Espírito Santo (depois Rialto), Nossa Senhora do Rosário de Quatis, Nossa Senhora do Amparo e Patriarca São Joaquim<sup>149</sup>.

Pela análise de alguns inventários podemos ter uma noção sobre o desenvolvimento da vila neste período. O inventário de Anna Euphrausina do Nascimento Vellozo, falecida em 1857, traz o seguinte entre seus imóveis urbanos: casa térrea cedida a outrem (Tertuliano), no valor de 6.000\$000; casa onde reside outrem (Miguel José), valor de 4.000\$000; casa onde reside outrem (Belchior de Mendonça), 1.000\$000; casa que servia de venda, no valor de 400\$000; casa onde esteve uma ferraria, no valor de 300\$000. Esses dados, levantados de seu inventário, são importantes, pois demonstram alguns indícios econômicos como aspectos da vila na referida década. Assim, podemos analisar que a inventariada possuía, provavelmente, casas de aluguel, prática já identificada como comum na cidade no discurso de posse do vereador Dr. Urias, em 1887<sup>150</sup>. Mostra a presença de ferraria, mas também os elevados valores de avaliação desses imóveis, muito acima daqueles analisados nas décadas anteriores, o que demonstra um razoável incremento da riqueza municipal na década.

O mesmo acontece nos altos valores observados na avaliação das casas do Capitão Antonio José de Mattos, falecido em 1850, que possuía uma casa ao pé da Igreja, no valor de 4.400\$000, e Carlota Soares da Silva, falecida em 1856, que possuía 3 lanços de casas no Largo da Matriz e Rua Direita e mais 2 lanços no fundo dessas com frente para o campo em direção da Rua dos Dois, que também eram alugados, agora para Antonio Muniz de Rezende e Souza e Tiburcio José Freire, no valor de 7.500\$000.

Esses inventários demonstram, ainda, maior diversidade de atividades econômicas que ocorriam na vila nesta década, ao contrário dos inventários das décadas anteriores, em que tais características não foram identificadas. É o caso de Francisco Jose da Silva Sampaio, português da cidade do Porto, falecido em 1859; ele era dono de farmácia e possuía uma morada de casas de sobrado com 1 lanço térreo ocupado com a botica, na Rua Direita, e com portão para a Rua Formosa; ali ainda havia, de um lado, a estrebaria e um quintal com poço, no valor de 11.500\$000, e uma morada de casas térrea assoalhada, na esquina da Rua Direita com a Formosa, no valor de 3.600\$000. Antonio Mauricio da Silva, falecido em 1857, possuía uma mercearia de secos e molhados. Luis Zambra, falecido em 1858, era dono de

<sup>149</sup> ATHAYDE, J. B., *Barra Mansa e seus Administradores*, p. 36.

<sup>150</sup> Discurso proferido pelo vereador Dr. Urias A. da Silveira, em sessão da Câmara Municipal de Barra Mansa, em 08/01/1887, in jornal *Aurora Barramansense*, de 09/01/1887.

uma loja de relojoaria e uma casa de 2 lanços na Rua Direita, ambas sem valor declarado. Manoel João dos Reis, falecido em 1850, tinha uma propriedade de casas na Rua Direita, encostada na botica de Francisco Jose da Silva Sampaio, no valor de 200\$000, e outra propriedade de casas na Rua Direita, nº 39, com cercado de madeira, de 2 lanços e uma armação para negocio, no valor de 300\$000.

#### 1.2.5.2 O Casario

De todos os 25 inventários da década de 1830 que ainda existem, os dados demonstram que apenas 7% dos inventariados moravam na área urbana, sendo que 73% habitavam a zona rural. Os demais 20% não possuíam casa própria, ou seja, provavelmente moravam em casas de outras pessoas, talvez parentes ou como agregados dos fazendeiros.

A maioria das casas era feita de taipa, como ainda se podia verificar em algumas casas antigas que existiam até recentemente na cidade. A base, às vezes, era feita com pedras para fixar uma estrutura maior e se elevar dos alagamentos. A insistência em informar, nos inventários, quando as casas eram cobertas por telhas, leva-nos a concluir que este não deveria ser o padrão e sim a cobertura de palhas ou sapé, como também aparece em tais inventários. Pelo menos a cobertura por telhas deveria ser uma característica mais presente nas edificações daqueles que não eram pobres. A pouca menção a assoalhos também indica que a maioria das habitações deveria ter como piso o chão batido, sendo poucas as assoalhadas<sup>151</sup>. No caso dos sobrados, que eram poucos pelo que consta nos inventários, o térreo era de chão batido e o sobrado teria piso de madeira<sup>152</sup>. Na vila, os quintais armazenavam os dejetos das casas. Os dejetos dos pinicos ou urinóis, vez por outra, eram

---

<sup>151</sup> FARIA, S. de C., *Barões do Café*. A Modernização da nobreza no século XIX. São Paulo: Atual, 2005. p. 29.

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*.

jogados através das janelas sobre as ruas<sup>153</sup>. Era a tradição do “lá vai água” trazida pelos portugueses. Tornava-se necessário ter cuidado ao andar pelas ruas para não ser “batizado”<sup>154</sup>.

As casas eram, em geral, muito simples, sem maiores ornamentos e com poucos móveis. As janelas eram, normalmente, feitas apenas de madeira, poucas deveriam ter vidro, um artigo caro, já que importado da Inglaterra<sup>155</sup>. Grande parte das pessoas dormia em esteiras e redes<sup>156</sup>. As mais abastadas dormiam em catres<sup>157</sup>, sendo que poucas dormiam em camas. Tanto os catres como as camas eram compostas de tiras de couro para o descanso do corpo. A umidade e o mofo eram constantes. Segundo Gilberto Freyre, as habitações do período tinham o seguinte aspecto, “Na habitação do burguês intermediário, tanto quanto na do menos abastado e na do mais opulento, o sistema de divisão de peças era o mesmo: sala da frente, grande e às vezes bem arejada; o resto da casa úmido, escuro. Alcova e corredores sombrios. A cozinha, dada a sujeira [...]”<sup>158</sup>.

Em outra passagem, Freyre ainda completa, afirmando que, por preconceitos morais e sanitários e por imposição do regime social da época, segregava-se a família contra os “inimigos” externos: entre eles, o ar, o sol, os raptos, os ladrões e os moleques. Dessa forma, afirma Freyre: “Dormia-se com as portas e as janelas de madeira trancadas, o ar só entrando pelas frinchas. De modo que os quartos de dormir impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo”<sup>159</sup>.

---

<sup>153</sup> FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 198. Cf. também o Discurso proferido pelo vereador Dr. Urias A. da Silveira, em sessão da Câmara Municipal de Barra Mansa, em 08/01/1887, in jornal *Aurora Barramansense*, de 09/01/1887. Biblioteca Nacional, seção de obras raras.

<sup>154</sup> Em algumas cidades verificava-se a presença dos chamados *tigres*. Estes eram escravos que carregavam os dejetos das casas em tonéis para serem jogados em lugares distantes, como no mar, nos rios e terrenos baldios. Como a amônia e a ureia se desprendiam dos tonéis repletos de fezes e urina, corriam pelas costas dos escravos e deixavam marcas listradas embranquecidas, desenhando nas costas dos escravos rajadas como o dorso dos tigres. Cf. FREYRE, G., op. cit., p. 197 e GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil São Paulo*: Editora Planeta do Brasil, 2007. cap. 12.

<sup>155</sup> Apesar de se ter criado uma fábrica de vidros em Salvador, em 1810, esta durou apenas até 1825.

<sup>156</sup> FARIA, S. de C. op. cit., p. 34.

<sup>157</sup> Pequenos leitos dobradiços.

<sup>158</sup> FREYRE, G. op. cit., p. 208.

<sup>159</sup> Idem ibidem, p. 205.

Quanto às fazendas, segundo Eduardo Schnoor<sup>160</sup>, estudando a arquitetura de fazendas oitocentistas em Bananal<sup>161</sup>, as primeiras habitações sofreram influência da arquitetura das fazendas policultoras do Sul de Minas Gerais. Havia engenhos de socar, tulhas para armazenar os grãos de café beneficiados, ranchos para a tropa de mulas e terreiro para a secagem dos grãos, tendo a casa de morar em posição central. Havia também a combinação da base da casa, em pedra, com a parte superior feita de taipa. Schnoor afirma que, nas primeiras décadas do século XIX, as casas das fazendas eram rústicas. Essas *casas de morada* confundiam as atividades de produzir com a de morar.

Em finais da década de 30, há muito se sabe, a “fazenda de café” da primeira metade do oitocentos já tinha ganho seus contornos mais típicos e expressivos: terreiro em posição central e senzalas, tulhas, casas de escolha, engenho e monjolos para café em lanços contínuos, voltados para ele. Criava-se uma solução contínua, que, dentro ainda do melhor espírito colonial, trazia para o mesmo espaço o morar, o produzir e o beneficiar<sup>162</sup>.

Tais características simples das moradias da época e que se confundiam também com lugar de produção podem ser encontradas nas descrições dos bens móveis e imóveis contidos nos inventários do período. Vejamos alguns exemplos.

O inventário de Anna Generosa do Espírito Santo, de 1833, tinha a descrição de casa de morada com 3 lanços e 6 portas, no valor de 128\$000, e não foram arrolados pertences móveis. O de Felis Rodrigues de Souza, de 1833, possuía casa de morada com 3 lanços e meio, no valor de 40\$000. Seus pertences móveis eram forno de cobre, tacho, aparelho de ferrar, machados, foices, enxadas, ferro de engomar, 5 catres, 2 caldeirões, mesa grande, mesa pequena e oratório. Anna Francisca do Espírito Santo, falecida em 1834, tinha uma simples casa de morada com 3 lanços cobertos de telhas e 3 portas no valor de apenas 128\$000. Entre os pertences avaliados foram encontrados somente talheres de garfos e colheres de prata (quantidade não especificada), 2 facas de mesa, 2 espingardas. João Francisco Martins, falecido em 1834, possuía apenas uma casa de morada coberta de telhas, no valor de 650\$000. Entre seus pertences móveis estavam um par de canastras, enxadas, foices, espada de ferro, par de pistolas, 2 mesas, 2 bancos, 3 catres. O inventário de Bernardo Carvalho de Oliveira, de 1839, descreve uma casa de morada no valor mais alto de 1.500\$000, também possuía monjolo com casa, no valor de 30\$000, moinho no valor de 180\$000 e casa de senzala de

---

<sup>160</sup> SCHNOOR, E. Das Casas de Morada à Casa de Vivenda, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>161</sup> Bananal fazia parte das regiões contíguas das províncias de Minas e São Paulo que, segundo Ilmar de Mattos, constituiu-se em um “único bloco” de hegemonia cafeicultora. Cf. MATTOS, I. R. de op. cit. p. 78.

<sup>162</sup> SCHNOOR, E. op. cit. p. 35 e 36.

telhas, no valor de 140\$000. Não foram arrolados bens móveis. O de Francisco Pereira da Silva, de 1839, possuía casa de morada na fazenda, no valor de 800\$000, moinho, no valor de 130\$000, engenho de socar café, casa coberta de telhas, no valor de 150\$000 e paiol coberto de telhas, no valor de 150\$000. Também possuía um sobrado na vila, no valor de 1.800\$000. Dele foram arrolados poucos bens móveis, apenas catres, relógio de parede, caixa de música. Entretanto, o relógio de parede e a caixa de música já nos dão uma visão de seu grau refinado. O inventário do Alferes Henrique José da Silva, de 1839, demonstra que possuía casas de morada, paióis, senzalas e cozinha, tudo no valor de 2.400\$000. Entre seus pertences móveis estavam, entre outros, pratos, xícaras, facas de cabo de osso, colheres e garfos de ferro, estojo de navalhas, 12 talheres de prata, 12 colheres de chá de prata, par de brincos de pedra. Joaquina Roza, falecida em 1836, possuía 1 lanço de casa coberta de telhas, uma porta e uma janela, no valor de 80\$000, 3 lanços de paióis, no valor de 300\$000, moinho, no valor de 200\$000, engenho, no valor de 60\$000. Além disso, havia, entre seus pertences, mesa de jantar, armário, catre, 2 marquesas, par de canastras, tacho de cobre, forno de cobre, chaleira e caçarola, aparelho de ferrar, espingarda, foices, enxadas, machados, ferro de engomar, gamelas, 3 dúzias de pratos de louça, 4 travessas, bancos, bule, urinóis. Luiza Maria de Jezus, falecida em 1831, possuía uma casa de morada, com valor alto para a época, de 1.800\$000, casa com armação para venda, no valor de 500\$000, rancho coberto de telha, no valor de 200\$000, casa de prensa de mandioca, no valor de 100\$000, moinho, no valor de 400\$000, paiol com 5 lanços, no valor de 1.500\$000. Não foram arrolados bens móveis.

A discrepância ficou por conta de Manoel Marcondes do Amaral, uma das pessoas mais ricas da vila, falecido em 1832. Este possuía 11 lanços de casas cobertos de telhas com pilares de pedra, 3 lanços ladrilhados de pedra e 3 assoalhados de tábuas, no valor de 2.000\$000, engenho de cana e café, no valor de 700\$000, uma casa coberta de telhas com moinho e roda de mandioca, no valor de 60\$000, 14 lanços de casas assoalhadas para paiol, no valor de 560\$000, 19 lanços de casas cobertas de telhas para senzalas, no valor de 570\$000, 3 lanços de casas cobertas de telhas para paiol, no valor de 100\$000. Entre seus pertences móveis possuía 5 dúzias de facas e garfos com cabo de marfim; 1 piano; 11 cadeiras de assento de palhinha; cadeiras de madeira; par de canastras; 4 marquesas; espelhos; espelho toucador; mesas pequenas de jantar; cama de armação; 4 catres; 1 guitarra; 1 *violam*; 12 cálices de champanhe; 16 cálices para vinho; aparelho de louça azul; aparelho de chá; tudo muito sofisticado para a época.

Portanto, a partir desses exemplos, podemos concluir que tais habitações, no geral, possuíam características simples, de baixo valor e com móveis rústicos, quando arrolados.

Já as senzalas, onde dormiam os escravizados, eram grandes galpões situados próximos da Casa Grande<sup>163</sup>. Dispunham-se em linha ou em quadra em torno do terreiro. Havia, normalmente, uma ala separada para homens e outra para as mulheres. Alguns cubículos eram destinados às famílias de escravos<sup>164</sup>. Algumas conseguiram o privilégio de poder habitar casinhas de taipa separadas dos demais. As aberturas gradeadas, para arejar o ambiente, situavam-se na parte de cima da senzala e havia apenas uma ou poucas portas.

Emília Viotti assim descreve as senzalas:

Os edifícios, na grande maioria, eram alongados, de forma retangular, construídos de pau-a-pique e cobertos de sapé, sem janelas, tinham uma porta única, e aberturas de trinta a quarenta centímetros na parte superior, junto à coberta. Quando sucedia de haver janelas, eram fechadas por grades, o que refletia a preocupação de impedir fugas.

[...] o mobiliário era escasso. Apenas uma tarimba e um jirau. Aquelas feitas de madeira, dois e meio a três pés de largura, encimadas de esteiras ou cobertores, e um pequeno travesseiro de palha. No jirau, o escravo guardava seus pertences. Às vezes, a tarimba era mais alongada, de forma a permitir que se colocasse um baú na extremidade<sup>165</sup>.

Ricardo Salles faz a seguinte descrição das senzalas:

As senzalas eram grandes construções térreas em linha ou em quadra, que formavam, com outras edificações, como visto, as alas de terreiros, dessa maneira fechados e para os quais estavam voltadas suas poucas portas e, quando as havia, janelas. Eram divididas em compartimentos separados por sexo. Nestes compartimentos havia cubículos destinados a pequenos grupos de escravos. As poucas famílias que haviam se constituído tinham seus próprios cubículos, ou, excepcionalmente, podiam, como alternativa, habitar em pequenas choupanas separadas<sup>166</sup>.

A alemã Ina Von Binzer esteve no Brasil como preceptora dos filhos de grandes fazendeiros cafeicultores. A primeira fazenda em que trabalhou foi a São Francisco, na região de Barra Mansa, Bananal ou Queluz<sup>167</sup>. Ela também fez uma descrição da senzala da fazenda:

Uma espécie de armação das mais grosseiras, feita de tábuas e recoberta por uma esteira de palha de milho; um cobertor de lã, vermelho, um bauzinho de latão, uma

<sup>163</sup>“ [...] o olhar do dono tinha de abarcar todo o trabalho e as atividades da fazenda”, in FARIA, S. de C., op. cit., p. 31.

<sup>164</sup> Cf. SALLES, R, op. cit., p. 180 e GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. p. 176.

<sup>165</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 294.

<sup>166</sup> SALLES, R. op. cit., p.180.

<sup>167</sup> Não há certeza de sua localização exata.

mesa indescritivelmente primitiva, além de algumas panelas, pratos e pequenos utensílios, eram a única ornamentação do cômodo sem janelas<sup>168</sup>.

Finalmente, dos inventários analisados para o período, apenas 20% trazem casas de morada com valor superior a 1.000\$000 (um conto de réis), o que demonstra o aparecimento de uma elite, ainda incipiente na região.

Dos 32 inventários analisados para a década de 1840, o de Francisco Alves Duarte apresenta apenas moradia urbana, ou seja, 3,12 % das moradias. José Bento Ferreira da Silva Guimarães possuía casa tanto na vila quanto na zona rural. Contando apenas estes dois inventários, teremos um total de 6,24 % de moradias urbanas, próximo dos 7% verificados na década de 1830. Assim, podemos observar que não houve substantiva variação no padrão de ocupação urbana entre essas duas décadas. Dentre os demais inventários, 68,24% tinham moradias na zona rural, e o restante, ou seja, 25,54% não possuía moradia alguma, provavelmente vivendo como agregado nas terras alheias.

Entretanto, cabe destacar que, se na década de 1830 apenas 20% das moradias apresentavam um valor acima de 1.000\$000 (um conto de réis), nesta década apresenta-se um montante 50% maior, podendo-se verificar este valor em cerca de 31,25% das moradias. Essa situação reflete um aumento no padrão da riqueza na região e talvez também um alargamento da participação de um grupo mais abastado em relação ao valor total da riqueza dos habitantes do município.

Podemos afirmar que, apesar do incremento da riqueza observada no município em relação à década anterior, pouco se poderia notar a respeito de mudanças significativas no padrão habitacional. As casas eram, em geral, de morada, simples, ainda apresentando um padrão de confusão entre a habitação e o trabalho, como demonstra os inventários da época<sup>169</sup>. Vejamos alguns exemplos.

Anna Joaquina de São José, falecida em 1842, possuía 2 paióis cobertos de telhas no valor de 100\$000, engenho com a casa arruinada, no valor de 200\$000, 5 lanços de casas de morada, no valor de 1.500\$000, cozinha e fogão de ferro, no valor de 50\$000, paiol no valor de 120\$000, 7 lanços de casas cobertos de telha, no valor de 120\$000. Seus bens móveis declarados foram 5 colheres de prata para sopa. No inventário de Angélica Francisca do Sacramento, de 1841, constam casas de morada, no valor de 200\$000, cozinha, no valor de

---

<sup>168</sup> RITZKAT, M. G. B. *A Vida Privada no Segundo Império*: pelas cartas de Ina Von Binzer (1881/1883). São Paulo: Atual, 1999. p. 44.

<sup>169</sup> Encontramos apenas 2 sobrados entre os inventários, de Ana Custodia de Jesus, na zona rural, e de Jose Bento Ferreira da Silva Guimarães, na zona urbana.



10\$000, paiol, no valor de 60\$000, casas de senzalas, no valor de 22\$000, monjolo e tanque, no valor de 26\$000. Ana Custodia de Jesus, de 1840, possuía um 1 sobrado, no valor de 1.000\$000, 1 moinho, no valor de 100\$000, 1 engenho, no valor de 80\$000, 2 paióis, no valor de 300\$000. Custodio Gomes de Souza, de 1849, casa de morada, no valor de 300\$000, paiol de 3 lanços cobertos de telhas, com valor de 150\$000, casa de 2 lanços cobertos de telhas e assoalhada, que serve para guardar café, valor de 140\$000, casa com moinho e engenho de cana tocado por bois, valor de 400\$000. Jose Bento Ferreira da Silva Guimarães, de 1842, possuía casas grandes de sobrado com 2 frentes assoalhadas forradas (na vila) e casa de morada com cozinha e dispensa, valor de 2.400\$000, casa e engenho, valor de 2.000\$000, 1 paiol e casa de telha, valor de 400\$000, 4 lanços de senzalas com 9 portas de madeiras e baldrame (viga) de pedra, valor de 600\$000, moinho e casa, valor de 150\$000, engenho de cana coberto de telha com casa de alambique, valor de 250\$000, 2 monjolos, valor de 50\$000. Seus bens móveis eram colheres e garfos, facas de mesa, 1 espingarda, 1 jogo de pistolas. Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, falecido em 1842, proprietário da fazenda Bananal, possuía morada de casas novas de pedra e cal, no alto valor de 9.000\$000, mais 11 lanços de casas cobertas de telhas, no valor de 550\$000, uma casa de engenho, no valor de 550\$000, um moinho velho, no valor de 40\$000 e metade de 42 lanços de senzalas velhas, no valor de 525\$000. Seus pertences móveis já apresentavam alto grau de requinte e compreendiam 1 piano, 1 barômetro completo, 2 sofás de jacarandá com assento de palhinha, 5 mesas para por flores, 1 marquesa com assento de palha, cama de casal de jacarandá, 2 camas de hóspedes, 5 marquesas ordinárias, mesa ordinária de jantar; 6 cadeiras assento de palha; 20 cadeiras de jacarandá assento de palha, 4 quadros, 1 oratório, relógio francês de bronze dourado, 1 lampião, 38 pratos de sopa, 122 pratos de sobremesa, 1 licoreiro, 12 copos de vidro para champanhe, 18 cálices de vinho; 18 cálices de água; 2 castiçais de prata; bandeja de prata; xícaras, bule, açucareiro, manteigueira e cafeteira de porcelana francesa; concha de sopa de prata; vários outros talheres de prata, o que demonstra a possibilidade de receber muitas visitas, proporcionando uma ampla rede de sociabilidades. Maria Leopoldina Soares, falecida em 1845, possuía uma casa de vivenda, na zona rural, de 4 lanços, sendo 2 assoalhados, no valor alto para a época de 1.000\$000. Rita Maria de Cássia, falecida em 1843, possuía uma morada de casas de vivenda com 120 palmos de frente e 80 de fundos e 3 lanços de casas que servem de cozinha e dispensa e 2 lanços de casas de mandioca com 1 que serve para alambique, no alto valor de 6.500\$000, demonstrando um maior poder econômico, e mais 3 lanços de casas que servem de paiol assoalhadas, no valor de 500\$000, entre outros.

Na década de 1850, nos 34 inventários *post mortem* dos habitantes da Barra Mansa que ainda existem, mudanças significativas podem ser observadas. O percentual de casas na zona urbana cresce substancialmente de 3,12% para 20,5% ou de 6,24% para 29% se contarmos com os habitantes que tinham moradias tanto na zona rural quanto na urbana. Entre o restante dos inventariados, 50% se verificava na zona rural, chegando a 58% se contarmos com aqueles que possuíam moradias em ambas as zonas. Ou seja, podemos verificar um incremento das habitações urbanas. Entre aqueles que não apresentavam moradia própria, há um pequeno decréscimo percentual de 25,54%, da década anterior, para 20,5% nesta década. As habitações com valores acima de 1.000\$000 continuaram sua trajetória ascendente, passando de 31,25% para 38%, demonstrando o incremento da riqueza local.

Eduardo Schnoor afirma que, a partir da segunda metade do século XIX, as casas de morada se transformaram, aos poucos, em casas de vivenda. Estas seriam um “espaço diferenciado de moradia e de representação”<sup>170</sup>. Assim, devido ao maior volume de riquezas promovido pelo desenvolvimento do café no período, os “agricultores escravistas” passam a se fazer representar como “senhores rurais”, em busca de um ideal aristocrático modernizante. A casa de vivenda agora apresenta novos símbolos com os quais se pretende uma aproximação da civilização europeia. As casas, portanto, aparecem assobradadas, envidraçadas e cobertas de telhas. O neoclássico, introduzido no Brasil pela missão francesa trazida por D. João, começa a aparecer na arquitetura das moradias, quando as sedes das fazendas começam a se assemelhar às moradias urbanas. A casa grande ganha destaque dos demais equipamentos rurais de produção, procurando se diferenciar do lugar de produção, e começam a aparecer jardins e pomares. A sala de visitas se destaca como o centro da residência, local de fazer representar um padrão de vida mais refinado para receber as visitas, pois a convivência social passa a ser uma das funções do espaço doméstico, ou seja, o de criar redes de sociabilidades mais profundas, que ajudarão a fundamentar a ordem escravista do Segundo Reinado. Nas casas senhoriais, o piano não poderia deixar de estar presente, assim como faqueiros e louças importadas que se tornaram mais frequentes.

Sheila Faria segue o mesmo raciocínio de Schnoor. Para ela, a partir da segunda metade do século XIX, as moradias ganharam nova arquitetura, a neoclássica<sup>171</sup>. As residências deveriam ganhar colunas e escadarias em suas entradas. As paredes de taipa dão lugar às de tijolo de adobe. As telhas ganham cada vez mais espaço frente às coberturas de

---

<sup>170</sup> SCHNOOR, E., op. cit., p. 38.

<sup>171</sup> FARIA, S. C. op. cit., p. 30.

sapé. O chão de terra batida dá lugar aos assoalhos de madeira. As janelas e portas de madeira ganham contornos refinados, recebendo vidros, muitas vezes com desenhos. A capela era uma marca da religiosidade da época, não podendo faltar nas sedes das fazendas mais ricas. Segundo a autora, os espaços internos da casa de vivenda tornam-se mais bem definidos, o que seria verificado nos inventários da segunda metade do século, que trariam uma descrição mais detalhada do interior das casas, descrevendo o cômodo e os objetos móveis que ele continha. Os cômodos aumentaram de tamanho e de quantidade, definindo-se um espaço para a sala de jantar, também espaço de sociabilidade. Na sala de jantar, o destaque ficava para a mesa, agora mais cumprida, com dezenas de cadeiras e sua representação da hierarquia social. Na cabeceira ficava o senhor da casa. Quanto mais próximo a ele, maior importância possuía a pessoa naquela casa. As camas tomam o lugar dos catres. Entretanto, a classe senhorial passou também a ter casas nas vilas e cidades. Em seus solares ou mesmo verdadeiros palacetes, faziam representar seu poder frente aos cidadãos; suas principais atividades eram as festas ou saraus, seja de cunho religioso ou em homenagem a alguma autoridade importante.

A análise de alguns inventários nos proporciona uma visão sobre o padrão das moradias da época. O inventário de Anna Euphrausina do Nascimento Vellozo, falecida em 1857, demonstra a presença de casas de morada no sítio de São João da Boa Vista, no valor de 4.000\$000, casa de sobrado na fazenda da Vargem da Barra Mansa, arrolada no valor de 10.000\$000. Seus bens móveis eram 24 cadeiras de jacarandá e palhinha, 10 marquesas, 2 mesas redondas, 1 sofá, mesa elástica de jantar, guarda louça com vidraças, cômoda, cama de armação, oratório. Podemos observar a casa de sobrado, como representação de poder, e de valor considerável. Apresenta ainda os requintes como o guarda louça com vidraças, uma mesa de jantar e 24 cadeiras de jacarandá, que podem demonstrar não apenas um padrão de riqueza elevado, mas também um possível alto grau de sociabilidade, posto que se poderia receber muitas pessoas em visita à casa.

Domiciano de Oliveira Arruda, falecido em 1850, foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa. Não possuía casa na vila, mas era proprietário de uma portentosa fazenda de estilo neoclássico, a fazenda da Bocaina<sup>172</sup>, onde figurava uma morada de casas de

---

<sup>172</sup> A fazenda Bocaina possuía uma casa de vivenda já adaptada aos requintes da segunda metade do ciclo. Entretanto, como o dono morava no Resgate, Bocaina não possuía o aparato da sede do Império agrícola. A Bocaina citada no Laemmert de 1855 como tendo, naquela época, terreiro de café murado, possuía uma casa de vivenda, própria da segunda fase do café. Além do novo espaço em que os prédios foram dispostos, a residência possuía jardim e pomar isolados dos demais elementos por portão de ferro. Nela, claramente a convivência social já se definia como uma das finalidades do espaço doméstico. O bilhar e o costumeiro piano na sala o comprova. Destacam-se seus diversos signos de modernidade, como a presença de arados americanos e a separação dos espaços de moradia e produção, bem como “a caixa d’água com encanamento de chumbo e torneira. Disponível

vivenda, no valor de 12.000\$000. Possuía nesta fazenda botica e enfermaria, e ainda um engenho de socar com despolpador, no valor de 5.000\$000. Com gosto requintado, possuía livros em francês, tais como *Maison Rustique*; *Besherelle Dictionaire*; *Gramaire Frances*, *Historia de la Revolution de 1848*, etc., em um total de 13 obras, e em português, como *Historia do Brasil*, *Recreação Filosofica*; *Historia Universal*; *Historia Da America*; *Os Incas*; *Poética De Horacio*, etc., em um total de 11 obras. Além disso, possuía ainda 1 jogo de gamão, 1 relógio de parede e 1 banheira de folha pintada.

Esmeria Candida Nogueira, falecida em 1857, possuía casa de vivenda assobradada, de 65 palmos de comprimento e 36 palmos de largura, assoalhada e forrada, envidraçada com salas, quartos e cozinha, no valor de 3.000\$000. Notam-se os requintes da casa de vivenda, que era assobradada, assoalhada, forrada, envidraçada, e de alto valor de avaliação.

Felicio Jose de Castro, falecido em 1859, apesar de ser proprietário de apenas 1 escravo, possuía uma morada de casas com telhas, no alto valor de 1.200\$000.

Francisco Jose da Silva Sampaio, português da cidade do Porto, falecido em 1859, era dono de farmácia. Possuía uma morada de casas de sobrado, com 1 lanço térreo ocupado com a botica na Rua Direita e com portão para a Rua Formosa, de um lado a estrebaria e um quintal com poço, com o valor bastante alto de 11.500\$000. Possuía outra morada de casas térrea, assoalhada, na esquina da Rua Direita com a Rua Formosa, mo valor também bastante razoável de 3.600\$000. Além disso, possuía o requinte de ter entre seus pertences 26 livros encadernados e alguns cadernos. Seriam estes *Gramathica Francesa*, *Dicionário Português Fonceca e Roquete*, *Estudos Históricos*, *Máximas do Marques de Maricá*, etc.

Manoel João dos Reis, falecido em 1850, tinha uma propriedade de casas na Rua Direita uma propriedade de casas na Rua Direita encostada na botica de Francisco Jose da Silva Sampaio, no valor de 200\$000, ainda outra propriedade de casas na mesma rua, nº 39, com cercado de madeira, de 2 lanços e armação para negocio, no valor de 300\$000 e outra propriedade de casas próxima a de Felicio Jose da Silva Pontes, de 2 lanços, sem repartimentos, com 58 tabuas, 4 portas novas, no valor de 450\$000. Possuía alguns pequenos requintes como um livro *Manual do Destilador*, um outro livro chamado de *Processo Orphanologico*. Além disso, também possuía 29 garfos e 7 colheres de ferro e 1 relógio, entre outros pertences.

Manoel Moreira da Costa Matos, falecido em 1857, possuía como pertences refinados 1 ventilador, uma mesa de jantar com 9 cadeiras de palhinha, um faqueiro de prata e 2 castiçais de prata.

Maria Joaquina de Jesus, falecida em 1858, possuía uma pequena morada de casas com 2 lanços e meio, no baixo valor de 450\$000, mas que era assoalhada e forrada.

Manuel Gomes de Carvalho (?), o primeiro barão do amparo, falecido em 1855, era proprietário de uma portentosa fazenda<sup>173</sup>, a fazenda Santanna do Turvo que, juntamente com casas de morada, engenhos, máquinas, paióis, outras casas, as terras da sesmaria da Criciúma e cafezais, chegava ao extraordinário valor de 183.810\$000. Seu inventário ainda indica as propriedades das fazendas San Thiago<sup>174</sup>, Criciúma e Lambari.

### 1.2.5.3 Os Escravizados

Para os africanos recém-chegados era difícil se adaptar à nova situação. Uma das maiores dificuldades que encontravam era a comunicação, principalmente no que diz respeito à compreensão das ordens que recebiam. Esses africanos escravizados que ainda não sabiam falar português eram chamados de *boçais*. Os que já tinham algum conhecimento da língua eram chamados de *ladinos*. Existiam também os *crioulos*, que eram os já nascidos no Brasil como escravos e, portanto, já estavam integrados à cultura local.

Assim que chegavam aqui, os africanos escravizados perdiam o direito de usar o seu nome africano e de praticar as suas antigas tradições. Eram batizados segundo a fé católica e

---

<sup>173</sup> A casa-sede é uma edificação de grande porte, em dois pavimentos, com planta em forma de “J” e telhado em capa e canal de ponto elevado, com belo caimento e arremate por pronunciada cimalha em madeira [...] Ainda em seu interior, na sala do pavimento superior, há um belo trabalho em madeira policromada [...] Uma escadaria externa, com sustentação e guarda-corpos executados em pedra bruta, dá acesso diretamente ao pavimento superior. Junto à escadaria, um muro em gradil de ferro e embasamento em pedra resguarda o jabuticabal, com acesso através de portão ladeado por duas colunas em pedra, encimadas por escultura de leões. A estrutura é feita por esteios de madeira sobre baldrame de pedra, com as paredes de vedação em taipa. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/2\\_santana\\_do\\_turvo.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/2_santana_do_turvo.pdf). Acesso em 03/05/2013.

<sup>174</sup> Com planta em “U”, jardim interno e acesso lateral localizado no platô superior, a casa-sede mantém uma pequena capela dedicada a São Thiago com altar e santuário originais, forro em gamela e paredes pintadas com motivo de estrelas sobre fundo azul [...] No salão, as paredes recebem pintura requintada com barrado à meia altura e motivo de folhagens. O sistema construtivo é composto por alicerce em pedra seca, estrutura autônoma em madeira de seção quadrada com vedações originais em pau a pique; telhado em estrutura de madeira com beiral encachorrado e cobertura em telhas de barro, capa e canal. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/18\\_sao\\_thiago.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/18_sao_thiago.pdf). Acesso em: 03 maio de 2013.

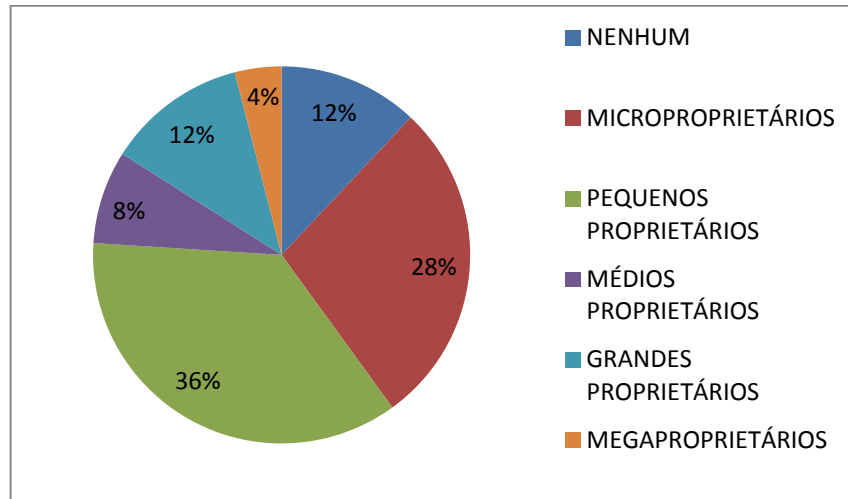
recebiam nomes portugueses, como João, José, Maria. Ainda hoje, os pesquisadores têm dificuldades para identificar as diversas etnias africanas que chegaram ao Brasil, pois os africanos recebiam sua qualificação de origem a partir do nome do porto africano por onde embarcaram rumo ao Brasil. Os principais portos eram da Costa da Mina, de Luanda, de Benguela e de Cabinda. E assim os escravizados passavam a ter o nome composto de sua qualificação de origem, tais como João Mina, Manoel Congo, Maria Angola, José Benguela, Rita Cabinda, entre outros.

Em Barra Mansa, na década de 1830, entre os escravos de Anna Generoza, por exemplo, encontramos nomes desses tipos, tais como Roberto Cabinda e Julianna Conga. De outro modo, os escravos também recebiam nomes da região africana colonizada pelos portugueses de onde eram originários, como se observa nos casos de Joanna Angola e João Moçambique<sup>175</sup>. Ainda havia, entretanto, os qualificados como Cassange, Monjolo, Rebolo, Lunde, entre outros. Sabe-se, atualmente, que pelo porto de Luanda, em Angola, de onde saiu a maior quantidade de escravos para o Brasil, embarcaram as etnias dembos, ambundos, imbangalas, lundas e diversas outras.

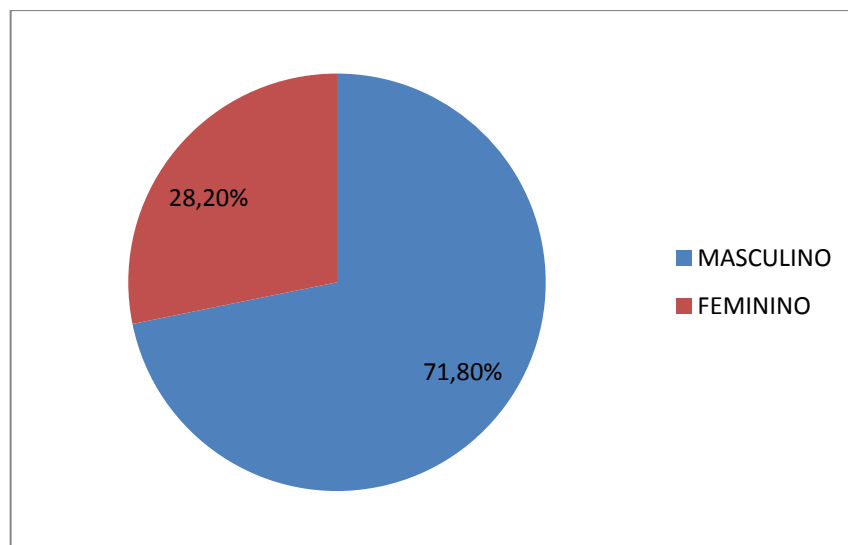
Entre os proprietários de escravos, temos que o grupo majoritário era composto de pessoas que não possuíam escravos (12%) ou eram micro ou pequenos proprietários de escravos (64% chegavam a possuir, no máximo, 19 escravos), perfazendo um total de 76% dos inventariados. Médios proprietários, que possuíam entre 20 e 49 escravos, representavam apenas 8% dos inventariados. Apenas 16% estavam entre os grandes e megaproprietários, ou seja, possuidores de 50 escravos ou mais.

---

<sup>175</sup> Inventário de Anna Generoza (1833), Fórum de Barra Mansa.

**Gráfico 1****PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NA DÉCADA DE 1830**

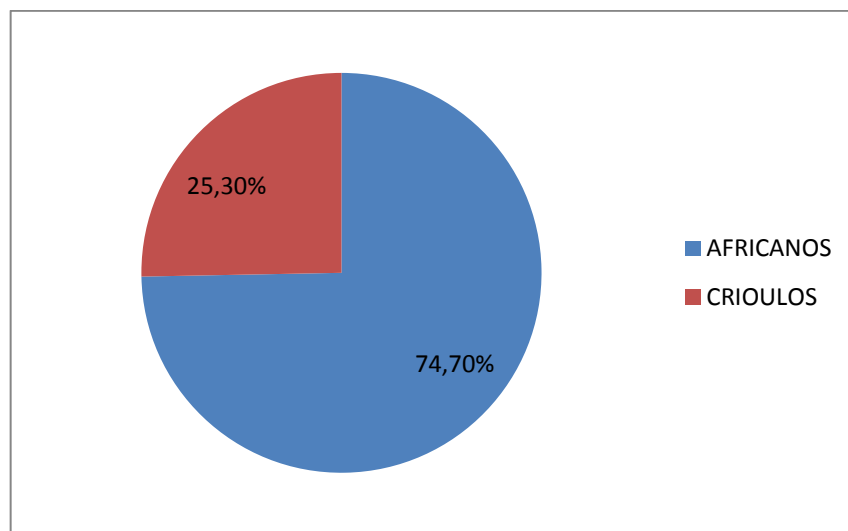
A maioria dos escravizados encontrados nos inventários do período era composta por homens, 72%, contra 28% de mulheres. Eles eram preferidos porque serviam para o trabalho mais pesado no eito.

**Gráfico 2****ESCRAVOS POR GÊNERO NA DÉCADA DE 1830**

Neste período em que a produção do café estava em seus inícios no Vale do Paraíba Fluminense, muitos africanos foram traficados para trabalhar na região, comportando a maioria entre os escravos (75%) em relação aos crioulos (25%), ou seja, aqueles que haviam nascido no Brasil.

### Gráfico 3

ESCRAVOS POR ORIGEM NA DÉCADA DE 1830



Foi observada também a presença de famílias escravas<sup>176</sup>. Ao todo se somaram 58 famílias, o que pode indicar que a presença de famílias escravas no Brasil era fato comum, posto que talvez já houvesse a preocupação dos senhores de escravos e dos próprios escravos com a “paz nas senzalas”<sup>177</sup>. A formação de famílias entre os plantéis era considerada um fator de aquietação de escravos, já que, juntamente com a aquisição do direito de possuir um roçado, não pensavam em se rebelar.

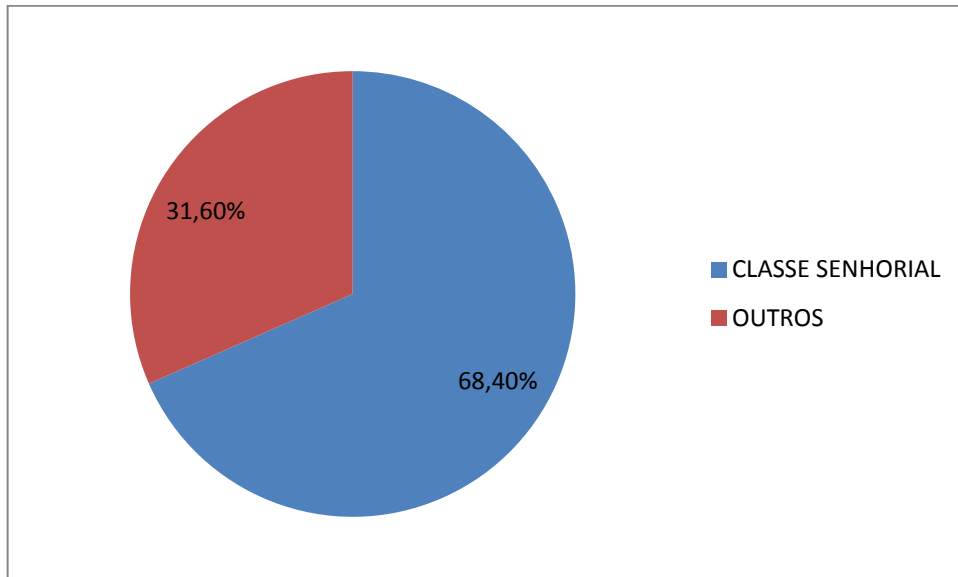
<sup>176</sup> Foram considerados como famílias os casos de casamento, casamento com filhos ou escravos com filhos.

<sup>177</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.



Gráfico 4

## CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA ESCRAVA NA DÉCADA DE 1830

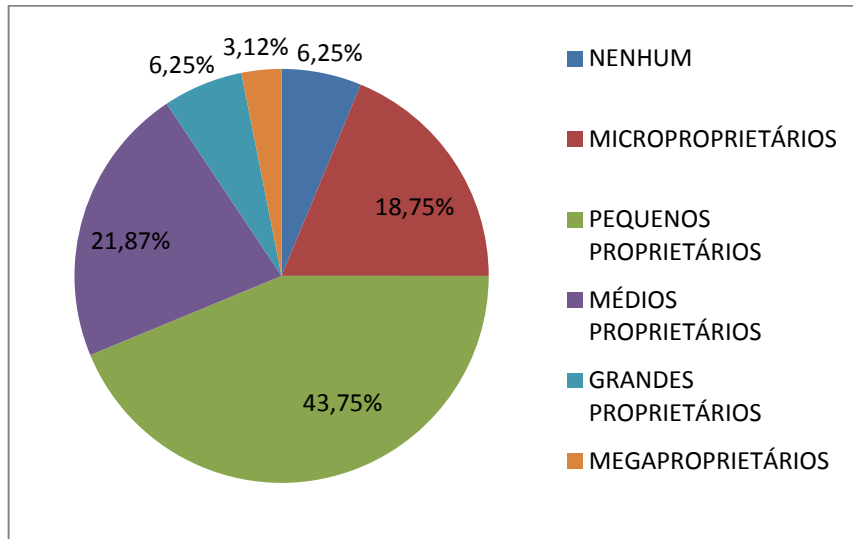


Classe senhorial – os grandes e megaproprietários de escravos. As demais estratificações sociais seriam os microproprietários, pequenos proprietários e médios proprietários.

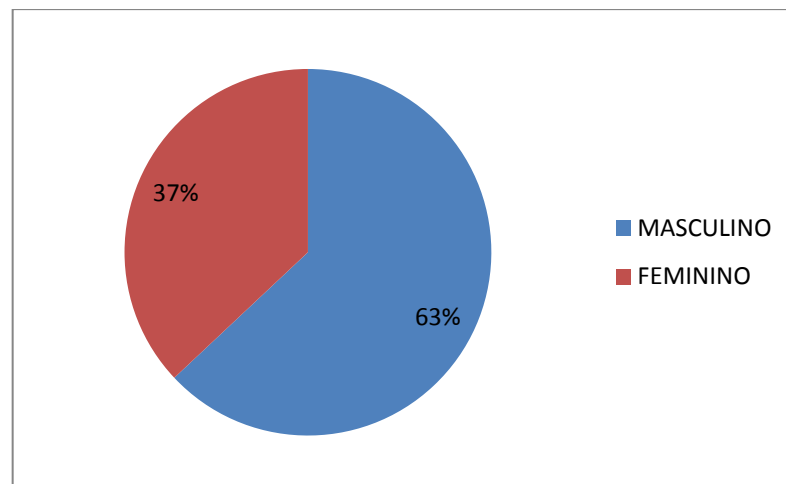
A quantidade de escravos encontrada nos inventários somava o total de 511.

O valor do escravo atingia a média de 200\$000.

Segundo os inventários *post-mortem* dos habitantes da vila de Barra Mansa da década de 1840, dos 32 que ainda existem, apenas 6,25% não possuíam nenhum escravo, o que nos leva a crer, sempre atentando para o fato de que trabalhamos por amostragem, que a propriedade de escravos era bastante difundida na vila. Microproprietários constituíam 18,75%, pequenos proprietários, 43,75% e médios proprietários, 21,87, dos inventariados. Conformavam, juntos, a maioria dentre os proprietários de escravos, totalizando 84,37% dentre eles. Grandes proprietários representavam 6,25% e megaproprietários de escravos, 3,12%. Estes dois últimos grupos conformavam uma minoria dentre a sociedade local, em um total de 9,37% dos inventariados.

**Gráfico 5****PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NA DÉCADA DE 1840**

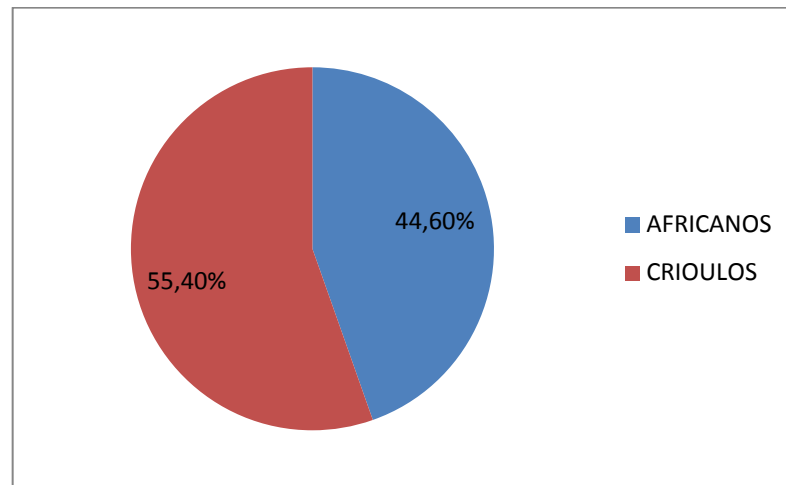
Em termos de gênero, a maioria dos escravizados era do sexo masculino, em torno de 63% dos plantéis inventariados, sendo então 37% composto pelo sexo feminino. Há uma leve diminuição da quantidade dos homens em relação às mulheres na comparação com a década de 1830.

**Gráfico 6****ESCRAVOS POR GÊNERO NA DÉCADA DE 1840**

Quanto à composição de africanos e crioulos, verificamos que a quantidade de africanos, ou seja, 44,6%, passou a ser menor em relação ao de crioulos, 55,4%, ao contrário do que fora observado para a década de 1830.

**Gráfico 7**

**ESCRAVOS POR ORIGEM NA DÉCADA DE 1840**

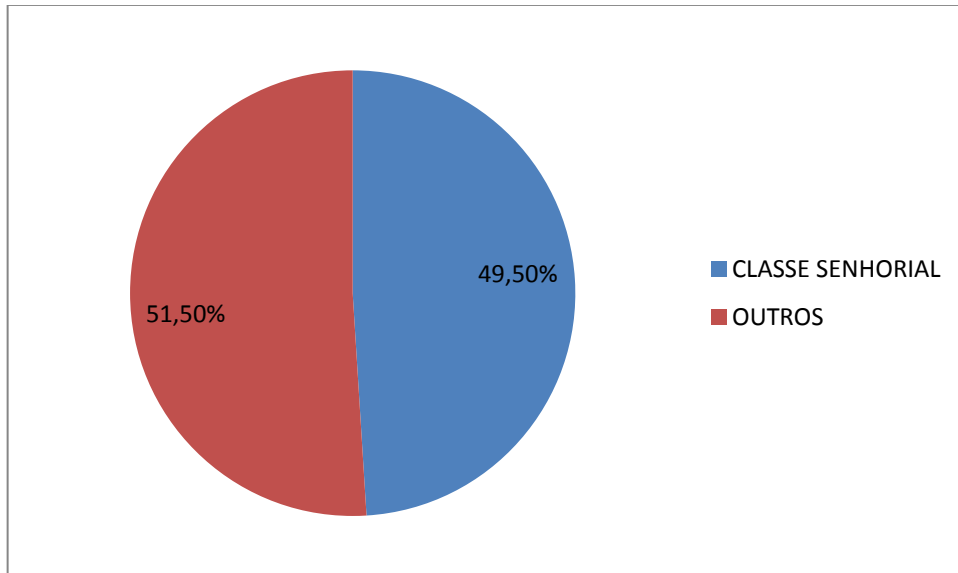


Em relação à década precedente, podemos notar também um aumento do número de famílias, chegando à quantidade de 82 famílias escravas encontradas nos inventários do período.

A quantidade de escravos encontrada nos inventários somava o total de 816. O percentual de crescimento da quantidade de escravos em relação à década anterior foi de 37,4%, o que demonstra o pujante crescimento econômico da época em que o valor do escravo atingia a média de 400\$000.

Gráfico 8

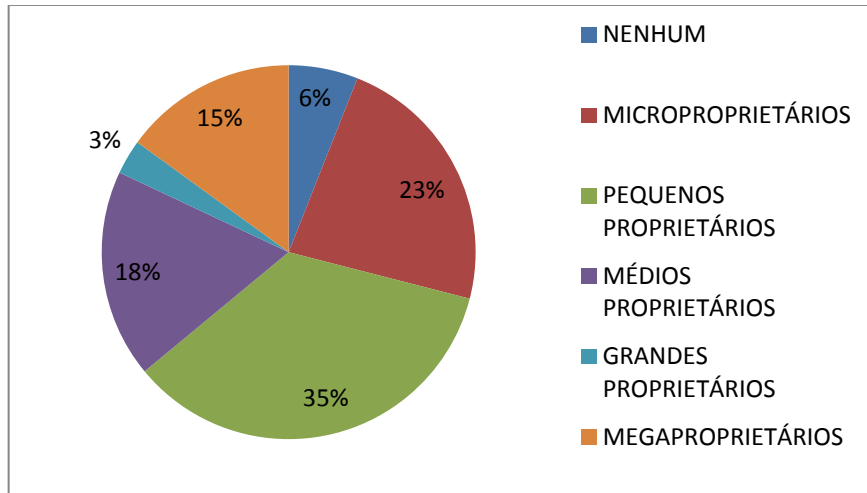
## CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA ESCRAVA NA DÉCADA DE 1840



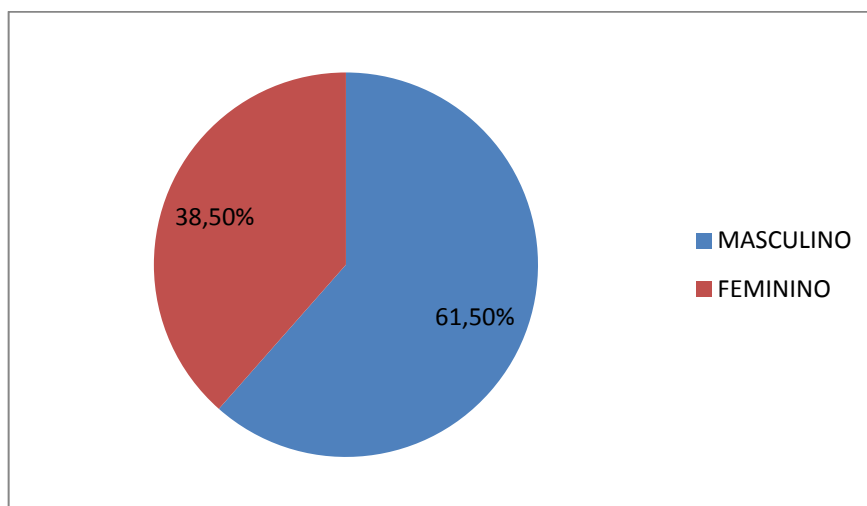
Classe senhorial – os grandes e megaproprietários de escravos. As demais estratificações sociais seriam os microproprietários, pequenos proprietários e médios proprietários.

Durante a década de 1850, com a proibição do tráfico de escravos, mão-de-obra da qual dependiam os produtores de café do Vale do Paraíba Fluminense, o seu valor disparou. Passou de uma média de 200\$000 (duzentos mil réis) na década de 1830 para uma média de 1.000\$000 (um conto de réis), uma valorização de 500% em duas décadas. A já grande quantidade de escravos mobilizados na cafeicultura eliminava a concorrência do trabalho assalariado. A partir de então, com a valorização acentuada deste tipo de trabalho, foram os pequenos proprietários de escravos que se tornaram ameaçados.

Sobre a propriedade de escravos, entre os 34 inventários ainda existentes para este período, 6% não possuíam escravos. Os microproprietários perfaziam 23% dos inventariados do período. Os pequenos proprietários formavam 35% do total. Outros, médios proprietários, formavam 18% dos inventariados. Os grandes proprietários eram apenas 3% e os megaproprietários representavam 15% do total de inventariados.

**Gráfico 9****PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NA DÉCADA DE 1850**

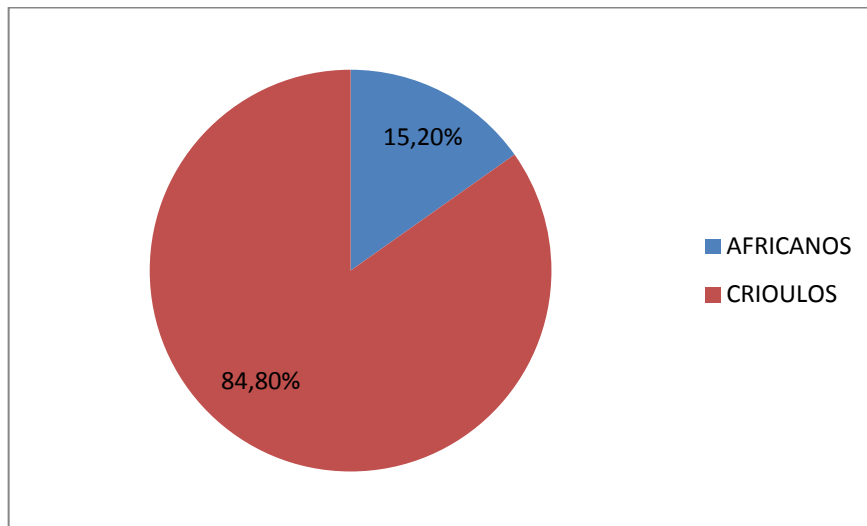
A composição de gênero se dava da seguinte forma, de acordo com os dados encontrados nos inventários, 61,5% era composto de escravizados do sexo masculino e 38,5% era composto pelo sexo feminino. O que demonstra uma tendência geral, entre as três décadas analisadas, de contínuo aumento da quantidade das mulheres em relação aos homens, apesar de eles ainda formarem o grupo dominante.

**Gráfico 10****ESCRAVOS POR GÊNERO NA DÉCADA DE 1850**

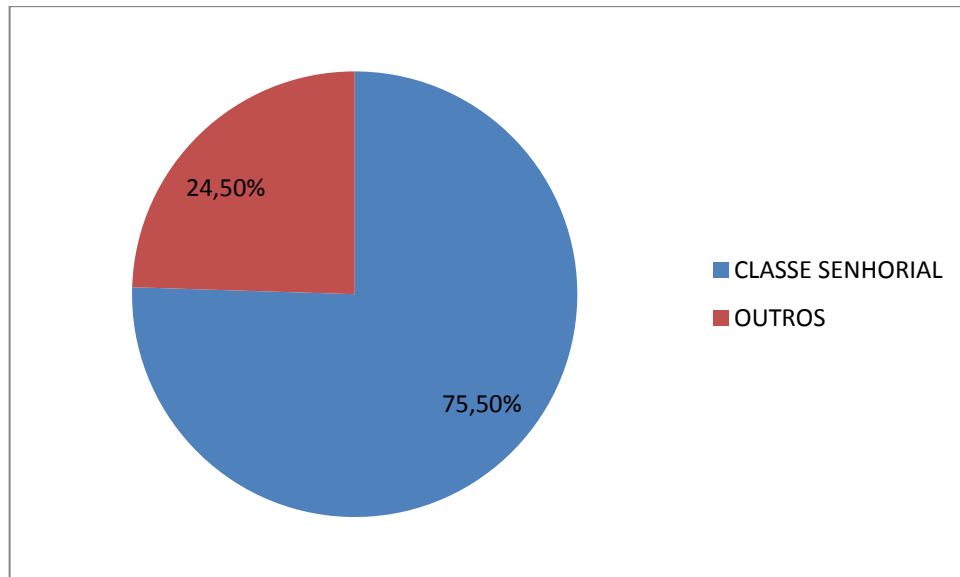
Por esta década, os africanos perfaziam 15,2% do total de escravos analisados, sendo os outros 84,8% composto de crioulos. Nota-se que durante as três décadas o volume de crioulos ultrapassou o de africanos, que predominaram amplamente apenas da década de 1830. Esses dados vão de encontro ao fato de que o volume do tráfico africano teria se incrementado após a primeira lei proibidora de 1831. A partir desses dados podemos concluir ou que este incremento não se dera e o tráfico teria na verdade se arrefecido já a partir daquela data, ou que este tráfico não se verificou para Barra Mansa.

**Gráfico 11**

**ESCRAVOS POR ORIGEM NA DÉCADA DE 1850**



A quantidade de famílias escravas se elevou pela terceira década seguida, chegando ao total de 138 famílias, levando à conclusão de que esta teria sido a tendência da época.

**Gráfico 12****CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA ESCRAVA NA DÉCADA DE 1850**

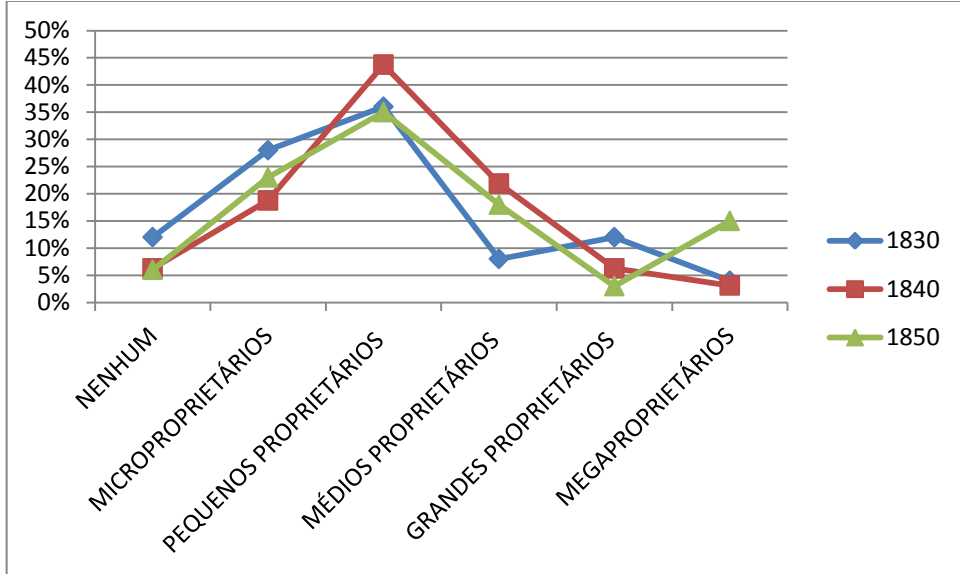
Classe senhorial – os grandes e megaproprietários de escravos. As demais estratificações sociais seriam os microproprietários, pequenos proprietários e médios proprietários.

A quantidade de escravos encontrada nos inventários somava o total de 1262. O percentual de crescimento em relação à década anterior foi de 35,4% e de 59,4% em relação à década de 1830, o que demonstra uma tendência de forte crescimento econômico para as três décadas analisadas.

Como já afirmado acima, o valor do escravo atingia a média de 1.000\$000.

**Gráfico 13**

**PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS NAS DÉCADAS DE 1830 A 1850**



**Gráfico 14**

**CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA ESCRAVA NAS DÉCADAS DE 1830 A 1850**

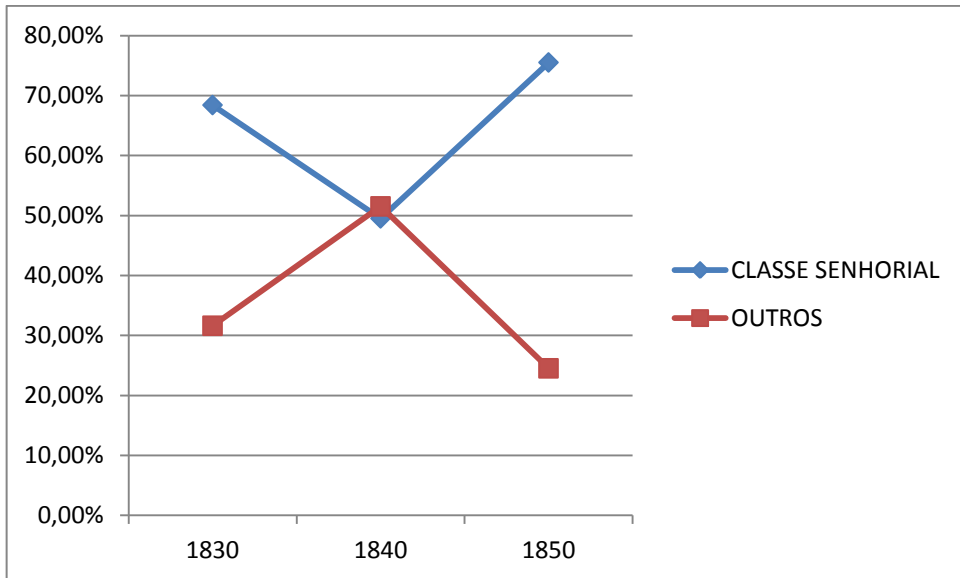




Gráfico 15

ESCRAVOS POR ORIGEM NAS DÉCADAS DE 1830 A 1850

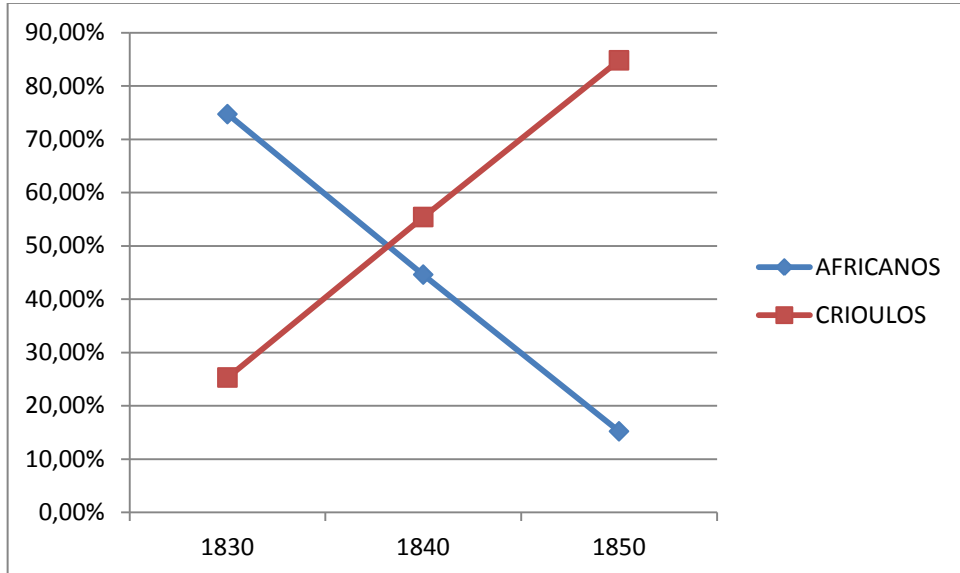
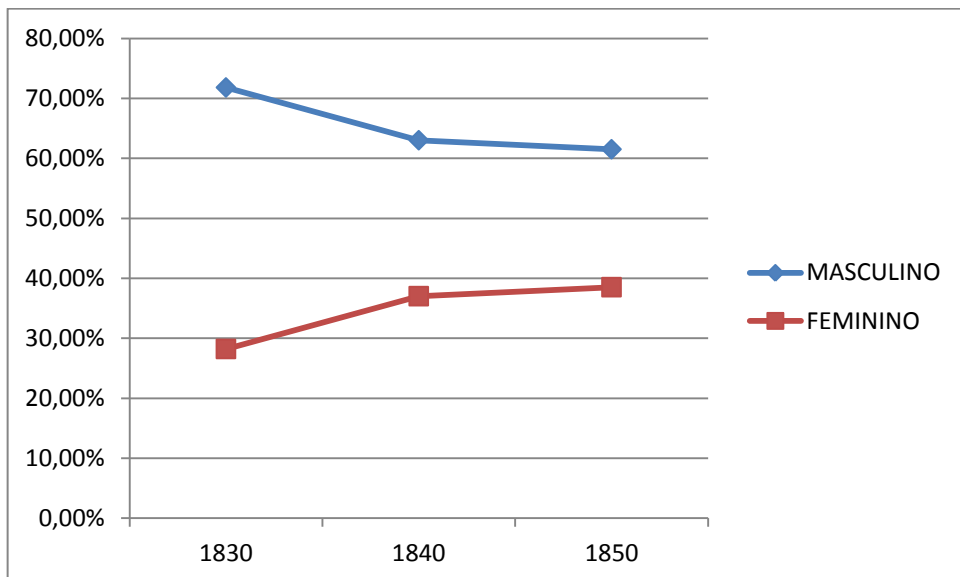


Gráfico 16

ESCRAVOS POR GÊNEROS NAS DÉCADAS DE 1830 A 1850



#### 1.2.5.4 As Terras

A terra no Brasil, desde o período colonial, era considerada domínio do rei. Para se adquirir terras, era necessário requerer uma doação pessoal do rei. Entretanto, para receber tal doação, o pretendente deveria possuir uma posição de destaque na sociedade, ou seja, ser uma pessoa de qualidade e ter serviços prestados à Coroa. Além disso, deveria ter capital suficiente para explorar a terra concedida. Porém, as terras eram doadas em condição de usufruto, portanto, não poderiam ser herdadas. A propriedade continuava reservada à Coroa. Durante este período, a propriedade da terra significava, principalmente, prestígio social, além de poder econômico. Ainda no século XVI, a Coroa aboliu as restrições à herança, para atrair mais colonizadores. Apesar das doações serem limitadas a um lote por pessoa, tal regra acabou não se verificando na prática, o que provocou a acumulação de terras nas mãos de poucas pessoas. Já por esta época se praticava o costume de permitir a instalação de arrendatários e meeiros com o fito de se dedicarem à economia de subsistência, o que complementava a economia de *plantation*. Como não havia gente suficiente na colônia para trabalhar nas *plantations*, recorreu-se ao trabalho escravo do africano. Assim, desde o começo da história do Brasil, o prestígio social era baseado no domínio sobre homens livres, escravos e terras.

Havia, ainda, a possibilidade de se adquirir terras por compra e, como visto acima, por herança. As ocupações também ocorriam, apesar de serem uma violação da propriedade real. Todavia, eram mais praticadas pelo colono que estava limitado à economia de subsistência.

Por volta do século XIX, a terra tornou-se domínio público, ou seja, patrimônio da nação. Após a independência, a doação de lotes de terras foi proibida, o que provocou a disseminação da ocupação, ainda considerada ilegal, principalmente por parte dos latifundiários. Mesmo assim, as posses eram compradas, vendidas e avaliadas, ainda que de forma irregular.

Nesse período surge o café, que se tornará o principal produto da economia brasileira durante todo o século XIX. Um dos fatores de produção do café era a existência da terra em grande abundância nos primeiros tempos da ocupação do Vale. As formas tradicionais de ocupação do solo foram por posse direta ou por obtenção de sesmarias por parte daqueles que tivessem condições de cultivá-las e fazê-las prosperar.

A Lei de Terras, de 1850, estabeleceu que a única maneira de adquirir terras do governo era pela compra. Segundo Emília Viotti:

A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações mas nunca preencheram as exigências para a legitimação de suas propriedades puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra. O tamanho das “posses” (terra adquirida por meio da ocupação) foi limitado pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feita no distrito em que se localizavam. Os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para a “importação de colonos livres”. Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral das Terras Públicas<sup>178</sup>.

O projeto dessa lei teve por base as teorias do economista inglês E. G. Wakefield, que defendia que a terra deveria ser valorizada artificialmente como forma de impedir a formação de um campesinato e forçar a formação de uma reserva de mão-de-obra livre para trabalhar nas terras de quem tinha capital para comprá-las e explorá-las, aumentando sua produtividade. O acesso facilitado impossibilitaria a obtenção de pessoas para trabalhar a terra.

De acordo com Emília Viotti, “Os legisladores esperavam que, com o aumento dos preços da terra, o sistema de produção melhoraria, tornando-se mais eficiente, auxiliando a eliminar a monocultura e forçando os proprietários a desistirem de seus hábitos rotineiros e a procurarem melhores métodos”<sup>179</sup>.

A Lei de Terras era um complemento da Lei Eusébio de Queirós e ambas faziam parte do projeto de governo da direção saquarema. A proibição do tráfico colocava, por si só, a questão da finitude do trabalho escravo no Brasil, mesmo que a longo prazo. Portanto, seria necessário a sua substituição pela mão-de-obra livre, levando ao incentivo à imigração europeia. Porém, seria preciso dificultar o acesso dos colonos à terra, a fim de que se empregassem nas fazendas, resolvendo o problema da força de trabalho. Ao mesmo tempo, o governo centralizador saquarema estenderia o controle sobre as terras em geral, já que sua ocupação seria regularizada pelo Estado, com a exigência de demarcação, a obrigatoriedade do registro dos títulos de propriedade, colocando fim às disputas que conflitavam a sociedade e facilitando a compra e venda de terras. No entanto, essas medidas foram pouco colocadas

---

<sup>178</sup> COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 171.

<sup>179</sup> Idem ibidem, p. 178.

em prática e até mesmo a cobrança das taxas de registro das propriedades foi eliminada do projeto final.

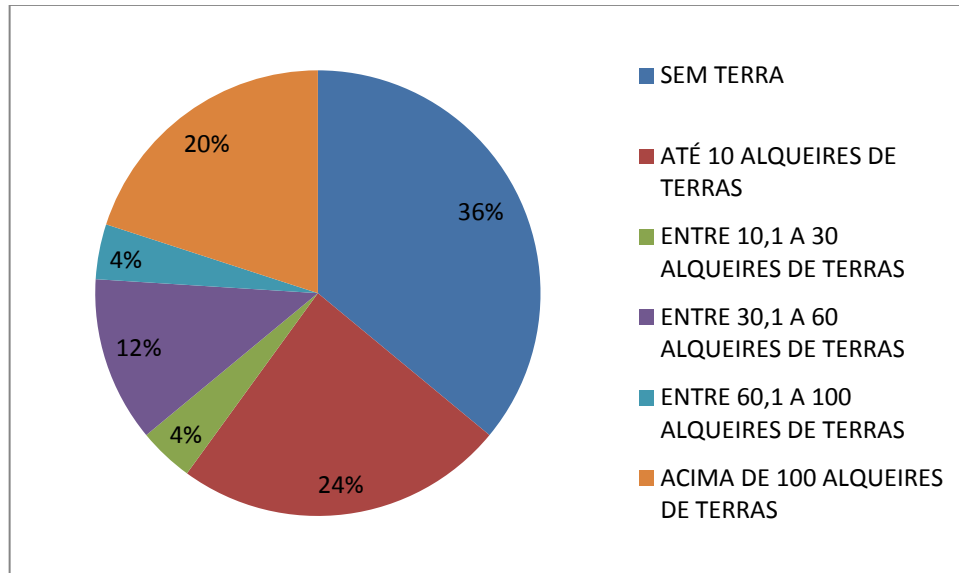
Os solos argilosos e arenosos do Vale do Paraíba, entretanto, tinham uma fertilidade temporária, devido ao pouco húmus, que ainda era perdido com as abundantes chuvas de verão. Com o rápido desgaste do solo, novas matas virgens eram incorporadas à produção cafeeira, fator inicialmente de fácil solução enquanto as terras eram fartas e baratas. Contudo, os frequentes desmatamentos, utilizando-se principalmente da queimada, ajudaram a desgastar os solos com maior velocidade, o que começou a se tornar um problema a partir da década de 1860, quando as terras começaram a escassear e seus valores a aumentar.

As terras se encontravam bem distribuídas pela década de 1830. Dos inventariados, 36% não possuíam terras próprias, tendo de utilizar as terras de outros ou ocupavam terras devolutas. É o que parece ser o caso da família de Joaquina Roza, que não tinha terras, mas possuía uma plantação de café de 4 mil pés. Possuidora de apenas 2 escravos, deveria ser sitiante em terras alheias. Neste caso, era comum que toda a família se envolvesse nos trabalhos domésticos e da lavoura. Além desses, 24% eram proprietários de terras, possuindo no máximo 10 alqueires. Este pode ter sido o caso da família de Anna Espírito Santo, que possuía 8 alqueires de terra e utilizava a força de 12 escravos, sendo apenas 9 do sexo masculino, os quais deveriam trabalhar no eito. Apesar disso, essa família produzia 19 mil pés de café.

Os proprietários, possuidores entre 10,1 e 30 alqueires, representavam 4% dos inventariados. Podemos citar como exemplo o caso de Francisco Pereira da Silva, que possuía 28,4 alqueires de terras, 94 escravos e 126.700 pés de café. Os proprietários, que possuíam entre 30,1 e 60 alqueires, representavam somente 12%. Este pode ter sido o caso de Maria Balbina, que possuía por volta de 37 alqueires e, com 8 escravos, produzia 17.500 pés de café. Os proprietários, possuidores entre 60,1 e 100 alqueires, representavam 4% dos inventariados. Era o caso de Manoel Marcondes do Amaral, proprietário de 87 alqueires em sua fazenda que, com 107 escravos, produzia cerca de 161.950 pés de café. Os possuidores de mais de 100 alqueires, representavam 20% dos inventariados, como Bernardo Carvalho de Oliveira, que possuía 305 alqueires de terras, 25 escravos e 32.250 pés de café.

Gráfico 17

## PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NA DÉCADA DE 1830



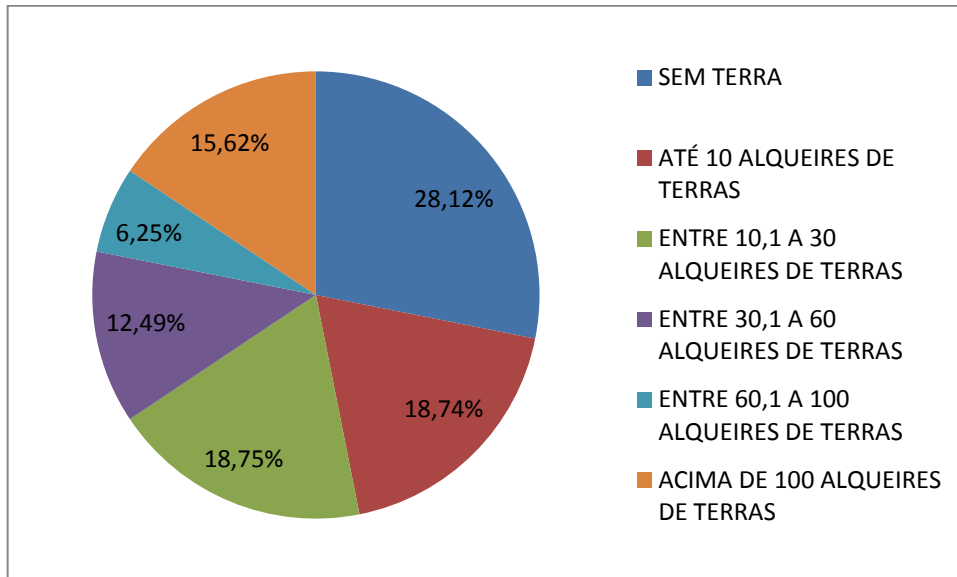
Quanto à propriedade da terra na década de 1840, uma grande parte, ou seja, 28,12% dos inventariados, não possuía nenhuma, devendo formar o grupo de pessoas que trabalhava para os fazendeiros mais abastados, ou ocupava terras devolutas, ou ainda usava terras de terceiros. Temos o caso de Ana Joaquina de São José, de quem não foram arroladas terras no inventário. Ela, entretanto, possuía 35 escravos e 26.400 pés de café. Este grupo apresenta uma diminuição em relação à década anterior, quando 36% não possuíam terra alguma. Outros 18,74% eram formados por proprietários de terras, possuindo no máximo 10 alqueires, o que apresenta também uma diminuição em relação à década de 1830, que conformava 24% do total dos inventariados. Pode ter sido o caso de Anna Josefa da Conceição Louzada, que era proprietária de 6 alqueires de terras, e possuía 6 escravos e 5 mil pés de café. Os proprietários, que possuíam entre 10,1 e 30 alqueires, representavam 18,75% dos inventariados. Seria o caso de Custódio Gomes de Souza, que era proprietário de 18 alqueires, possuía 23 escravos e 32 mil pés de café. Neste caso, houve um aumento significativo, já que no período anterior apresentava apenas 4% do total. Os proprietários, que possuíam entre 30,1 e 60 alqueires, representavam somente 12,49%. Um deles era Antônio Marcondes de Toledo, proprietário de 44 alqueires de terras, 12 escravos e 14 mil pés de café. Os proprietários, possuidores entre 60,1 e 100 alqueires, representavam 6,25% dos inventariados. Assim era o caso de Ignacio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, proprietário de 91,4 alqueires de

terras, 272 escravos e 129 mil pés de café. Os proprietários, possuidores de mais de 100 alqueires, representavam 15,62%. Pode ter sido o caso de Ana Custódio de Jesus, proprietária de 127,7 alqueires de terras, 31 escravos e 52 mil pés de café.

Podemos notar, em relação à década anterior, uma diminuição do grupo dos inventariados que não possuíam terras, o que pode significar uma ampliação do acesso à terra e um aumento da quantidade de produtores. O grupo daqueles que possuíam até 10 alqueires também teve uma leve queda. O grupo que possuía entre 10,1 e 30 alqueires, por sua vez, deu um grande salto, aumentando mais de 4 vezes, o que pode significar uma ascensão desses médios proprietários devido ao crescimento da economia. Já o grupo dos que possuíam entre 30,1 e 60 alqueires, não se alterou consideravelmente. O grupo dos possuidores entre 60,1 e 100 alqueires teve apenas um leve aumento. Enfim, os possuidores de mais de 100 alqueires tiveram sua representação em queda.

**Gráfico 18**

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NA DÉCADA DE 1840

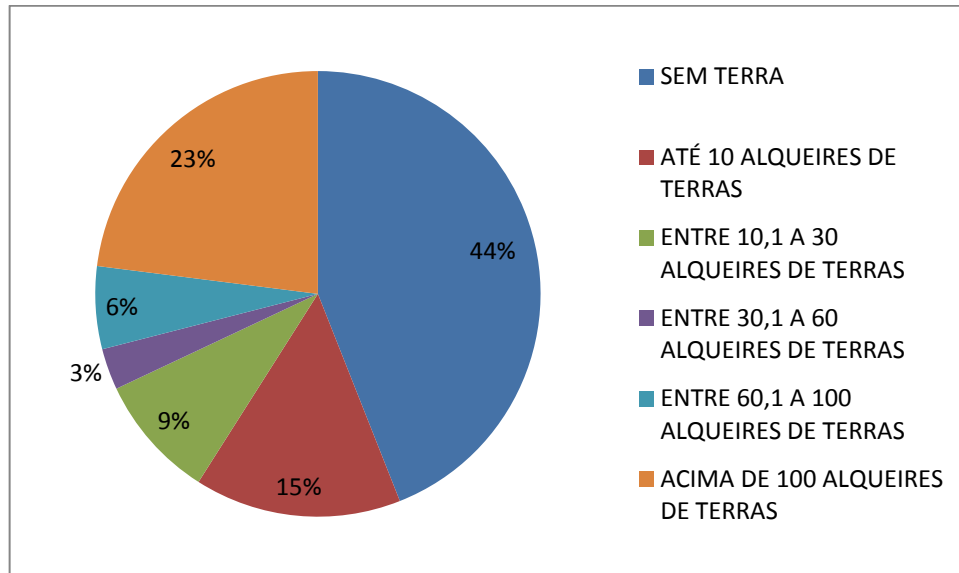


Quanto à propriedade da terra na década de 1850, uma grande parte, ou seja, 44% dos inventariados não possuía nenhuma, devendo ou formar o grupo de pessoas que trabalhava para os fazendeiros mais abastados ou configurar um grupo de agregados. Este seria o caso de Antonio Mauricio da Silva, falecido em 1857; ele não possuía cafezal, mas apenas 3 escravos. Outros 15% eram formados por proprietários, possuindo no máximo 10 alqueires. Antonio

Maria Ribeiro de Jesus, falecido em 1853, possuía 1,2 alqueire, não possuía cafezal, mas tinha 38 escravos. Neste caso, pode ter arrendado terra de terceiros ou ter utilizado terras devolutas. Os proprietários, que possuíam entre 10,1 e 30 alqueires, representavam 9% dos inventariados. Esmeria Candida Nogueira, falecida em 1857, possuía 29 alqueires, 15 mil pés de café e 18 escravos. Os proprietários, que possuíam entre 30,1 e 60 alqueires, representavam somente 3%. Roza Antonia de Oliveira, falecida em 1856, possuía 40 alqueires, 7 mil pés de café e 23 escravos. Os proprietários de 60,1 a 100 alqueires, representavam 6, % dos inventariados. Angelica Rodrigues Fernandes, falecida em 1859, possuía 91 alqueires, 20 mil pés de café e 36 escravos. Os proprietários, possuidores de mais de 100 alqueires, representavam 23%. Anna Euphrausina do Nascimento Vellozo, falecida em 1857, esposa do comendador João Pereira da Cruz, um dos fundadores da vila e participante da primeira legislatura, possuía 197 alqueires, cerca de 120 mil pés de café e 159 escravos.

**Gráfico 19**

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NA DÉCADA DE 1850

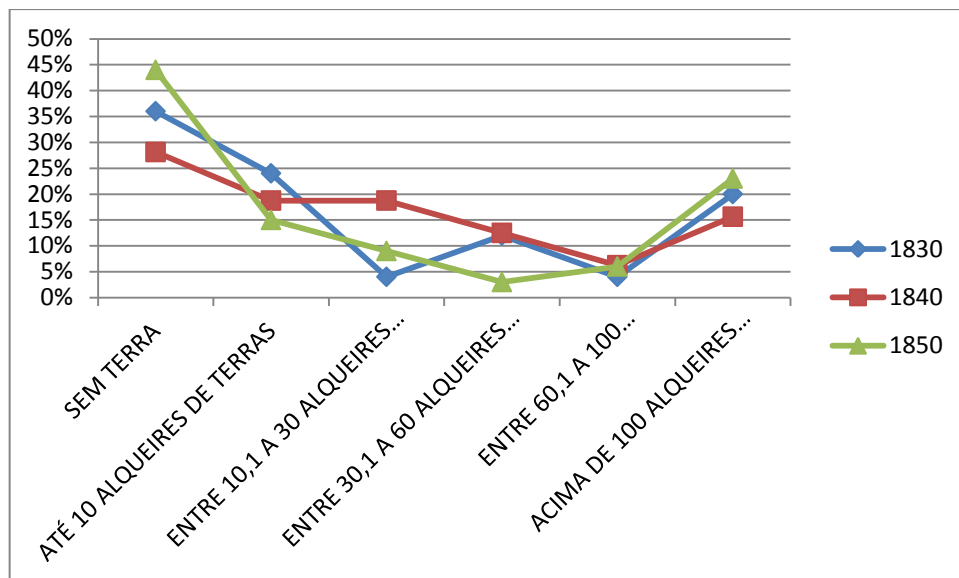


Em relação às décadas anteriores, houve uma grande oscilação no grupo dos sem terras neste período. De 36%, na década de 1830, caiu para 28,12%, na década de 1840 e voltou a aumentar para 44%. Podemos pensar que a queda pode ter ocorrido devido ao crescimento da economia provocada pelo desenvolvimento da cultura do café; já sua elevação na década de 1850 pode ter sido causada pela elevação dos preços das terras e dos demais

fatores de produção, como o escravo, o que teria levado à venda ou ao endividamento e perda das terras. O grupo daqueles que possuíam até 10 alqueires teve uma leve queda na década de 1840 e voltou a cair na de 1850. O grupo que possuía entre 10,1 e 30 alqueires, que havia dado um grande salto na década de 1840, teve uma queda em sua participação. Já o grupo dos que possuíam entre 30,1 e 60 alqueires, que havia se mantido razoavelmente estável, teve uma queda acentuada, por esta década, com sua representação caindo em 4 vezes. O grupo dos possuidores entre 60,1 e 100 alqueires manteve-se, praticamente, inalterado. Enfim, os possuidores de mais de 100 alqueires apresentaram um razoável aumento em sua participação, podendo representar o aumento na participação dos mais ricos da sociedade.

**Gráfico 20**

PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NAS DÉCADAS DE 1830 A 1850



#### 1.2.5.5 – O Cafezal

A primeira notícia do aparecimento do café em território brasileiro remete, como nos informa Neves e Machado<sup>180</sup>, ao oficial português Francisco de Melo Palheta que, em 1727,

<sup>180</sup> NEVES, L. M. B. P. das. MACHADO, H. F., op. cit., p 143.



introduziu seu cultivo com sementes trazidas da Guiana Francesa. Outras mudas teriam provindo de Goa para o Rio de Janeiro<sup>181</sup>. Por volta de 1760, o café já se apresentava na cidade do Rio, preparado em quintais e chácaras, principalmente para consumo local. No início do século XIX, na Tijuca, localização mais alta que os brejos cariocas, era possível encontrar grandes cultivos.

Das cercanias do Rio, as plantações de café se estenderam para a Baixada Fluminense, subiram a serra e se espalham para o vale do rio Paraíba do Sul, a partir de Campo Alegre, hoje Resende, quando foi trazido da fazenda do padre Antônio Couto da Fonseca, no Mendanha<sup>182</sup>, por volta de 1770. É conhecida a história de que o próprio vice-rei, Marquês do Lavradio, intentando incentivar a produção em Resende, isentou do serviço militar, em 1772, quem plantasse café<sup>183</sup>. Segundo Emília Viotti da Costa, até então, essa região produzia açúcar, feijão, mandioca, criação de porcos, dentre outros<sup>184</sup>.

Nessa região, afirma Muaze, o café encontrou dois eixos principais de expansão. O primeiro tomou dois sentidos: no caminho para São Paulo, teria percorrido uma estrada variante, a do Caminho Novo da Piedade, aberta na década de 1770, para facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e as minas de Goiás e Mato Grosso. Por essa estrada sobressaíram Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe e Piraí; e também teria percorrido o Caminho Novo do ouro e suas estradas variantes, as estradas do Comércio e da Polícia, destacando-se as vilas de Paty do Alferes, Vassouras e Valença. O segundo passou da Baixada Fluminense, passando por São Gonçalo e a vila de Santo Antônio de Sá (atual Itaboraí), chegando a Cantagalo, Nova Friburgo e São Fidélis. Na década de 1830, a produção do café já teria tomado quase toda a bacia do Rio Paraíba do Sul. A autora cita a importância dos tropeiros, que rumavam para Minas Gerais, na expansão da produção do café na região, pois, ao plantá-lo ao longo dos caminhos, garantiriam alimento em suas viagens<sup>185</sup>.

Machado chega a sugerir ser a região serrana do vale um “berço natural”, pois, segundo ele, apresentava as condições climáticas ideais para o desenvolvimento da

---

<sup>181</sup> FARIA, S. C., op. cit., p. 8

<sup>182</sup> MUAZE, M. idem, p. 299 e LAMEGO, A. R. op. cit., 1963, p. 69.

<sup>183</sup> LAMEGO, A. R. op. cit., 1963, p. 70.

<sup>184</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 66.

<sup>185</sup> MUAZE, M. *O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial*, Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012. p. 306.

cafeicultura<sup>186</sup>. A partir de 1840, o café já se tornara o principal produto de exportação do Brasil e a base de sustentação de nossa economia, desbancando o açúcar. Segundo Mariana Muaze<sup>187</sup>, o café somente começou a ser mais efetivamente cultivado no Brasil após a revolução haitiana, o que teria desestruturado sua produção, responsável por boa parte dos produtos tropicais consumidos na Europa. Além disso, a Revolução Industrial teria impulsionado o consumo de bebidas estimulantes, como o café.

O Vale do Paraíba Fluminense foi um grande produtor de café durante o Império, especialmente a região correspondente aos municípios de Resende, São João Marcos, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Piraí e Paraíba do Sul. O capital inicial que alavancou a economia cafeeira na região proviera principalmente da mineração, do comércio de grosso trato e do tráfico de escravos<sup>188</sup>.

A força advinda da economia cafeeira contribuiu de maneira essencial para que, na década de 1830, toda a região já estivesse transformada. Stanley Stein destaca que, em 1835, um contemporâneo da expansão cafeeira comentou que em 4 décadas os habitantes do Vale tinham passado de uma condição de vida miserável, sem escravos e alimentando-se de mandioca, feijão e bananas, para uma de opulência<sup>189</sup>.

A plantação do cafezal começava com a derrubada da mata, para se abrir a clareira. Muitas vezes se utilizava a queimada, o que, juntamente com o desgaste natural que o café proporcionava ao solo, contribuía para acelerar o processo de seu empobrecimento. As covas, então, eram abertas para a introdução das mudas, pois assim já estariam mais resistentes ao meio, o que proporcionaria um crescimento mais rápido. Apesar disso, o cafeeiro apenas começava a produzir seus primeiros frutos ao fim do terceiro ano, atingindo o auge de sua produtividade aos seis anos. Passados quinze ou vinte anos, o cafeeiro começava a entrar em declínio de produção, não mais produzindo nem a metade do que produzia em seu auge. Em

---

<sup>186</sup> O médio Paraíba apresentava as condições climáticas ideais para o desenvolvimento da cafeicultura: altitude variável de 200 a 550 m; temperatura variando de 11 a 24°C, no inverno, e 28 a 35°C, no verão, com uma média anual de 22°C; regime pluviométrico caracterizado por um inverno seco e chuvas abundantes no verão [...] necessitando de chuvas regulares no período em que se torna maduro e tempo seco na época da colheita; além de proteção contra ventos, dada pelos morros, até atingir o seu pleno desenvolvimento. MACHADO, H. F., *op. cit.*, p. 25.

<sup>187</sup> MUAZE, M. *op. cit.*, p. 298 e 299. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

<sup>188</sup> MUAZE, M., *op. cit.*, p. 314. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

<sup>189</sup> STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 27.

algumas fazendas, costumava-se plantar milho, feijão e mandioca entre as fileiras do cafeeiro para protegê-lo contra o sol, ao mesmo tempo em que ajudava na produção de alimentos de subsistência do pessoal da fazenda. Entre esses alimentos, podemos ainda citar o arroz, a abóbora, o cará e a batata doce. Além disso, também criavam-se aves e porcos<sup>190</sup>. Duas vezes por ano eram feitas as limpezas na plantação para a retirada de ervas daninhas. Entre maio e agosto, período de clima mais seco, eram feitas a colheita, a secagem e o beneficiamento da rubiácea. Nesta época, o beneficiamento era feito ainda com varas de bambu que, ao serem batidas contra os frutos, lhes removiam a casca e a polpa, ou ainda, socavam o café em pilões ou utilizavam-se os monjolos<sup>191</sup>. Depois vinham o ensacamento e o transporte do café até os mercados exportadores, através de lombos de mula ou carros de boi<sup>192</sup>. Em Barra Mansa, até a chegada da linha férrea D. Pedro II, em 1871, a produção de café era escoada até o porto de Barra do Piraí por escravos, tropas de mula, carros de boi e embarcações pelo rio Paraíba do Sul. As estradas continuavam muito ruins, tendo os fazendeiros que despender muitos escravos no transporte do café. Augusto Emílio Zaluar, português que passou pela região em 1860, comentava sobre uma afirmação de José de Souza Breves, grande fazendeiro de Barra Mansa:

Por aqui se pode já calcular quanto lucro o lavrador que manda abrir bons caminhos em seus terrenos e aumenta, por consequência, no cultivo de suas plantações o número de braços que retirou do transporte dos produtos. O mesmo acontecerá quando estiverem convenientemente construídos os grandes troncos de estradas e abertos os caminhos vicinais, acabando o fazendeiro com as tropas, em que, além da prodigiosa despesa que estas fazem, estão empregados os melhores serviços de sua escravatura de um modo tão prejudicial para seus próprios interesses<sup>193</sup>.

Em Barra Mansa, durante a década de 1830, a maioria dos inventários demonstra a predominância do grupo de não produtores próprios de café somados aos produtores de até 30 mil pés deste produto. Entre os inventários observados, 16% não possuíam uma produção própria. Outros 32% eram compostos por produtores familiares, que chegavam a produzir até 3 mil pés de café. Os produtores, chegando a produzir entre 3,1 a 10 mil pés de café, representavam 8%. Um grupo de produtores, que produziam entre 10,1 mil a 30 mil pés de

---

<sup>190</sup> Segundo Emília Viotti, a elevação dos preços do café a partir de 1850 e sua consequente expansão em termos de área de produção teria provocado o abandono do plantio de gêneros de primeira necessidade e seus preços aumentaram progressivamente desde então. O Brasil se viu obrigado a importar milho, arroz e feijão dos Estados Unidos e da Europa. Cf. COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 177 e 180.

<sup>191</sup> “[...] o monjolo, que sucedera ao pilão, representara notável economia de mão-de-obra, pois realizava o trabalho de doze mulheres”. Cf. COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 225.

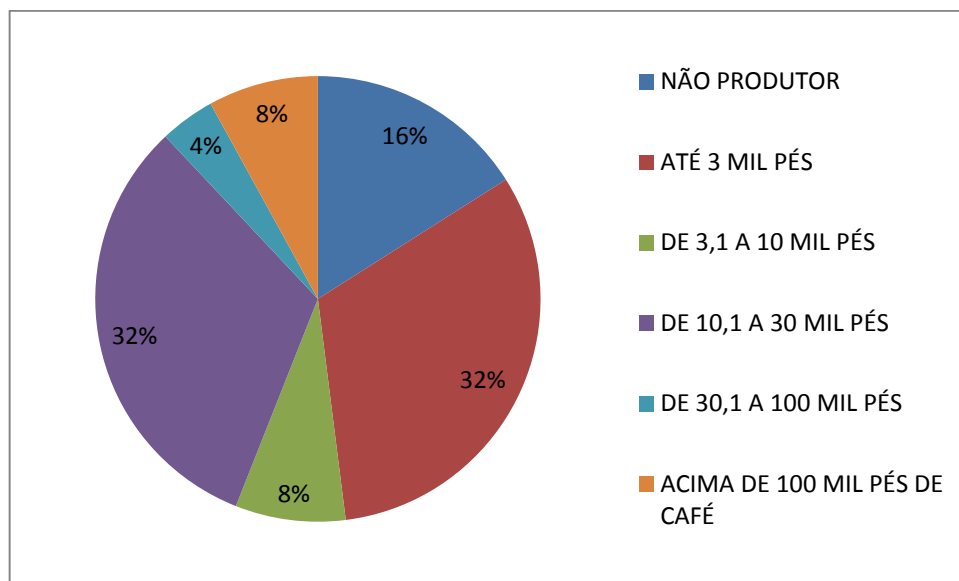
<sup>192</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 139, 140 e 141 e RITZKAT, M. G. B. op. cit., p. 33 e 34.

<sup>193</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 211.

café aparece representando 32% dos inventariados. Os produtores, que chegavam a produzir entre 30,1 e 100 mil pés de café, representavam cerca de 4% do total. Acima de 100 mil pés de café, representavam apenas 8% dos inventariados.

**Gráfico 21**

**PROPRIETÁRIOS DE CAFEZAL NA DÉCADA DE 1830**



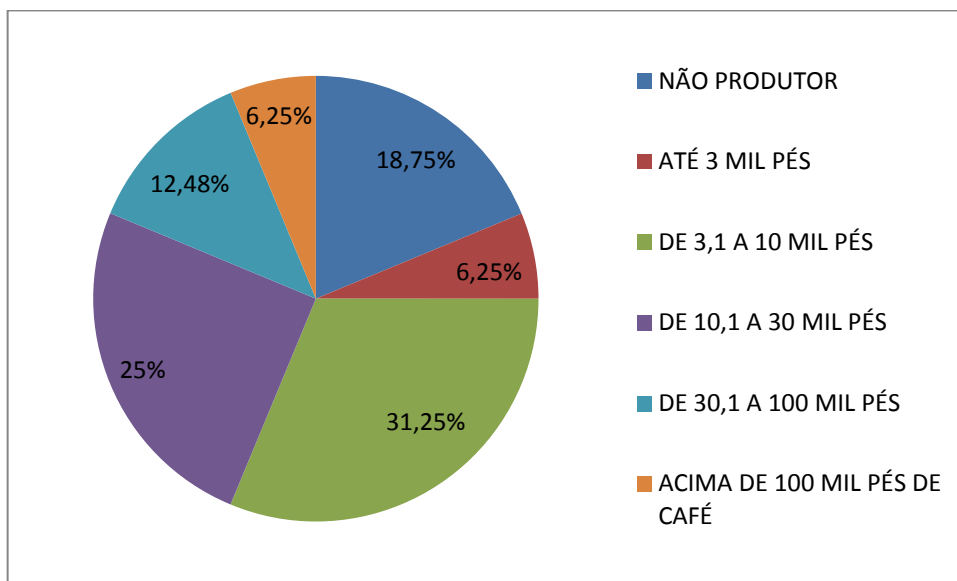
Dos inventariados da década de 1840, a maioria demonstra a predominância do grupo de não produtores próprios de café e de produtores de até 10 mil pés deste produto, perfazendo um total de 56,25%. Entre os inventários observados, 18,75% não possuíam uma produção própria. Outros 6,25% eram compostos de produtores que produziam até 3 mil pés de café. Os produtores que chegavam a possuir entre 3,1 a 10 mil pés de café, representavam 31,25%. Um grupo de produtores, que produziam entre 10,1 mil a 30 mil pés de café, aparece representando 25% dos inventariados. Os produtores, que chegavam a produzir acima de 30,1 mil pés até 100 mil pés de café, representavam apenas 12,48% dos inventariados. E, por fim, os produtores acima dos 100 mil pés de café chegavam a 6,25% dos inventariados.

Houve, então, aumento percentual dos que não produziam café, de 16% para 18,75%; diminuição percentual acentuada dos que eram produtores de até 3 mil pés, de 32% para 6,25%. Aumento percentual acentuado dos que produziam entre 3,1 mil e 10 mil pés de café,

de 8% para 31,25%. Há também uma diminuição percentual entre os que produziam acima de 10 mil até 30 mil pés, sendo de 32% para 25%. Na faixa entre 30,1 e 100 mil pés de café, podemos observar o aumento percentual acentuado de 4% para 12,48%. Por fim, houve uma diminuição percentual de 8% para 6,25% em relação àqueles que produziam acima de 100 mil pés de café, em relação ao período anterior.

**Gráfico 22**

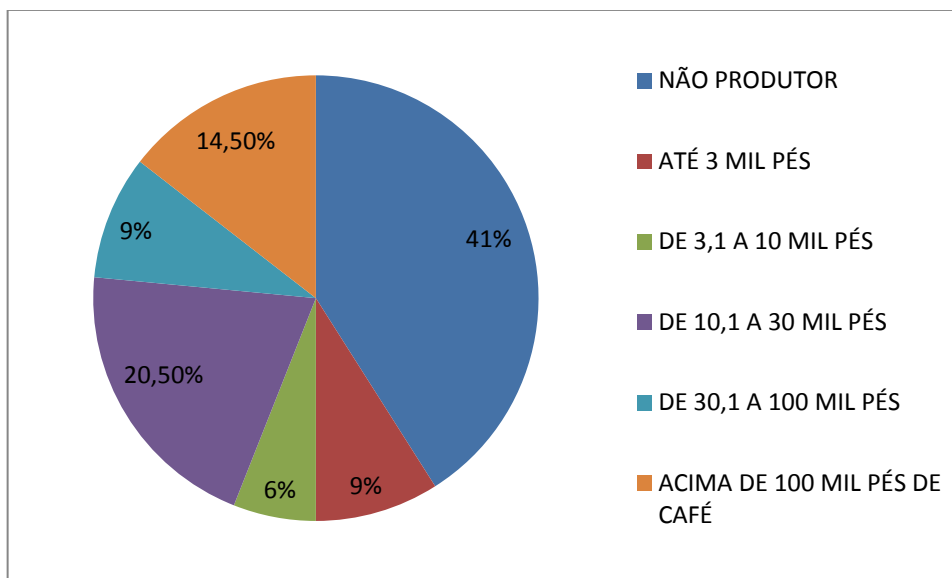
**PROPRIETÁRIOS DE CAFEZAL NA DÉCADA DE 1840**



A maioria dos inventários da década de 1850 demonstra a predominância do grupo de não produtores próprios de café e de produtores que possuíam até 10 mil pés deste produto, totalizando 56% dos inventariados. Entre os inventários observados, 41% não possuíam uma produção própria. Outros 9% eram compostos de produtores que produziam até 3 mil pés de café. Os produtores, chegando a possuir entre 3,1 a 10 mil pés de café, representavam 6%. Um grupo de produtores, que produziam entre 10,1 mil a 30 mil pés de café aparece representando 20,5% dos inventariados. Os produtores, que chegavam a produzir acima de 30,1 mil até 100 mil pés de café, representavam apenas 9% dos inventariados. E, por fim, os produtores acima dos 100 mil pés de café chegavam a 14,5% dos inventariados.

Gráfico 23

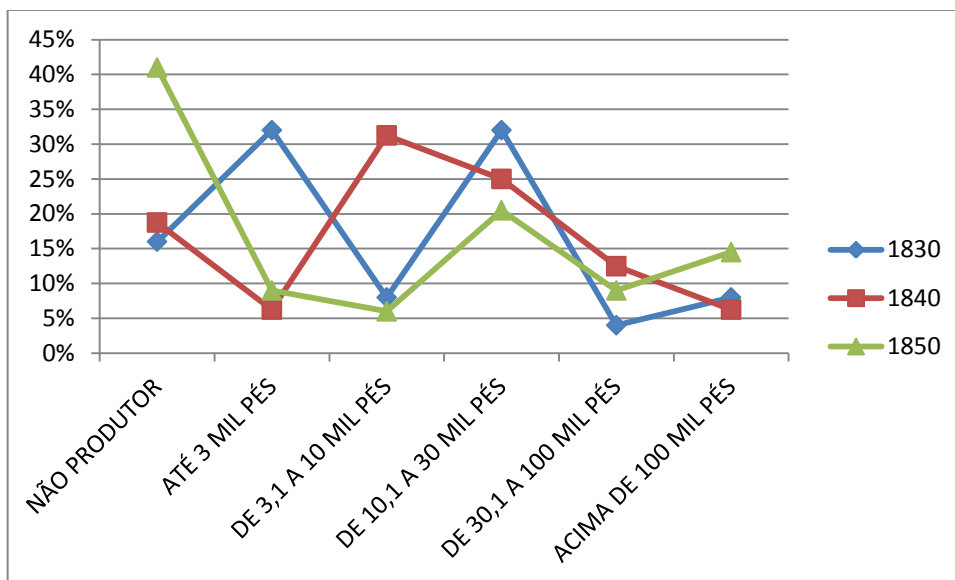
## PROPRIETÁRIOS DE CAFEZAL NA DÉCADA DE 1850



Em relação às três décadas, podemos verificar que o aumento percentual dos que não produziam café foi expressivo. De 16%, na década de 1830, para 18,75%, na de 1840 e de 41%, na de 1850, o que talvez possa demonstrar um aumento na concentração de riquezas. A diminuição percentual acentuada dos que eram produtores de até 3 mil pés de café, de 32%, da década de 1830 para 6,25%, da de 1840, teve uma leve elevação para 9%, na de 1850. O aumento percentual acentuado dos que produziam entre 3,1 mil e 10 mil pés de café, de 8% para 31,25%, passa a ter uma acentuada queda para 6% na década de 1850. A diminuição percentual entre os que produziam acima de 10 mil até 30 mil pés de café, sendo de 32%, na década de 1830, passa para 25%, na de 1840 e teve nova queda, agora para 20,5%. Na faixa entre 30,1 e 100 mil pés de café, podemos observar o aumento percentual acentuado de 4% para 12,48%, entre as duas primeiras décadas, mas uma queda para 9%, na década de 1850. Por fim, a diminuição percentual de 8% para 6,25% em relação àqueles que produziam acima de 100 mil pés de café, entre as duas primeiras décadas, mais que dobrou entre a segunda e a terceira décadas analisadas, elevando para 14,5% nesta última.

Gráfico 24

PROPRIETÁRIOS DE CAFEZAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1830 A 1850



## 2 A FORMAÇÃO DA CLASSE SENHORIAL – CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

### 2.1 A Classe Senhorial Escravista Brasileira

A classe senhorial escravista brasileira surgiu no século XIX, em meio à formação do capitalismo industrial internacional com sua divisão internacional do trabalho, da formação dos Estados Nacionais e do recrudescimento do escravismo em determinadas regiões da América, ou seja, a maioria dos estados do sul dos Estados Unidos e o Império do Brasil, além de Cuba, possessão espanhola.

Esse período foi caracterizado no Brasil pela perpetuação de uma sociedade ao estilo Antigo Regime. Nessa sociedade mantinha-se o regime monárquico, a família Bragança no trono e seus rituais de poder, como o beija-mão e a Fala do Trono, além do ideal de enobrecimento da nossa “nobreza da terra”, tinha na hierarquização da sociedade sua pedra de toque.

#### 2.1.2 Uma Sociedade Pré-Industrial Hierarquizada

A sociedade brasileira da época era do tipo capitalista pré-industrial e a produção mercantil de alimentos para exportação, do tipo *plantation*, era hegemônica. Isto significa que as bases do capitalismo industrial, que se apoia na mão de obra livre assalariada, com ampla circulação, não havia se instalado ainda no Brasil. Nesse sentido, segundo o professor João Luís Fragoso:

Estamos diante de uma sociedade onde a produção e apropriação do trabalho excedente não resultam inteiramente de condições econômicas no sentido estrito. Ao contrário do capitalismo, para o qual a coerção extra-econômica não exerce função estrutural e no qual a produção é regulada por mecanismos autodeterminados, aqui a extorsão do sobretabalho é mais o resultado de relações de poder (o produtor direto é cativo de outro homem) do que de relações econômicas. Esse fenômeno confere às relações sociais de subordinação um papel dominante<sup>194</sup>.

Fragoso parece, neste caso, seguir o raciocínio de Karl Polanyi, ao afirmar que as sociedades pré-industriais não eram reguladas pela lógica do mercado, que teria ganhado

---

<sup>194</sup> FRAGOSO, J. L. O Império Escravista e a República dos Plantadores in LINHARES, M. Y. (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 149.



autonomia sobre as relações sociais no período industrial. Ao contrário, a economia estava submersa nas relações sociais.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo<sup>195</sup>.

Mais à frente, Polanyi conclui:

Isto conclui nossa sinopse da história do mercado até a época da Revolução Industrial. O estágio seguinte na história da humanidade, como sabemos, acarretou uma tentativa de estabelecer um grande mercado auto-regulável. Nada no mercantilismo, essa política distinta do "estado-nação" ocidental, deixava prever um desenvolvimento tão singular. A "libertação" do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social<sup>196</sup>.

A partir da Revolução Industrial, um novo fenômeno social passou a surgir. A sociedade e suas relações intrínsecas deixaram de subordinar as atividades econômicas. Após a industrialização, estas ganham autonomia e passam a regular as relações sociais. Para Polanyi, a economia que, obviamente, em cada sociedade teve uma importância vital, na nossa sociedade, se torna autônoma e dominante, determinando ela mesma a própria organização e a organização global da sociedade.

Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. (Numa economia de mercado, este último é também um elemento essencial da vida industrial, e a sua inclusão no mecanismo de mercado acarretou, como veremos adiante, consequências institucionais de grande alcance.) Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado<sup>197</sup>.

Assim, o que preponderava durante o período em questão era a busca por uma posição social de destaque e não o lucro propriamente dito. A consecução de riquezas era importante

---

<sup>195</sup> POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.p. 65.

<sup>196</sup> Idem ibidem, p. 88.

<sup>197</sup> Idem ibidem, p. 93.

para a projeção social, seja pela possibilidade de se desenvolver redes sociais que garantissem a preponderância na sociedade como, por exemplo, a busca por casamentos vantajosos, no sentido de se unir famílias importantes socialmente, seja pela relação de dominação frente às demais classes sociais, como as atividades beneméritas, tanto alardeadas pelos genealogistas do período, que tinham um caráter político, posto que ressaltassem a posição de prestígio frente à sociedade e abria as portas para a possibilidade de se conseguir títulos de nobreza junto ao imperador. A titulação nobiliárquica, por sua vez, reforçava a posição política e social na comunidade.

Ainda segundo Fragoso, “A sociedade escravista [...] apresenta um perfil de riquezas profundamente hierarquizado<sup>198</sup>.” A sociedade brasileira do período em análise se encontrava em processo de hierarquização ao estilo Antigo Regime. No topo da sociedade estava o imperador, único da nobreza de sangue europeia e, por isso, respeitado pela nobreza da terra. A ele, toda a nação brasileira, os seus súditos, devia obediência e lealdade. Entretanto, nesse tipo de sociedade, a hierarquia não termina no monarca, pois toda ela tem sua legitimidade no além-mundo. Assim, até mesmo o soberano deve vassalagem, posto simples mortal que é, a Deus, soberano dos soberanos. Esta é a condição fundamental que baliza todo o edifício social hierárquico. As pessoas não são iguais. Existe uma diferença de qualidade em relação a elas e esta diferença é estabelecida pelo grau de aproximação que as pessoas têm em relação ao modelo estruturante. O modelo aqui é Deus, que simboliza o Bem maior, a Justiça, a Ordem, a Tradição, a obediência e a lealdade que se deve ter pelo Senhor, aquele que é o responsável pela sobrevivência na Terra e que castiga ou perdoa de forma magnânima os impuros, aqueles que erram e os pecadores. O monarca é, pois, seu representante na Terra. Sobre ele se projetam as qualidades do Senhor e de onde ele retira a própria legitimidade de seu poder, pois seu poder é sagrado.

Abaixo do soberano estava a nobreza da terra (e não de sangue como o nosso então monarca, portanto mais puro). Estes também estavam dispostos de forma hierarquizada. Os títulos nobiliárquicos, como se sabe, tinham seus graus de importância e eram distribuídos com a ritualística que as circunstâncias exigiam. Ser nobilitado não era para qualquer um e muito menos chegar ao posto máximo, o de duque, como foi o caso do Duque de Caxias, maior protetor que a monarquia jamais teve no Brasil. Essa hierarquia nobiliárquica tinha, por sua vez, também uma distribuição geográfica. O Centro era a Corte, onde estavam, além do monarca e sua família, os principais políticos que dirigiam os rumos da nação. Estes eram

---

<sup>198</sup> FRAGOSO, J. L. Idem ibidem.

recrutados em várias partes do país, mas os mais importantes foram os que fizeram carreira na Corte (como o Marques de Olinda e o Visconde do Rio Branco). Abaixo desses, estavam ainda os políticos nacionais, mas sem titulação nobiliárquica, pois, ou não tiveram tanto destaque na política ou não eram do agrado do imperador.

Depois desses, vinham os fazendeiros escravistas produtores de café do Vale do Paraíba Fluminense (muitos deles nobilitados por D. Pedro II), posto que região mais rica do país, que controlava a produção daquilo que, então, sustentava a economia nacional. Aquém deles, estavam os demais fazendeiros de outras regiões do país, escravagistas produtores de café ou não. Ainda tínhamos a classe média urbana e rural; os brancos pobres ou libertos (negro calçado) trabalhadores urbanos ou agregados das fazendas e, por fim, os escravos (negro descalço, posto que não tinha o direito de usar um dos símbolos da civilização: o sapato), ou seja, os trabalhadores sem liberdade. É de se lembrar de que a cultura do Antigo Regime no Brasil era a de que aquele que trabalhasse era mal visto, pois possuía o chamado “defeito mecânico”, ou seja, tinha que ganhar a vida com as próprias mãos. É por isso que, desde os tempos coloniais, aquele que conseguia acumular um pecúlio comprava um escravo ou, ainda, pedia uma mercê ao rei, que lhe outorgaria um privilégio estamental, dando início à nossa “nobreza da terra”<sup>199</sup>. Ou, como nos relatou Fragoso e Florentino, chegava até mesmo a deixar seu lucrativo negócio de comércio de grosso trato para virar fazendeiro escravocrata<sup>200</sup>.

Ricardo Salles destaca os dois lugares fundamentais nessa hierarquização social: a Coroa no topo e o senhor escravocrata que controlava a base da sociedade.

No topo dessa hierarquia, e em posição externa e superior a ela, estava a Coroa. Era exatamente essa posição que lhe garantia o lugar de ascendência moral, condição dessa hierarquização de interesses e diferenças... Na base desse processo, no mundo privado do governo da Casa [...] estava a possibilidade [...] de um percurso para a liberdade e para a posse de escravos, controlado pela figura do senhor, que se estendia mesmo aos setores mais baixos da sociedade e, no limite, ao próprio mundo da escravidão [...] A Coroa como símbolo do Estado e da Civilização, conferia a esse exercício de domínio o status de prerrogativa e distinção social, isto é, senhorial<sup>201</sup>.

<sup>199</sup> Laima Mesgravis cita o caso de Gabriel Soares de Sousa que, em sua obra *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1567, informa sobre a ascensão de uma “nobreza da terra” em que ele mesmo consegue o privilégio de outorgar foro de fidalgo a cem companheiros ricos, o que para Mesgravis confirma que a sociedade escravista em formação no Brasil se ascendia primeiramente por meio da aquisição de riquezas, mas que “o poder e a preeminência social eram confirmados por uma institucionalização legal garantidora de privilégios estamentais para uma pequena elite que iria se perpetuar além do período colonial”, in FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 41.

<sup>200</sup> FRAGOSO e FLORENTINO, M. G. *O Arcaísmo como Projeto- mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Diadorim, 2001.

<sup>201</sup> SALLES, op. cit., p. 51.

Parece ser nesse mesmo sentido, ou seja, de controle da base social, que Ilmar Mattos coloca em destaque a importância do governo da Casa:

Governar a escravaria consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos [...] mas, sobretudo, em criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominadores e dominados. Governar a Casa era exercer, em toda a latitude, o monopólio da violência no âmbito do que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado.

A possibilidade ampla de se ter escravos, juntamente com a busca de seguir o comportamento da classe senhorial escravista, classe então dominante e que disseminava o seu estilo de vida pela população, foi o que sedimentou a ordem escravista no Brasil.

## 2.2 A Classe Senhorial Escravista do Vale do Paraíba Fluminense

Na região do Vale do Paraíba Fluminense, a classe senhorial escravista fluminense se sobrepôs aos demais grupos sociais. Essa determinada classe senhorial se articulará com a construção do Estado Nacional brasileiro, sendo sua base de sustentação material, devido à produção de café e pelo controle sobre os escravos, principal força de trabalho da época, e também moral, posto que irradiador dos valores do Antigo Regime (civilização saquarema) entre as classes senhoriais de outras regiões e a arraia miúda. Por sua vez, se utilizará deste mesmo Estado em formação para se impor sobre os demais grupos sociais.

A classe senhorial se fundamentava, pois, em âmbito local, no controle de recursos políticos e materiais como as terras, a produção rural, a Guarda Nacional, o Exército, as Câmaras Municipais, a justiça local (juiz de paz, juiz ordinário, juiz municipal, juiz de direito), as delegacias de polícia, além da violência como símbolo do poder privado no retiro de suas fazendas, senzalas e casas de morada e vivenda. Através desses instrumentos, se sobrepunha aos demais grupos sociais: arrendatários e sitiantes de suas terras, vendeiros, tropeiros e pequenos comerciantes, como também ex-escravos, feitores, arreadores e trabalhadores por jornada (jornaleiros) e escravos<sup>202</sup>. Estas instituições funcionaram como instrumentos irradiadores da ordem escravocrata e da civilização imperial, criando os

---

<sup>202</sup> MUAZE, M. O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial, p. 316. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

condicionantes de pertencimento e identidade das classes entre si e consigo próprias, mas também de imposição hierárquica entre as classes sociais e da submissão das classes pobres e das escravas à classe senhorial escravista.

### 2.2.1 A Formação da Classe Senhorial Cafeeira

De acordo com Alcir Lenharo, a classe senhorial cafeeira do Centro-Sul teria sido resultado de uma acomodação social entre os setores burocrático e mercantil da Corte com os emergentes do interior, oriundos do comércio regional e da mineração. A maior parte dos grandes proprietários do Vale do Paraíba, nos anos 1830, provinha da alta burocracia e do alto comércio ligados a D. Pedro<sup>203</sup>.

Nos primeiros tempos, essa classe vivia de forma simples, quase sem comodidade doméstica, como móveis e vestuário, e também não se preocupava com a educação dos filhos. Suas casas, muito comumente, eram construídas de taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, o processo civilizatório saquarema levou essa classe a se refinar ao gosto europeu, quando passou a morar em grandes sedes de fazendas feitas de tijolos, telhas e assoalhos de madeira, com móveis luxuosos, quadros de pintura, pratarias, joias e vestuário trazidos da Europa. Seus filhos homens estudavam para serem políticos e grandes empresários<sup>204</sup>.

Em relação à participação do grupo mercantil na formação dessa classe, Fragoso e Florentino, reportando-se à situação econômico-social portuguesa, nos esclarecem que ela se viu marcada pelo ideal aristocrático português e passou a transformar a acumulação de capital, gerada na circulação de bens, em terras, homens e sobrados, reiterando a hierarquia excludente de uma sociedade de senhores e escravos. Esse ideal aristocratizante identificava-se pelo controle de homens e pela afirmação de certa distância do mundo do trabalho. Tal ideal teria se formado ainda durante o período colonial brasileiro. O excedente apropriado no ultramar tinha o propósito de perpetuar, em Portugal, uma economia e uma sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime. Reiterava-se, portanto, uma estrutura preexistente, quando o Estado português esteve preocupado com a manutenção da sociedade estamental,

---

<sup>203</sup> LENHARO, A.op. cit., p. 56.

<sup>204</sup> FARIA, S. de C., op. cit.

com a aristocracia agrária à frente. A cultura dessa estrutura econômico-social teria se transplantado para o Brasil no momento da formação de uma elite colonial que tinha por base o monopólio do comércio de grosso trato (grandes quantidades de produtos muito lucrativos, como o açúcar, o escravo e o café), direcionando os outros agentes econômicos para atividades menos lucrativas, como a agricultura. Essa elite mercantil, no Brasil colonial, manteve-se em meio a altos níveis de concentração de renda, posto ser possível a sobrevivência das classes mais pobres devido ao acesso a recursos produtivos mais baratos, como a terra, os alimentos e a mão-de-obra<sup>205</sup>.

Tratava-se de uma estrutura cujo funcionamento tinha por condição as relações de poder. Assim, enquanto na Europa a aristocracia e a sociedade hierarquizada que ela dominava precederam historicamente ao grande capital mercantil moderno, no Brasil, em função da inexistência pretérita de nobreza, essa transformação contribuía para a montagem e a perpetuação da aristocracia imperial<sup>206</sup>. Isso explicaria porque, segundo os autores, apesar do comércio de grosso trato ser a mais lucrativa das atividades econômicas da época, em um período entre 20 ou 30 anos, seus responsáveis abandonavam as atividades mercantis, transformando-se em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e homens, ajudando a formar a classe senhorial cafeicultora do Vale do Paraíba.

Quanto aos grupos burocráticos portugueses que vieram com a Corte, estavam conscientes de sua debilidade ante a um país ameaçado pelo perigo do haitianismo (o medo que sentiam de ocorrer aqui no Brasil a insurreição de escravos que se dera no Haiti, em 1794) e da insegurança ante a ameaça de uma população em sua grande maioria composta de desempregados, pobres e mestiços, sempre envolta em revoltas, o que os assombrava tanto quanto a ameaça de revolta escrava. Tal insegurança também assolava a minoria branca e proprietária nativa.

Para Maria Odila Dias, a “insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a ‘vontade de ser brasileiros’ dos portugueses imigrados”<sup>207</sup>. Por isso, as classes dominantes nativas e os portugueses “adventícios” firmaram compromissos e laços de parentesco via casamento. Essa união traria vantagens para ambos os lados: as classes nativas precisavam do capital dos portugueses, da proteção do príncipe regente contra os

---

<sup>205</sup> FRAGOSO, J. L. e FLORENTINO, M. G. op. cit., p. 19.

<sup>206</sup> Idem ibidem, p. 232.

<sup>207</sup> DIAS, M. O. L. das S., op. cit., p. 180.

grupos rivais e a turba, da possibilidade de titulação nobiliárquica, dos financiamentos no Banco do Brasil e, enfim, viam com grande entusiasmo a aproximação com a aristocracia de sangue portuguesa. Essa aristocracia, por sua vez, interessava-se em se enraizar na colônia para não ficar isolada e promover aqui novos negócios, provavelmente mais promissores que os do Reino, que passava por dificuldades financeiras durante e após as guerras napoleônicas.

Como se pode observar, não era apenas o príncipe regente que relutava a voltar para Portugal quando das exigências das Cortes portuguesas. Ainda segundo Maria Odila Dias<sup>208</sup>, esses grupos aristocráticos também postergavam sua volta, pois faziam enormes investimentos locais que demonstravam sua intenção em permanecer no país, como construções de luxo, compra de terras, estabelecimento de firmas de negócios, avidez na concessão de privilégios de obras públicas, como reformas no arsenal da marinha, palácios, etc. Além disso, interessavam-se pela proximidade com o príncipe regente e dele receberam sesmarias na região do Vale do Paraíba, onde se uniram pelo casamento com famílias locais e obtiveram incentivo para a produção do café. A aproximação entre as classes dominantes nativas e a administração pública portuguesa também teria criado, segundo a autora, uma das características do período imperial, o elitismo burocrático.

Quanto aos setores oriundos das Gerais, estes se enriqueceram com a mineração, trabalharam com a produção de alimentos, passaram para o comércio com tropas de mulas e, enfim, fixaram-se no Vale do Paraíba com a intenção de explorar a produção de café. Projetaram-se também através da prestação de serviços públicos ou de negócios, como empréstimos a pequenos proprietários, traficando escravos, produção, transporte e venda do café ou ainda na função de comissários.

Muitas dessas famílias mineiras sediadas no Vale do Paraíba Fluminense tornaram-se proeminentes durante o Império. Os Teixeira Leite e os Ribeiro Avelar foram importantes famílias de Vassouras e eram oriundos de São João Del Rey. Francisco José Teixeira Leite, o Barão de Vassouras, era fazendeiro capitalista e grande banqueiro.

Outros importantes generalistas (procedente de Minas Gerais) foram o Visconde de Ipiabas, que chegou a comandante superior da Guarda Nacional e recebeu o grau de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, e o Marquês de Valença, que chegou a ser ministro de D. Pedro I e senador, sendo ambos da cidade de Valença.

Há ainda a importante família vassourense dos Werneck, também generalista que se enriqueceu com a mineração, a qual teve como seu mais alto expoente Francisco Peixoto de

---

<sup>208</sup> Idem ibdem., p. 171.

Lacerda Werneck, Barão do Pati do Alferes, que se tornou grande fazendeiro através de concessão de sesmarias, chegando a oficial da Ordem da Rosa. Podemos citar também a família de João Rodrigues de Almeida, o Barão de Ubá, proveniente de São João Del Rey. Ele, que possuía terras em Valença e em Vassouras, foi deputado às Cortes de Lisboa e membro do Conselho do Imperador.

Além desses, Custódio Ferreira Leite, o Barão de Aiuruoca, considerado o fundador de Barra Mansa por ter doado as terras que serviriam para erigir sua vila, aventurou-se também por Vassouras, para onde levou um grande número de parentes, como os próprios Teixeira Leite. Também oriundo de São João Del Rey, antes de se converter num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, o Barão dedicou-se ao serviço de obras públicas, como estradas (Estrada da Polícia) e pontes, recebendo posto nobiliárquico e benefícios particulares. Outros generalistas, agora cafeicultores do Vale do Paraíba Fluminense, poderiam ser elencados como importantes figuras da alta sociedade desse período.

O Estado, não conseguindo formar um aparato administrativo necessário, favorecera a formação desse novo setor emergente, os generalistas provindos do comércio de abastecimento e da mineração, que se enobreza e participa da alta burocracia do Estado. Assim, esse setor nativo emergente participa da divisão na esfera do poder do Estado com os setores reinóis instalados na Corte e se liga a eles, muitas vezes, através do casamento.

As íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos, como viriam marcar a classe senhorial do vale-paraibano fluminense, iriam destacar, segundo Maria Odila, não apenas o caráter moderado de nossa independência, como também caracterizaria profundamente a elite política do primeiro reinado, o delineamento de um governo central forte, o elitismo burocrático e o processo de consolidação do império.

### 2.2.2 A Classe Senhorial e a Sociedade de Barra Mansa

Ao final da década de 1830, o município de Barra Mansa já tinha um contingente populacional bastante incrementado, pois de uma população em torno de 2.200 habitantes, por



volta de 1832, ano de sua fundação enquanto vila, passou a contar cerca de 12.100 habitantes, dos quais mais da metade (6.820) eram escravizados (africanos e seus descendentes)<sup>209</sup>.

Dois eram os principais locais de origem das pessoas que vieram morar na vila: o Sul de Minas, como foi o caso de Custódio Ferreira Leite, o Barão de Aiuruoca, que migrou de São João Del Rey; e o Vale do Paraíba Paulista, o caso de Manoel Marcondes do Amaral, provindo da região de São José dos Campos ou de Pindamonhangaba, provavelmente<sup>210</sup>. É possível que tenham vindo pessoas também do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense tentar a vida nesta região, então denominada de “serra acima”, como também portugueses, como foi o caso do encontro do viajante português que passou por Barra Mansa em 1844, com pelo menos 2 portugueses provindos da cidade do Porto, em Portugal, além da presença de Francisco Jose da Silva Sampaio<sup>211</sup>, e o sargento José Pereira da Cruz, ambos do Porto, como o próprio Lavalhegas, também português<sup>212</sup>, citado na descrição do perímetro urbano.

A pesquisa feita sobre os inventários *post-mortem* dos habitantes de Barra Mansa da década de 1830 mostra uma sociedade ruralizada, ou seja, a maior parte das pessoas vivia mesmo nas fazendas produtoras, em sua maioria, de café, e utilizavam trabalho escravo. Os inventários<sup>213</sup> atestam que cerca de 72% dos inventariados viviam na área rural, contra 7% da área urbana. Apenas um destes inventariados aparece como tendo habitação nas duas áreas. Os outros 20% não possuíam casas e, portanto, deviam trabalhar como empregados, agregados ou arrendatários de terras alheias.

Este trabalho privilegiou a propriedade de escravos como forma de definir a sociedade da época, uma vez que se trata de analisar uma sociedade escravocrata, ou seja, que tem na propriedade de escravos o seu motor de ação e o seu próprio *ethos*. A própria classe senhorial se definia quanto à propriedade de homens e terras. Além disso, é nas relações entre as classes proprietárias com seus escravos que será definida a própria estrutura de classes do período, bem como as estratégias de classe nas quais essas relações se darão.

Entre os proprietários de escravos, temos que o grupo majoritário era composto de pessoas que não possuíam escravos (12%) ou eram micro ou pequenos proprietários de

---

<sup>209</sup> Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, do ano de 1856, referente a 1840. Havia também indígenas, mas sua quantidade se encontra ilegível.

<sup>210</sup> ATHAYDE, J. B., *A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa*, p. 147.

<sup>211</sup> Inventário de Francisco Jose da Silva Sampaio (1859).

<sup>212</sup> ATHAYDE, J. B. *op.cit.*, p. 146.

<sup>213</sup> Trabalharemos sempre ressaltando que, devido à pouca quantidade de inventários que chegaram até nós, estes nos servirão como uma espécie de “amostragem” do período analisado.

escravos (64% chegavam a possuir, no máximo, 19 escravos), perfazendo um total de 76% dos inventariados. Médios proprietários, que possuíam entre 20 e 49 escravos, representavam apenas 8% dos inventariados. Apenas 16% estavam entre os grandes e megaproprietários, ou seja, possuidores de 50 escravos ou mais.

Destacaremos, ainda, os quatro grandes fazendeiros que integram a classe senhorial do período por apresentarem um espólio com 50 ou mais escravos.

O primeiro deles é o fazendeiro Manoel Marcondes do Amaral, um dos fundadores da cidade. Quando de seu falecimento, em 1832, Manoel era um megaproprietário de 107 escravos, possuía terras rurais e urbanas no total de 780 braças ou 108 alqueires<sup>214</sup> e mais de 162 mil pés de café. Foi o fundador de uma linhagem de família rica. Seu irmão, o capitão Antônio Marcondes do Amaral, foi o construtor da Igreja Matriz e da cadeia municipal. Em Barra Mansa, falava-se pelas ruas que “gente que tem dinheiro casa com as *fias* de *Maricondes*”<sup>215</sup>, alusão aos casamentos entre famílias ricas da cidade. Seu inventário foi o único do período, no qual se pode encontrar um piano (artefato mais comum de se encontrar a partir da década de 1850, quando a proibição do tráfico negreiro liberou uma parte do capital para a compra de produtos importados). Além disso, foi possível constatar 1 guitarra, 1 violão, 12 cálices de champanhe, 16 cálices para vinho, aparelho de louça azul, aparelho de chá e pequenas mesas de jantar. Seu monte-mor líquido foi o maior encontrado para o período: 121:804\$835 (cento e vinte e um contos, oitocentos e quatro mil e oitocentos e trinta e cinco réis).

O outro fazendeiro que também se destaca é Francisco Pereira da Silva, que, em 1838, ano de seu falecimento, era proprietário de 94 escravos, um sobrado portentoso na vila, no valor de 1.800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), e produzia mais de 120 mil pés de café. Era proprietário de aproximadamente 28,4 alqueires, o que não seria uma grande propriedade. Possuía ainda caixas de música e relógio de parede como requintes de sua moradia.

Senhorinha Maria da Conceição, falecida em 1835, era proprietária de 81 escravos. Possuía uma casa de morada coberta de telhas, com arquitetura de sobrado, na zona rural, avaliada no alto valor para a época de 2.000\$000, o que demonstra seu poder de representação senhorial. Além disso, produzia 26 mil pés de café, o que não era muito para a época quando comparado aos outros fazendeiros acima. Possuía também pouca quantidade de terras se compararmos também aos demais, apenas 4 alqueires, aproximadamente. Seus pertences

---

<sup>214</sup> Aproximadamente.

<sup>215</sup> ALMEIDA, A. F., op. cit., p. 36.

móveis não foram arrolados, o que talvez demonstre a simplicidade em que viviam muitos dos membros da classe senhorial deste período.

Para completar o grupo que constituía, a nosso ver, a classe senhorial da vila na década de 1830, ou seja, aqueles possuidores de 50 escravos ou mais, estava o Alferes Henrique Jose da Silva, falecido em 1839. O alferes possuía casas de morada, paióis, senzalas e cozinha, tudo no valor de 2.400\$000, também alto para a época. Era ainda proprietário de 68 escravos, entretanto não foram arroladas terras, o que pode sugerir sua omissão no inventário, ou mesmo que utilizava terras de propriedade de terceiros. Produzia 23.100 pés de café. Entre seus pertences móveis foram arrolados casaca e sobrecasaca de pano azul, calças de pano, calça de lã, pratos, xícaras, facas de cabo de osso, colheres e garfos de ferro, estojo de navalhas, 12 talheres de prata, 12 colheres de chá de prata, par de brincos de pedra. Os talheres de prata nos sugere uma representação social de requinte, como também uma ampla capacidade para receber visitas, ou seja, a possibilidade de ampla rede de sociabilidade.

Os demais inventários apresentaram proprietários de menos de 50 escravos, como também na rubrica “móveis” ou “trastes de casa”, coisas de não muito valor, como enxadas, machados, cadeiras de assento de palhinha, bancos de madeira, roupas, marquesas, catres, armas, canastras, tachos, alimentos, bebidas, alguns talheres, gamelas, mesas, urinóis etc.

Podemos notar, então, a partir da análise dos inventários, que, na década de 1830, a sociedade barramansense se apresentava concentradora de riqueza, pois era composta de uma minoria, de 16%, entre grandes e megaproprietários de escravos e produtores, mas que concentrava 350 dentre os 511 escravos auferidos para a década, ou seja, concentravam 68,4% dos escravos, quer dizer, do produto que representava a riqueza mais importante da época. O restante, uma também pequena classe, de 8%, entre médios proprietários e produtores, detinham 9,8% dos escravos, ou seja, 48 escravos do total. Os pequenos proprietários e produtores perfaziam 36% dos inventariados, mas possuíam 18,3% do total, ou seja, 94 escravos. Os microproprietários e produtores, que perfaziam 28% do total, representavam apenas 3,7% e eram proprietários de 19 escravos. Concluindo, 16% dos habitantes mais ricos concentravam 68,4% da riqueza escrava, enquanto o restante dos inventariados, 84% do total, concentrava apenas 31,6% desta riqueza.

Essa situação não difere daquela que se configurava em Vassouras por essa época. Segundo Ricardo Salles<sup>216</sup>, no período de 1821 a 1835, “já havia uma concentração de propriedade escrava nas mãos dos grandes e megaproprietários” naquela cidade.

---

<sup>216</sup> SALLES, R. op. cit., p. 157.

Os inventários *post-mortem* dos habitantes de Barra Mansa da década de 1840, que são as nossas principais fontes históricas para o período, perfazem um total de 32 inventários. Como visto acima, no início da década de 1840, a população de Barra Mansa era de cerca de 12.100 habitantes, dos quais 56,36%, (6.820 pessoas) eram escravizados (africanos e seus descendentes)<sup>217</sup>. As mudanças ocorridas na sociedade ainda são pequenas em relação à década de 1830, mas já se tornam perceptíveis ao demonstrar uma evolução no padrão de riqueza do município devido ao desenvolvimento da produção de café.

Apenas 3,12% dos habitantes possuíam casa na área urbana, mas também possuíam casa na área rural. Os demais 68,24%, já computando o mesmo proprietário que também possuía casa na vila e na zona rural, habitavam a zona rural. Dos inventariados desse período, 25% não possuíam morada própria.

Dos 32 inventários que ainda existem para o período, apenas 6,25% não possuíam nenhum escravo. Microproprietários constituíam 18,75%, pequenos proprietários, 43,75% e médios proprietários, 21,87 dos inventariados. Grandes proprietários representavam 6,25% e megaproprietários de escravos, 3,12%.

Os destaques da classe senhorial ficam por conta dos seguintes fazendeiros. José Bento Ferreira da Silva Guimarães, casado com Mariana Carlota de Almeida Leite, filha do Sargento-Mor Joaquim Leite Ribeiro, um dos fundadores de Barra Mansa juntamente com seu irmão Custódio Ferreira Leite, o Barão de Aiuruoca, todos provindos de São João Del Rey, vereador da primeira legislatura do município e pai de Joaquim Leite Ribeiro de Almeida<sup>218</sup>, político do século XIX, que deu o nome à Rua Direita que passou a se chamar Rua, e depois, Avenida Joaquim Leite, a principal da cidade. José Bento Guimarães tinha uma casa grande de sobrado com duas frentes assoalhadas e forradas na área urbana, no alto valor de 8.500\$000, juntamente com uma armação de loja de secos e molhados, louças e ferragens e ainda casas térreas assoalhadas e forradas e terrenos também na vila. Além disso, possuía ranchos e vendas na região da Fazenda da Posse. Na área rural, possuía 420 alqueires de terras, era um grande proprietário de 80 escravos e produzia 98 mil pés de café. Entre seus pertences móveis estavam arrolados colheres, garfos e facas de mesa, 1 espingarda, 1 jogo de pistolas.

---

<sup>217</sup> Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, do ano de 1856, referente a 1840. Havia também indígenas, mas sua quantidade se encontra ilegível.

<sup>218</sup> CASTRO, A. A. L. de. Visão Geral AALecastro. Disponível em <http://visaogeral-aalecastro.blogspot.com.br/2010/01/familia-leite-e-seus-compostos.html>. Acesso em 07/09/2012.

Também se destaca Ignácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marido de Anna Roza de Andrade Marcondes da Palma, viúva de Manoel Marcondes do Amaral, um dos fundadores de Barra Mansa, falecido em 1832. Ignácio Souto Maior possuía, quando de seu falecimento em 1842, somente em Barra Mansa, uma casa de morada, de pedra e cal, na área rural no valor de 9.000\$000, terras na vila, mais de 90 alqueires de terras na área rural (Fazenda do Bananal); era megaproprietário de 272 escravos e produzia 129 mil pés de café. Seu inventário demonstra que possuía hábitos finos, com a presença de 1 piano, 1 barômetro completo, 2 sofás de jacarandá com assento de palhinha, 5 mesas para por flores, 1 marquesa com assento de palha, cama de casal de jacarandá, 2 camas de hóspedes, 5 marquesas ordinárias, mesa ordinária de jantar, 6 cadeiras assento de palha, 20 cadeiras de jacarandá assento de palha, 4 quadros, 1 oratório, relógio francês de bronze dourado, 1 lampião, 38 pratos de sopa, 122 pratos de sobremesa, 1 licoreiro, 12 copos de vidro para champanhe, 18 cálices de vinho, 18 cálices de água, 2 castiçais de prata, bandeja de prata, xícaras, bule, açucareiro, manteigueira e cafeteira de porcelana francesa; concha de sopa de prata; vários outros talheres de prata. Seu monte-mor estava avaliado em 83:995\$560 (oitenta e três contos, novecentos e noventa e cinco mil e quinhentos e sessenta réis). Possuía ainda um escravo guarda-mor.

Iria Augusta, falecida em 1840, tem como descrição de sua habitação como sendo casa, cozinha e monjolos, com o baixo valor de apenas 500\$000. Era proprietária de 52 escravos, de 87.500 pés de café e 57,5 alqueires de terras, aproximadamente. Não foram arrolados bens móveis.

Como podemos notar, nesta década, a sociedade barramansense também se apresentava concentradora de riqueza, pois composta de uma minoria, apenas 9,37%, eram grandes e megaproprietários de escravos e produtores, possuíam 404 escravos, ou seja, 49,5% da riqueza escrava. Uma maior parcela da classe de médios proprietários e produtores, 21,87%, concentrava 246 escravos, ou seja, 30,1% da riqueza escrava. Os pequenos proprietários e produtores, que correspondiam a 43,75%, concentravam 158 escravos, ou seja, 19,3% da riqueza escrava e os microproprietários possuíam 18 escravos, o que corresponde a 2,2% da riqueza escrava. Assim, 9,37% dos habitantes mais ricos concentravam 49,5% da riqueza escrava, enquanto o restante da população, 90,63% do total, concentrava apenas 51,5% desta riqueza. Nota-se que a razão da riqueza concentrada passou de 4,2% na década de 1830, para 9,6% para a década de 1840.

Os inventários *post-mortem* dos habitantes de Barra Mansa da década de 1850 perfazem um total de 34. A população do município, em 1851, era de 17.755 habitantes. Desse total, 9.374 habitantes, ou seja, 52,7%, era composta pela população escrava<sup>219</sup>.

Neste período a quantidade de pessoas com habitação na zona urbana aumentou significativamente, passando de 3,12% da década anterior, para 20,5% nesta década. Porém, 9% dentre estes também possuíam habitação na zona rural. Os habitantes da zona rural perfaziam 50% dos moradores do município. Outros 20,5% não possuíam moradia própria.

Sobre a propriedade de escravos, 6% não possuíam escravos. Os micro proprietários perfaziam 23% dos inventariados do período. Os pequenos proprietários formavam 35% do total. Outros, médios proprietários, formavam 18% dos inventariados. Os grandes proprietários eram apenas 3% e os megaproprietários representavam 15% do total de inventariados.

Dentre os grandes e megaproprietários que formavam a classe senhorial estavam os seguintes fazendeiros:

Anna Euphrausina do Nascimento Vellozo, falecida em 1857; era proprietária de casas de morada no sítio de São João da Boa Vista, no alto valor de 4.000\$000, como também de uma portentosa casa de sobrado na fazenda da Vargem da Barra Mansa, no elevado valor de 10.000\$000. Era ainda proprietária de 159 escravos, aproximadamente 120 mil pés de café e 197 alqueires de terras. Entre seus bens móveis estavam 24 cadeiras de jacarandá e palhinha, 10 marquêsas, 2 mesas redondas, 1 sofá, mesa elástica de jantar, guarda louça com vidraças, cômoda, cama de armação e oratório. As 24 cadeiras demonstram a possibilidade de ampla rede de sociabilidade.

Antonio de Oliveira Arruda; falecido em 1858 e provavelmente parente de Domiciano de Oliveira Arruda, primeiro presidente da câmara de vereadores de Barra Mansa. Possuía 14 lanços de casas de vivenda, enfermaria e tulhas no valor de 2.100\$000; era proprietário de 127 escravos, 265.500 pés de café e aproximadamente 112 alqueires de terras.

Manuel Gomes de Carvalho (?); o primeiro barão do amparo, falecido em 1855, era proprietário de uma portentosa fazenda, a fazenda Santanna do Turvo que, juntamente com casas de morada, engenhos, máquinas, paióis, outras casas, as terras da sesmaria da Criciúma e cafezais, chegava ao extraordinário valor de 183.810\$000. Seu inventário ainda indica as propriedades das fazendas San Thiago, Criciúma e Lambari. Era proprietário de 336 escravos apenas em Barra Mansa. A quantidade de seu cafezal não foi identificada em seu inventário.

---

<sup>219</sup> GOUVEA, M. F. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 43.

Se os cálculos feitos sobre suas terras estiverem corretos, possuía 12.624 alqueires apenas em Barra Mansa. Possuía entre seus investimentos apólices da dívida pública, no alto valor de 300.000\$000, apólices provinciais, no valor de 100.000\$000, ações do Banco do Brasil, no valor de 9.600\$000. Suas dívidas ativas perfaziam o total de 344.778\$318, o que demonstra, além de sua riqueza, sua capacidade de sociabilidade, como sugerido por Ricardo Salles<sup>220</sup>. Seu monte mor líquido era de 2;308:413\$396 (dois milhões, trezentos e oito contos, quatrocentos e treze mil e trezentos e noventa e seis réis).

Capitão Antonio Jose de Mattos; falecido em 1850, possuía uma casa ao pé da Igreja Matriz, no valor de 4.400\$000, lugar mais valorizado da vila, já que era o centro desta, e uma casa de morada com oratório, no valor de 3.000\$000, em sua fazenda, entre outras. Era proprietário de 133 escravos, 116.300 pés de café e mais as fazendas da Boa Vista do Turvo e Parapetinga, da fazenda do Palmital, da fazenda do Macuco, perfazendo um total de 548 alqueires de terras. Entre seus pertences móveis estavam 2 cômodas, 1 relógio, 3 camas de armação, 7 marquesas, 11 cadeiras, mesa grande. Seu monte mor foi avaliado em 99.437\$180

Domiciano de Oliveira Arruda; falecido em 1850, foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa. Não possuía casa na vila, mas era proprietário de uma portentosa fazenda de estilo neoclássico, a fazenda da Bocaina, onde figurava uma morada de casas de vivenda, no valor de 12.000\$000. Possuía nesta fazenda botica e enfermaria, e ainda um engenho de socar com despoldador, no valor de 5.000\$000. Era proprietário de 136 escravos, 234 alqueires de terras aproximadamente e 538.900 pés de café. Com gosto requintado, possuía livros em francês, tais como *Maison Rustique*; *Besherelle Dictionaire*; *Gramaire Frances*, *Historia de la Revolution de 1848*, etc., em um total de 13 obras, e em português, como *Historia do Brasil*, *Recreação Filosofica*; *Historia Universal*; *Historia Da America*; *Os Incas*; *Poética De Horacio*, etc., em um total de 11 obras. Além disso, possuía ainda 1 jogo de gamão, 1 relógio de parede e 1 banheira de folha pintada, 1 catre de armação, 1 colchão de cabelo, 14 colchões de capim, 14 travesseiros, 4 calças de chita, 6 calças de babado, 15 lençóis de algodão, 14 lençóis trançados, 11 colchões de algodão de minas, 11 caçarolas, 7 panelas de ferro, 1 jogo de pistolas, 1 espingarda de 2 canos, 2 espingarda, 18 ferros de pescoço, 3 algemas, 360 enxadas, 3 carros de boi e cangas. Ainda tinha como investimentos prata e ouro, apólices da dívida pública, ação do Vapor Paquete Jeromerim; parte no navio France e Brasil. Seu monte-mor líquido era de 403:649\$688 (quatrocentos e três contos, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos e oitenta e oito réis).

<sup>220</sup> SALLES, R. As Águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema, in *O Brasil Imperial*, vol. III – 1870 – 1889, in Grimberg, K. e Salles, R. (org.), *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2009.

Francisco Soares Godinho; falecido em 1858, era proprietário de 2 lanços de casas assoalhadas na freguesia do Amparo, no baixo valor de 400\$000 e ainda de 4 lanços de casa e cozinha na sua Fazenda Três Barras, no valor de 1.000\$000. Era proprietário de 63 escravos, 20 mil pés de café e 140 alqueires de terras aproximadamente.

Dessa forma, nesta década, a sociedade barramansense mais uma vez se apresentava concentradora de riqueza. O grupo dos grandes e megaproprietários de escravos e produtores, que perfaziam 18% da sociedade, possuíam 954 escravos, ou seja, 75,5% da riqueza escrava. A parcela da classe de médios proprietários e produtores, 18% dos inventariados, concentrava 171 escravos, isto é, 13,5% da riqueza escrava. Os pequenos proprietários e produtores, que correspondiam a 35%, concentravam 114 escravos, correspondendo a 9% da riqueza escrava, e os microproprietários, 23% dos inventariados, possuíam 23 escravos, ou seja, 1,8% da riqueza escrava. Assim, 18% dos habitantes mais ricos concentravam 75,5% da riqueza escrava, enquanto o restante da população, 82% do total, concentrava apenas 24,5% desta riqueza. Nota-se que a razão da riqueza concentrada passou de 4,2% na década de 1830 e de 9,6% na década de 1840, para 4,1% na década de 1850.

### 2.3 A Política Senhorial

Podemos dizer que, no século XIX, a política no Brasil, no caso da classe senhorial, começava em casa, na família. Longe de ser a família nuclear burguesa atual, formada apenas entre pais e filhos; naquela época, família estava mais próximo de um clã, pois genros, noras, primos e seus cônjuges, cunhados etc, faziam parte de uma grande família liderada por um *pater famílias*, um grande senhor de terras e escravos<sup>221</sup>. Segundo Richard Graham, no caso de uma fazenda, o termo família poderia indicar, além dos acima citados, escravos, afilhados, compadres, empregados e arrendatários<sup>222</sup>.

Nessa época, a classe senhorial cafeeira utilizava seus filhos e filhas em estratégias que lhes assegurassem poder, fortuna e prestígio. Para tal, o pai encaminhava suas filhas para casamentos que concretizassem alianças com outras famílias importantes, que fossem também de grandes produtores, ou que tivessem influência política, ou ainda que tivessem participação

---

<sup>221</sup> FARIA, S. C., op. cit., p. 23.

<sup>222</sup> GRAHAM, R. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 37.



no setor financeiro, em casas comissárias, bancos ou comércio, posto que os produtores sempre precisavam de empréstimos para comprar escravos, escoar seus produtos, comprar ferramentas, animais etc. Para alcançar tal intento, as filhas recebiam um dote (dinheiro, joias, roupas, etc.) pois isso lhes facilitaria tanto o desenvolvimento de riquezas como também o encontro de um “bom partido”, um marido que fosse rico e/ou gozasse de prestígio social.

Os filhos também deveriam ter o mesmo destino, casarem-se com filhas de famílias importantes. Além disso, alguns deveriam estudar para serem doutores, de preferência em Direito, e para poderem seguir a carreira política. Outros ainda poderiam seguir a carreira médica, empresária ou mesmo eclesiástica, pois a Igreja Católica desfrutava de grande prestígio junto à sociedade e principalmente aos imperadores, devido ao direito do padroado que, por sua vez, decorreu da aliança histórica entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé. Todas essas profissões desfrutavam de grande prestígio junto à sociedade.

As redes de parentesco, portanto, eram importantes instrumentos de organização de grupos políticos fechados em si mesmos, como forma de manterem o domínio político e econômico na região. Sobre as relações entre as redes de parentesco e a política partidária, Ilmar Mattos argumenta que as divisões partidárias não eram suficientemente fortes para romper os laços familiares criados pelos casamentos<sup>223</sup>. Para ampliarem o domínio local, as famílias desenvolviam também laços de solidariedade horizontal, participando de Casas de Misericórdia, lojas maçônicas, sociedades políticas secretas, como a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, e a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, ambas ligadas aos liberais moderados. Participavam também de irmandades religiosas e da Guarda Nacional, importante instrumento de poder local, que organizava grupos armados sob o comando dos grandes fazendeiros (principalmente após a reforma regressista).

Interessa notar que, no Brasil, mesmo no momento em que florescia o liberalismo, que tem por base os direitos do indivíduo contra o Estado e sua política de privilégios, aqui veríamos se reforçar o melhor estilo de política do Antigo Regime, baseado nas famílias de “melhor qualidade” em busca de mercês do Estado<sup>224</sup>.

Outro instrumento de poder local eram as Câmaras Municipais, instituição por excelência de representação dos grupos poderosos, os chamados “homens bons”, em suas respectivas vilas e cidades. Fazer parte das Câmaras era praticamente obrigatório para as elites, pois tinham a responsabilidade na condução das coisas públicas, além de demonstrar

---

<sup>223</sup> MATTOS, I. R., op. cit., p. 78.

<sup>224</sup> FRAGOSO, J. L. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi* [Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ], nº 5, Rio de Janeiro, 2002.

prestígio social e liderança política. Nas Câmaras, não apenas se ordenavam as atividades urbanas como a iluminação pública, o abastecimento, os calçamentos etc., mas também as relações de poder, conforme demonstrado no conceito de *economia do bem comum*, formulado pelo professor Fragoso. Esta era uma economia política de privilégios em que a “nobreza da terra”, os “privilegiados”, aproveitando-se de uma hierarquia social excludente típica do Antigo Regime, apoderava-se, via controle da câmara, das atividades econômicas da lavoura, comércio e artesanato, na forma de semi ou monopólios, apropriando-se do excedente econômico-social pela exclusão dos demais de determinadas atividades bastante lucrativas<sup>225</sup>. Assim, nas arrematações de serviços públicos, os senhores de terras conseguiam usufruir de atividades bastante rendosas, excluindo delas aqueles que não faziam parte desse grupo.

Devemos entender que, nesse período, o Brasil ainda estava na fase de construção do seu Estado Nacional. O funcionalismo público era diminuto, bem como os instrumentos e recursos para desenvolver os serviços públicos. Estes ficavam a cargo da classe senhorial que, além de ganhos materiais, muitas vezes estava interessada em angariar o prestígio social que lhe proporcionaria a obtenção de um título nobiliárquico que, por sua vez, poderia abrir portas para novas atividades lucrativas e benefícios. A incapacidade de o Estado imperial chegar à periferia (mesmo durante o Segundo Reinado havia quase ausência do Estado no nível local, devido à centralização administrativa) se representava nos compromissos que tinha de fazer com os poderes locais, recorrendo aos serviços gratuitos de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca da concessão de privilégios<sup>226</sup>.

A classe senhorial contava com o apoio dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos comerciantes da vila, a quem protegia em troca de lealdade nas disputas eleitorais e na luta armada contra donos de terras vizinhos. Até os escravos alforriados tinham a lealdade cobrada pelos seus ex-senhores, pois, em caso de ingratidão, poderiam ter a alforria revogada, como permitia a lei.

Para ser uma liderança local e poder fazer indicações para cargos oficiais, o que lhe aumentava o poder, um senhor de terras tinha de mostrar ter o apoio de grande quantidade de dependentes, como também de agregados (normalmente sitiantes que tinham a permissão do

---

<sup>225</sup> FRAGOSO, J. L. in FRAGOSO, J. L.; GOUVÊA, M de F e BICALHO, M F (org.) – *O Antigo Regime nos Trópicos*. A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, cap. 1.

<sup>226</sup> Vide CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cap. 6.

fazendeiro para se estabelecer e cultivar em suas terras), formando uma clientela<sup>227</sup>. Por outro lado, essa classe senhorial buscava o apoio do governo que, por sua vez, exercia sua atividade de governar através desta classe. Tal situação levava à construção de uma rede hierárquica em que os senhores locais mantinham seus familiares, escravos, dependentes e agregados, ou seja, sua clientela, submetidos às suas ordens, mas também deveria se submeter ao poder de políticos de expressão provincial e nacional, os quais deviam obediência ao imperador e este a Deus, reafirmando as relações de desigualdade social que marcavam esse período.

Havia, então, uma prática constante de prestar favores e proteção em troca de obediência. Assim, os recíprocos encargos e favores, de caráter eminentemente pessoal, promoviam a eliminação da possibilidade de um existir autônomo. Portanto, o individualismo e a impessoalidade burgueses, tão caros ao liberalismo, não tinham espaço nesta sociedade.

Se quanto maior a clientela, maior a importância de um senhor, o homem livre pobre somente seria “alguém” em sua comunidade se tivesse a proteção de um senhor, a quem recorria sempre que se via ameaçado por outros senhores ou por autoridades locais, como o delegado, o juiz, o comando militar que o quisesse recrutar etc. A lealdade era retribuída com generosidade, mas sua falta poderia gerar o uso do castigo pelo senhor.

Devido à importância política da clientela, mecanismos eram usados para forçar a dependência desta em relação ao seu senhor. O sistema fundiário, por exemplo, ao manter a grande concentração de terras, possibilitava a manutenção de grande quantidade de agregados que, por sua vez, não tinha acesso à propriedade da terra, ficando na dependência de um senhor. O Estado também poderia ser usado para pressionar o livre a se tornar um cliente, pois este poderia ser recrutado à força pelo Exército, caso não tivesse um senhor para defendê-lo do recrutamento.

Em seu processo de formação, a classe senhorial criou para si uma identidade própria, que se forjou a partir de suas experiências comuns e que se contrapunha aos demais grupos, vistos de forma antagônica aos seus valores e interesses<sup>228</sup>. Assim, ela se via como produtiva e aos indígenas como pessoas de caráter inerte e indolente, que deveriam ser expulsas de suas terras, as quais seriam ocupadas para a produção do café. Os posseiros eram pobres e sem poder político, contrariamente à situação da classe senhorial que, portanto, poderia desapossá-los e tomar suas terras. A classe média urbana e rural, bem como os agregados e clientes (muitos ex-posseiros) não tinham o cabedal da classe senhorial ou mesmo seu grau

---

<sup>227</sup> GRAHAM, R., op. cit., p. 38 e 39.

<sup>228</sup> MATTOS, I. R., op. cit., p. 68.

civilizatório para disputar com ela o poder e, então, deviam tornar-se seus dependentes. Por fim, os escravos, que eram vistos em condição análoga a de animais, deveriam como tal ser tratados, ou seja, como instrumentos de produção de propriedade da classe senhorial, classe por excelência própria detentora de propriedades.

## 2.4 Definições: Luzias e Saquaremas

Houve no Império dois partidos principais, o Liberal e o Conservador, que conduziram os rumos da política no país (o Partido Republicano apenas começou a se formar na década de 1870). Observaremos agora quais seriam as matrizes ideológicas destes partidos e depois passaremos para o contexto histórico de suas formações.

### 2.4.1 O Liberalismo

Antônio Carlos Peixoto<sup>229</sup>, analisando a formação histórica do pensamento liberal, afirma que o sistema político liberal defende as liberdades individuais. Para ele, esse pensamento político, que tem como sua base de sustentação o indivíduo e uma determinada visão de liberdade deste indivíduo, teve Maquiavel como um dos seus iniciadores. Para Maquiavel seria o indivíduo, com sua ação, é que cria a ordem social, provocando uma ruptura com o pensamento medieval. A ação humana é a matriz da construção do mundo. Haveria uma tensão entre a ação do indivíduo e o ordenamento exterior. Esse pensamento contrapunha-se ao pensamento medieval em que a ordem social existente seria dada por Deus e ao indivíduo caberia apenas a aceitação passiva desta ordem.

Ainda segundo este autor, Thomas Hobbes teria reforçado a importância do indivíduo para a formação do ordenamento social, pois, Hobbes transfere para o ser humano a base da legitimidade política. A obediência ao governante se daria em razão do consentimento do indivíduo e não em virtude da obediência a Deus, como defendia o pensamento medieval representado na concepção da doutrina do direito divino dos reis. Com Hobbes, pela primeira

---

<sup>229</sup> PEIXOTO, A. C et alli (org.). *O Liberalismo no Brasil imperial*. Origens, Conceitos e Prática. Rio de Janeiro: Revam, 2001. Cap. 1.

vez, o poder seria visto como criação dos homens. O Estado se construiria pelo consentimento dos homens, que agiriam de forma livre, movidos apenas pelo interesse em que o Estado limite sua liberdade, caso contrário, voltaria ao estado de natureza.

Outra referência para o pensamento liberal segundo Peixoto seria John Locke. Para Locke, no estado de natureza o indivíduo encontraria o *common sense*, senso ou sentido comum, que o impele a não cometer ações que impossibilitem suas relações sociais. Essa lógica não seria dada pela ordem política, mas seria pré-existente a ela. Então, quando o homem sofresse alguma ameaça, ele criaria o Estado para atender à sua necessidade de se proteger. O Estado teria sido criado, então, para que as relações sociais continuem a se desenvolver a contento entre os homens, afastando o perigo de uma guerra intestina. Entretanto, a ofensa que exige uma resposta do Estado ocorreria apenas quando da ameaça de um dos 3 elementos *constitutivos do indivíduo*: a vida, a liberdade e o patrimônio.

Jean Jacques Rousseau teria abalado esta visão contratualista para ampliar este pensamento liberal no sentido democrático e igualitário. Contrapondo-se à ideia liberal de que a desigualdade social ocorreria devido às diferenças naturais físicas e intelectuais entre os indivíduos, Rousseau opõe sua origem na criação da propriedade privada, pedra de toque do liberalismo lockiano. Portanto, enquanto em Locke o indivíduo é livre posto que seu patrimônio lhe garanta esta autonomia em relação à sociedade e sua propriedade privada lhe proporcione, em si, um espaço de liberdade, para Rousseau a propriedade privada cercearia a liberdade ou mesmo a anula para aqueles que não a possuem, condenados que estariam a viver na dependência de outros. Rousseau também contraria Hobbes, pois para aquele a liberdade seria um bem individual em si, que não poderia ser limitada pelo Estado. Os indivíduos entram em contrato entre si não para limitar suas liberdades, mas para garanti-la, pois cada indivíduo entrega a defesa de sua liberdade ao outro. Ou seja, apenas podemos ser livres se ou outros também o forem. De acordo com Antônio Peixoto, Rousseau teria criado a ideia de povo como ente político soberano, o que teria se transformado na base do ordenamento jurídico e constitucional liberal.

Adam Smith, outro dos primeiros pensadores liberais, teria transformado a ideia de liberdade do indivíduo em autonomia para empreender atividades econômicas no sentido de que a sua própria riqueza seja maximizada. O Estado não deveria causar embaraços a este direito, a liberdade de empreender, tão natural quanto a vida e a propriedade.

### 2.4.2 O Conservadorismo

O pensamento conservador, segundo Antônio Peixoto, teria entrado na cena moderna com o pensador inglês Edmund Burke, em finais do século XVIII, quando de suas críticas à Revolução Francesa. Segundo Peixoto, o conservadorismo teria uma visão pessimista do ser humano, em que reconhece o caráter conflitivo das relações humanas. Assim, a ação política do indivíduo tem alcance limitado, pois, por mais abrangente que seja, jamais eliminará as tensões sociais que as relações humanas possuem naturalmente. Toda e qualquer tentativa de solucionar politicamente questões que envolvam o bem-estar do indivíduo e da sociedade tenderia ao fracasso inevitável, pois seus problemas e conflitos sociais fariam parte da própria condição humana.

Neste sentido, não haveria uma visão historicista sobre o desenvolvimento humano, posto que cada povo teria sua história particular. Portanto, não haveria leis gerais que orientassem a história. As sociedades teriam sua própria forma de ser e não podem ser modificadas pela vontade humana. Muito menos seria possível compreendê-las ou reformá-las de forma puramente racional e intelectual. As mudanças ocorrem de acordo com o movimento do tempo, sendo este visto tendo a tendência à conservação do estado das coisas a fim de conservar sua existência. Daí a recusa em ver a história como transformação da vida das sociedades e a crítica ao evolucionismo e ao progressismo e, dessa forma, aos movimentos revolucionários, como ocorrera com a Revolução Francesa. As tradições e as crenças ancestrais seriam os elementos irracionais fundadores de uma sociedade. A tentativa de se contrapor a elas com propósitos racionais e com o objetivo de transformar a sociedade estaria fadada ao fracasso, levando à fragmentação da estrutura social que se veria ameaçada em sua identidade. As mudanças, quando ocorrem, se circunscrevem às próprias necessidades da sociedade. Os homens devem apenas intervir na sociedade quando as mudanças já estivessem ocorrendo e, mesmo assim, com o escopo de reduzir seus possíveis prejuízos sociais.

Calcado na sociedade, no coletivo, o pensamento conservador não admite o conceito abstrato de indivíduo, do liberalismo, bem como dos conceitos de direito natural, liberdade e igualdade, pois apenas existe o homem concreto e particular, determinado pelas características da sociedade em que vive, sociedade esta marcada pelas diferenças naturais entre as pessoas, advindo daí a hierarquização social.

O único ponto de convergência detectado por Peixoto entre liberalismo e conservadorismo estaria na ideia de um Estado mínimo. Isto porque enquanto para os liberais o Estado deve interferir o mínimo possível na vida dos indivíduos, porque devem se ver livres seja para empreender na economia do país (Smith), seja para agir na esfera pública (Rousseau), para os conservadores o Estado não deve interferir no movimento próprio da sociedade, sendo esta determinada pelas crenças e tradições, local geográfico e esferas sociais que se entrecruzam e a dominam como a esfera familiar, a religiosa, a associativa das relações de trabalho e a política (Estado), sendo esta apenas uma delas e que, portanto, não conseguiria, somente por si, mudar muita coisa.

Assim define Antônio Peixoto: “Para o conservador típico, é perigoso e insensato que a mudança ocorra como produto da ação política, é melhor deixar que ela comece para então intervir, tentando no máximo direcioná-la ou regulá-la, mas sem tentar controlar a mudança”<sup>230</sup>.

#### 2.4.3 Liberalismo e Conservadorismo no Brasil do Século XIX

O século XIX foi marcado, na França, pelo embate entre as forças sociais e políticas ligadas ao Antigo Regime e os adeptos do movimento filosófico do Iluminismo. Este embate acabou por ser difundido entre os países que tiveram, de alguma forma, a influência da França, principalmente aqueles que sofreram as invasões napoleônicas. As ideias de progresso e de evolução do ser humano rumo à perfeição, identificadas com o Iluminismo, começaram a tomar lugar em meio ao peso da tradição e da religião, representantes do Antigo Regime.

A necessidade de formulação de novos direitos para que as novas ideias pudessem ter lugar e serem disseminadas, em contraponto ao movimento restaurador do Antigo Regime após a derrota de Napoleão e o Congresso de Viena, levou os grupos liberais em Portugal e Espanha à defesa da formação de uma constituição, como havia ocorrido durante a França revolucionária, em que os princípios liberais de direitos do cidadão, como a liberdade de expressão, de imprensa e de livre associação e reunião fossem garantidos. Em 1820, em Portugal, na cidade do Porto, tem início um movimento constitucionalista que pretendia o fim do despotismo monárquico. Entretanto, com um viés conservador, pretendiam a volta do

---

<sup>230</sup> Idem ibidem, p. 27.

monarca ao país e a recolonização do Brasil, como forma de reerguer a economia metropolitana. De acordo com Lúcia Pereira das Neves, a própria Ilustração portuguesa tinha bases religiosas<sup>231</sup>.

No Brasil, políticos e intelectuais, que haviam se formado em Coimbra, aderiram ao movimento vintista, mas já esboçavam uma confusão entre liberalismo e conservadorismo, ao defenderem o fim do absolutismo e, ao mesmo tempo, a manutenção das estruturas sociais e econômicas. Entretanto, as novas ideias liberais também tiveram maior difusão entre a população, mesmo entre aqueles que não sabiam ler, devido aos leitores públicos (liam panfletos e jornais em voz alta em espaços públicos), principalmente nas províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Pará e Maranhão. Assim, logo tivemos a formação de dois grupos de liberais. Um primeiro, o *coimbrão*, considerado mais conservador, queria uma monarquia constitucional, mas negava a soberania do povo, como forma de evitar excessos como ocorrera na França revolucionária. Buscavam formar suas bases intelectuais em autores como Edmund Burke, Montesquieu e Benjamim Constant. Um segundo grupo, o *brasiliense*, defendia posturas mais radicais, como a ideia da soberania popular, e se baseava em autores como Voltaire, Rousseau e Mably, autores estes proibidos pela Real Mesa Censória.

Durante o processo da constituinte em Portugal os deputados brasileiros que conseguiram comparecer foram maltratados pelos portugueses e, nesse clima de animosidade, transformaram o movimento liberal em luta separatista contra a metrópole, ganhando a corrente liberal o aspecto de liberdade política.

Na disputa pelo poder, durante o processo de independência e a constituinte, entraram em conflito os grupos políticos coimbrão e brasiliense. Os primeiros, liderados por José Bonifácio de Andrada e Silva, queriam um poder concentrado no monarca, o representante da nação e legítimo herdeiro da dinastia portuguesa, uma Assembleia Legislativa com poderes limitados e o interesse provincial subordinado à política unitária representada pelo monarca. Pretendiam, ainda, um Estado reformador, ao estilo despotismo esclarecido, operando as reformas civilizadoras do Iluminismo, como a extinção do tráfico de escravos e a abolição da escravidão. Os segundos, liderados por Joaquim Gonçalves Ledo, queriam um monarca subordinado à soberania popular representada naquela Assembleia e um Estado federativo dominado pelas classes dominantes locais. Entretanto, D. Pedro I já havia escolhido o seu lado e nomeou José Bonifácio para ministro do Reino e de Estrangeiros, ou seja, da política interna e externa. A partir de então, José Bonifácio passou a perseguir politicamente o grupo

---

<sup>231</sup> PEIXOTO, A. C et alli (org.), op. cit., p. 77.



dos brasileiros que, acusados de demagogos, anarquistas e republicanos, foram ou presos e deportados, como Clemente Pereira, ou fugiram, como Gonçalves Ledo, e seus jornais suspensos.

A constituinte de 1823, a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824 marcaram as discordâncias entre estes dois grupos, com a vitória dos coimbrões.

Estava fundado o Brasil independente, com aspectos de um liberalismo conservador, já que havia uma monarquia constitucional, mas ligada à Igreja pelo direito do padroado, eleições para o legislativo, uma liberdade legal restrita, uma assembleia legislativa subordinada ao imperador, com poderes acima dos demais devido ao Poder Moderador, uma sociedade escravocrata e fortemente hierarquizada ao estilo Antigo Regime.

Todavia, as relações do imperador com as oligarquias provinciais não foram das melhores. O imperador apenas convocou o parlamento em 1826 para discutir a renovação dos tratados com a Inglaterra. O principal desgaste estava em torno da exigência inglesa para que o país pusesse fim ao tráfico de escravos, o que desagradava à classe senhorial, reforçando a oposição do grupo Patriota ou Liberal, composto dos antigos brasileiros proprietários de terras, como Diogo Feijó, José Bento de Melo e José Martiniano de Alencar<sup>232</sup>. Os problemas políticos e econômicos que enfrentou em seu governo trouxeram a perda de popularidade por parte do imperador e do apoio político das oligarquias, que o acusavam de autoritarismo, levando à abdicação do 7 de abril de 1831.

Durante o período Regencial, destacou-se no poder o grupo dos liberais moderados, representantes das oligarquias, contra os realistas, portugueses e pessoas próximas ao imperador e que queriam a volta deste e contra os exaltados, representantes de grupos das camadas médias e baixas e que tinham ambições republicanas. Os liberais moderados tinham por objetivo mais geral a oposição a um governo autoritário como ocorrera durante o Primeiro Reinado. Era um partido de coalizão entre os antigos brasileiros/patriotas proprietários de terras, propensos a fazer uma reforma constitucional que levasse o país em uma direção federalista e jovens magistrados como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Pedro de Araújo Lima e Honório Hermeto Carneiro Leão e, mais tarde, por José Joaquim Rodrigues Torres, Eusébio de Queirós Matoso Câmara e Paulino José Soares de Sousa, menos favoráveis a grandes alterações constitucionais.

---

<sup>232</sup> FERREIRA, G. N. e BOTELHO (org.), A. *Revisão do Pensamento Conservador*. Ideias e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 30.

#### 2.4.4 Às Vésperas do (Nosso) Leviathan

O período entre a abdicação de D Pedro I, em 1831, até a regência de Araújo Lima, em 1837, é conhecido como o do predomínio político dos liberais moderados. Veremos suas características políticas e sua influência na região do vale-paraibano fluminense.

Alcir Lenharo propõe, em seu livro *As Tropas da Moderação*, analisar o abastecimento como temática política e, para isso, procurou demonstrar como esse setor no Centro-Sul articulou-se regionalmente e se projetou na Corte. Teria havido progressiva projeção política do setor abastecedor ao desdobrar seus negócios rumo ao mercado consumidor, a Corte. O setor abastecedor em questão seria o do sul de Minas, pois era o principal núcleo produtor e abastecedor do mercado carioca no período entre o primeiro reinado e a regência. Também compreendia, porém, outras regiões mineiras, paulistas e fluminenses, onde mesclavam produção de subsistência e de exportação. Segundo Lenharo, esse grupo abastecedor do mercado carioca, apesar de ter crescido em nível local e provincial, era barrado na Corte pelos escalões do alto comércio nobilitado e arregimentado para atividades burocráticas, o que ocorreu nos governos de D. João VI e D. Pedro I. O marco inicial do aparecimento desses novos políticos foi o advento da independência, quando passaram a escolher os representantes da Junta Governativa da província e também do Império. Os representantes dos proprietários interioranos associaram-se com os da pequena burguesia urbana e do segmento militar após a deposição do imperador, sendo designados genericamente de liberais moderados. Os moderados aproximaram-se do setor português enraizado para fazer frente à pressão das classes populares.

Durante o Primeiro Reinado, teria ocorrido a penetração dos produtores mineiros na praça do Rio, com o surto da imprensa local e o aparecimento dos primeiros líderes políticos ligados aos produtores mineiros e das outras regiões abastecedoras, como o padre mineiro José Custódio Dias, envolvido com negócio de reses remetidos para a Corte, de onde comprava e remetia para sua propriedade a mão-de-obra escrava que utilizava. Além dele, pode-se citar o padre Diogo Antônio Feijó, produtor agrícola em São Carlos de Campinas, que passou de produtor de gêneros de subsistência em 1810 para senhor de engenho em 1816, com 13 escravos, e outros, como o jornalista e magistrado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos e o padre, também mineiro, José Bento Ferreira de Melo; acrescente-se também o jornalista carioca, mas político por Minas, Evaristo da Veiga, a voz dos liberais moderados

na Corte. Este grupo chegou ao auge político após a abdicação, quando procurou deslocar o paço, controlado por burocratas e comerciantes portugueses, do centro de decisões para a Câmara dos deputados, reforçando o poder do grupo dos liberais moderados.

Esses liberais moderados que, de acordo com Lucia Guimarães, “não formavam um grupo disciplinado e coeso”<sup>233</sup> e queriam mudanças no sentido de afastar o autoritarismo característico do primeiro monarca e segurar com firmeza o carro da revolução, quando as reformas deveriam se processar de modo gradual e afastando do campo político o *populacho* (camadas subalternas). Pretendiam, portanto, a manutenção do trabalho escravo, a liberdade de comércio, o respeito às leis e ao sistema representativo e a manutenção da monarquia constitucional. Segundo o professor Ilmar Mattos<sup>234</sup>, apregoavam o direito de cada grupo político (oligárquico) assegurar seu domínio no âmbito provincial, o que levaria a uma descentralização do poder político e à distribuição mais equilibrada da administração estatal pelo país.

Esses liberais acompanhavam o curso das transformações políticas europeias, como o nacionalismo e as conquistas das garantias constitucionais que representavam a liberdade para o Povo (aqui referente às “famílias de qualidade”) contra o despotismo e o clericalismo do absolutismo (aqui representado pelo governo de D. Pedro I). Defendiam também a prevalência da Câmara Legislativa sobre a Coroa e o Executivo, pois nela se achava a Representação Nacional e a garantia da soberania nacional. Para tal, fizeram reformas político-administrativas quando chegaram ao poder, após a abdicação de D Pedro I. Uma delas foi a criação da Guarda Nacional, força militar local que seguia o princípio democrático eleitoral da época (participava todo cidadão ativo – eleitor, nos casos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, e votante, para os demais municípios - entre 18 e 60 anos). A Guarda Nacional tinha, pelo menos teoricamente, a possibilidade de um empregado ser comandante de seu patrão, mas significava, antes de qualquer coisa, o controle da ordem pelos cidadãos locais, normalmente um proprietário rural, pois a forte desigualdade social influenciava o princípio eleitoral<sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> PEIXOTO, A. C. et alli, op. cit., p. 103.

<sup>234</sup> MATTOS, I. R. op. cit.

<sup>235</sup> Cf. a discussão sobre a Guarda Nacional em que Fernando Uricechea, Francisco Falcon, Edmilson Rodrigues e Margarida Neves discordam da prevalência do princípio democrático da Guarda Nacional defendido por Jeanne Berance de Castro. BASILE, M. O. N. de C., in LINHARES, M. Y. (org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, cap. 6.

Outra reforma foi a instituição do Código de Processo Criminal, em 1832, o qual reforçou os poderes do juiz de paz eleito no município, que passou a ter atribuições policiais, jurisdição criminal e presidia as eleições locais. Assim, o juiz municipal, o juiz de órfãos e o promotor público passaram a ser escolhidos pela câmara municipal e criou-se o sistema de júri popular. Em 1834, por fim, houve a reforma na Constituição pelo Ato Adicional, quando o Regente, agora Uno, passou a ser eleito, e as províncias puderam criar suas Assembleias Legislativas, às quais concerniam diversos direitos no âmbito do governo provincial. Essas reformas consagraram os princípios de localismo e participação popular (do Povo, bem entendido), defendidos pelos liberais moderados. Entretanto, expressando vontades políticas diferentes devido à coalizão dos grupos mais ou menos distintos, um encabeçado por Diogo Feijó e outro por Bernardo Vasconcelos, o Ato Adicional representou um meio caminho entre uma monarquia unitária e um federalismo, o que ficou patente com a centralização em nível provincial a despeito do governo geral e também dos municípios, já que revisou o excessivo localismo municipal contido no Código de Processo Criminal de 1832.

Apesar da afirmação de Lenharo de que, nos anos 1830, após acomodações dos grupos sociais, a classe senhorial da região cafeeira do Vale do Paraíba tornar-se-ia a base do movimento regressista<sup>236</sup>, a influência liberal moderada introduzida pelos mineiros, devido suas incursões na formação desta região, também nesta se fez sentir. Outras razões para essa influência talvez possam ser buscadas na reação ao governo centralizador de D. Pedro I e em suas tentativas de proibir o tráfico de escravos após as pressões inglesas, que ajudaram a provocar o “7 de abril”, como também na necessidade de buscar o apoio do novo governo liberal da Regência. Os liberais moderados que tomaram o poder após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, criaram a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em 10 de maio de 1831, cujo objetivo era que homens dotados de capacidade pudessem, fora do Parlamento, discutir e defender os interesses públicos. O exemplo da Corte foi seguido por outras cidades do país. Em Valença, um de seus integrantes foi Francisco José Teixeira Leite, o futuro barão de Vassouras, sobrinho de um dos sócios fundadores, Custódio Ferreira Leite, o futuro barão de Aiuruoca, que, como visto, também ajudou a fundar Barra Mansa. Outro importante liberal moderado foi Laureano Correia e Castro, o futuro Barão de Campo Belo, que era chefe do partido em Vassouras, a maior cidade produtora de café da região. Porém, o

---

<sup>236</sup> LENHARO, op. cit., p. 24. Também é da mesma corrente de pensamento o professor Ilmar Mattos quando declara que “Enobrecidas e condecoradas pelo Estado imperial, essas famílias ligaram suas vidas a ele, ao qual não raro concebiam como instrumento de seus interesses corporativos; em que pese a opinião contrária de parte da produção historiográfica, mesmo antes dos movimentos liberais de 1842, muitas delas já se haviam ligado às propostas do Partido Conservador, em ascensão na Corte”. Cf. MATTOS, I. R., op. cit., p. 79.

maior representante dos liberais moderados na região do Vale do Paraíba Fluminense foi o Comendador Joaquim José de Sousa Breves. Considerado o “Rei do Café” pelo próprio D. Pedro II, foi o homem mais rico da província, chegando a possuir cerca de 30 fazendas, que cobriam os atuais municípios de Mangaratiba, Resende, Rio Claro, Barra Mansa, Itaguaí, Bananal e Areias. Era também dono de mais de 6000 escravos.

A trajetória de Breves foi muito interessante. Participou da comitiva da independência de D. Pedro I, em 1822, e morreu em 1889, junto com o Império, após sofrer as amarguras do processo da abolição da escravidão. Portanto, vivenciou todos os acontecimentos do Império. Foi amigo pessoal de D. Pedro I, de quem recebeu a comenda da Ordem da Rosa e conspirou por sua volta após a abdicação. Tornou-se liberal moderado diante das políticas regressistas de centralização, de restrição da autonomia provincial, de aumento dos impostos e de repressão ao tráfico de escravos. Foi, ainda, a liderança dos moderados no Vale do Paraíba Fluminense durante a Revolta Liberal de 1842<sup>237</sup>. Traficante de escravos pelos seus portos de Marambaia e Mangaratiba, foi processado por traficar após a lei Eusébio de Queirós e, por isso, jamais conseguiu o título de barão.

A trajetória de sua família poderia servir de exemplo a respeito de muito do que foi descrito aqui sobre a formação da classe senhorial do Vale do Paraíba Fluminense. Seu avô, Antônio de Sousa Breves, era português dos Açores, provavelmente descendente de um nobre português, Francisco de Savery, o Conde de Breves. Veio para o Brasil e se instalou como comerciante no Rio de Janeiro. Conseguiu uma sesmaria do Vice Rei D. Luís de Vasconcellos na freguesia de São João Marcos para cultivar mantimentos, em 1784. Seu primogênito, José de Sousa Breves, já grande fazendeiro, tornou-se capitão-mor e tomou o comando das milícias de Resende, após ajudar a expulsar os índios Puris da região, gozando de privilégios que lhe conferia o cargo. Ingressou na política, tornando-se juiz almotacel e depois vereador em São João Marcos e Barra Mansa (já na primeira legislatura da câmara municipal desta vila— entre 1833 e 1837). Joaquim Breves casou-se com sua sobrinha, filha do conservador barão de Pirai. Sua cunhada, outra filha do barão de Pirai, casou-se com o filho do líder liberal mineiro Theófilo Ottoni. O comendador era cunhado do conservador José Joaquim de Lima e Silva, irmão do também conservador Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias e filho do moderado Francisco de Lima e Silva. Os parentescos são extensos, ligando-se a outras famílias enobrecidas e, inclusive, a nobres russos (Conde Haritoff) e italianos (Conde Fé d’Ostiani), o que nos dá uma boa ideia acerca das relações políticos-familiares do

---

<sup>237</sup> Cf. CARVALHO, J. M., op. cit., p. 254; BASILE, M., op. cit., p. 240; MATTOS, I. R., op. cit., p. 77 e FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 10.ed. São Paulo: USP - Universidade de São Paulo, 2002, p. 176 a 178.

Comendador Joaquim Breves. Foi vereador na vila de Barra Mansa (durante a segunda legislatura – entre 1837 e 1841) e São João Príncipe, onde, nesta última, ainda foi presidente da câmara e juiz de paz, o que também ocorreu em Piraí. Além disso, foi deputado provincial em duas legislaturas (1846-1847 e 1848-1849) e deputado geral em 1878.

Infelizmente, carece ainda de maiores pesquisas a influência dos moderados nas demais cidades do Vale do Paraíba Fluminense.

#### 2.4.5 Rumo a 1842

Vejam agora a mudança na direção política do Império, que se refletiria no Vale do Paraíba Fluminense e que levou ao poder o grupo dos conservadores, bem como a definitiva vitória dos conservadores sobre os liberais moderados com o advento da Revolta Liberal de 1842.

Começaremos por identificar as bases do movimento regressista. Lenharo<sup>238</sup> diferencia o grupo dos abastecedores mineiros e de outras regiões que ocuparam o Vale daquele procedente da Corte, recrutado no alto comércio, na nobreza e na alta burocracia, por uma política de D. João e D. Pedro de doação de vastas terras a poucas e ricas famílias. Este grupo evoluiu do comércio e da burocracia para a produção agrícola de açúcar e café, como visto anteriormente. Esteio do Estado no primeiro reinado, foi apeado do poder pelo movimento de 1831, que depôs o imperador. Entretanto, nos anos 30, o referido grupo (de altos comerciantes, nobres e burocratas), formado na região cafeeira do Vale do Paraíba, se tornaria a base do movimento regressista, voltando ao poder, lastreado na propriedade escravista de café. Para Lenharo, alguns fatores concorreram para a mudança de rumos na política brasileira do período, quando os regressistas/conservadores substituíram os progressistas/moderados no governo.

Um dos fatores refere-se à hipótese de que o governo moderado teria tido uma postura ambígua sobre a federalização, assumindo juridicamente uma postura descentralizadora (vide Ato Adicional de 1834), mas criando expedientes para garantir o poder pela força, como o fez Feijó, com o reforço do juiz de paz, as Sociedades Defensoras e a Guarda Nacional. Segundo o autor, a indecisão moderada quanto à política de centralização ou descentralização do poder

---

<sup>238</sup> LENHARO, A. Op. Cit.

ocorrera devido sua base social heterogênea, incluindo proprietários e comerciantes associados ao abastecimento, até intelectuais urbanos oriundos da pequena burguesia ilustrada<sup>239</sup>. Lenharo ainda afirma que os moderados não conseguiram superar a fragmentação política e nem satisfazer o conjunto dos interesses da classe senhorial que temia por suas propriedades, colocadas em risco pelas revoltas do período regencial. Essas revoltas provocaram fuga de capitais, baixa do câmbio, retração do crédito, aumento do custo de vida e do desemprego. Acrescente-se a isso o fato de não terem conseguido enfrentar o novo centro hegemônico de poder apresentado pelo setor cafeeiro e, finalmente, de terem se acomodado sem oferecer um projeto alternativo ao do Regresso.

O Regresso responderia melhor à necessidade da manutenção da integridade da propriedade e do trabalho escravo, alicerçando as bases da economia cafeeira sob os auspícios da centralização do poder. Ainda segundo Lenharo, em geral, os grandes traficantes se opuseram à Regência, pois as principais lideranças moderadas eram contra o trabalho escravo. A questão escravagista fez o pêndulo do poder pender para o lado dos cafeeiros e do Regresso. A lei antitráfico de 1831 teria provocado um novo alinhamento político entre a classe proprietária, agora com novos elementos baseados na economia cafeeira.

No poder, o Regresso afastou de vez as indecisões das diretrizes moderadas. O tráfico foi mantido e o poder central ampliado (vide Ato Interpretativo e reforma do Código de Processo Criminal). Os conservadores nacionalizaram a política, cooptando as oligarquias da Bahia e do Nordeste, lastreando nacionalmente o partido e exercendo a hegemonia do Centro-Sul sobre o país. A expansão da economia cafeeira, penetrando nas regiões de abastecimento de gêneros de subsistência, a diversificação das fontes de oferta desses gêneros para o Triângulo Mineiro, São Paulo e Goiás, como também o gado gaúcho, agora transportado por cabotagem, seriam fatores de enfraquecimento dos moderados. Segundo Lenharo, a virada política ocorrera com a cisão do antes moderado Bernardo Pereira de Vasconcelos, agora campeão do Regresso, quando preterido para o Senado em favor do padre José Bento. Proprietário de lavras e escravos, Vasconcelos era francamente escravagista. Outro que se tornara liderança conservadora foi Honório Hermeto Carneiro Leão, fazendeiro de café na

---

<sup>239</sup> Torna-se necessário lembrar, a respeito dessa indecisão moderada em relação ao federalismo, que primeiro há a predominância de um localismo municipal quando da criação do Código de Processo Criminal, em 1832, que deu poderes aos municípios de controlar suas instituições jurídico-policiais através da eleição do juiz de paz e do júri, e da escolha do juiz municipal e do promotor pela Câmara Municipal. Depois há um recuo, quando da criação do Ato Institucional de 1834, em que se reforçam os poderes provinciais, com a eleição das Assembleias Provinciais. As Províncias e suas assembleias passaram a ter primazia sobre os municípios, controlando através de nomeações os cargos, até então, eletivos municipais, reformando o Código de Processo Criminal e desmobilizando a participação dos cidadãos ativos exercida diretamente no município.

divisa entre Rio de Janeiro com Minas Gerais e grande senhor de escravos. Paulino de Sousa e Rodrigues Torres, também fazendeiros escravagistas fluminenses, seguiram o mesmo caminho, preocupados com a questão escravagista. A morte de Evaristo da Veiga dismantelara a rede jornalística da conexão moderada entre a Corte e o interior. Seu irmão, Bernardo Jacinto da Veiga, virara para os conservadores, chegando a presidente de Minas, quando reprimiu a revolta moderada de 1842 naquela província<sup>240</sup>.

Para Ilmar Mattos<sup>241</sup>, o contexto da Reação se dá em meio ao crescimento das insurreições dos escravos, dos distúrbios da plebe em diversos pontos do Império e das rebeliões provinciais que ameaçavam a integridade do Império. A ideia de Liberdade até então apregoada, quando o Povo deveria se assenhorear da política local, seria requalificada, deixando seus aspectos igualitários que haviam aproximado moderados de exaltados e que eram vistos como o fator responsável pela “anarquia” que reinava no país. Em seu lugar caberia a preponderância do discurso da ordem, baseado no reforço de uma desigualdade que se expressaria na hierarquia não apenas social, entre Povo e plebe, em uma cadeia de lealdades e fidelidades, e entre os livres e os cativos; como política, quando os conservadores passam a ditar as diretrizes governamentais e impor o seu “tempo” no processo de consecução dos ideais civilizatórios em consonância com o que ocorria na Europa. Não se tratava, porém, de recusar o liberalismo, mas de melhor controlar o seu processo (tempo) de instauração no Brasil. Sua concepção do liberalismo se funda no discurso da ordem, em que a Liberdade somente é possível pela segurança da propriedade. Portanto, para se assegurar da propriedade seria preciso um reforço da autoridade do governo central para combater o localismo anárquico. Dessa forma, os saquaremas, como ficaram conhecidos os liberais conservadores do Centro-Sul, propõem a preponderância do Executivo sobre o Parlamento e o retorno do Poder Moderador, inativo durante o período regencial. Abaixo da Coroa todos seriam súditos.

Os regressistas guiavam-se pelo pensamento de Jeremy Bentham e de Thomas Hobbes. Se para o utilitarismo de Bentham era necessário obter a maior soma de liberdade com a maior e mais perfeita segurança, para Hobbes, o autor de *Leviathan*, era necessário refrear a tutela das facções, o estado de guerra, através de um contrato social que reforçaria o poder estatal sobre os interesses partidários para a consecução do bem comum. Portanto, segurança e ordem passaram a ser o lema dos conservadores e, para isso, reforçava-se a hierarquia social e o predomínio do princípio monárquico. No lugar de Revolução como um

---

<sup>240</sup> LENHARO, op. cit., cap. 5 e Considerações Finais.

<sup>241</sup> MATTOS, op. cit., cap. 2.



tempo novo, como o viam os moderados, defendiam o sentido de restauração que essa palavra significava antes da Revolução Francesa de 1789, quando um período de conturbação social ocorria para restaurar a ordem natural das coisas, assim como a revolução dos astros provoca uma mudança que os leva ao mesmo ponto anterior<sup>242</sup>. A Revolução dos conservadores significava a restauração de uma ordem pré-existente, possivelmente aquela expressa pelo Manifesto aos Brasileiros, de D Pedro I, em 1822, em que o príncipe garantia uma independência sem revolução, o regime monárquico, a propriedade privada, a liberdade de comércio, a representatividade e a centralização administrativa do Império.

Desunidos, posto que localistas, e incapazes de fazer frente ao avanço dos conservadores, estes insatisfeitos com os rumos da política e agora alicerçados na expansão cafeeira que começava a sustentar a economia, os moderados viram cair por terra suas reformas. Quando o moderado Feijó deixa a Regência devido à oposição da Câmara dos Deputados, sendo substituído pelo conservador Araújo Lima, vem a vez da reforma da legislação reformada. Em 1840 é aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que diminuía o poder das Assembleias Provinciais e aumentava o do governo central. Em uma manobra política, os moderados conseguem a antecipação da maioria do imperador e recebem em troca o controle do gabinete de ministros. Porém, a violência nas eleições preparadas por este gabinete é contestada pelos conservadores e o imperador entrega o gabinete a estes que prosseguem nas reformas. A reforma do Código de Processo Criminal centralizou a administração judicial e policial pelo Ministério da Justiça. O Poder Moderador e o Conselho de Estado são restaurados. Quando o gabinete conservador dissolve a Câmara eleita pelo gabinete moderado, em maio de 1842, irrompe a Revolta Liberal. Os moderados que tinham suas bases políticas em Minas Gerais e São Paulo pegam em armas contra o governo conservador.

#### 2.4.6 O Vale do Paraíba Fluminense na Revolta Liberal de 1842

A década de 1840 foi um período muito conturbado para a história de Barra Mansa, a do Vale do Paraíba e também do Brasil em geral, pois foi um momento decisivo para o futuro do Império. Desde 1831 que o Brasil vinha sendo governado por regentes após a abdicação do

---

<sup>242</sup> KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto. Rio de Janeiro, 2006, Parte I.

trono brasileiro pelo imperador D. Pedro I. Segundo a Constituição Imperial de 1824, em seu capítulo V, do Título 5º, caso o imperador fosse menor de 18 anos, deveria o império ser governado por uma Regência. Devido o sucessor de Pedro I, seu filho Pedro de Alcântara, ter apenas 5 anos de idade quando da renúncia do pai, o Brasil passou por um período em sua história chamada de Regência, em que foi governado primeiro por uma Regência Trina, como designava o art. 123 da Constituição vigente. Entretanto, a reforma constitucional que resultou no Ato Adicional de 1834, instituiu a Regência Una, em que passou a governar o padre Diogo Antônio Feijó. Político de Campinas, em São Paulo, Feijó representava a grande corrente de políticos insatisfeitos com o governo de Pedro I, acusado de autoritário devido a seus frequentes embates contra a Assembleia Geral, desde o fato da dissolução da Assembleia Constituinte, pelos debates envolvendo os Tratados com a Inglaterra e a questão da proibição do tráfico de escravos, passando pelas críticas sofridas quanto à crueldade com que o imperador tratou seus opositores da Confederação do Equador e ainda pela dissolução do Ministério dos Brasileiros, em que teria proferido a famosa frase “tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo”, quando instado a reconstituí-lo pela pressão popular na Corte imperial. O período regencial representou, portanto, uma guinada para uma postura mais liberal de governo, onde os anseios federalistas estavam na ordem do dia.

Todavia, a Regência provou-se um período governamental bastante conturbado, pois havia muita insatisfação das facções dominantes provinciais, em relação à política centralizadora do Primeiro Império, onde se ressaltava a questão dos tributos cobrados pelo governo central. Estas facções, por vezes, recorreram a alianças com elementos da plebe, os chamados “exaltados”, também contrariados pelo governo devido à carestia de vida dessa classe. Assim, diversas foram as revoltas provinciais ocorridas neste período. Foi durante o governo de Feijó que as relações entre os liberais moderados começaram a ficar estremecidas. As insurreições dos escravos, os distúrbios da plebe e as rebeliões que grassavam pelo império haviam colocado em cheque a forma como o Brasil vinha sendo até então governado<sup>243</sup>. Daí o advento da cisão entre aquele grupo político e que foi chamado de Reação ou Regresso. Os regressistas se formaram entre os liberais de então ao criticar a política do Regente Feijó, que chegara até mesmo a admitir perder o controle das províncias do sul para os rebeldes farrapos. O Ato Adicional de 1834 que havia instituído certa descentralização administrativa, com a criação das Assembleias Provinciais, entre outras

---

<sup>243</sup> MATTOS, I. R., op. cit., p. 152.

medidas de mesmo cunho, tornou-se a representação de uma política que havia fracassado e vinha colocando o Império em risco de desagregação.

Formaram-se, então, dois grupos políticos: os progressistas, que apoiavam a política liberal de Feijó, e os regressistas, que condenavam tal política. Com a renúncia de Feijó, em 1837, e a eleição de Araújo Lima, os regressistas passaram a revisar as medidas até então tomadas pelo governo central. Esta situação chegou a tal ponto de atrito que uma verdadeira guerra civil se instalou no Brasil, em que se confrontaram os membros da classe dominante do país, a classe senhorial escravista do sudeste brasileiro, que haviam liderado o processo de independência e conseguido manter a unidade do país. Envolvendo os grupos dominantes das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pelo controle do país, a Revolta Liberal de 1842 teve como ponto de discórdia a dissolução do Parlamento por D. Pedro II, devido às críticas relativas às chamadas “eleições do cacete”, vencidas pelos Liberais/Progressistas, e seus desdobramentos. Estas eleições foram organizadas pelos progressistas no poder desde a antecipação da maioria de D. Pedro II, quando tomaram a frente do movimento pela antecipação e em troca, foram conduzidos ao poder pelo imperador. Elas foram marcadas pela extrema violência utilizada pelo governo liberal para vencê-las. A volta dos liberais ao governo, no entanto, não durou muito tempo. O agravamento da Guerra dos Farrapos, no Sul, a pressão inglesa pela extinção do tráfico negreiro, a extrema violência com que foi conduzido o processo eleitoral, além das irregularidades e fraudes, provocaram a dissolução, pelo imperador, D. Pedro II, da Câmara recém-eleita. Um novo Ministério foi formado em março de 1841, contando com membros ligados ao Clube da Joana<sup>244</sup> e ao Partido Conservador.

Com a dissolução do gabinete liberal, voltam ao poder os Conservadores /Regressistas, que continuam a política de revisão das conquistas liberais do período regencial. A resistência liberal às reformas conservadoras acabou levando, pois, ao conflito armado.

Vejamos agora como estes acontecimentos se deram e quais suas repercussões no Vale do Paraíba Fluminense e em Barra Mansa.

---

<sup>244</sup> Grupo político palaciano, de tendência conservadora, que se reunia na casa do mordomo imperial Paulo Barbosa Silva, na Quinta da Boa Vista, perto do Rio Joana e que tinha forte influência sobre o jovem imperador.

#### 2.4.6.1 Barra Mansa e o Vale do Paraíba Fluminense Durante a Revolta Liberal de 1842

Com a dissolução do gabinete liberal, voltam ao poder os Conservadores /Regressistas, que continuam a política de revisão das conquistas liberais do período regencial. Os conservadores passaram a ganhar o importante apoio dos cafeicultores fluminenses, que se tornavam o grupo social mais rico e importante do país. Esse núcleo político irá formar o grupo dos *saquaremas*, que tinha essa denominação devido ao fato de seus principais líderes se encontrarem no sítio do líder conservador José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, em Saquarema. A resistência liberal às reformas conservadoras acabou levando, pois, ao conflito armado. Grupos liberais paulistas e mineiros chegaram a pegar em armas contra o governo imperial sediado no Rio de Janeiro. Seu objetivo não era derrubar o imperador, mas apenas o gabinete conservador, autor das reformas que pretendiam novamente centralizar os principais instrumentos de governo no Brasil. O movimento rebelde liberal teve início na província de São Paulo, mais precisamente em Sorocaba, quando o sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, liberal que tinha governado a província até ser destituído pelo gabinete conservador em 1841, foi aclamado presidente da província, com o apoio dos liberais sediados na Corte do Rio de Janeiro, entre eles o senador José Martiniano de Alencar, fundador da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, sociedade secreta que tinha por objetivo difundir a revolta pelo país. Em Minas Gerais, teve início em Barbacena, quando foi aclamado presidente da província José Feliciano da Cunha. Entretanto, o principal líder liberal era Teófilo Ottoni.

Os paulistas foram derrotados na batalha de Venda Grande, próximo a Campinas, em junho de 1842 e os mineiros em Santa Luzia, em agosto, ambos pelo então Barão de Caxias. A partir de então, os liberais passaram a ser chamados pelos conservadores de *luzias*, em referência jocosa à sua derrota naquela cidade.

Vejamos agora quais as repercussões dessa revolta no Vale do Paraíba Fluminense e em Barra Mansa, segundo o Jornal do Comércio.

A partir de junho de 1842 começaram a chegar informações ao Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, provindas do interior da província a respeito da Revolta Liberal ocorrida neste ano. A primeira carta chegou provinda da Câmara da vila de Piraí, ao saber das revoltas em São Paulo e lamenta a “cegueira de um partido adverso à prosperidade do país”. Seus vereadores, encabeçados pelo seu presidente, José de Souza Breves Filho, prestaram lealdade

ao imperador, estendendo-a para todos os habitantes do município<sup>245</sup>. A Câmara de Vassouras também expressou sua indignação com a revolta dos sorocabanos, que teria levado para as ruas um debate que deveria apenas transcorrer pela tribuna ou pela imprensa. Nota-se o temor pelas “ruas” que perpassava pela nossa classe senhorial valeparaibana. Esta preocupação tinha relevância, pois estava inscrita em um momento em que grassava o medo em uma elite já preocupada com o haitianismo, ou seja, uma revolta dos escravos, como ocorrera na Bahia em 1835 e em Vassouras em 1838, além do temor de levantes das classes populares, como tinha ocorrido com algumas das revoltas do período regencial, e da possibilidade de fragmentação do país, que já tinha levado inclusive à antecipação da maioridade do imperador. Os vereadores, tendo à frente também o presidente da câmara, Francisco José Ferreira Leite, ofereceram auxílio ao imperador para sufocar a rebelião já em suas origens, antes que se espalhasse também pela província fluminense<sup>246</sup>. Pela preocupação concernente ao contágio que a revolta poderia provocar na província fluminense, é possível notar a presença de grupos liberais nesta região da província que poderiam propagar a revolta iniciada em São Paulo.

De Valença, outra cidade que cedo se prontificou a apoiar o imperador contra os revoltosos, chegaram notícias de que 200 praças dessa cidade e também de Vassouras teriam sido deslocadas para reforçar as forças que guarneciam o presídio do Rio Preto, na província mineira, e informando sobre o deslocamento de praças também de Paraíba do Sul e de Paty do Alferes para Paraibuna<sup>247</sup>, também em Minas. Outra carta particular fora enviada de Rio Preto, informando que lá permaneciam 100 homens entre guardas nacionais e civis e que documentos dos rebeldes locais remetidos ao juiz de paz tinham sido rasgados pela Guarda Nacional e pelo povo<sup>248</sup>. Rio Preto e Paraibuna eram considerados pelos vereadores vassourenses como locais estratégicos para conter a invasão rebelde na província e manter a comunicação com a província mineira livre, além de serem pontos de apoio para as tropas vindas da Corte. Vassouras pediu o auxílio da Guarda Nacional sediada em Valença, Paraíba do Sul e Piraí e enviou parte do armamento da infantaria para equipar a vila de Valença. As

---

<sup>245</sup> Em carta escrita em 25 de maio, in *Jornal do Comércio* de 11 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>246</sup> Em carta escrita em 26 de maio, in *Jornal do Comércio* de 11 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>247</sup> Em carta escrita em 17 de junho, in *Jornal do Comércio* de 20 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>248</sup> Em carta escrita em 16 de junho, in *Jornal do Comércio* de 20 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

despesas seriam pagas por contribuições voluntárias dos cidadãos. Vassouras propugnou junto à Corte pela criação de um correio especial que a ligasse à própria Corte como também ao presídio do Rio Preto<sup>249</sup>.

Resende foi outra cidade do Vale do Paraíba Fluminense que muito se empenhou na repressão aos revoltosos paulistas. Quando a revolta estourou em São Paulo, liberais de Resende teriam feito manifestações públicas em apoio aos revoltosos paulistas e pregaram a sublevação também no município. Porém, o grupo conservador contribuiu com doações para manter um corpo de cavalaria da Guarda Nacional com cerca de 40 homens armados e municidados<sup>250</sup>. Os liberais foram debelados.

O presidente da província do Rio de Janeiro, o conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná e um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado, esteve plenamente engajado na campanha contra os revoltosos. Passou por diversas vilas da província a fim de mobilizar e organizar as forças legalistas. Em 16 de junho, avisou o Ministério do Império, que partiria para Resende para tomar providências a fim de restabelecer a ordem nos municípios da região e evitar a comunicação e o contágio dos rebeldes paulistas com a província fluminense. Como novamente aparece a preocupação com o contágio sobre a região sul fluminense, bem como o noticiamento da presença de liberais em Resende, conforme vimos acima, mais uma vez podemos afirmar que comprovam-se os indícios da presença de liberais que poderiam estar suscetíveis à influência dos rebeldes.<sup>251</sup> O presidente Honório, com o apoio de Joaquim Ribeiro de Avellar, fazendeiro de Paty do Alferes, mobilizou a Guarda Nacional nesta localidade, organizando também uma subscrição para os custos<sup>252</sup>. De Paraíba do Sul, um particular elogiou a participação do presidente da província do Rio de Janeiro, que teria colocado em movimento as forças legalistas que partiram da Corte, animando as tropas da região que estavam mal armadas e desanimadas com a impossibilidade de deter o incêndio da ponte do rio Paraibuna, provocado pelos rebeldes, provavelmente comandados por Teófilo Ottoni<sup>253</sup>. O presidente Honório esteve também em

---

<sup>249</sup> Em carta escrita em 19 de junho, in *Jornal do Comércio* de 21 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>250</sup> Em carta escrita em 17 de junho, in *Jornal do Comércio* de 22 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>251</sup> *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>252</sup> Em carta escrita, in *Jornal do Comércio* de 11 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>253</sup> Em carta escrita em 23 de junho, in *Jornal do Comércio* de 11 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

Valença, no dia 3 de julho. Em sua homenagem, a vila se iluminou à noite, e em frente à casa do Visconde de Baependy, onde ficou hospedado, houve fogos de artifício e banda de música tocando o hino nacional<sup>254</sup>. O presidente Honório ainda partiu para Rio Preto, a fim de fazer reconhecimento das forças locais, e depois se deslocou, com o mesmo objetivo, para as vilas de Barra Mansa, Resende e outras vilas da região<sup>255</sup>.

A preocupação com o contágio sobre a província fluminense não era vã. O maior líder do liberais no sul fluminense parece ter sido o comendador Joaquim José de Souza Breves, que tinha terras em São João Príncipe, Barra Mansa, Piraí, apenas nessa região, além de contatos políticos em Bananal e Areias. Joaquim Breves havia sido vereador da segunda vereança de Barra Mansa, entre 1837 e 1841 e foi, possivelmente, o homem mais rico do Segundo Reinado, chamado de Rei do Café pelo imperador D. Pedro II. Notícias vindas de Piraí afirmavam que o comendador Joaquim Breves estava reunindo gente armada e que estaria encastelado em sua fazenda. Porém estava em minoria e os conservadores achavam que tinham condições de batê-lo mesmo em sua fazenda<sup>256</sup>. Essa localidade era descrita como uma fortaleza, cercada por uma muralha de 40 palmos de altura, com apenas uma escada de pedras como entrada, fechada por um portão e que, para nele se chegar, passava-se pelo rio Piraí que tinha uma espécie de ponte levadiça, fortemente guarnecida pela milícia particular do comendador<sup>257</sup>.

O chefe de policia da província, Ignácio Manoel Alvarez de Azevedo, mandou o comandante da força policial, (João Nepomuceno?) Castrioto, prender Breves no dia 11 de junho, mas Castrioto teve dúvidas em enfrentá-lo e, sem executar as ordens de Azevedo, preferiu partir para Resende com o fim de prosseguir para Areias. Entretanto, talvez Castrioto não tenha tentado prender Breves por se achar sem condições, pois possuiria apenas 25 homens de cavalaria e não conseguiria fazer frente ao potentado de Breves. Castrioto, então, não quis arriscar, o que poderia levar a uma derrota que abalaria os ânimos dos legalistas, no que teria informado a respeito da situação ao Azevedo<sup>258</sup>. Breves aproveitou a situação e fugiu

---

<sup>254</sup> Em carta escrita em 4 de julho, in *Jornal do Comércio* de 8 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>255</sup> Em carta escrita em 19 de julho, in *Jornal do Comércio* de 23 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>256</sup> *Jornal do Comércio* de 2 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>257</sup> *Jornal do Comércio* de 7 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>258</sup> Comunicado in *Jornal do Comércio* de 7 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

para Bananal, onde teria se refugiado na fazenda de Luciano José de Almeida Vallim que, ao que parece, era membro do Partido Liberal neste município por esta época. Azevedo também partiu para Areias com o fim de combater os rebeldes de Queluz, Silveiras, Cunha e região<sup>259</sup>. Esses municípios foram incorporados à província fluminense para que as forças provinciais, comandadas pelo presidente Honório, pudessem invadir a região sem problemas de competência de ordem constitucional.

Parece que as maiores tensões entre legalistas e rebeldes teriam ocorrido em Barra Mansa e São João do Príncipe<sup>260</sup>, como também em Bananal<sup>261</sup>, região onde Joaquim Breves tinha terras e/ou ligações políticas. Todavia, uma carta de São João Príncipe recusou a pecha de anarquistas e rebeldes dada aos habitantes da vila e afirmou que esta jamais participara de revolta alguma e que havia mesmo contribuído para as forças legalistas com 57 praças e 1 capitão da Guarda Nacional, que foram deslocados para Resende<sup>262</sup>. Entretanto, como esta carta foi escrita bem depois do fim dos conflitos, ela também pode ser interpretada como uma forma de tentativa de se retirar as acusações sobre a vila para que seus habitantes não sofressem qualquer tipo de perseguição política pelos conservadores, agora os vitoriosos detentores do poder. Porém, mesmo ali os líderes revoltosos já estariam dispersados, sem ligações de uns com os outros, provocando o desânimo dos rebeldes. Joaquim Breves parece que voltara e continuava a se encastelar em sua fazenda<sup>263</sup>.

Joaquim Breves era um nome sempre lembrado e vigiado. Informações de Arrozal diziam que ele estava em circulação entre sua fazenda, Bananal e São João Príncipe, região de

---

<sup>259</sup> Jornal do Comércio de 2 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>260</sup> Em cartas escritas em 20 e 22 de julho, in Jornal do Comércio de 30 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos. Entretanto Reynato Breves cita afirmação de Joaquim Breves de que uma rebelião ocorrida no dia 24 de junho em São João Príncipe fora notícia falsa, in BREVES, R. *Sant'Anna do Pirai e a sua História*. Diadorim, rio de Janeiro: 1994, pp. 776 a 786.

<sup>261</sup> No Relatório Político escrito por Joaquim Breves em que se exime da participação na Revolta de 1842, o comendador deu informes de que uma mobilização armada teria ocorrido na vila de Bananal quando correu a notícia de que um batalhão provindo de Resende teria a ordem de prendê-lo: “[...] fui informado de huma escolta mandada de Resende viera dar uma busca na fazenda de Luciano D’Almeida, e que dizião ser busca para me prenderem. Hum tal insulto sem que fossem ouvidas as autoridades do Bananal; em caza de huma pessoa por todos os títulos respeitável, fez cauzar grande alvoroço no povo daquele município, que correrão todos armados para a Villa”, in BREVES, R. *Idem*, *ibidem*.

<sup>262</sup> Carta de Um de São João Príncipe, in Jornal do Comércio de 14 de agosto de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>263</sup> Em carta escrita, in Jornal do Comércio de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.



sua atuação política<sup>264</sup>. A Guarda Nacional, com mais de 300 homens, liderada pelo comandante da cavalaria José Gomes de Souza, dera uma busca na fazenda de Joaquim Breves. Este teria sido avisado antes e fugiu para local desconhecido, deixando para trás a esposa e família<sup>265</sup>. Posteriormente, Joaquim Breves se defendeu das acusações, afirmando que as calúnias levantadas contra ele partiam de um parente, seu inimigo político, e que nunca havia participado do Círculo dos Patriarcas Invisíveis, sociedade política secreta liberal, organizada por José Martiniano de Alencar, no Rio de Janeiro, para resistir ao avanço conservador, e que teria sido responsável pela organização do movimento rebelde, como também não teria participado de grupo sedicioso algum<sup>266</sup>.

As movimentações das forças legalistas prosseguiram no Vale do Paraíba Fluminense. O juiz de paz de Rio Preto, José Furtado de Figueiredo, informou ao jornal que chegara um reforço de 120 guardas nacionais entre cavalaria e infantaria, vindos de Valença, comandados pelo coronel Nicolau Antônio Nogueira da Gama, comandante da Guarda na região<sup>267</sup>. Em julho, 189 praças entre cavalaria e infantaria da Guarda Nacional, comandados pelo tenente coronel Francisco José Soares, partiram do Iguassú (atual Nova Iguaçu) e foram se reunir às forças de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul com o fim de combater os rebeldes mineiros. A campanha foi feita com o custo de mais de 4 contos de réis, pagos por subscrição de oficiais da Guarda e de cidadãos dos municípios envolvidos<sup>268</sup>. De Arrozal, chegaram notícias de que 200 homens haviam acabado de chegar à localidade para a manutenção da ordem<sup>269</sup>.

O tenente coronel da Guarda Nacional de Resende, Fabiano Pereira Barreto, em carta, informou ao Ministro da Justiça, Paulino Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, também importante político do império, que, juntamente com Castrioto, havia atacado Areias

---

<sup>264</sup> Em carta escrita em 8 de julho, in *Jornal do Comércio* de 12 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>265</sup> Em carta escrita em 16 de julho, in *Jornal do Comércio* de 19 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>266</sup> BREVES, R., op. cit., pp. 776 a 786.

<sup>267</sup> Em carta escrita em 19 de junho, in *Jornal do Comércio* de 11 de junho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>268</sup> *Jornal do Comércio* de 1 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>269</sup> Em carta escrita em 1 de julho, in *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

e Queluz<sup>270</sup>. Em Areias, no dia 13 de julho, foi preso o rebelde Francisco Alves de Castro Raso e o guarda livros de Joaquim Breves, juntamente com outros revoltosos<sup>271</sup>. As vitórias em Areias e Sorocaba foram comemoradas em Resende e Vassouras, respectivamente<sup>272</sup>. Nova subscrição ocorrera, agora em Valença, para fornecimento de víveres às forças legalistas contra a rebelião em Minas Gerais<sup>273</sup>. Outra em Vassouras<sup>274</sup>.

O irmão de Joaquim Breves, José Joaquim de Souza Breves, por sua vez, apoiava o imperador e as tropas legalistas<sup>275</sup>, e organizava subscrições com outro parente, o tenente coronel Raimundo de Souza Breves<sup>276</sup>.

De Pati do Alferes informou-se que em Paraíba do Sul, em 21 de junho, fora organizado um grupo armado pelos oficiais da Guarda Nacional, convocado por Joaquim Ribeiro de Avellar, sob o motivo da necessidade de vigilância do local<sup>277</sup>. Mais de 100 praças da infantaria seguiram para Resende<sup>278</sup>.

Ainda de Resende, chegou carta felicitando os cidadãos da vila e a Guarda Nacional de Resende e de Piraí, responsáveis pela contenção dos rebeldes liberais de Barra Mansa e de São João Príncipe. Joaquim Breves continuava desaparecido<sup>279</sup>. Outra, também de Resende, fazendo uma recapitulação dos fatos na vila, informou que logo que chegaram notícias da rebelião em Sorocaba, Queluz e Silveiras, o delegado José Pereira de Araújo e o tenente coronel da Guarda Nacional, Fabiano Pereira Barreto, entre outros, organizaram uma subscrição e um destacamento de 50 homens para a defesa da vila e contenção da

---

<sup>270</sup> Em carta escrita em 28 de junho, in *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>271</sup> *Jornal do Comércio* de 18 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>272</sup> Em cartas escritas em 30 de julho e 27 de junho, in *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>273</sup> *Jornal do Comércio* de 4 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>274</sup> *Jornal do Comércio* de 9 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>275</sup> Em carta escrita em 8 de julho, in *Jornal do Comércio* de 12 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>276</sup> *Jornal do Comércio* de 12 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>277</sup> *Idem*.

<sup>278</sup> Em carta escrita em 16 de julho, in *Jornal do Comércio* de 19 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>279</sup> Em carta escrita em 20 de julho, in *Jornal do Comércio* de 30 de julho de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

disseminação rebelde na província. O comandante Castrioto teria chegado com alguma força policial e passou a ajudar na organização da Guarda Nacional. Azevedo, chefe da polícia da província, também compareceu e logo mandou prender as pessoas que propalavam as idéias rebeldes na vila. Para Areias, em São Paulo, partiu Castrioto, no dia 1 de julho, com 120 homens entre Permanentes da Corte, 30 soldados do corpo policial da província e 40 guardas nacionais de cavalaria de Resende<sup>280</sup>. No dia 25 de junho, teria ocorrido um levante rebelde em Barra Mansa e Bananal. Fabiano Barreto distribuiu armas aos cidadãos voluntários e também para os estrangeiros e proibiu a saída de habitantes, para que não houvesse pânico e abandono da vila. Castrioto e Barreto estavam à frente de mais de 300 homens. Rumaram estes para Areias e depois para Queluz obtendo sucesso em suas campanhas militares, que foram comemoradas depois, na volta a Resende, com um grande jantar e vivas à monarquia<sup>281</sup>.

Como visto acima, na província fluminense a revolta também ecoou. Os grupos liberais do Vale do Paraíba Fluminense ensaiaram um apoio aos revoltosos do Vale paulista e do Sul de Minas. Como dito acima, a liderança dos moderados coube ao comendador Joaquim Breves. Este teria forçado o Governo Geral a se unir ao governo de Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província, a fim de adotar medidas repressoras especiais devido à força política do comendador na região. Segundo o professor Pedro Calmon<sup>282</sup>, Honório Hermeto, futuro Marques do Paraná, aquartelou-se em Paraíba do Sul, de onde teria liderado pessoalmente o combate aos rebeldes, provavelmente para estar mais próximo do foco da rebelião. Parentes do comendador, que moravam no município de Piraí, ali tramaram, mediante o pagamento de 10 contos de réis, o assassinato do Major Pedro Paulo, comandante das forças conservadoras de vanguarda, que já haviam atingido Areias, em São Paulo, mas o plano fracassou. Caso vencesse a revolta, o Comendador Joaquim José de Sousa Breves seria indicado para presidir a Província do Rio de Janeiro. O comendador teria desistido da revolta ao saber que os rebeldes assassinariam os fazendeiros que dessem apoio aos legalistas, já que tinha parentes que apoiavam o governo conservador, como também fomentariam levantes de escravos, o que era uma empreitada arriscada para quem tinha muitos escravos como era o

---

<sup>280</sup> Jornal do Comércio de 2 de julho de 1842 e de 8 de agosto de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>281</sup> Em carta escrita em 22 de julho, in Jornal do Comércio de 1 de agosto de 1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

<sup>282</sup> CALMON, P. *História do Brasil – Séculos XVIII e XIX: riquezas e vicissitudes, o império e a ordem liberal*, v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

caso dele próprio<sup>283</sup>. Além disso, ainda havia o temor do haitianismo entre os escravocratas da região.

Contudo, essa região já vinha reconhecendo o avanço conservador, quando muitos cafeicultores, preocupados com a questão escravagista, com o temor do haitianismo e das revoltas da plebe pelo país, e buscando a proximidade com o governo central para conseguir benefícios, se juntaram às propostas regressistas. Conservadores como o Marquês de Valença e o Barão do Pati do Alferes, dentre outros, prestaram auxílio às forças do governo para a repressão ao movimento rebelde. O Visconde de Ipiabas destacou-se nesse combate, chegando a receber a Ordem da Rosa.

Terminada a revolta com a vitória dos conservadores, estes comporiam com os moderados, agora chamados de liberais, anistiados em 1844, e dariam a direção à política (dominaram a maior parte dos gabinetes ministeriais e das Câmaras dos Deputados) e à formação do Estado Imperial brasileiro durante o Segundo Reinado. Pode-se pensar que para os liberais a nova ordem dos conservadores não era de todo ruim, uma vez que também acreditavam na desigualdade e na hierarquia entre a classe senhorial e as demais classes. Tinham o mesmo sentimento aristocrático e se viam como civilizados ante aos bárbaros do Sertão. Ambos viam o escravo como um “inimigo inconciliável” e temiam, como visto acima, o haitianismo e as desordens da plebe, classe que viam com menosprezo. Moderados como Evaristo da Veiga seguiam os ensinamentos do conservador Edmund Burke, que era contra revoluções e que pregava a moderação contra os excessos revolucionários.

Deve-se lembrar que o Ato Adicional realizara a mesma tarefa do regresso conservador, ou seja, o esvaziamento dos cargos eletivos em detrimento dos cargos nomeados pelas Assembleias Provinciais. Seguindo este ponto de vista, a crise política instaurada durante os conflitos entre o Regente Feijó e a Câmara dos Deputados (esta liderada por Honório Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos e que proporcionou a virada regressista com o advento da regência de Araújo Lima), apenas revelou a face conservadora dos moderados, que passaram a continuar uma política do primado da ordem e

---

<sup>283</sup> Em seu Relatório Político, Breves afirma que em meados do mês de maio de 1842 ocorrera princípio de rebelião escrava em sua fazenda de São Joaquim: “Progredindo a estar na minha fazenda de São Joaquim, ocorreu que em meado do mês de maio, manifestarão-se indícios assaz veementes que fazião acreditar toda a probabilidade de um plano de insurreição na escravatura, por cuja razão castiguei asperamente a muitos dos meus escravos, e fiz chamar os dois inspectores de quarteirões mais vizinhos, aos quais manifestei o que havia, e lhes disse que o comunicassem tudo a sub-delegado; e em seguida isto, preveniu-me fazendo chamar a minha casa alguns vizinhos, a cada hum dos quaes entreguei huma arma dessas poucas que tinha (como todos os fazendeiros tem) e me retirei para a Villa de Bananal e fui ficar na fazenda de Luciano José de Almeida, por ali ter chegado incommodado de saude”, in BREVES, R. *A Saga dos Breves*, EVSA, Valença, S/D, p. 776 a 786.

das leis agora por novos meios. Talvez assim possamos entender o velho ditado popular do Segundo Reinado: *“nada tão parecido com um saquarema, como um luzia no poder”*.

#### 2.4.6.2 O Envolvimento de Barra Mansa no Conflito

Há um documento de 1842<sup>284</sup> que pode ser um indício de que seria possível que Barra Mansa tivesse, neste ano, um grupo até então dominante, ou pelo menos de razoável expressão política, que pertenceria ao grupo político liberal e que pode ter liderado as manifestações liberais como noticiadas pelo Jornal do Comércio. Este documento informa sobre um incidente ocorrido por conta das eleições para a Assembleia Geral do Império, que ocorreu no dia 18 de setembro do referido ano.

A Constituição Imperial de 1824 determinava o voto indireto, obrigatório e censitário no Brasil, o que foi um retrocesso com relação à experiência das eleições para as Cortes portuguesas em 1821 que, apesar de também indiretas, fora adotado o voto universal masculino para os maiores de 25 anos (excluídos mais uma vez os “impuros de sangue”), com base na Constituição liberal espanhola de 1812.

Os votantes, com rendimentos não inferiores a 100 mil réis por ano, elegiam os oficiais da câmara, o juiz de paz e os eleitores de província (1 eleitor para cada 100 domicílios), ou seja, aqueles que elegeriam os deputados gerais e senadores (a partir de 1834 passaram a eleger também os deputados provinciais). Estes eleitores deveriam ter rendimentos mínimos de 200 mil réis/ano, e os deputados de 400 mil réis/ano e os senadores (sendo indicado um pelo imperador em uma lista tríplice entre os mais votados) de 800 mil réis/ano. Podiam votar apenas os homens, brancos, com a renda acima citada, maiores de 25 anos (que não vivessem com os pais), os oficiais militares com mais de 21 anos, os bacharéis e padres (sem vivência claustral) de qualquer idade. Os mandatos dos vereadores e de juízes de paz eram de 2 anos. O de deputado, de 4 anos, mas se a Assembleia fosse dissolvida pelo imperador, novas eleições deveriam ser marcadas. O de senador era vitalício.

O alistamento era feito pela mesa eleitoral, indicada pelo padre e aclamada pela população presente. Era importante fazer a mesa, pois isto facilitava a fraude nas eleições. Ganhava a mesa quem conseguisse colocar mais pessoas de seu grupo partidário para gritar e

---

<sup>284</sup> Ofício sobre as eleições de 1842 enviado de Barra Mansa em setembro do mesmo ano para o Ministro de Estado dos Negócios do Império. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.

assim escolher os participantes por aclamação. Às vezes a violência entre os grupos era tão grande que as imagens dos santos eram retiradas da igreja para não servirem de arma no combate<sup>285</sup>. A mesa então era composta e presidida pelo juiz local. Não havia título de eleitor. As eleições também eram realizadas dentro das igrejas, precedida obrigatoriamente de missa para dar um clima sagrado ao evento (circunstância somente eliminada em 1881). Como os votantes eram os mais pobres, começou-se a formar a prática clientelística que muito marcou a história eleitoral no Brasil, pois os fazendeiros controlavam seus votos através de favores. Apesar de não haver candidatura, sabia-se por certo em quem se deveria votar. O voto era um ato de obediência e lealdade, e não de escolha livre. Não havia partidos expressos à época, apenas grupos com interesses comuns. Eram eleitos os mais votados até o preenchimento das vagas. Os votantes traziam de casa um papel com os nomes e profissões dos seus candidatos a eleitores, devendo assinar embaixo para evitar fraudes sendo que, se fossem analfabetos, o juiz assinava por eles. Dessa forma o voto não era secreto, facilitando a ação dos grandes fazendeiros interessados nos resultados das eleições. A derrota nas eleições significaria desprestígio e perda do controle dos cargos públicos. Por isso, as lideranças locais faziam uso de “capangas” (votar era perigoso, muitos nem compareciam). As Eleições do Cacete, ocorridas em 1840 e manipuladas pelos Liberais, já tinham sido um exemplo da violência nas eleições. Também faziam uso do “cabalista”, que devia recolher o maior número de votantes para votar no seu candidato a eleitor e do “fósforo”. Este se fingia de votante no lugar de quem não comparecia. Tinha de convencer a mesa de que era o outro. Às vezes tinha de disputar com outro fósforo que estava ali para votar no candidato dele. Quanto mais convincente, maior era seu salário. Seu maior feito era conseguir convencer a mesa, disputando com o votante legítimo. Os votantes também aprendiam, quando possível, a valorizar e vender o seu voto<sup>286</sup>.

Os eleitores secundários, por sua vez, deviam votar em quantos deputados e senadores seriam eleitos. Apenas os grandes nomes da política provincial conseguiam se eleger, não havendo espaço para as minorias. Como os grandes políticos cerravam fileiras ao Partido

---

<sup>285</sup> CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

<sup>286</sup> Idem ibidem.

Conservador, criado a partir de 1840, juntamente com o Partido Liberal, sendo aquele majoritário, ficavam os liberais em minoria no governo<sup>287</sup>.

Segundo o autor do documento enviado de Barra Mansa e mencionado acima, o pároco Francisco João Crisóstomo Barreto, às vésperas do dia das eleições (18 de setembro de 1842), corriam boatos aterradores propagados pela facção oposicionista ao governo, boatos estes espalhados pelos quarteirões da vila e, portanto, bem conhecidos de todos. Estes foram disseminados com o objetivo de amedrontar os “Povos” (aqueles que tinham qualidade para participar das eleições) para que não fossem votar, já que as promessas e os meios pecuniários utilizados para “iludir a boa fé” dos votantes e eleitores a fim de que votassem naquelas pessoas escolhidas pela tal facção oposicionista não resultara conforme o previsto. O pároco afirmava que a facção não conseguira seu intento de convencimento dado à falta de conceito com que estariam estas pessoas entre a população do município e que dar o voto a tais homens era votar “contra o governo de Sua Majestade o Imperador”, como os habitantes estariam comentando pela vila. Segundo Barreto, os facciosos do Juiz de Paz estavam acostumados em ter o mando em suas mãos e dele abusarem e que por este motivo, não tinham as simpatias do município.

Barreto então descreve o incidente em que teria esperado até o meio dia o juiz de paz da vila, Manoel Antônio da Silva Reis, para participar da missa que deveria ocorrer antes da votação, conforme mandava a lei eleitoral. O juiz de paz não se apresentou e então teve início a missa. Após a missa, já havia grande número de pessoas presentes tanto na Igreja Matriz como nas imediações dela, esperando o início dos trabalhos eleitorais. Dos 728 votantes que constavam da lista eleitoral, tinham comparecido 537, possuindo, portanto, uma maioria que daria legitimidade para a eleição dos eleitores. O pároco teve de oficiar a Manoel Reis para dar início aos trabalhos, no que somente obteve resposta às 15h15min, apesar de se localizar a apenas 30 passos da Igreja. Manoel não respondeu ao ofício, o que foi feito por Celso Eugênio dos Reis, que tinha agora tomado a vara eleitoral.

Na verdade, houvera mudanças sucessivas na vara eleitoral do Juiz de Paz, desde o final do mês de agosto, não se sabe se com a intenção de malograr as eleições marcadas para o mês seguinte: Celso dos Reis passara a vara para Pedro Dias do Prado, este passara para Antônio Marcondes do Amaral, que, por sua vez, passara para Manoel Reis, que tomou a vara em 30 de agosto. Entretanto, logo no dia 2 de setembro, Manoel deixara a vara para Antônio

---

<sup>287</sup> CARVALHO, J. M., op. cit. e CANEDO, L.B. Aprendendo A Votar, in *História da Cidadania*, Jaime Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2003.

do Amaral que, devido à recusa deste, voltara para as mãos de Manoel, no dia 16, por isso o ofício do pároco fora destinado a este.

Celso dos Reis, então, afirmou em resposta ao ofício do pároco conclamando-o para dar início às eleições, que não poderia proceder a elas devido às ameaças que pairavam sobre os votantes e que, por esse motivo, adiaría as eleições. O pároco afirmou no ofício ao Ministro de Estado que a intenção do juiz de paz e sua facção era ganhar tempo, já que sabiam que não conseguiriam vencer as eleições. Barreto afirmara, ainda, que o Povo estava em harmonia e ordem e que o motivo alegado pela tal facção “oposicionista” era falso. Para resolver o impasse foi chamado o juiz de paz suplente, Victoriano Martins Pinheiro que, juntamente com o pároco e o escrivão, deram início às eleições. Continua Barreto a dizer que um princípio de tumulto começou a ocorrer. Aglomerou-se um grupo de pessoas na casa de Antônio Marcondes do Amaral em protesto contra a legalidade das eleições, conseguindo reunir algumas assinaturas que, em grande parte, segundo o pároco, eram de pessoas que haviam sido enganadas por eles, posto que diziam se tratar de lista eleitoral, e também que algumas daquelas assinaturas seriam de pessoas que estavam ausentes da vila. Assinaram o ofício, juntamente com o pároco e o juiz de paz suplente, os secretários Joaquim Antônio Pereira da Cunha e Tertuliano Correa Alves Quintanilha e os escrivães Lucas Antônio Monteiro de Barros e Bernardo José Ferraz<sup>288</sup>.

Este incidente nos revela a existência de dois grupos políticos antagônicos no município de Barra Mansa. As acusações do padre Barreto nos indica um grupo oposicionista ao imperador que, pelos acontecimentos da época, parece constituir o grupo pertencente aos liberais, já que estes tinham promovido uma revolta considerada contrária ao monarca, e que estavam sem prestígio devido ao malogro dessa revolta, bem como a extrema violência com que costumavam conduzir o processo eleitoral, além das irregularidades e fraudes, o que pode nos remeter às Eleições do Cacete de 1840 referidas acima. Não se pode esquecer que Joaquim Breves e seu pai José Breves estiveram presentes na política do município desde sua formação, como visto anteriormente, podendo aquele liberal ter tido forte influência política em Barra Mansa. Também vimos que um dos fundadores da cidade, Custódio Ferreira Leite era liberal, sendo um dos fundadores também, em Valença, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada pelos liberais moderados para defender seu partido nas diversas províncias do país após a renúncia de Pedro I. Também é um indício

---

<sup>288</sup> Ofício sobre as eleições de 1842 enviado de Barra Mansa em setembro do mesmo ano para o Ministro de Estado dos Negócios do Império. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.



importante o fato de que a família Marcondes do Amaral tinha origem na província de São Paulo e poderia ter ligações com os grupos liberais paulistas.

A Revolta Liberal de 1842 foi um importante marco político e determinou, juntamente com a revolta liberal da Praieira, em Pernambuco, em 1848, os rumos da política durante o Segundo Reinado. Os líderes liberais de 1842 foram anistiados pelo imperador em 1844 e, para que não houvesse um novo conflito entre a classe senhorial que pudesse colocar em perigo novamente o país, o Marquês do Paraná colocou em prática seu plano da Política de Conciliação, em 1853, quando o governo deveria ser composto por conservadores e liberais. Entretanto, a liderança política era dada pelos conservadores. Essa política esteve forte durante a década de 1850, perdendo força nas décadas posteriores, mas servindo de orientação política ideal durante o Segundo Reinado.

Em Barra Mansa, após esse episódio e durante as décadas seguintes até a abolição da escravidão, o Partido Conservador estabeleceu definitivamente sua hegemonia sobre o município, quando seus membros mais importantes foram o Comendador Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, sobrinho-neto do Barão de Aiuruoca, considerado, em Barra Mansa, o maior administrador do município durante o século XIX e que figura, por homenagem, como o nome da principal avenida da cidade, e o Conselheiro Domingos Andrade Figueira, um dos principais porta-vozes dos conservadores do Vale do Paraíba Fluminense, escolhido por Ricardo Salles<sup>289</sup> como exemplo entre os cafeicultores fluminenses de voz discordante da política de restrição do trabalho escravo do Partido da Coroa.

---

<sup>289</sup> SALLES, R. op. cit., cap. 3.

### 3 AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A CLASSE SENHORIAL E SEUS ESCRAVOS

O escravo é o inimigo inconciliável.

*Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros no município de Vassouras, de 1854*

A maior polarização política conflitiva deste período em análise, ou seja, entre as décadas de 1830 e 1850, estava entre a classe senhorial e os escravizados. É o que se pode deduzir da afirmação destacada acima, contida nas instruções da comissão permanente de fazendeiros de Vassouras, que se preocupavam com possíveis levantes escravos. Portanto, em uma sociedade escravocrata como a brasileira da época analisada, era a dialética conflitiva entre a classe senhorial e a classe escrava que ditava os rumos desta própria sociedade e ajudava a formar a identidade de cada uma destas classes. Não seria possível compreender a formação da classe senhorial brasileira, valeparaibana e barramansense, sem observar suas relações com a classe escrava, ao mesmo tempo complementar e oposta a ela. Complementar, posto que se tratava de uma classe escravocrata. Oposta, posto ter se tratado de uma relação conflitiva, já que o principal objetivo de vida traçado pelos escravos se colocava em contraponto a esta forma de sociedade, ou seja, a conquista da liberdade. Os demais inimigos ou adversários da classe senhorial podiam ser cooptados de uma forma ou outra, seja mesmo na classe senhorial, composta por fazendeiros e grandes comerciantes, principalmente, e que se digladiavam nos conflitos partidários que marcaram a Monarquia no Brasil, seja com os demais grupos sociais, formados pela classe média rural ou urbana e pelos agregados, em grande maioria. Estes últimos viviam na órbita dos grandes senhores de escravos devido a sua dependência econômica e também em termos sócio-políticos, posto o predomínio incontestado da classe senhorial na sociedade de então. Os primeiros, ou seja, os inimigos/adversários políticos formados na classe senhorial tinham os mesmos interesses, ou seja, manter a grande propriedade e a escravatura no Brasil. Os escravizados eram os únicos totalmente excluídos do sistema de poder vigente, já que se tratava de um sistema escravocrata.

Em uma sociedade escravocrata, toda a população, no geral, almejava ter um escravo, sinônimo de *status* social. Mesmo os forros. Aos escravizados estavam proibidas quaisquer benesses do sistema. Apenas podiam sonhar com a tão pretendida liberdade. Daí as diversas formas de protesto contra a escravização como as fugas, justiçamentos de feitores e senhores,

revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, formação de quilombos, etc., além das pequenas resistências cotidianas como a sabotagem individual na unidade produtiva, barganhas, fugas provisórias<sup>290</sup>, resistência ao ritmo de trabalho através da cadência das cantorias de trabalho<sup>291</sup> ou mesmo pelo banzo, tristeza profunda que levava muitas vezes o escravo à morte<sup>292</sup>. Segundo Ricardo Salles<sup>293</sup>:

A preeminência senhorial escravista não se restringiu a saquaremas, estadistas e grandes proprietários rurais. A ordem imperial-escravista impunha-se e era partilhada por todos que almejassem “um lugar ao sol”. Com uma grande oferta de cativos, alimentada pelo tráfico africano, e com três séculos de existência na América, a escravidão irradiou-se como prática e costume difundidos e aceitos, ou pelo menos tolerados, até pelos setores mais baixos na escala social. A resistência dos escravizados e seu anseio por liberdade constituíam-se em uma permanente fonte de tensão e eram o outro lado desta ordem social.

Analisar as relações entre senhores e escravos e buscar compreendê-los nas suas experiências concretas pode nos levar a mais facilmente entender a formação da classe senhorial na região em foco neste trabalho. Afinal, em uma sociedade escravista, as relações dialéticas, conflitivas ou mesmo conciliatórias, entre estas duas classes ajudavam a determinar a identidade de cada uma, como podemos concluir da seguinte afirmação de José Reis e Eduardo Silva “Na verdade, escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam - cada qual com os seus objetivos, recursos e estratégias – os ‘modos de passar a vida’, como notou Antonil”<sup>294</sup>. Por isso, passaremos ao estudo da escravidão e das relações escravistas na região do Vale do Paraíba Fluminense.

---

<sup>290</sup> GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 8.

<sup>291</sup> Idem, p. 177.

<sup>292</sup> Segundo Emília Viotti, “O ‘banzo’ foi romanticamente considerado o mal da escravidão e na opinião então generalizada nascia das manifestações de nostalgia que suscitava o regime da escravidão, comparado à liberdade antiga. Só no século XX foi dado identificar esse mal conhecido desde os tempos coloniais e que se caracterizava entre os negros pela apatia e por mortal tristeza. Acreditava-se que não passava de melancolia, amargor, saudade. Esses sintomas, que tanto intrigavam os brancos, eram nem mais nem menos os da moléstia do sono. Infectados na África, traziam os negros consigo a enfermidade. Felizmente, não encontrou ela condições para aclimatar-se. Faltou aqui a mosca tsé-tsé, transmissora do germe”. Cf. COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 310.

<sup>293</sup> SALLES, R. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 275.

<sup>294</sup> REIS, J. J. e SILVA, E.. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. Cia. Das Letras: São Paulo, 1989, p. 6.

### 3.1 A Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense

Durante a primeira metade do século XIX, no Brasil, houve grande tráfico de escravos vindos da África. A economia cafeeira precisava cada vez mais de mão-de-obra, pois estava em pleno desenvolvimento, e a logística do tráfico estava na preferência da classe senhorial, devido aos lucros auferidos pelo comércio, o que deixava, entre outros fatores, a solução de trazer imigrantes de lado. A lei de 1831, que proibia o tráfico de escravos, aprovada por pressão da Inglaterra, desagradava os senhores de escravos do sudeste<sup>295</sup>, que foram aqueles que mais resistência impuseram à aprovação desta lei. As negociações que levaram à sua aprovação, já na Regência, foram um dos fatores mais importantes para o agravamento das relações entre a classe senhorial do sudeste e o imperador D. Pedro I. Porém, essa foi uma lei para “inglês ver”, já que diversas foram as formas de contrabando do africano após sua implantação. Aliás, após a aprovação desta lei, houve uma corrida às compras de escravos, justamente devido ao medo de que as perseguições inglesas tivessem sucesso, além da já citada necessidade de trabalhadores para a lavoura do café.

A própria montagem da economia cafeeira não teria sido possível sem o apoio do Estado Imperial que permitira o tráfico ilegal de escravos para o Brasil no período entre 1831 a 1850.

Nas fazendas de café, os escravos trabalhavam no eito e na Casa Grande. As mulheres faziam os serviços domésticos e da enfermaria da senzala, enquanto os homens eram recrutados em preferência para trabalhar nas plantações, que era um trabalho mais cansativo. Nos centros urbanos, as mulheres ainda trabalhavam de quitandeiras e vendedoras ambulantes. Alguns escravos poderiam ser alugados ou trabalhar de forma avulsa para outras pessoas (escravos de ganho), fazendo serviços como compras, carregamento de água, de lixo ou serviam de acompanhantes de mulheres. Neste caso, era comum que uma parte do que se arrecadava ficasse com o escravo, podendo formar um pecúlio que lhe daria a possibilidade de comprar sua alforria<sup>296</sup>.

Os escravos usavam vestimentas andrajosas, apesar das leis provinciais e das posturas municipais proibirem que os escravos se vestissem de tal forma. As mulheres usavam camisa

---

<sup>295</sup> Região que integrava uma área maior chamada de Sul à época.

<sup>296</sup> GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 221 e 222.

e saia de tecido grosseiro e um pano, em forma de turbante, na cabeça. Os homens, apenas calça de riscado. Em dia de repouso, utilizavam uma muda de roupa. Suas roupas diárias eram lavadas apenas uma vez por semana e, na maioria das fazendas, as roupas eram renovadas apenas uma vez por ano. O objetivo era reduzir ao mínimo as despesas com os escravos.

A cultura da desvalorização do trabalho manual levava à utilização do trabalho cativo que, por sua vez, demonstrava elevação do *status* social, já que um grande fazendeiro tinha seu valor medido pelo número de cafeeiros e de escravos que possuísse. Os lucros do café retornavam na forma de mais escravos. Quanto mais café, mais escravos<sup>297</sup>. As tropas de mulas que desciam para o Rio de Janeiro com a safra de café voltavam carregadas de escravos e outros produtos encomendados pelos fazendeiros nas casas comissárias de sua confiança. Assim, os escravagistas entravam em processo de endividamento com as casas comissárias e bancárias, quase sempre da capital, usando como garantia a hipoteca de suas fazendas. Alguns fazendeiros capitalistas também faziam empréstimos para os produtores de café, associados via parentesco à comunidade financeira em expansão no Rio, como os Teixeira Leite, de Vassouras<sup>298</sup>.

Essa dependência de uma força de trabalho cuja fonte não se podia controlar causou diversos problemas devido às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos e se tornou proibitiva a partir da interdição do tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850. A elevação dos preços dos escravos e as posteriores leis abolicionistas foram um grande tormento para os cafeicultores do Vale do Paraíba Fluminense, que acabaram arruinados.

Café e escravos eram marcas do tempo no Vale do Paraíba Fluminense. Todos procuravam possuir escravos, posto que representassem riqueza e *status*. Segundo a historiadora Mariana Muaze<sup>299</sup>:

No século XIX, a escravidão no Brasil não se apresentou como uma continuidade com o passado colonial, mas fez parte de um projeto de presente e de futuro para a jovem nação. A chamada segunda escravidão dialogava com o ideal de modernidade e a doutrina liberal, ao mesmo tempo em que dava sustentação à consolidação do Estado nacional. A força da escravidão como projeto hegemônico no Brasil se

<sup>297</sup> As compras de escravos faziam-se, no mais das vezes, a prazo. Os senhores chegavam a hipotecar as propriedades, esperando cobrir dentro de algum tempo o preço pago pela mão-de-obra. Quando isso não acontecia, ou porque a mortalidade era excessiva, ou porque os pretos fugiam, ou porque a safra não era boa, sua situação tornava-se crítica, havendo mesmo casos de alguns que, pelas dívidas contraídas na aquisição do braço escravo, perderam suas fazendas, as quais foram parar nas mãos dos credores: indivíduos em geral ligados ao tráfico ou representantes de casas comissárias que financiavam esse comércio. Cf. COSTA, E. V. da, op. cit., p. 97.

<sup>298</sup> STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 43.

<sup>299</sup> MUAZE, M. O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial, p. 330. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

explica pelo alto grau de disseminação que possuía na sociedade Oitocentista. Quase todos os setores sociais livres dispunham de pelo menos um escravo. A propriedade sobre a pessoa escravizada era, portanto, um valor e uma prática comum aos homens livres do Império.

### 3.2 O Tráfico de Escravos

No período aqui analisado, a questão do tráfico de escravos foi colocada no centro dos debates políticos, já que era de fundamental importância para o Brasil e a construção do Estado Imperial.

Desde 1807 que a Inglaterra abolira o tráfico de escravos para as suas colônias. Em relação ao Brasil, a pressão inglesa para o término do tráfico teve início com a vinda da Corte Portuguesa, já em 1808. Entretanto, D. João tentou ganhar o máximo de tempo possível e, a partir dos tratados de 1810, restringiu a ação do império português apenas aos territórios africanos dominados por Portugal. Durante o Congresso de Viena, em 1815, a Inglaterra conseguiu aprovar a supressão do tráfico ao norte da linha do Equador. Em 1817, os ingleses passaram a ter o direito de visita em alto-mar aos navios negreiros. Em 1826, juntamente com o tratado que formalizava o reconhecimento da independência brasileira e a ratificação, por parte do governo imperial brasileiro, dos acordos anteriores feitos entre Inglaterra e Portugal, o Brasil se comprometia a terminar com o tráfico no prazo máximo até 1830. Esse acordo foi um dos fatores do desgaste de D. Pedro I com a classe senhorial brasileira, principalmente do Vale do Paraíba Fluminense, que não pretendia abrir mão de sua força de trabalho escrava.

Assim, depois da abdicação do imperador ao trono brasileiro, não restou à Regência outra coisa a fazer senão aprovar uma lei, em 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império. Aliás, foi a partir desta lei que os comerciantes de grosso trato de escravos passaram a ser considerados traficantes. Segundo essa lei, os traficantes seriam presos, multados e condenados a pagar as despesas da exportação dos africanos de volta para a África. Todavia, essa foi a famosa lei para “inglês ver”, expressão usada até hoje e que teve origem neste fato histórico, o que quer dizer, “servir de fachada”. Era um período em que a produção de café se firmava no Vale, após grandes investimentos de capital serem feitos. Além disso, toda a população estava envolvida com o trabalho escravo. Era mesmo sinônimo de *status* ter pelo menos um escravo. A proibição do tráfico traria grandes dificuldades para a manutenção dessa força de trabalho. Por isso, a resistência à lei

foi muito grande. As autoridades não conseguiam fiscalizar o tráfico e muitas ainda não se esforçavam a contento. As poucas autoridades que resolveram combater o tráfico se sentiam ameaçadas<sup>300</sup>. Houve mesmo pressão para que a lei fosse revogada.

Essa lei foi mesmo intensamente combatida pelos escravocratas, entre eles os de Barra Mansa que, através de sua câmara municipal, enviaram ofício ao parlamento, em agosto de 1835, requerendo sua revogação<sup>301</sup>. Segundo Emília Viotti, apesar de mantida, houve um afrouxamento da lei, como o fim da exigência da repatriação dos escravos traficados, fruto, segundo ela, do poder político dos cafeicultores do Vale do Paraíba.

Como as pressões inglesas encontravam resistência entre os traficantes, o parlamento inglês aprovou, em 8 de agosto de 1845, o Bill Aberdeen, encaminhado por Lord Aberdeen, Ministro das Relações Exteriores, permitindo à Inglaterra o direito de apresamento de quaisquer navios negreiros, sendo seus executores julgados por pirataria pelo tribunais do almirantado inglês. Tal medida provocou protestos da população brasileira, pois era considerada uma ofensa à honra nacional. De acordo com Viotti, a quantidade de escravos importados quase triplicou a partir desta medida inglesa<sup>302</sup>.

Entretanto, a historiadora afirma que o governo se aproveitou de dois fatores para reforçar o combate ao tráfico: o recrudescimento da vigilância da marinha inglesa e a divisão da que chamamos aqui de classe senhorial, que se viu rachada, uma vez que, de um lado, os senhores escravistas que estavam abarrotados de escravos viram na proibição do tráfico uma forma de valorizar sua propriedade, e, de outro lado, os mais interessados no tráfico eram apenas os traficantes e os lavradores das fronteiras mais novas que não possuíam escravos suficientes, ou seja, os cafeicultores do Vale do Paraíba.

Segundo Marta Abreu<sup>303</sup>, a estratégia dos conservadores foi valorizar a opinião pública urbana antitráfico e atribuir tal medida à ação civilizadora da Coroa. Além disso, associaram a lei à questão da segurança interna do país, pois os traficantes sugavam nossas riquezas para o exterior e o tráfico resultava em forte desequilíbrio entre os livres e os cativos, pois, mesmo com toda a repressão senhorial, na zona cafeeira eram frequentes as notícias de crimes

---

<sup>300</sup> Emília Viotti da Costa comenta a respeito do juiz de direito de Ilha Grande, em Angra dos Reis, que oficiava às autoridades superiores sobre suas dificuldades em combater o tráfico na localidade devido estar toda a população envolvida no contrabando de escravos, à desorganização da Guarda Nacional e ao temor pelo risco de perder a própria vida. Cf. COSTA, E. V. da, op. cit., p. 77.

<sup>301</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 77.

<sup>302</sup> Idem ibidem, p. 81.

<sup>303</sup> O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

hediondos que escravos praticavam contra senhores e feitores. As contínuas manifestações de rebeldia escrava começaram a abalar as convicções escravistas, que viam na escravidão um mal necessário, já a partir de meados do século XIX.

A nova lei, de nº 581, aprovada em 4 de setembro de 1850, determinava que

[...] as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos ou havendo-os desembarcado, seriam apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos. Mesmo as que não tivessem escravos a bordo ou os houvessem desembarcado, se apresentassem sinais de se dedicarem ao tráfico, seriam apreendidas e julgadas suspeitas. Eram considerados autores do crime: o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga. Cúmplices eram todos os elementos da tripulação assim como os que colaborassem no desembarque de escravos ou concorressem para ocultá-los ao conhecimento da autoridade ou para os subtrair à apreensão no mar ou em ato de desembarque<sup>304</sup>.

Apesar do tratamento de maior severidade dado pelo governo, as tentativas de tráfico ainda perduraram, principalmente nas áreas em que se vinham abastecendo os cafeicultores do Vale do Paraíba, dentre eles em Mangaratiba, Marambaia, Mambucaba e Perequê, no litoral fluminense. As maiores resistências vinham por parte das famílias senhoriais que controlavam as suas respectivas localidades, pois monopolizavam a administração do município. Segundo Emília Viotti, o próprio ministro da Justiça reclamava que “Toda a autoridade política e judiciária depende dos senhores, que têm o direito de escolher e nomear os funcionários que lhes convêm”<sup>305</sup>.

### 3.2.1 O Caso Bracuhy

Um caso de grande repercussão na região, simbólico para a efetividade da lei e que foi de especial importância para o destino do contrabando de africanos escravizados no Vale do Paraíba Fluminense, foi o acontecido no Bracuhy, em Angra dos Reis. Um navio negreiro, de nome Camargo, teria aportado no Bracuhy, com uma carga de 500 africanos, originários de Quelimane e Moçambique. A carga teria sido desembarcada na fazenda Santa Rita, de propriedade do Comendador Joaquim José de Souza Breves. Logo após, o barco teria sido incendiado. Entretanto alguns tripulantes foram presos. Em Bananal, na província de São

---

<sup>304</sup>COSTA, E. V. da, op. cit., p. 83.

<sup>305</sup> Idem ibidem, p. 90.



Paulo, no final de 1852, foram apreendidos africanos boçais na fazenda do membro de uma das famílias mais importantes da localidade, Manuel do Aguiar Vallim, então delegado do município. Além dele, estavam envolvidos o major José Nogueira e o comendador Luciano José de Almeida, sogro de Vallim, além de Joaquim Breves, citado acima, importante escravagista que tinha terras em São João do Príncipe, Barra Mansa, Angra dos Reis e Areias.

Porém, dessa vez, para o governo, era para valer. Pela primeira vez o governo determinara uma busca sistemática nas fazendas dos acusados de Bananal, mesmo com toda a cidade disposta a proteger seus ilustres cidadãos e dificultar a apreensão dos africanos.

Apesar de submetidos a júri<sup>306</sup>, os réus foram absolvidos por unanimidade, sem haver apelação do juiz de direito ou do promotor. Manoel Vallim nem mesmo chegou a ser julgado, pois fora despronunciado antes, pelo chefe de polícia de São Paulo, Fernandes Fonseca, que, alguns dias depois, pedira demissão do cargo<sup>307</sup>. Porém, como forma de castigo, os réus jamais conseguiram obter o cobiçado e prestimonioso título de nobreza, o que os marcou por toda a vida. Além disso, o governo mostrou aos fazendeiros simpáticos ou cúmplices do tráfico que estava realmente disposto a pôr fim ao comércio de africanos, para isso obrigou os envolvidos a se declararem contra o “bárbaro” negócio e ainda levou os traficantes à execração pública.

Enfim, o governo conservador saquarema mostrou que a nova lei era para valer e não para inglês ver, como a outra. A partir de então, não mais foram registrados casos de tráfico, apenas boatos entre 1855 e 1856, nos litorais de São Paulo e Espírito Santo.

### 3.2.2 O Tráfico e o Vale

Na década de 1830, o vale recebeu uma grande quantidade de escravos africanos, jovens e do sexo masculino. A maior parte veio da África Central. Porém, nos últimos anos dessa década, começou a aparecer um significativo contingente de crioulos<sup>308</sup>.

---

<sup>306</sup> Joaquim Breves fora levado a júri em Angra dos Reis e os demais em Bananal.

<sup>307</sup> O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>308</sup> GOMES, F., op. cit., p. 178. Como observaremos melhor ao final do capítulo, verificamos que, em Barra Mansa, a quantidade de crioulos era menor do que a de africanos, durante a década de 1830, mas, já nas duas décadas seguintes, a quantidade de africanos diminuiu e tornou-se a minoria.

As tarefas para a produção do café eram muitas. Eram necessários o preparo da terra, o plantio, as construções, as carpas, o trato dos animais, os roçados de subsistência, conservar caminhos, consertar pontes, reparar cercas etc. Portanto, era necessária também uma grande quantidade de mão-de-obra durante o ano todo. Como a região em questão possuía uma baixa ocupação populacional, no início, passou-se a uma migração dos escravos até então utilizados nas áreas de produção aurífera. Depois, continuou-se com o tráfico de escravos da África. A dependência do trabalho escravo era atestada pela imigrante alemã em passagem pelo Vale do Paraíba Fluminense:

Neste país, os pretos representam o papel principal; acho que no fundo são mais senhores do que escravos dos brasileiros. [...] Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos<sup>309</sup>.

Segundo Emília Viotti, nos primeiros tempos, os lucros eram muito baixos e os gastos com investimentos muito altos. O café demorava a produzir. Não havia atrativos para mão-de-obra assalariada, os imigrantes não vinham espontaneamente para o Brasil e as dificuldades para atraí-los eram grandes. Além disso, o trabalhador livre poderia abandonar o cultivo a qualquer momento, colocando em risco a produção. A dependência de um trabalho que lhe escapasse à autoridade de mando, característico da mentalidade senhorial da época, não interessava à classe senhorial e fazia também com que ela optasse pela escravidão. Também era característico da época o fato de que possuir escravos era uma forma de valorização social. Quanto mais escravos, mais importante era considerado o senhor. O escravo valia, ainda, como produtor, mas também como mercadoria, possuindo assim um duplo valor<sup>310</sup>.

Até a lei de 1831, os escravizados do Vale do Paraíba Fluminense chegavam, geralmente, pelo porto do Rio de Janeiro. Após essa lei, chegavam por portos clandestinos no litoral fluminense. Eles eram conseguidos na África como prisioneiros de guerra ou como pagamento de tributos a um chefe tribal. Depois eram vendidos no litoral aos traficantes, que pagavam com tecidos, tabaco, açúcar, cachaça, pólvora, armas de fogo, espadas, machados e miçangas em troca de homens, mulheres e crianças<sup>311</sup>.

---

<sup>309</sup> Depoimento de Ina Von Binzer in RITZKAT, M. G. B. *A Vida Privada no Segundo Império: pelas cartas de Ina Von Binzer (1881/1883)*. São Paulo: Atual, 1999, p. 42.

<sup>310</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., pp. 71 e 72.

<sup>311</sup> Idem ibidem, p. 92.

Os africanos não sabiam exatamente o que aconteceria com eles. Tudo era de uma novidade assustadora. Alguns, pelo menos, acreditavam que seriam sacrificados nos navios. Mahommah G. Baquaqua, um africano escravizado na primeira metade do século XIX, escrevera posteriormente em sua biografia<sup>312</sup>:

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira-mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção.

Muitos morriam por maus tratos, doenças, falta de água e comida, seja na travessia para o litoral, seja na viagem transatlântica, que durava entre 33 a 43 dias, ou até 76 dias, caso o navio partisse de Moçambique<sup>313</sup>. Muitos eram jogados ao mar, quando se avistava um navio da marinha inglesa, que perseguia navios negreiros<sup>314</sup>.

Porém, já no navio, os africanos começavam a desenvolver laços de sociabilidade que, muitas vezes, continuavam na nova terra. Eram os *malungos*, ou seja, companheiros de viagem e de destino<sup>315</sup>. Quando chegavam, ficavam em quarentena para adquirir uma aparência melhor para que pudessem ser vendidos. Eram engordados e tratados de suas doenças. Depois ficavam expostos no Mercado do Valongo<sup>316</sup>. Maria Graham, viajante inglesa, descrevera o Valongo em seu diário da seguinte maneira, o que nos dá uma ideia de como os africanos chegavam ao Brasil<sup>317</sup>:

Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de negros cativos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com a cabeça raspada, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente.

O tráfico de escravos dava altíssimos lucros para os traficantes, mas também para o Estado na forma de impostos. Por isso, a dificuldade da expansão da mão-de-obra assalariada

---

<sup>312</sup> Biografia de Mahommah G. Baquaqua, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p.350.

<sup>313</sup> GOMES, L. op. cit., p. 217.

<sup>314</sup> Calculava-se a letalidade média em 15% a 20%, só excepcionalmente atingindo essas cifras valores altos, 30%, 40% e até 50%. Não obstante, os lucros dos traficantes eram vultosos e inúmeras fortunas fizeram-se nesse comércio. Cf. COSTA, E. V. da. pp. 79 e 92.

<sup>315</sup> COSTA, E. V. da. São Paulo: UNESP, 1998, p. 289.

<sup>316</sup> Mercado de escravos do Rio de Janeiro utilizado até a lei proibitiva do tráfico de 1831. Depois, os mercados de escravos passaram a ser clandestinos.

<sup>317</sup> Diário de uma viagem ao Brasil, apud GOMES, L. op. cit., p. 214.

no Brasil. Mesmo políticos importantes, opositores do escravismo, como José Bonifácio<sup>318</sup>, não teriam força para se contrapor a tal poderio econômico.

Os escravos eram escolhidos pelos seus futuros proprietários como se animais fossem e sem atenção aos laços familiares. Segundo outro viajante inglês, o diplomata Henry Chamberlain<sup>319</sup>:

Ao ser chamado, o escravo é apalpado em várias partes do corpo, exatamente como se faz quando se compra um boi no mercado. Ele é obrigado a andar, a correr, a esticar seus braços e pernas bruscamente, a falar, a mostrar a língua e os dentes. Esta é a forma considerada correta para avaliar a idade e julgar o estado de saúde do escravo.

Os traficantes varejistas regionais, então, tratavam de revendê-los no Vale do Paraíba. Era mais uma viagem, agora a pé através das serras. Como já foi afirmado acima, as décadas de 1830 e 1840 foram de intensificação do tráfico de escravos devido à crescente necessidade de mão-de-obra no Vale do Paraíba Fluminense.

### 3.3 O Trabalho Escravo

Os escravos, mal tratados desde sua captura na África, tinham uma péssima condição de vida no Brasil. Seu trabalho era extenuante, pois o objetivo de seu proprietário era tirar deles o máximo de lucro possível. Acordados já pelas cinco horas da manhã, os escravizados tomavam café com açúcar mascavo e comiam angu frito. Às dez horas, no almoço, tomavam café e comiam feijão, carne seca e mandioca. Às dezessete horas, tomavam o café e jantavam pirão de mandioca com rapadura<sup>320</sup>. Comiam em cuias, usando colheres de pau ou as mãos. Entretanto, segundo Emília Viotti, “O barão de Pati do Alferes, rico fazendeiro do Vale do

---

<sup>318</sup> COSTA, E. V. da. op. cit., p. 70.

<sup>319</sup> Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil from drawings taken by Lieutenant Chamberlain, of the Royal Artillery during the years of 1819 and 1820, apud GOMES, L., op. cit., p. 215.

<sup>320</sup> DEL PRIORE, M. e VENÂNCIO, R. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 136. Segundo Flávio dos Santos Gomes, no almoço podiam comer também legumes e farinha de mandioca; às treze horas tinham um breve descanso quando tomavam café ou aguardente e no jantar a sobra do angu do almoço. Cf. GOMES, F. dos S., op. cit. p. 177.

Paraíba, dizia que, nas fazendas de serra acima, era costume dar aos escravos apenas feijão temperado com sal e gordura e angu de milho”<sup>321</sup>.

Após despertarem pela madrugada, se lavarem rapidamente e fazerem a primeira refeição, aguardavam as instruções do feitor ou administrador e eram distribuídos em turmas. Uma parte dos escravos<sup>322</sup> rumava para a roça, depois de pegarem suas ferramentas no paiol, como enxadas, foices, facões, peneiras e cestos. Os escravos especializados ficavam na sede da fazenda<sup>323</sup>. Em alguns inventários de Barra Mansa encontramos também escravos especializados. No inventário de Manoel Marcondes do Amaral, falecido em 1832, encontramos, por exemplo, 1 ferreiro, 1 tropeiro, 1 cabouqueiro e 1 carpinteiro. No inventário de Senhorinha Maria da Conceição, falecida em 1835, aparecem 1 pedreiro e 1 sapateiro, assim como entre outros inventários.

Os escravos seguiam, então, para a lavoura em caravanas. Muitas vezes as escravas levavam seus filhos pequenos. Os recém-nascidos podiam ficar, às vezes, com uma escrava mais velha na sede. Uma carroça levava caldeirões e mantimentos para preparar as refeições no campo<sup>324</sup>. Os escravos eram ainda divididos em grupos, chamados de *cortes* e *beiradas*, enfrentando uma jornada de quinze a dezoito horas por dia e o ritmo do trabalho era ditado pelos mais jovens e fortes. Seu trabalho era fiscalizado pelo feitor. Ao anoitecer voltavam para a sede da fazenda, quando se juntavam novamente aos demais nas senzalas<sup>325</sup>. Ainda tinham trabalho a fazer no terreiro, no engenho e no paiol até às dez horas da noite. Apenas depois destas tarefas extenuantes, os escravos tinham um tempo para uma pequena ceia, para conversar e, às vezes dançar, para depois voltar para a senzala<sup>326</sup>.

Os demais escravos dedicavam-se a outros trabalhos, como construção de galpões, abertura e conservação de caminhos, construção e manutenção das cercas, cultivo dos alimentos de subsistência, fabrico da farinha de mandioca e do aguardente. Alguns ainda trabalhavam de tropeiros, vaqueiros, lenhadores, ferreiros etc. Outros trabalhavam no serviço doméstico das casas, como cozinheira, lavadeira, faxineira, ama-seca, ama de leite etc.

---

<sup>321</sup> COSTA, E. V. da. op. cit., p. 293.

<sup>322</sup> Segundo Emília Viotti, apenas de um terço à metade dos escravos dedicava-se ao plantio e cultivo do café. COSTA, E. V. da. op. cit., p. 325.

<sup>323</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 176.

<sup>324</sup> Idem, Ibidem.

<sup>325</sup> Idem ibidem, p. 177.

<sup>326</sup> SALLES, R. op. cit., p. 179.

Gilberto Freyre<sup>327</sup> descreve a vida dura dos escravos das fazendas de café:

[...] homens que na região cafeeira tinham de levantar-se às três da madrugada para trabalharem até nove ou dez da noite. Homens que trabalhando tanto só dormiam cinco ou seis horas por dia. Porque mesmo no tempo de chuva, o negro de fazenda tinha de levantar-se durante a noite para recolher o café. “O trabalho excessivo, a alimentação insuficiente, os castigos corporaes em excesso” – escreveu um observador do regime de trabalho escravo nas fazendas de café: o Dr. David Jardim – “transformam esses entes miseráveis em verdadeiras machinas de fazer dinheiro [...] sem laço algum de amizade que os ligue sobre a terra[...]

Ainda mais a frente, complementa<sup>328</sup>:

O Dr. David Gomes Jardim, indagando de um fazendeiro, dos tais em quem se encarnava o espírito dessa fase de escravidão mais industrial que patriarcal que foi se desenvolvendo no Sul, porque lhe adoeciam e morriam tantos negros, ficou surpreendido com a resposta: “Respondeu-nos pressuroso que [a mortandade], pelo contrario, não dava damno algum, pois que quando comprava um escravo era só com o intuito de desfructal-o durante um anno, tempo alem do qual poucos poderiam sobreviver, mas que não obstante fazia-os trabalhar por um modo que chegava não só para recuperar o capital que nelles havia empregado, porem ainda a tirar lucro considerável.

Mesmo em domingos e feriados, uma parte do dia era dispensada em mais trabalho. Antes do almoço, faziam alguns serviços gerais, como cortar lenha e reparar estradas e cercas etc. Em algumas fazendas, o escravo tinha o direito de possuir um lote de terra para cultivar alimentos para consumo próprio ou venda. Era uma estratégia do fazendeiro para suavizar o cativeiro ao emprestar uma falsa sensação de propriedade, manter o escravo ocupado e tirar-lhe o interesse em participar de qualquer tipo de resistência ao cativeiro. Assim, o escravizado ainda utilizaria domingos e feriados trabalhando em sua roça. Dessa forma, o fazendeiro também objetivava evitar os ajuntamentos de escravos nas vendas de beira de estradas ou nas vilas, devido ao constante temor de insurreições.

As crianças escravas também trabalhavam. Quando já se mostravam aptas ao trabalho, faziam serviços leves, como rodar café nos terreiros, apanhar vassourinhas nos pastos, separar e escolher os grãos descascados nas salas de catar café<sup>329</sup>.

Os escravos velhos ou inutilizados podiam ser abandonados pelos seus senhores. Incapacitados para o trabalho e para o próprio sustento, vagavam pelas estradas e ruas,

---

<sup>327</sup> FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.,p. 178.

<sup>328</sup> Idem, ibdem.

<sup>329</sup> COSTA, E. V. da, op. Cit. São Paulo: UNESP, 1998, p. 306.

tentando viver da mendicância. Muitos eram alforriados, conquistando a liberdade que tanto queriam no momento que ela menos lhes convinha.

A produtividade do trabalho escravo era baixa. Criado em um mundo em que o valor do trabalho era desprezado e em que a única motivação para o trabalho era a repressão do castigo, o escravo imitava o branco e trabalhava o menos que podia<sup>330</sup>.

Segundo Emília Viotti, a média da força de trabalho escrava era de 15 anos e as fazendas apresentavam uma cifra entre 10% a 15% de escravos debilitados<sup>331</sup>. Em três anos, um lote de cem escravos estava reduzido a apenas um quarto, ou seja, vinte e cinco, deles vivos e/ou em condições de trabalho. A mortalidade infantil atingia até 88% das crianças escravas. Devido aos maus-tratos, muitas escravas morriam no parto e os recém-nascidos nos primeiros sete dias. Vários eram os fatores da mortalidade escrava. Os africanos já chegavam debilitados ao Brasil devido às condições da viagem. O trabalho era excessivo, a alimentação pouca e sem os nutrientes necessários, a falta de médicos, as péssimas condições de higiene das senzalas, muitas vezes também superpovoadas, o vestuário sujo, o excessivo consumo de cachaça e ainda os cruéis castigos corporais contribuíam para a alta mortalidade. As epidemias tinham campo fértil para se alastrar entre corpos cansados, mal alimentados e vivendo em estreito contato e sem higiene nas senzalas. Entretanto, após o fim do tráfico, a partir de 1850, como os escravos se tornaram mais caros, passaram também a ser alvo de maiores cuidados.

Por conta da necessidade de mão-de-obra, a quantidade de africanos era muito grande na região do Vale do Paraíba Fluminense. De acordo com o Relatório do Presidente de Província, de 1856, no ano de 1840, Barra Mansa contava com uma população cativa de 56,36%. São João Príncipe tinha 55,80% de cativos entre sua população. Valença, de 70,63% de cativos. Vassouras, de 69,61% de cativos. Piraí, de 64,91% de cativos. Como se pode observar, a maioria da população destes municípios era composta de escravos, sendo uma grande quantidade de africanos, devido ao recrudescimento do tráfico negreiro como

---

<sup>330</sup> RITZKAT, M. G. B. *A Vida Privada no Segundo Império: pelas cartas de Ina Von Binzer (1881/1883)*. São Paulo: Atual, 1999, p. 43. Para Emília Viotti: “A negligência e a má vontade: fazer o menos possível e o pior possível, no maior tempo possível, seria a regra geral entre os escravos. Cf. COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 394.

<sup>331</sup> COSTA, E. V. da, op. cit. São Paulo: UNESP, 1998, p.306.

analisado acima<sup>332</sup>. Essa estrutura social deu origem ao que foi chamado na época de haitianismo<sup>333</sup>.

Emília Viotti<sup>334</sup> afirma que

É facilmente compreensível o pânico que se apoderava das populações livres ao menor rumor de insurreição em áreas próximas. A desproporção entre a população livre e escrava, dando à última, em certos distritos, grande superioridade numérica tornaria realmente dramática a situação dos brancos, se as insurreições não fossem, desde logo, prontamente dominadas. Por isso, desenvolveu-se todo um mecanismo de defesa e repressão. Ao menor boato, as autoridades mobilizavam forças policiais, comunicavam à administração superior solicitando reforço de policiamento, e noticiavam às cidades vizinhas, chegando, às vezes, a apelar para o governo imperial. Quando as denúncias se positivavam, prendiam-se imediatamente os cabeças. Só quando os fazendeiros se interessavam em reavê-los para os trabalhos do eito é que as autoridades mandavam soltá-los.

Devido às condições de vida a que eram submetidos, os escravos recorreram a todas as formas de resistência em busca de espaços de autonomia ou liberdade. O temor do haitianismo era constante no Vale do Paraíba Fluminense.

“Os escravos, descendentes da raça africana, que ainda conservamos, não por vezes tentado, e ainda tentam, já por deliberação própria, já por instigações de estranhos, quer em crises de conflitos internacionais, quer intestinas, é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha”<sup>335</sup>.

### 3.4 A Revolta de Manuel Congo

As péssimas condições de vida e trabalho dos escravizados provocaram diversas revoltas no país e no Vale do Paraíba Fluminense. O haitianismo ganhou força na década de 1830<sup>336</sup>. Repetidos boatos sobre insurreições de escravos disseminavam o temor por quase toda a província fluminense. De Santo Antônio de Sá, Magé, Maricá, Itaboraí, Valença e

<sup>332</sup> Em Barra Mansa, na década de 1830, 75% dos escravos analisados nos inventários eram formados por africanos.

<sup>333</sup> Em Barra Mansa havia plantéis de escravos que eram de grande porte, chegando vários a possuir mais de 80, 90, 100 e o maior encontrado chegando a 272 escravos, o que poderia dar o tom do elevado grau de temor de um levante que haveria entre seus proprietários e mesmo os vizinhos destes ou ainda os habitantes da própria vila.

<sup>334</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 362.

<sup>335</sup> Trecho de A escravidão no Brasil, de Perdigão Malheiros, apud GOMES, F., op. cit. p. 364.

<sup>336</sup> Temores foram personagens, por assim dizer, de diálogos permanentes entre as décadas de 1830 a 1850. O vale do Paraíba fluminense, particularmente Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra Mansa, parecia palco privilegiado para espetáculos de histeria coletiva. Cf. GOMES, F. dos S. op. cit., p. 233.



mesmo na Corte, surgiam notícias de insubordinação de escravos, deixando a população em permanente estado de insegurança. A repressão desencadeada visava atingir principalmente os africanos. Entre 1835 e 1836, foi preso um haitiano, de nome Moiro, acusado de ter incentivado escravos de Barra Mansa, Bananal, São João do Príncipe e Areias a se insurgirem. O haitiano não negou as acusações e foi expulso do Brasil<sup>337</sup>.

Em 1835 explodira a Revolta dos Malês, em Salvador, na Bahia. Foi a senha para o que Flávio dos Santos Gomes chamou de epidemia do medo<sup>338</sup>. Em 1838, o pânico na região chamou-se Revolta de Manuel Congo, a maior revolta escrava ocorrida na região<sup>339</sup>. No dia 5 de novembro de 1838, Manuel Congo, juntamente a centenas de outros escravos pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier, na freguesia de Pati do Alferes, em Vassouras, provocaram uma fuga coletiva. Fugindo da fazenda Freguesia, rumaram para a fazenda Maravilha, onde arregimentaram mais cativos, roubaram grande quantidade de provisões e seguiram para a floresta vizinha, onde se encontraram com mais escravos fugidos, pertencentes a Paulo Gomes Ribeiro de Avelar.

Devido ao temor crescente da época, as autoridades locais logo se prontificaram a reprimir o acontecimento. No dia 8 de novembro, o juiz de paz da freguesia de Pati do Alferes, José Pinheiro de Sousa Werneck oficiou ao coronel chefe da Guarda Nacional na região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, ambos da mesma família como se pode notar<sup>340</sup>, pedindo que a sua guarnição fosse enviada sem delongas para Pati do Alferes, onde ficaria sob comando do juiz de paz para que “[...] seja de urgente precisão cortar em princípios seus danados fins [...]”<sup>341</sup>. Flávio Gomes analisa que, devido ao grande risco que o vale escravista corria, o ritual burocrático que tradicionalmente ocorria, com ofícios às autoridades e destas para o Ministro da Justiça, para dispor de efetivo militar para a região, como determinava a legislação, não foi seguido. Além disso, a Guarda Nacional enfrentava

<sup>337</sup>COSTA, E. V. da, op. cit., p. 218.

<sup>338</sup>GOMES, F. dos S. op. cit., p. 217.

<sup>339</sup> De acordo com Emília Viotti, essa revolta teve cunho religioso, pois a maioria dos trezentos cativos participantes era formada por haussás, ou seja, muçulmanos. Estavam eles organizados em uma sociedade secreta dividida em círculos de diversas categorias e fortemente hierarquizada. Cf. COSTA, E. V. da, op. cit., p. 359.

<sup>340</sup> Em Vassouras, o juiz de paz da freguesia de Pati do Alferes, José Pinheiro de Sousa Werneck, era irmão do juiz municipal e interino de direito de Vassouras, Inácio Pinheiro de Sousa Werneck, sendo ambos primos do coronel da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

<sup>341</sup> Ofício do juiz de paz da freguesia do Paty do Alferes enviado ao coronel-chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença, 8 de novembro de 1838, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p. 146.

problemas crônicos, como a falta de homens e de armamentos, desorganização e falta de disciplina. Por isso, era comum que os próprios fazendeiros organizassem sua força repressiva para combater quilombos e fugas, recrutando cidadãos, lavradores e contratando capitães-do-mato. Foram reunidos mais de 160 homens entre guardas, pedestres, lavradores, agregados e feitores. Reunida na Fazenda Maravilha, a tropa foi dividida em 2 colunas para ampliar o raio de ação na busca pelos fugitivos. Estes também se dividiram em 2 grupos: o que seguiu pela serra da Taquara e da Estrela foi seguido pela expedição militar; o outro seguiu a direção da serra do Couto e não foi mais encontrado.

Os escravos fugitivos poderiam esperar serem seguidos por feitores e capitães do mato, mas não contavam com a rápida mobilização da força policial representada pela Guarda Nacional instalada em Valença. No dia 11 de novembro, após uma marcha de quarenta quilômetros, um grupo foi alcançado, principalmente devido suas dificuldades de locomoção, já que carregava grande quantidade de provisões, entre elas açúcar, fubá, toucinho, carnes, galinhas, perus, carneiros vivos, utensílios de cozinha, machados, foices, enxadas, ferramentas de carpinteiro, de ferreiro, bigorna, quarenta e cinco caixas de roupas finas, pólvora, mantas e esteiras de dormir, além de 60\$000 (sessenta mil réis) em notas e cobs<sup>342</sup>, saqueadas das fazendas Freguesia e Maravilha. Os fugitivos de Manuel Congo não tiveram muitas chances. Estavam munidos apenas de 12 espingardas, zagaias (lanças), flechas, facões e foices contra quase duzentos homens muito bem armados. Sete cativos foram mortos e outros oito ficaram gravemente feridos. Apenas vinte e dois dos prováveis mais de trezentos cativos fugitivos foram capturados, dentre eles o "rei" do quilombo, Manuel Congo, e a "rainha", Mariana Crioula. As provisões foram recuperadas. A noite e a chuva ajudaram os demais a fugir. Nos dias seguintes, mais vinte e nove foram capturados, sendo que destes, doze se entregaram. Em meados de novembro, foram presos mais 31 escravos.

Para tentar acalmar a população, tanto de Vassouras, quanto das cidades vizinhas, como Valença e Paraíba do Sul, foi enviado direto da Corte, no dia 14 de novembro, o Corpo Municipal de Permanentes, comandado pelo tenente-coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Dois processos-crimes foram abertos. Um por crime de homicídio, no qual apenas Manuel Congo fora sentenciado à pena de morte, sendo enforcado no início de setembro de

---

<sup>342</sup> Ofício do coronel-chefe da Legião da Guarda Nacional de Valença, 13 de novembro de 1838, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p. 156.

1839. Um outro, por crime de insurreição<sup>343</sup>, no qual, além de Manuel Congo, mais quinze cativos foram indiciados. Destes, oito foram absolvidos e sete condenados a 650 açoites, sendo 50 por dia “na forma da lei”, como também a usarem, por três anos, um gancho de ferro ao pescoço, o que lhes dificultava a mobilidade<sup>344</sup>. “Em meio a inúmeros revoltosos era necessário punir alguns de forma implacável, exemplar e imediata”<sup>345</sup>.

As investigações foram exigidas pelo próprio presidente de província Paulino José Soares de Sousa, importante político que viria a se tornar o Visconde do Uruguai e um dos nomes mais importantes do período do predomínio dos saquaremas na política brasileira durante o segundo reinado. Em ofício ao juiz de paz, ordenava: “Convém rastejar os menores indícios, remontar à origem de cada coisa e não desprezar nada em matéria tão grave a fim de habilitar o governo a formar um juízo definitivo e seguro acerca da natureza, causas, fins e extensão da sublevação dos referidos escravos”<sup>346</sup>.

Na verdade, as investigações serviam como motivo para forte retaliação sobre a população negra como um todo e, principalmente, contra os africanos. Açoitavam-se escravos africanos em público a fim de aterrar os demais escravos. Segundo os editores do periódico Pão d’Assucar, da Corte, sobre essas retaliações: “Em um único distrito de uma freguesia, mais de setecentos pretos haviam sido atrozmente açoitados em moirões, ou pelourinhos, mandados levantar nas estradas por ordem dos juízes de paz”<sup>347</sup>.

---

<sup>343</sup> A legislação imperial não considerava crime a fuga ou o aquilombamento.

<sup>344</sup> Existiam várias formas de castigar o escravo, pois esta era a condição *sine qua non* para a existência da escravidão no país, ou seja, o monopólio da violência seja privada, seja pública. Entre elas estavam a *máscara* de folha de flandres impedia o escravo de engolir pedras de ouro ou de diamantes, ou simplesmente rapadura, aguardente ou terra (devido à verminose). Segundo Emília Viotti, foram usadas até por volta de 1850. O *bacalhau* era um chicote de cabo curto com cinco pontas de couro retorcido. O *libambo* era uma argola de ferro presa ao pescoço com uma haste que chegava até acima da cabeça, sendo que às vezes possuía chocalhos, era usado para dificultar novas tentativas do escravo fujão, pois o atrapalharia nas fugas pelo mata. O *tronco* era uma peça de madeira pesada que se abria pelo meio, em duas metades, e servia para imobilizar a cabeça, os pés e as mãos do escravo. O *viramundo* era um tronco menor e feito de ferro. A *palmatória* chegava a provocar equimoses nas mãos do suplício. Os *anjinhos* eram anéis de ferro que prendiam os dedos polegares do escravo e os apertavam à medida que se apertava um parafuso e servia para tortura em busca de confissão. Os pelourinhos eram colunas de pedra que se erguiam em praça pública e onde os escravos eram amarrados e recebiam a pena de açoite. Como não havia antibióticos, era usada uma mistura de sal, vinagre e pimenta malagueta nas feridas para evitar infecção, o que ampliava o suplício do castigado. Na zona rural, o castigo era dado pelo proprietário, que tinha no feitor a pessoa encarregada dessa tarefa. Na zona urbana, essa tarefa era deixada à polícia, mediante pagamento. As faltas mais graves cometidas pelos escravos eram o homicídio e a fuga. GOMES, L. op. cit., pp. 222 e 223.

<sup>345</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 179.

<sup>346</sup> Ofício do presidente de província enviado ao juiz de paz da freguesia do Pati do Alferes, 20 nov. 1838, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p. 222.

<sup>347</sup> O Pão d’Assucar, 5 jan. 1836, Editorial, p.1, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p. 223.

Entretanto, parece que rebeliões deste porte não eram comuns à época e sim as pequenas fugas, mais fáceis de serem planejadas e de terem sucesso, pois seriam mais difíceis de serem notadas pelos senhores e feitores e de serem, os grupos fugitivos, encontrados. Para Emília Viotti<sup>348</sup>:

[...] os movimentos de grandes proporções, tão temidos nas áreas em que a população escrava predominava largamente sobre os livres, foram raros nas zonas cafeeiras. As rebeliões mais frequentes tinham âmbito local e, raramente, assumiam o aspecto assustador da havida em 1838 na região de Vassouras, quando foi necessário recorrer às forças de Caxias para sufocá-la. Nas zonas cafeeiras, a revolta contra a escravidão exteriorizava-se mais frequentemente nos crimes, nas fugas e nos pequenos quilombos [...] mantinham em permanente temor a população branca, que boatos de agitação de escravos traziam em frequente alarma.

Devido aos constantes boatos de insurreições escravas e ao permanente temor de revoltas, os senhores eram obrigados a recorrer a diversas formas de controle sobre seus escravos, o que chamaremos, de acordo com Flávio Gomes, de política de domínio.

### 3.5 Classe Senhorial e a Política de Domínio

Apesar da Revolta de Manuel Congo ter sido a maior já ocorrida, várias outras revoltas se deram na região. Dentre algumas delas temos a ocorrência de várias insurreições em Resende e Bananal, durante os meses de abril, maio e junho de 1831. Em 1832, um quilombo fora atacado em Entre Rios (hoje Três Rios), pelo coronel chefe da Guarda Nacional na região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Em 1833, novos levantes ocorreram em Resende e Areias. Em 1844, em Vassouras, houve uma revolta de 58 escravos da fazenda de Marcelino José de Avelar em consequência de maus-tratos. Feriram o feitor com paus, foices, enxadas e chicotadas e fugiram para o mato. O feitor havia agredido um cativo que havia se demorado a sair da senzala, suspenso o almoço e dado a comida a seu cavalo, como também amarrara em um pau e dera uma surra em outro cativo por ter interrompido o trabalho para beber água e acender um cachimbo. Os revoltosos fugiram e resolveram voltar depois. Foram castigados e seus líderes sentenciados a galés, açoites e ao uso de ferro no pescoço<sup>349</sup>. Em 1847, em Vassouras, foi descoberto um plano de revolta,

---

<sup>348</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., pp. 358 e 359.

<sup>349</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 193.

organizado por uma sociedade secreta escrava. Em 1857, em São João do Príncipe, os escravos de Joaquim Breves, organizaram uma sociedade secreta, com encontros noturnos. Em 1858, também em São João do Príncipe, corria-se a notícia de um plano de revolta escrava que estaria sendo disseminado também entre escravos dos municípios vizinhos (seria o desdobramento de 1857?). Em 1861, em Barra Mansa e Valença, corriam boatos de um plano insurrecional tratado entre cativos e homens livres<sup>350</sup>.

As insurreições e revoltas do período ajudaram a modificar as relações entre os escravos e a classe senhorial. Segundo Flávio Gomes: “O medo gerado em consequência da insurreição quilombola em 1838 não passou incólume por toda a região de Vassouras. Pelo contrário, deixou suas marcas, tanto nos escravos como nos senhores”<sup>351</sup>.

Uma série de medidas foi tomada pela classe senhorial, tendo por objetivo uma política de domínio para lidar com as revoltas dos escravos. Como sociedade pré-industrial que era nossa sociedade escravagista, a forma de coagir ao trabalho a classe dominada era eminentemente política. Segundo Florentino e Goes, “As estratégias senhoriais deveriam ser, antes de mais nada, políticas”<sup>352</sup>.

### 3.5.1 Legislação

Por conta do temor em relação aos levantes dos escravos, uma legislação de posturas municipais foi aprovada na Corte, em 1838, e adotada em outras cidades, inclusive do Vale do Paraíba Fluminense<sup>353</sup>. Algumas se referiam a proibições relativas aos escravos, como a proibição de venda de pólvora e armas aos cativos, bem como emprestar armas ou consertar suas armas sem a ordem escrita do senhor, de comércio deles com taberneiros, de seus ajuntamentos em casas públicas, de andar à noite sem permissão do senhor e de ser mascate sem licença, etc. Além disso, os escravos não podiam vender café, açúcar e aguardente sem a licença escrita do senhor, como também objetos de ouro, prata, brilhantes ou qualquer objeto

---

<sup>350</sup> Idem ibidem, pp. 208 e 209.

<sup>351</sup> Idem ibidem, p. 244.

<sup>352</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790 – 1850*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997, p. 30.

<sup>353</sup> A lei consagrava o sistema escravista: a espoliação de um grupo pelo outro. Cf. COSTA, E. V. da, p. 335.

caseiro. Também era necessária a licença por escrito do senhor para alugar casa ou quartos aos escravos. Era proibido, ainda, esconder negro fugido. Nem mesmo do próprio pecúlio podia o escravo dispor sem o consentimento do seu senhor. As posturas municipais também proibiam as reuniões clandestinas de escravos à noite, domingos e dias santos. Os ajuntamentos eram muito temidos. Os proprietários de moradia que permitissem ajuntamentos de escravos para suas danças podiam ser presos e multados e os escravos açoitados. Os taberneiros ficavam proibidos de permitir o ajuntamento de mais de três escravos em seu estabelecimento. Leis provinciais proibiam a participação de escravos ou estrangeiros de cor em associações secretas<sup>354</sup>.

Os ex-escravos tinham direitos limitados. Aos libertos estava interditado o direito de ser eleitor, podendo votar nas eleições primárias. Também não podiam exercer qualquer cargo eleitoral. Estava vedado, inclusive, o acesso aos cargos eclesiásticos hierarquicamente superiores. O depoimento de um escravo não tinha valor. Não podia ser testemunha jurada, apenas informante.

A lei proibia o direito de vida e morte do senhor sobre seus escravos, permitindo apenas o castigo moderado que, no entanto, não era colocado em prática, principalmente nas fazendas, onde o senhor era o árbitro supremo<sup>355</sup>.

Ao escravo não era permitido queixar-se pessoalmente ou denunciar o seu senhor. Deveria fazê-lo através do próprio senhor, do promotor público ou de qualquer pessoa do povo, o que tornava quase impossível sua empreitada.

Punia-se, principalmente, o roubo, a fuga, a embriaguez e a preguiça, formas mais comuns de resistência ao trabalho escravo<sup>356</sup>. Os chefes dos temíveis quilombos recebiam a maior quantidade de chibatadas, em torno de trezentas, divididas em etapas. A punição mais alta ficava para os que assassinavam o seu senhor ou pessoa da família senhorial, que eram condenados à morte, segundo a lei de 10 de junho de 1835.

Segundo Emília Viotti: “Nas grandes cidades, nos pequenos centros, as posturas dizem sempre o mesmo. Variam apenas a forma de expressão e o grau da penalidade, mas seu

---

<sup>354</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 224, COSTA, E. V. da, op. cit., pp. 281 e 282 e ATHAYDE, J. B. *A Igreja Matriz de São Sebastião da Barra Mansa*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1960, p. 73 e 74.

<sup>355</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 339.

<sup>356</sup> O primeiro ato humano do escravo é o crime. Cf. Citação referida a Jacob Gorender, apud FLORENTINO, M. e GOES, J. R. op. cit., p. 31.

objetivo é impedir a fuga de escravos, as revoltas e a agressão”<sup>357</sup>. Segundo a citação acima, o primeiro ato humano do escravo era o crime, já que, considerado um bem semovente, como qualquer outro animal, apenas recebia tratamento diferente deste, entrando no mundo jurídico como ator de suas ações, da mesma forma que qualquer outro ser humano, quando cometia um ato contra os interesses dos seus senhores, o que era considerado, portanto, um crime.

### 3.5.2 Os Manuais Administrativos

Entretanto, nem apenas de repressão tratava-se a política de domínio senhorial. Caso contrário, os senhores sabiam que a manutenção da submissão do plantel seria muito difícil. Então, outros modos de tratá-lo foram considerados. Assim, na primeira metade do século XIX, surgiram manuais que tinham por objetivo orientar o fazendeiro na administração de sua fazenda, levando em consideração, principalmente, o controle sobre o escravo.

Carlos Augusto Taunay, fazendeiro na Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, publicara, em 1839, um manual<sup>358</sup> que teve grande difusão pelo Império. Sua principal preocupação era o governo do escravizado, considerado a parte mais importante para o sucesso de um agricultor. Seu enfoque estava na rigorosa disciplina imposta sobre os escravos, para que deles pudesse se retirar o lucro. Para alcançar tal disciplina, além de “mostrar-lhes o castigo inevitável”, também pregava a necessidade de uma orientação religiosa e moral dos escravos. Além disso, devia-se permitir a formação de famílias escravas e o cuidado com as mulheres grávidas e com os recém-nascidos. Assim, segundo Taunay, o fazendeiro “conservará a sua escravatura completa e a transmitirá aos filhos melhor, mais dócil e mais adestrada, se souber convenientemente educar e tratar os crioulos”<sup>359</sup>. Aqui vemos outro aspecto interessante para a condução de uma fazenda e de sua escravatura: a educação, aqui entendida como o treinamento de um animal.

[...] e à proporção que se forem criando, se lhes ensinará a trabalhar, a rezar, a amar seus senhores, suportar o frio, o calor, a fadiga e a seguir à risca a disciplina da casa. [...] Desta forma, a nova geração, mais instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa do

---

<sup>357</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 354.

<sup>358</sup> Manual do Agricultor Brasileiro.

<sup>359</sup> Manual do Agricultor Brasileiro, apud SALLES, R., op. cit., p. 243.

que a que veio da Costa, suprirá as faltas desta, e pouco a pouco a substituirá inteiramente<sup>360</sup>.

Sua orientação “educacional” surgia como uma forma de evitar dois tipos de excessos que estragavam o comportamento do escravo: os vícios e as maldades dos adultos, proporcionados pelo tratamento desumano e desleixado com as crianças, e a falta de vigor para encarar a vida “rigorosa e desprezível” dos outros escravos, quando tratados com demasiado “mimo e indulgência” pela família senhorial. Como podemos perceber, seu manual estava destinado a orientar os demais fazendeiros escravocratas a manter a necessária disciplina sobre seu plantel, utilizando para isso não apenas os castigos corporais, mas a educação para a religião, vista como um freio aos possíveis descomedimentos dos escravos, como também para o trabalho rigoroso, o respeito ao senhor e ainda orientava para o estímulo à formação de casais, como forma de apascentá-los.

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Pati do Alferes, escrevera um manual<sup>361</sup>, publicado em 1847 e reeditado em 1865 e em 1878, para orientar seu filho a respeito da administração de uma fazenda. Segundo Flávio Gomes, seu intuito era estabelecer uma política de domínio e tratamento dos escravos, forjada na sua própria experiência. Nesta, Lacerda Werneck destacava a religião cristã como um fator importante de controle sobre os cativos, pois a confissão e a culpa poderiam minorar as tentações de revolta. Os doentes deveriam ser tratados com “cuidado e humanidade”. O senhor tinha o dever moral de alimentar, vestir, prover habitação, tratar das doenças de seus escravos<sup>362</sup>. Além disso, devia-se consentir no cultivo de roçado<sup>363</sup> por parte dos cativos, mas sua produção deveria ser negociada com o seu senhor. Essa tática visava a apascentar o cativo que poderia, com o dinheiro, comprar produtos para ele e sua família, se tivesse, adquirir valor pela fazenda em que produzia e pela própria roça e se distrair do penoso trabalho no eito, tudo levando a que ele não pensasse em se revoltar ou fugir. Como o roçado poderia ser realizado aos domingos e feriados, os cativos não utilizariam este tempo para ajuntarem-se com outros das demais

---

<sup>360</sup> Manual do Agricultor Brasileiro, apud SALLES, R., op. cit., p. 244.

<sup>361</sup> Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro.

<sup>362</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 193.

<sup>363</sup> "Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhes adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade. Certamente o fazendeiro vê encher-se a sua alma de certa satisfação quando vê vir o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana etc.", trecho do Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, apud REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 18.



fazendas, como era de costume, o que poderia gerar também a possibilidade de insurreições. O roçado ainda podia diminuir o custo de manutenção dos escravos, que produziram a própria alimentação. Quanto à orientação para que o cativo comercializasse apenas com o seu proprietário, tinha por objetivo evitar ao máximo que entrasse em contato com taberneiros e cativos de outras fazendas, pois poderiam travar planos de revolta e fuga. Outro motivo talvez fosse evitar o furto dos produtos das fazendas que os escravos cometiam como forma de tentar amealhar uma quantia maior na venda dos seus produtos e também, de certa forma, uma atitude de inconformidade com a injustiça a que estavam submetidos. Segundo Humberto Machado<sup>364</sup>:

O furto fazia parte da contestação à ordem escravista e, sendo assim, as vendas diretas dos escravos eram, oficialmente, proibidas, como estabelecia o Decreto 803, da Assembleia Legislativa Provincial, que impedia a compra de “gêneros de qualquer natureza a escravos ou aceitá-los a título de depósito” sob pena de multa ou então penas de detenção de “oito dias de prisão”.

De acordo com Flávio Gomes: “Enquanto os escravos viam os costumes de possuir roças e comerciar seus produtos a oportunidade de obter mais autonomia, os fazendeiros tinham uma perspectiva maior de controle social sobre a população cativa”<sup>365</sup>.

Assim também parece ser o entendimento de Ricardo Salles: “Buscava-se, assim, obter os efeitos de apaziguamento que poderiam advir da permissão do cultivo de roças e, ao mesmo tempo, evitar que essas propiciassem condições para a montagem de redes de sociabilidade que extrapolassem o âmbito das propriedades e plantéis”<sup>366</sup>.

Outra técnica sugerida pelo Barão era o de controle estrito sobre o trabalho do escravo, considerado indolente. A plantação do cafezal deveria ser feita de modo a dar ampla visibilidade ao feitor para que acompanhasse o trabalho do escravo. Os grupos de trabalho deveriam ser divididos em pequenos ajuntamentos, também para que fossem mais bem vigiados, diminuindo a possibilidade de resistência ao trabalho e assim fazer com que os cativos produzissem mais.

---

<sup>364</sup> MACHADO, H. F. *Escravos, Senhores e Café. A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba* Fluminense: 1860-1888. Niterói: Cromos 1993, p. 79.

<sup>365</sup> GOMES, F. dos S., op. cit. p. 203.

<sup>366</sup> SALLES, R. op. cit., pp. 194 e 195.

João Reis e Eduardo Silva<sup>367</sup> assim explicam as medidas administrativas do Barão do Pati do Alferes.

Controle e vigilância, necessidades primaciais da fazenda escravista, influenciavam tudo, até as técnicas de cultura. Os cafezais eram plantados, nos morros, seguindo a linha de maior declive. Esta técnica, como se sabe, era particularmente danosa no vale do Paraíba, onde a inclinação dos terrenos facilitava a erosão que, em poucos anos, descobria as raízes dos cafeeiros e esterilizava a terra. Hoje, ao criticarem esse sistema, os historiadores têm frequentemente esquecido que os primeiros cafezais foram plantados ao léu, sem qualquer sistema de alinhamento, exatamente para evitar a erosão. Para compreendermos por que esse sistema foi abandonado é necessário ter em conta que o imperativo de organizar, controlar e aumentar a produtividade do trabalho escravo era maior do que a preocupação em conservar as plantações. Os renques que subiam verticalmente pelas encostas facilitavam, realmente, a erosão. Mas, por outro lado, impediam que os escravos, "perdidos" num cafezal plantado a esmo, remancheassem no serviço. "Este método é melhor para facilitar as capinas e a colheita", ensina o barão de Pati do Alferes, "dando a cada carreira seu apanhador, que é responsável se não faz o seu dever".

E ainda completam<sup>368</sup>:

Vigilância e controle impõem, portanto, certas normas organizacionais. Por exemplo: pequenos grupos de trabalhadores, por estarem sujeitos a um controle mais rigoroso, trabalhavam mais. Falando sobre a abertura de caminhos, reparos de cercas, etc., o barão de Pati explica que o trabalho deveria ser feito por pequenas turmas, "pois que a prática tem demonstrado que quanto maior é o número, menos rende o serviço". Em casos de urgência, empregam-se turmas maiores, mas, nesses casos, sempre acompanhadas de um feitor.

Outra preocupação era com a disseminação da religião católica sobre os escravos como forma de controle psicológico. O temor a Deus e a confissão eram formas de manter a submissão do cativo, introjetando-lhes "bons costumes" e a "obediência cega".

Um outro mecanismo, dos mais eficazes, de controle e manutenção da ordem foi, sem dúvida, a religião. "O escravo deve ter domingo e dia santo", escreve o barão, "ouvir missa se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores, e a quem os governa"<sup>369</sup>.

Em agosto de 1854, em Vassouras, Laureano Corrêa e Castro presidira uma Comissão Permanente formada por ele e mais quatro fazendeiros, que tinha por objetivo precaver os demais fazendeiros em relação aos constantes rumores de insurreição escrava. Esta comissão

<sup>367</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 15.

<sup>368</sup> Idem ibidem.

<sup>369</sup> Idem ibidem, p. 16.

produziu um documento, que não era um manual administrativo de uma fazenda em estrito senso, mas funcionava como tal. Este documento<sup>370</sup> afirmava:

Os membros da Comissão Permanente (cada um relativamente aos fazendeiros moradores no distrito que lhe couber inspecionar) devem empregar todos os meios a seu alcance para convencerem os ditos fazendeiros do perigo das insurreições e da necessidade, quanto antes, de adotarem providências que obstem e previnam tão terrível mal.

Entretanto, as ações dos escravocratas deveriam ser coordenadas, pois as repressões individuais, tomadas no calor da luta e do clima de temor e vingança, poderiam ser mais perigosas. Entre as medidas sugeridas estava a de o fazendeiro possuir pessoas livres que viessem a auxiliá-lo em uma possível repressão sobre uma insurreição escrava. A proporção deveria ser de uma pessoa livre para cada doze escravos; duas livres para vinte e cinco escravos; cinco livres para cinquenta escravos, sete livres para cem escravos; dez livres para duzentos escravos e mais duas livres para cada cem escravos que fossem acrescentados ao plantel. Dessa forma, continua o texto<sup>371</sup>:

Se houver a este respeito um acordo entre os fazendeiros, se cada um possuir em sua casa um elemento de resistência e não se entregar ao acaso, como até aqui, passando muitas vezes de uma confiança refletida para uma exageração de terror ainda mais irrefletida pode-se dizer que as insurreições mesmo parciais se tornam, se não impossíveis, ao menos pouco assustadoras, pela facilidade com que podem ser comprimidas.

A partir de então, em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, parece que começa a ser colocada em prática uma política de domínio que passou a ser encarada como um conflito direto entre brancos/livres de um lado e pretos/cativos de outro. Os fazendeiros deveriam se aliar aos seus colonos, que, por sua vez, tinham a chance de obter, por isso, alguma vantagem, posto que tinham particularidades em comum, quais sejam, eram livres e potenciais vítimas de uma insurreição escrava. As instruções da Comissão orientavam para que o escravocrata tivesse uma quantidade de armamentos suficientes para todas as pessoas livres da fazenda, depositadas em um lugar seguro. A esse respeito o documento<sup>372</sup> afirmava:

[...] o colono é um braço amigo, um companheiro de armas, com cuja lealdade se pode contar na ocasião da luta: os interesses são comuns. Quantos, no momento do perigo, não dariam metade da sua fortuna para terem a seu lado alguns colonos que os defendessem da horda bárbara e sequiosa de vingança?

---

<sup>370</sup> Instruções para a Comissão Permanente Nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p.234.

<sup>371</sup> Idem, p. 235. Vide também COSTA, E. V. da, p. 182.

<sup>372</sup> Idem, p. 240.

As instruções da Comissão ainda alertavam para a necessidade de vigilância e controle sobre os cativos, não permitindo que estes se reunissem à noite com escravos de outras fazendas, como por vezes ocorria.

Outra das instruções aconselhava aos fazendeiros escravocratas promover com mais veemência a religião cristã entre os cativos, posto que esta pregava a resignação, ou seja, a suportar o sofrimento já que este nos leva à recompensa do paraíso. A confissão religiosa também poderia ser um fator de inibição de pensamentos subversivos à ordem escravocrata. Dessa forma, o documento<sup>373</sup> orientava:

[...] promover por todos os meios o desenvolvimento das ideias religiosas entre os escravos, fazendo com que estes se confessem, ouçam missa o maior número de vezes e celebrem mesmo certas festas religiosas. O fazendeiro que assim proceder, além de cumprir um dever de cristão, tira grandes vantagens. A religião é um freio e ensina a resignação [...].

Ricardo Salles ressalta outra instrução em que a estratégia seria comprar poucos escravos de cada vez: “[...] os fazendeiros que compravam grandes partidas de escravos saíam-se mal; ao contrário os que seguiam sistema oposto; e a razão é que, formado um núcleo de boa escravatura, se tornam facilmente bons pela força do contato e do exemplo”<sup>374</sup>.

Salles interpreta a expressão “pela força do contato e do exemplo” como a “conveniência de se fazer concessões aos escravos”<sup>375</sup>. Entretanto, parece-nos que se tratava de adquirir escravos em pouca quantidade, pois seriam mais facilmente manipulados e melhor adaptados ao sistema de trabalho escravo, o que seria possível através da constante fiscalização e de exemplos de conduta (“pela força do contato e do exemplo”), sendo esta conduta de trabalho a empregada pelo proprietário. Emília Viotti afirma que os senhores de escravos da região cafeeira sempre tiveram esta preocupação, em comprar pequenos lotes de cada vez, a fim de se evitar a concentração de africanos de uma mesma região. Assim, as diferenças de língua, de tradição e de hierarquia, além das rivalidades tribais, teriam retardado a formação de uma consciência de interesses comuns<sup>376</sup>.

---

<sup>373</sup> Idem, *ibidem*. Segundo Emília Viotti, o papel do confessor era exortar os escravos a se submeterem à moralidade, aos bons costumes, ao amor, ao trabalho e à obediência cega aos senhores, que deveriam ser vistos como seus pais e, por isso, temidos e respeitados. Cita ainda os conselhos do padre Antônio Caetano da Fonseca aos fazendeiros, em que este afirmava ser a confissão o antídoto de insurreições e que se os fazendeiros assegurassem assistência religiosa aos seus escravos, as insurreições seriam “um crime desconhecido entre nós”. Afinal, a Igreja era uma instituição de apoio à classe senhorial. Cf. COSTA, E. V. da, *op. cit.*, p. 299 e 300.

<sup>374</sup> Instruções... apud SALLES, R. *op. cit.*, p. 193.

<sup>375</sup> SALLES, R., *op. cit.*, p. 193.

<sup>376</sup> COSTA, E. V. da, *op. cit.*, p. 302 e 364.

Porém, sabiamente, nem apenas com repressão deveria ser tratada a escravatura. Outra das instruções destacada por Salles era a respeito da forma de se construir as senzalas, com suas portas voltadas para o terreiro interno, em lugar salubre, e do tamanho de seus cubículos que pudessem abrigar quatro escravos ou um casal e seus filhos. E outra ainda alertava para a importância de se cuidar bem da família escrava, orientando para que a mãe ficasse com seu filho no primeiro ano após seu nascimento, ocupando-a com serviços de casa, e após este período, que uma ama-seca ficasse incumbida de criar a criança<sup>377</sup>.

Outro manual<sup>378</sup> surgiu em 1855, escrito por Luís Peixoto de Lacerda Werneck, filho do barão de Pati do Alferes, em que, já na fase da proibição do tráfico internacional de escravos, imposta pela Lei Euzébio de Queirós, em 1850, incentivava a reprodução natural da mão-de-obra cativa, como uma estratégia econômica, devido ao aumento de seus preços. Dessa forma, orienta como deveriam ser tratados os escravizados:

Todos nós sabemos quais as medidas que o senhor deve tomar para assegurar-se da procriação de seus escravos. Melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermidades, e outros alvitres, que são em geral desprezados entre nós, bastarão para salvar muitas vidas, que hoje se sacrificam pelo desleixo e incúria<sup>379</sup>.

Como os escravos ficaram mais caros devido à proibição do tráfico, na década de 1850, aumentou-se o interesse em melhor tratá-los, já que sua perda, seja por morte ou fuga, custaria muito caro ao seu proprietário.

Alguns autores<sup>380</sup> comentam sobre a prática do paternalismo da classe senhorial. Esta consistia em negociações comezinhas do dia-a-dia, quando os senhores tentavam incentivar o trabalho do bom escravo, tornando-o modelo a ser seguido pelos demais, distribuindo, para isso, algumas premiações. Os castigos eram vistos como forma de correção do comportamento dos cativos, como um pai corrige o comportamento de seu filho de modo a educá-lo. Por outro lado, os escravos deveriam zelar pelos seus senhores como se fossem seus pais. Este sistema levava o cativo a reconhecer sua situação de dominado e aceitar que tinha deveres a cumprir perante seu senhor, contando, para isso, com a contrapartida de bons tratos que se esperava deste.

<sup>377</sup> SALLES, R., op. cit., p. 245.

<sup>378</sup> Ideias sobre colonização, precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população.

<sup>379</sup> Ideias sobre colonização..., apud SALLES, R. op. cit., p. 247.

<sup>380</sup> MACHADO, H. op. cit., p. 78 e REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 28.

Essas práticas também tinham como objetivo provocar uma divisão entre os escravos ao distribuir de forma desequilibrada as premiações e os castigos. Os maiores beneficiados eram, normalmente, os crioulos, o que servia para incentivar seus conflitos contra os africanos.

Apreciada e incentivada pelos escravocratas, a inimizade entre crioulos e africanos era muito mais profunda do que as divergências entre as diferentes nações africanas. Crioulos e africanos mantinham relações em geral diferenciadas com senhores e brancos. Os primeiros, e mais ainda os mestiços, experimentavam com maior frequência a face paternalista da escravidão, ao mesmo tempo que conheciam melhor os opressores e portanto sabiam explorar mais habilmente suas fraquezas no cotidiano. Paternalismo, bem entendido, não significava relações escravistas harmoniosas e ausência de contradição; era estratégia de controle, meio de dominar de forma mais sutil e eficiente, com menos desgaste e alguma negociação [...] Os escravos nascidos no Brasil tinham certas prerrogativas no trabalho, recebiam melhor tratamento e podiam constituir família e adquirir alforria mais facilmente. [...] As cartas de alforria, por exemplo, estão cheias de expressões em que os senhores invocam a imagem do pai, ou da mãe, para se referirem a suas relações com os escravos alforriados. E estes eram obrigados a zelar pelos ex-senhores como se fossem bons filhos. Essas alforrias sempre beneficiaram mais aos cativos nascidos no Brasil<sup>381</sup>.

### 3.5.3 Um Instrumento Regulador: a Alforria

Outra estratégia, ainda, era usada pelos escravocratas para garantir uma política de domínio sobre a escravatura, a alforria.

É importante salientar que a grande quantidade de escravos importados, até 1850, foi por si só um dos fatores para a manutenção do sistema escravista no Brasil. Isto se deu devido ao fato de que a grande oferta de escravos proporcionou que muitos tivessem a oportunidade de adquiri-los. Segundo Ricardo Salles: “Esse fato contribuiu para que as solidariedades escravistas na sociedade tivessem amplas bases”<sup>382</sup>. Ao mesmo tempo, essa mesma grande oferta de escravos permitia outro recurso de poder que o senhor escravocrata poderia disponibilizar, a alforria. A possibilidade de obter a sua alforria fazia com que o escravo se tornasse mais passivo, já que, pelo menos até a Lei do Ventre Livre, de 1871, era uma liberalidade do senhor. Portanto, era um fator a estimular a obediência resignada, o trabalho e a poupança, caso a alforria fosse comprada. Muitos esperavam receber sua alforria como

<sup>381</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 28 e 74.

<sup>382</sup> SALLES, R., op. cit., p. 183.

gratidão de seu senhor por seus serviços prestados, afeição e fidelidade. Além disso, o senhor ainda poderia revogar a alforria concedida, o que perpetuaria essa passividade para além da liberdade conquistada. Havia mesmo cláusulas nas cartas de alforria que impunham deveres aos forros de forma a continuarem servindo a seu ex-senhor enquanto vissem, como a prestação de “tarefas específicas, desde o abastecimento de determinados gêneros alimentícios até a limpeza de terrenos e mesmo serviços pessoais”<sup>383</sup>, e exigiam dele obediência absoluta. Assim, a alforria também poderia significar vantagem financeira ao senhor escravocrata. Segundo Salles<sup>384</sup>:

Para os senhores, a concessão da alforria era facilitada pela possibilidade de reposição rápida e relativamente barata do escravo manumitido. Quando a alforria era concedida em troca de dinheiro, fornecido pelo cativo, essa reposição era menos custosa, quando não sem custo nenhum. Nos casos em que a venda de determinados escravos, como os idosos, por exemplo, era difícil no mercado, sua alforria em troca de um valor monetário poderia até representar um bom negócio.

Salles analisou o caso do forro Francisco Cabinda Werneck<sup>385</sup>. Este carregava o nome de seu ex-proprietário, pertencente à importante família Werneck, de Vassouras. A adoção do nome de seu ex-senhor marcava a relação de domínio para o período da pós-alforria e era de interesse comum a ambos. Para o forro, tal nome representava a marca de uma família importante que poderia ajudá-lo e protegê-lo em alguma necessidade, ele adquiria um *status* social e passaria a ser “alguém” naquela sociedade. Para a família senhorial, o seu nome em um forro demonstrava também seu *status* social, seja por demonstrar para a sociedade se tratar de um senhor magnânimo e de posses, pois concedeu a liberdade a um cativo, seja porque este lhe deveria, a partir de então, respeito e obediência. Entretanto, segundo Salles<sup>386</sup>, a alforria, apesar de mais dispendiosa para os pequenos proprietários, era mais importante como elemento de *válvula de escape* das tensões nas relações escravistas entre eles, posto serem estas relações mais próximas.

Fosse a intimidade da convivência entre senhores e cativos, que representava tanto a possibilidade de uma relação mais afetiva entre ambos quanto uma ameaça muito iminente para sua vida e integridade física, assim como para a de seus familiares, e para seus bens; fosse ainda pelos custos proibitivos de manutenção de uma estrutura de controle, punição e disciplina mais rigorosa, como a que havia nas grandes propriedades, o fato é que a alforria era uma moeda de troca proporcionalmente

---

<sup>383</sup> SALLES, R., op. cit., p. 286.

<sup>384</sup> Idem, ibidem.

<sup>385</sup> Idem ibidem, cf. capítulo 8.

<sup>386</sup> Idem ibidem, p. 292.

muito mais presente nas relações entre senhores e escravos nos pequenos e nos médios plantéis.

Como a alforria poderia ser cancelada, de acordo com a vontade do senhor, ela levou à formação de um grupo de trabalhadores não escravos, mas subordinados à classe senhorial, que os explorava economicamente, pois poderia continuar trabalhando para o senhor, e politicamente, pois devia fidelidade à classe senhorial. “Como argumenta Manuela Carneiro da Cunha, além do controle político, procurava-se também acomodar o liberto com vistas à criação de uma força de trabalho não-escrava mas dependente”<sup>387</sup>.

#### 3.5.4 O Paradigma Ideológico Colonial

João Reis e Eduardo Silva criaram um conceito que nos parece bastante importante como instrumento ideológico e estratégia de dominação da classe senhorial sobre os cativos: o paradigma ideológico colonial. Segundo eles, a própria sociedade escravista teria uma estrita vigilância sobre os escravos, já que eram a base de sustentação do sistema que a reproduzia. Portanto, todas as pessoas estavam, de certa forma, atentas às possibilidades de resistência dos escravos e, portanto, poderiam ser sempre um fator de seu impedimento, até mesmo por outros escravos que poderiam delatá-los, por exemplo, por motivos diversos, como ganhar algum crédito com o seu senhor ou simplesmente por força dos conflitos existentes entre os escravizados. Poderíamos deduzir que introjetava-se, mesmo nos escravos, a naturalidade de sua condição de cativo. Toda a sociedade escravocrata passava a se tornar uma gaiola de aprisionamento dos cativos.

Assim os autores<sup>388</sup> definem esse conceito:

Mais que os nem sempre competentes, ou mesmo laboriosos, capitães-do-mato - como provam as repetidas queixas de usuários -, o grande obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista, sua forma de ser e de estar, sua percepção da realidade, seus valores, o que chamaremos paradigma ideológico colonial. O fenômeno pode ser verificado, de forma implícita, quando examinamos a verdadeira multidão de escravos soltos, sem qualquer vigilância, pelas ruas das cidades e, de forma explícita, na sutilíssima percepção dos trabalhadores rurais, através de seus cantos. Aqui, sob tal paradigma ideológico, a sociedade se identifica enquanto "gaiola", tornando supérfluo o uso de correntes ao pé de cada passarinho. O canarinho tão bonitinho, que está preso na gaiola Pra que correntinha está no pé, pra quê?

<sup>387</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 32.

<sup>388</sup> Idem ibidem, p. 45 e 48.



[...] O conflito aberto, contudo, esbarrava em condições extremamente desfavoráveis durante a vigência do paradigma ideológico colonial. A sociedade, aqui como nas fugas, era vigilante. A repressão era imediata, quando não antecipada, e uma legislação sempre mais meticulosa após cada movimento, desde 1807, tornou virtualmente impossível qualquer levante depois de 1840.

Projetos de revolta foram frequentemente precipitados ou barrados pela delação. O "conflito principal" - aquele que opõe senhores de um lado e escravos de outro - não pode resumir toda a história da sociedade escravista. A falta de unidade nas classes subalternas desdobra-se sem cessar. Primeiro, entre africanos de diferentes procedências, línguas e culturas; depois, entre protagonistas, às vezes rivais, na dura luta pela sobrevivência: crioulos versus forasteiros africanos; forros versus escravos; negros versus mestiços. Eram diferenças difíceis de apagar, como mostra, abundantemente, a documentação de arquivo.

Este paradigma apenas teria começado a se arrefecer na segunda metade do século XIX, quando, segundo os autores, o país se integra ao mercado capitalista internacional e é penetrado por ideias e práticas liberais. A partir da década de 1870, a campanha abolicionista traduziria na prática o fim do paradigma ideológico colonial quando, então, a sociedade começava a dar sinais de que não aceitaria o sistema escravocrata e a rede de vigilância começaria a se romper.

### 3.6 Os Escravizados e a busca por espaços de autonomia e liberdade

Todas as estratégias desenvolvidas pelos escravos, as de resistências e lutas, como os levantes, as fugas, a formação de quilombos, mas também a disseminação do temor sobre a população livre, mesmo que por meio de boatos, ou mesmo as de cooptação à classe senhorial, como a obediência e a submissão<sup>389</sup>, tinham por objetivo o que os cativos mais queriam em uma sociedade escravocrata que lhes impunha um trabalho forçado e lhes negava qualquer possibilidade de autodeterminação. Esse objetivo era conseguir o máximo de espaço de autonomia possível, como chamou Ricardo Salles<sup>390</sup>. Este autor define o que esperavam os escravizados: “[...] liberdade de mais tempo de lazer, de trabalhar em roça própria, liberdade de acumular um pecúlio, liberdade de ver crescer os filhos junto a si, liberdade, enfim, de romper o jugo da escravidão, para si ou para algum membro da família”<sup>391</sup>.

<sup>389</sup> No Brasil, como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 5.

<sup>390</sup> SALLES, R., op. cit., p. 248.

<sup>391</sup> Idem ibidem, p. 249.

### 3.6.1 Estratégias de Resistência e Luta

As fugas e a formação de quilombos eram as estratégias mais usadas pelos escravizados, pois representavam o meio mais imediato de obter algum espaço de autonomia e liberdade. As fugas mais comuns eram as individuais, posto que não precisavam de grandes planos e eram de mais fácil execução, já que a falta de um escravo era mais difícil de se notar do que de uma quantidade maior. Sendo apenas um escravo, este seria menos visível, seria também mais fácil seu acoitamento, seu esconderijo, e mais difícil seu achamento, principalmente no meio das matas. Mesmo as fugas grupais não costumavam ser em grandes quantidades, chegando normalmente em torno de apenas vinte pessoas. A mesma lógica que valia para o senhor, ou seja, o tratamento de poucas quantidades de escravos, por ser mais fácil de controlá-los, parece que também serviria para os escravos, pois em pouca quantidade seria mais difícil de serem encontrados.

Quanto às fugas, João Reis e Eduardo Silva<sup>392</sup> explicam que havia dois tipos: as fugas reivindicatórias e as fugas de rompimento. A fuga reivindicatória era de curta duração e tinha por objetivo levar o senhor à negociação, revendo determinada medida tomada em relação a um ou mais escravos. A fuga de rompimento era aquela que pretendia a formação de um quilombo e a busca de liberdade, se não definitiva, posto que se esperava o ataque das forças militares senhoriais, já que se mostravam um perigo para a ordem escravista, pelo menos no maior prazo possível. Entretanto, segundo os autores, ambas tinham por fator principal a quebra, por parte da classe senhorial, de compromissos e acordos anteriormente acertados.

Mesmo que fracassadas, os levantes e as fugas serviam para manter o clima de terror, o que servia para posteriores negociações com a classe senhorial.

Muitas revoltas foram planejadas com cuidado por hábeis lideranças e não foram inúteis mesmo quando derrotadas, pois a ameaça sempre presente de que viessem a acontecer criava um clima favorável aos escravos nas negociações rotineiras com os senhores. Estes muitas vezes preferiam recuar a arriscar suas vidas e as dos membros de suas famílias<sup>393</sup>.

Assim, o medo sentido pelos escravocratas era também um fator favorável aos escravos, pois nesses momentos poderiam negociar algumas vantagens, como folgas em domingos e feriados, tratamento dos doentes, terra para roçados, possibilidade de vender sua

---

<sup>392</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit.

<sup>393</sup> Idem ibidem, p. 20.

produção para conseguir algum pecúlio, direito a festas de jongo, melhoria da alimentação, entrevistas<sup>394</sup> etc.

As instruções da Comissão dos fazendeiros de Vassouras, já citadas acima, também faziam alusão a este respeito:

Permitir e mesmo promover divertimentos entre os escravos; privar dos passatempos o homem que trabalha de manhã até a noite, sem nenhuma esperança, é barbaridade e falta de cálculo [...] impedi-los (os escravos) é reduzi-los ao desespero, o mais perigoso dos conselheiros. Quem se diverte não conspira<sup>395</sup>.

Outro item das instruções da Comissão incentivava os fazendeiros a permitirem que seus cativos tivessem um roçado próprio e pudessem comercializar seus produtos. Esta, a chamada “brecha camponesa”, já comentada anteriormente, quando se tratou do manual administrativo que o barão do Pati do Alferes escrevera para orientar seu filho a respeito da administração de uma fazenda, também pode ser vista como uma conquista das pressões escravas. Primeiro porque era uma reivindicação dos escravos a seus senhores. Segundo, pois, quanto mais valorizado o café, menos espaços havia nas fazendas para a produção de gêneros alimentícios<sup>396</sup>, o que nos leva a crer que estes espaços podiam ser também arrancados aos senhores que talvez não vissem com bons olhos o fato de terem de perder terreno para os escravos<sup>397</sup>. O fato de que muitos senhores tentavam, através destas concessões, incentivar seus escravos a produzir também o café<sup>398</sup>, ainda pode comprovar a necessidade que tinham de mais terrenos para a produção da rubiácea. Terrenos estes muitas vezes cedidos a contragosto da classe senhorial.

Estratégias de resistência também eram realizadas pelas mulheres escravas. Para proteger filhos e maridos de serem vendidos, ameaçavam se suicidar ou mesmo praticar o

---

<sup>394</sup> Quando homens e mulheres escravos de propriedades diferentes mantinham encontros íntimos.

<sup>395</sup> Instruções para a Comissão Permanente Nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras, apud GOMES, F. dos S., op. cit. p. 243.

<sup>396</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 180.

<sup>397</sup> Alguns autores - como Antônio Barros de Castro, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva - pretendem ver a instituição, fundamentalmente, como uma conquista do escravo. Castro, por exemplo, procura indagar "se a prática em questão não surge do entrelaçamento de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pelas roças de mantimentos)". Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 16.

<sup>398</sup> É interessante notar que essas concessões - ao menos no Rio de Janeiro do século XIX - não se restringiram apenas ao cultivo de produtos de subsistência, mas incluíam mesmo a cultura principal, de exportação. "O fazendeiro deve", escreve o barão no seu livro, "o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra aonde os pretos façam as suas roças; plantem seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, canas etc." [...] O próprio barão, aliás, através de suas tropas, realizava a comercialização do café proveniente das roças dos escravos. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 17.

infanticídio, ou ainda recusavam-se a trabalhar. Havia também o temor ao envenenamento por parte dos seus senhores. Flávio Gomes relata que, nos navios negreiros, as mulheres incentivavam os homens à insurreição contra a tripulação<sup>399</sup>. Florentino e Goes afirmam que umas das formas possíveis de resistência à escravidão eram o aborto e a interrupção do coito<sup>400</sup>.

Resistências também havia por parte do escravo na forma de greve, mesmo que individual, principalmente se o senhor descumprisse regras costumeiras. João Reis e Eduardo Silva<sup>401</sup> descrevem o caso do escravo Sebastiano que deixou de trabalhar. Apesar de ser muito castigado, não se emendou e como era bom pedreiro, para não ter prejuízos, seu senhor preferiu vendê-lo.

Mesmo nas fazendas de café, uma atividade muito mais simples quando comparada à agroindústria açucareira, a quebra desse "acordo provocava grandes transtornos aos proprietários. Sebastiano, por exemplo, que sempre fora um bom pedreiro, "mestre de seu ofício", perdeu, em 1856, a – digamos - disposição de colaborar. O proprietário mandou espancá-lo durante um mês inteiro, fazendo de suas costas "uma chaga viva", mas Sebastiano não se emendava. Se continuassem os castigos, o senhor sofreria o prejuízo da morte de um escravo especializado e, por isso, resolveu vendê-lo o mais rápido possível. Temendo esse tipo de reação obstinada, o barão de Pati do Alferes, dois anos mais tarde, ao desativar uma velha fazenda improdutiva, não ousou--como seria de seu interesse--dividir seus 140 escravos por todas as suas propriedades, segundo as necessidades de cada uma. Preferiu, ao contrário, transferi-los para um único lugar, a fazenda da Conceição, porque "separar aqueles escravos uns dos outros e dividi-los pelas outras fazendas, estando acostumados a viverem juntos em família", explica ele ao comissário na Corte, "seria, além de impolítico, desgostá-los separando-os de uma tribo".

Outra forma de resistência era o roubo, também já citado acima. Segundo Flávio Gomes os "Cativos desviavam café e vendiam, recebendo em troca aguardente e açúcar"<sup>402</sup>.

### 3.6.2 Diferenças e identidades étnico-culturais

Um grande problema para a organização dos escravizados era o fato de que estes não se viam de modo uniforme. As diferenças entre eles eram incentivadas pela classe senhorial,

---

<sup>399</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 189.

<sup>400</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R., op. cit., p. 133.

<sup>401</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 8.

<sup>402</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 72.

como forma de dividi-los e enfraquecê-los. Talvez tenha sido essa a questão fundamental pela qual os escravizados não tenham conseguido se organizar de forma mais ampla contra o sistema de poder imposto pela classe senhorial. Um exemplo foi a revolta de Manuel Congo, que conseguira arregimentar no máximo em torno de 300 escravos (e mesmo assim alguns talvez tenham sido compelidos a participar através de ameaças) em um universo próximo a 14.333 escravos existentes em Vassouras<sup>403</sup>.

Havia, evidentemente, diferenças entre eles, o que lhes poderiam dificultar as associações ou mesmo provocar conflitos. Primeiro, havia a distinção entre as diversas nações de origem da África, o que os isolava, podendo provocar conflitos quando unidos à força em uma senzala, como era o caso dos moçambicanos contra os congoleses e os minas contra os koromatuns. Segundo, havia distinção com base na superioridade de ofício e da posição dentro do regime escravista, quando os domésticos eram mais próximos do senhor do que os escravos do eito e os escravos que possuíam determinado ofício (ferreiro, p. ex.) eram mais valorizados pelo senhor do que um escravo comum. Ainda havia uma diferenciação de importância entre o escravo de um grande fazendeiro e um de uma pessoa pobre. Terceiro, havia distinção entre os urbanos, que tinham mais chances de conseguir dinheiro para a sua alforria e gastos pessoais e eram mais bem tratados pelo seu senhor, já que estavam mais próximos dos olhos da polícia, e os rurais, onde imperava a vontade senhorial e o trabalho era mais árduo, chegando a dezoito horas por dia. Quarto e mais importante para o sistema escravista brasileiro, havia distinção entre os crioulos, que estavam mais acostumados ao país, e os africanos, que demoravam a se adaptar e eram mais rebeldes<sup>404</sup>. Essa parece ser a principal distinção entre os cativos e que fora muito bem explorada pela classe senhorial.

Todavia, uma forma de aproximação entre os cativos poderia ter sido a cultura *bantu*, comum entre eles. Como a maioria dos escravos provinha da região da África Austral e Central<sup>405</sup>, possuíam línguas nativas semelhantes, família linguística que foi chamada de *bantu*, facilitando a criação de uma identidade entre eles. Essa identidade *bantu* que, além de línguas semelhantes também envolvia uma compreensão de mundo (cosmologia, religião,

---

<sup>403</sup> Número de escravos em Vassouras para o ano de 1840, informado pelos Relatórios de Presidentes de Província de 1884 e 1885. Cf. SALLES, R., op. cit., p. 258 e 259.

<sup>404</sup> Os crioulos talvez possam ser considerados uma espécie de "aristocracia escrava". Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 77.

<sup>405</sup> As convenções impostas pela Inglaterra limitaram o comércio de escravos para a região ao sul do Equador, na faixa entre oito e dezoito graus de latitude sul. Com isso, os sudaneses da Costa da Mina, que seguiam a religião islâmica, tão temida no Brasil após a Revolta dos Malês, deixaram de ser importados, passando a predominar na região cafeeira, os bantos. Cf. COSTA, E. V. da, op. cit., p. 358.

etc.) semelhante, teria sido gestada desde o aprisionamento nas feitorias, na costa africana, e reforçada entre os *malungos* do navio negreiro<sup>406</sup>. Flávio Gomes chama a atenção para o fato de que os cativos também poderiam ter criado uma língua comum, misturando dialetos africanos e o português, que seria falada entre eles, promovendo uma aproximação entre os escravos do vale do Paraíba<sup>407</sup>. Essa língua comum poderia servir como um código, ao qual apenas os iniciados teriam acesso, deixando os brancos de fora.

Outra forma de aproximação poderiam ser os rituais e as danças, como o jongo e o caxambu, ou as canções de trabalho, chamadas de *vissungos*, pois ajudavam a formar laços comunitários entre os africanos recém-chegados na região. As manifestações religiosas, como os rituais e as danças dos escravos, segundo Emília Viotti, eram proibidos pelos fazendeiros, que temiam que essas reuniões pudessem se converter em insurreições. Mas, os escravos, a fim de manter suas tradições, se refugiavam nas florestas e, em suas cantorias misturavam palavras africanas ao coro de Santa Maria e ao *Ora pro Nobis*<sup>408</sup>. A nosso ver, seria uma estratégia para enganar o senhor, que pensaria se tratar de uma manifestação religiosa católica, evitando maiores repressões por parte da classe senhorial.

O que podemos notar é que esses rituais religiosos, normalmente envolvidos também em danças, levaram aos poucos, à formação de uma consciência de classe aos escravizados, ao desenvolver uma ideia de pertencimento a uma mesma situação social e a um mesmo destino escravo.

João Reis e Eduardo Silva<sup>409</sup> também compartilham da tese de que a religião africana teve um papel importante na redução da distância entre os diferentes grupos de escravos, chegando até mesmo aos brancos, embora, para estes autores, tenha falhado em unir africanos e crioulos.

Aliás, como vimos, a religião africana desde antes, desde muito cedo, procurou furar o bloqueio do isolamento, conseguindo seduzir não só crioulos, mas também mulatos e brancos que procuravam os serviços de seus sacerdotes ou o encanto de seus rituais.

[...] A religião foi talvez a força ideológico-cultural mais poderosa de moderação das diferenças étnicas e sociais no interior da comunidade africana, embora tenha falhado em unir africanos e crioulos.

<sup>406</sup> SLENES, R. W. *Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP, 12, 1991, 48/67.

<sup>407</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 212. Cf. também O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>408</sup> COSTA, E. V. da, op. cit., p. 302.

<sup>409</sup> REIS, J. J. e outro, pp. 29 e 80.

A religião foi, sem dúvida, uma manifestação cultural africana que tinha a capacidade de aglutinar escravos, reforçando sua capacidade de resistência frente à classe senhorial. Humberto Machado relata práticas de suicídio coletivo de escravos, realizadas a partir de atividades religiosas. Segundo ele: “As manifestações religiosas agiam, também, como forma de resistência do negro. Os fazendeiros consideravam-nas ‘feitiçarias’ que ‘viravam a cabeça dos escravos’”<sup>410</sup>.

Edward Thompson também tratou da religião como consciência de classe. Analisando a formação da classe operária inglesa, Thompson aborda a dimensão religiosa no fazer-se desta classe. No capítulo intitulado “Cristão e Demônio” em sua obra<sup>411</sup>, o autor observa o aparecimento de dissidências religiosas após a Revolução Gloriosa na Inglaterra e seus efeitos na organização dos trabalhadores em busca de liberdade religiosa e civil. Essas dissidências teriam contribuído para a disciplinarização desta classe em oposição ao governo, podendo-se antever o germe do “radicalismo político”. “Na complexidade de seitas concorrentes e capelas divididas temos o viveiro para a cultura operária do século 19”<sup>412</sup>.

Tal constatação também pode ser feita sobre os locais de reunião dos fiéis/trabalhadores que se davam em diferentes localidades e não apenas nas igrejas, como capelas, tabernas e lares. “Nos locais de adoração ‘sem campanários’, havia espaço para uma vida intelectual livre e para experiências democráticas com ‘número ilimitado de membros’”<sup>413</sup>.

Thompson afirma que, entre as dissidências sobressaía o metodismo com sua severa disciplina, uma religião para os pobres trabalhadores como pedreiros, mineiros e demais operários, servindo como modelo de organização. “[...] o metodismo proporcionou não só as formas de reunião, coleta regular de subscrições em dinheiro e cédulas, tantas vezes adotadas por organizações sindicais e radicais, como também uma experiência de organização centralizada eficiente [...]”<sup>414</sup>.

Além da disciplinarização, a percepção religiosa da luta entre o Bem e o Mal também se expressava nas lutas operárias. “Quando o contexto é favorável e surgem as agitações de

---

<sup>410</sup> MACHADO, H., op. cit., p. 81.

<sup>411</sup> THOMPSON, E. P., op. cit.

<sup>412</sup> Idem ibidem, p. 52.

<sup>413</sup> Idem ibidem, p. 53.

<sup>414</sup> Idem ibidem, p. 44.

massa, evidenciam-se melhor as energias ativas da tradição: o Cristão luta contra o Demônio no mundo real”<sup>415</sup>.

Para Reis e Silva<sup>416</sup>, mesmo as diferenças étnico-culturais entre os africanos não podem ser vistas como elementos conservadores de um regime social. Essas diferenças marcavam a diversidade de mundos vividos entre os escravos e os senhores, ajudando a criar, entre aqueles, uma identidade própria, que se traduziria por uma resistência a uma cultura dominante (senhorial) que tentava homogeneizá-los e moldá-los a uma condição submissa e passiva. As diferenças étnico-culturais seriam, portanto, potencializadoras de rebeliões.

A identidade étnico-cultural, substrato da diferença, não é, entretanto, elemento conservador de um regime social. É, no mínimo, elemento de contradição. Se não contribui decisivamente para uma grande transformação, ela dissemina a resistência e a rebeldia, minimizando os efeitos uniformizantes da cultura e ideologia dos que mandam. Ela revela que os oprimidos não são um todo homogêneo e moldável, e que suas particularidades explicam boa parte de sua oposição aos poderosos. Frequentemente a celebração de deuses africanos, a vida lúdica de rua, a dança, a coroação de reis do congo e outras práticas dos negros funcionaram como rituais de reafirmação de suas diferenças étnicas, mas também como rituais de rebelião. Outras vezes elas foram antecipações de verdadeiros levantes, que terminaram por envolver diversos grupos étnicos africanos contra os brancos.

Para estes autores, a condição de escravo produzia também uma solidariedade entre os africanos, fundando uma solidariedade de classe: “[...] a experiência escrava de classe reforçava a solidariedade étnica”<sup>417</sup>.

A identidade étnico-cultural conseguia unir mesmo escravos e libertos, não apenas nas solidariedades do cotidiano, mas também nas rebeliões. Todavia, para esses autores, essa identidade étnico-cultural, apesar de se constituir em uma ideologia popular<sup>418</sup> com elementos de classe, não chegou a representar uma consciência de classe específica.

---

<sup>415</sup> Idem ibidem, p. 34.

<sup>416</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 74.

<sup>417</sup> Idem ibidem, p. 79.

<sup>418</sup> Enquanto ideologia popular, a etnicidade também significa um sistema de mentalidades, de valores e de comportamentos que ordena a micropolítica do cotidiano. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 79.



### 3.6.3 A Rede de Sociabilidade Escrava

Um elemento importante nas relações de classe eram as redes de sociabilidade como forma de se desenvolver um capital social. Já vimos isso nas relações políticas entre a classe senhorial. Para os escravizados também eram de suma importância, de modo a atingirem seus objetivos de buscar espaços de autonomia e liberdade. Sendo o lado mais fraco nessas relações de classe, quanto mais pessoas os pudessem ajudar, melhor<sup>419</sup>. Muitas vezes os escravos fugidos se escondiam nas matas, contando com o apoio de outros escravos, que os alimentavam e acoitavam nas próprias senzalas. Dali comercializavam clandestinamente com alguns taberneiros. Também praticavam alguns assaltos e roubos nos povoados vizinhos. Contando com uma complexa rede de solidariedade, com informantes e acoitadores, quando chegavam os policiais já encontravam o rancho abandonado.

Segundo Flávio Gomes:

Tanto para aquilombados como para cativos que os auxiliavam, tratava-se de proteger a qualquer custo organizações sociais forjadas a despeito dos interesses econômicos senhoriais<sup>420</sup>.

Os espaços de sociabilidade escrava, onde podiam se fazer alianças e planejar fugas e insurreições, podiam ser variados. Escravos visitavam seus *malungos* e parentes em outras fazendas em seus dias de folga. Frequentavam, quando podiam, tabernas, vendas e feiras locais para comerciar os produtos excedentes de suas roças, onde poderiam organizar fugas. Festas religiosas, danças de jongo e rodas de batuque, proporcionavam o encontro entre escravos de fazendas diferentes, quando poderiam organizar insurreições. Nos períodos de festejos recrudesciam boatos e os temores de revoltas. As estradas e os trapiches onde se armazenavam os grãos de café eram pontos de encontro entre escravos tropeiros que transportavam a produção das fazendas para os entrepostos comerciais. Estes tropeiros podiam servir de mensageiros entre escravos de fazendas e mesmo de cidades diferentes.

Os escravos que possuíam uma profissão, como ferreiros, pedreiros etc., eram elementos importantes na estratégia de organização de fugas e levantes, pois tinham mais prestígio entre os senhores, provocando menos desconfianças. Esse prestígio lhes

---

<sup>419</sup> Os brancos fazem como gostam, os pretos, como podem. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 5.

<sup>420</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 287.

proporcionava maior mobilidade, podendo ser possível que contatassem, inclusive, escravos de outras fazendas<sup>421</sup>. Na revolta de Manuel Congo, por exemplo, a participação de escravos com profissão especializada (53% dos 32 indiciados ou citados no processo-crime), levou Flávio Gomes a acreditar que estes foram fundamentais para que a fuga pudesse ser realizada.

Os escravos que trabalhavam na casa-grande poderiam também ter uma participação estratégica nas relações entre escravos e senhores, pois teriam a possibilidade de partilhar informações importantes para os cativos sobre a possibilidade de venda de alguns deles, sobre os temores dos senhores em relação a possíveis insurreições, sobre o planejamento de ataques a quilombos etc.<sup>422</sup>.

Os escravizados sabiam se aproveitar de uma situação adversa para a classe senhorial e utilizavam para isso também de suas redes de sociabilidade<sup>423</sup>. Foi o que teria ocorrido no Caso Bracuhy<sup>424</sup>. A presença de militares nas fazendas em busca dos africanos boçais que deveriam ser liberados de seu cativeiro, segundo a lei de 1850, foi aproveitada pelos escravos que trataram de disseminar boatos de que as forças militares estariam ali para libertar a todos os cativos. O objetivo desses boatos, provavelmente, era propagar insurreições e fugas. Segundo Marta Abreu, citando o Jornal do Comércio de 21 de março de 1853, um escravo fugido de uma fazenda em Arrozal (que deixara de pertencer a Barra Mansa para pertencer a Piraí, desde sua elevação à vila, em 1838) espalhava o boato de que os escravos seriam libertados, pois “o Imperador assim o tinha mandado; que os soldados estariam em Barra Mansa para isso”, se referindo ao destacamento de Permanentes da Corte estabelecido naquela cidade para dar apoio às buscas dos africanos. Na fazenda do Barão do Piraí, 50 escravos se insurgiram com gritos de que estavam para ser forros pelo imperador e que foram os soldados que lhes teriam dado a notícia.

Fugas ocorreram incentivadas por essas redes que disseminavam os boatos e as notícias. Em Barra Mansa havia um núcleo de escravos fugidos, mas que já estavam sob a proteção da força pública. Outros sete escravos teriam fugido da Fazenda Boa Vista, do Comendador Luciano José de Almeida, um dos acusados. Alguns escravos também tinham o

---

<sup>421</sup> GOMES, F. dos S., op. cit., p. 184.

<sup>422</sup> Idem, p. 186.

<sup>423</sup> Fugas, quilombos e revoltas ocorriam mais frequentemente quando os escravos percebiam que os homens livres, os brancos sobretudo, estavam divididos. Cf. REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 3.

<sup>424</sup> O Caso do Bracuhy, in CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

conhecimento de seu direito à liberdade, devido a terem sido traficados depois da lei de 1831. Esses boatos se espalhavam “serra acima” com grande rapidez, fosse pelos escravos pajens que frequentavam as cidades e delas traziam as notícias para as fazendas, fosse pelos escravos ou livres que tinham maior possibilidade de locomoção, como os tropeiros. Pouco importava o teor das notícias, pois eles o alteravam em seu próprio benefício. Cartas de moradores ou representações das Câmaras de Valença, Pirai, Bananal e São João do Príncipe ao Jornal do Comércio reclamavam da ação do governo e temiam que esta levasse às revoltas e fugas dos cativos.

De acordo com Marta Abreu, os senhores tinham especial preocupação com os escravos ladinos, que já dominavam o português, tinham trânsito no mundo dos livres e gozavam de sua confiança. Apenas eles poderiam entender as leis, a de 1831 e a de 1850, e conversar com os Permanentes da Corte. E ainda mais. Esses escravos ladinos tiveram um grande senso de oportunidade, aproveitando-se de um conceito “branco”, que definia todos os escravos das diversas nações apenas como “africanos” e teriam procurado se identificar a este conceito para produzir uma lógica em que todos os escravos (ou pelo menos os africanos, pois apenas 22% dos escravos de Bananal eram crioulos) seriam beneficiados pela ação governamental e não apenas os novos quelimanis. Segundo a autora, esta lógica identitária teria sido possível pela existência prévia de uma identidade *bantu*, como visto anteriormente, que facilitava a comunicação entre eles e lhes dava um sentimento de pertencimento a um mesmo grupo.

Tal configuração identitária teria ocorrido ainda nas rebeliões de 1847/48, em que os escravos teriam tido conhecimento das intenções britânicas de combate ao tráfico e esperavam ajuda da Inglaterra para livrar-lhes do cativo. Marta Abreu considera que essas rebeliões teriam influenciado o governo e a classe política da necessidade de se acabar com o tráfico, como ocorrera em 1850, provavelmente devido ao grande acúmulo de africanos nas fazendas senhoriais. Entretanto, dos 500 africanos traficados no Bracuhy, a autora cita que apenas 68 deles teriam sido resgatados em Bananal. Eles foram libertados na cidade do Rio de Janeiro onde “com seu exemplo e experiência de vida, ampliaram os caminhos possíveis para a liberdade dos homens de cor e complicaram a eficiência do sistema de dominação escravista”<sup>425</sup>.

---

<sup>425</sup> O Caso do Bracuhy, p. 195.

Os escravos podiam também realizar casamentos e relações de compadrio com pessoas livres ou libertas como forma de ter acesso à alforria e à compra de escravos, o que, neste caso, reforçava a ordem escravista.

### 3.6.3.1 A Família como base da Rede de Solidariedade Escrava

A respeito da rede de solidariedade escrava, Manolo Florentino e José Goes<sup>426</sup> desenvolveram um estudo sobre a importância das redes de solidariedades escravas baseadas na formação dos parentescos criados através do matrimônio e da formação da família escrava no convívio das fazendas e senzalas.

As relações familiares escravas, segundo eles, cumpriram papéis políticos<sup>427</sup>. Citando um estudo de Marshall Sahlins sobre as sociedades tribais, Florentino e Goes afirmam que nestas, como não há Estado para impedir a permanente possibilidade de conflito entre seus membros, estes buscam a paz através de laços parentais para formar uma sólida base de convívio social pacífico, como também através de trocas materiais<sup>428</sup>.

A escravidão produzia uma situação social de permanente conflito entre os cativos. Isto se dava pela escassez de mulheres escravas neste período, mas também pelas constantes levadas dos estrangeiros africanos que chegavam às senzalas. Africanos estes que provinham de nações diferentes, sendo, por isso, estranhos entre si. Além disso, como já foi ressaltado, havia também conflitos entre africanos e crioulos, conflitos que eram incentivados pela classe senhorial como forma de isolá-los e enfraquecê-los.

Para Florentino e Goes, os escravos tinham ao menos dois desafios. O primeiro era o temor infundido pelo senhor sobre o escravo. Este, segundo os autores, foi possível aos escravos “empatar”, pois também incitavam o temor aos próprios senhores. O segundo era transformar a discórdia que havia entre os escravos em uma situação de solidariedade.

---

<sup>426</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R., op. cit.

<sup>427</sup> Uma estratégia de fazer aliados era fazer parentes. Cf. FLORENTINO, M. e GOES, J. R., op. cit., p. 173.

<sup>428</sup> FLORENTINO, M. e GOES, J. R., op. cit., p. 32.

No cativeiro, as diferenças entre os escravos poderiam recrudescer em conflitos entre eles. Para estes autores, a situação de escravidão não os unia, pelo contrário, provavelmente contribuía para seu exasperamento. Para que se mantivesse a paz nas senzalas, seria necessário, para além da repressão senhorial, que os próprios escravos a produzissem por meio dos laços de solidariedade e auxílio mútuo. A produção de parentescos seria uma das formas de mantê-la. Como no período aqui analisado, a introdução de cativos estrangeiros era uma constante, os cativos tinham de fazer e refazer, a todo novo momento da chegada de novos plantéis, seus parentescos. Seria o parentesco escravo a “possibilidade e o cimento da comunidade cativa”<sup>429</sup>.

A reprodução do *ethos* escravo se fazia por intermédio do parentesco, pois este daria ao africano estrangeiro a condição de membro de uma comunidade de cativos. A família escrava ajudou a construir os pilares da cultura afro-brasileira ao proporcionar a interação dos plantéis endógenos com os exógenos que chegavam a todo o momento, organizando-os e pacificando-os. A procriação era, assim, o elemento fundamental para a perpetuação da comunidade cativa. Portanto, devido ao desequilíbrio entre os gêneros sexuais, as mulheres deveriam estar disponíveis matrimonialmente logo que tivesse disposição biológica para isso.

Para Florentino e Goes, os limites do sentimento de pertencimento a uma família escrava, na primeira metade do século XIX, eram os seguintes: os limites verticais iam desde os avós até os netos. Os limites horizontais chegavam à incorporação dos primos. Entretanto, também os padrinhos eram considerados membros de uma família, ressaltando a importância do batismo e das relações de compadrio dele decorrentes, que marcavam o mundo católico branco. “O sacramento do batismo foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútuas”<sup>430</sup>.

A paz entre os escravos precedia aos confrontos com o senhor. “Afim, a busca do entendimento entre eles se fazia com o propósito de enfrentar o senhor”<sup>431</sup>. O objetivo desses enfrentamentos, segundo os autores, era uma busca por “comida, descanso, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e famílias”<sup>432</sup>, ou seja, espaços de autonomia. O matrimônio, o nascimento do filho e a procriação que este pudesse

---

<sup>429</sup>Idem ibidem, p. 36.

<sup>430</sup>Idem ibidem, p. 92.

<sup>431</sup>Idem ibidem, p. 173.

<sup>432</sup>Idem ibidem, p. 174.

produzir criavam laços de solidariedade entre os parentes envolvidos, o homem com a mulher, o casal com os tios, com os primos, com os avós, com os compadres, com os cunhados e com os sogros e, ainda, os netos. Porém, o compadrio também foi usado por escravos para conseguir aproximação com o seu senhor como forma de conseguir benefícios que os levassem também à possibilidade de obter alguma autonomia.

Como a família amainava os enfrentamentos entre os cativos, os autores afirmam que os escravos tinham a tendência a procriar com o objetivo de promover o parentesco. Entretanto, a necessidade de mais mão-de-obra e a alta mortalidade que atingia os escravos impediam, no período da primeira metade do século XIX, que as alianças parentais perdurassem. A estabilidade familiar era ainda mais precária nos pequenos plantéis, devido à pressão das dívidas sobre os pequenos proprietários, que tinham muitas vezes de se desfazer de alguns de seus escravos, ou quando seu espólio fosse necessariamente a leilão para pagar seus credores.

Portanto, para os autores, apesar dos esforços dos mais velhos em promover as alianças entre os cativos, elas eram sempre precárias, principalmente pelos conflitos entre crioulos e africanos, o que, para eles, era algo que revelava as dificuldades enfrentadas e que “diz muito do sucesso da escravidão”<sup>433</sup>. Além disso, a endogamia por naturalidade era uma limitação ao poder organizador do parentesco. Por fim, a escravidão também conseguia se perpetuar devido à constante entrada de estrangeiros africanos nas senzalas, enfraquecendo as alianças e o “pouco poder conseguido e amealhado pelo escravos”<sup>434</sup>. Assim, as alianças e suas regras, tão dificilmente construídas estavam sempre tendo de ser refeitas e os escravos tinham que novamente voltar a “renomear o mundo”<sup>435</sup>.

#### 3.6.4 Os Escravizados em Barra Mansa

Em Barra Mansa, os dados nos mostram, como já visto no primeiro capítulo, uma aproximação com o que fora afirmado pelos autores Florentino e Goes.

---

<sup>433</sup> Idem ibdem, p. 177.

<sup>434</sup> Idem ibdem, p. 178.

<sup>435</sup> Idem ibdem.

O perfil dos plantéis, segundo os inventários consultados sobre o período, era o seguinte: durante a década de 1830, a maioria, 73%, era composta por homens, contra apenas 27% de mulheres. Tendência esta que se mantém na década de 1840, quando a maioria dos escravizados era do sexo masculino, em torno de 63% dos plantéis inventariados, sendo então 27% composto do sexo feminino. O que continua na década de 1850, em que, dentre os escravizados, 61,5% dos encontrados nos inventários eram do sexo masculino, sendo, portanto, 38,5% do sexo feminino, o que confere uma superioridade numérica de homens durante todo o período analisado. Esta situação, segundo os autores, teria provocado uma competição pelas mulheres, o que teria sido solucionado com a procriação o mais cedo possível das mulheres que eram desposadas pelos mais velhos, que tinham maior legitimidade de organização da vida nas senzalas e ocorrendo também o contrário, ou seja, os homens mais novos tendiam a ficar com as mulheres mais velhas.

Em relação à chegada de estrangeiros africanos, que colocava os plantéis em permanente situação de conflito segundo os autores, podemos observar que em Barra Mansa, na década de 1830, a maioria entre os escravos era composta por africanos, 75%, em relação aos crioulos, 25%, ou seja, aqueles que haviam nascido no Brasil. Para a década de 1840, verificamos que a quantidade de africanos, ou seja, 44,6%, passou a ser menor em relação à de crioulos, 55,4%, ao contrário do que fora observado para a década de 1830. Já para a década de 1850, os africanos perfaziam 15,2% do total de escravos analisados, sendo os outros 84,8% composto de crioulos. Nota-se que, durante as três décadas, o volume de crioulos ultrapassou o de africanos, que predominaram amplamente apenas na década de 1830. A manutenção de plantéis com maior quantidade de crioulos poderia ser um fator de menor risco de rebeliões entre os escravos, já que os crioulos estavam mais acostumados com a escravidão e tinham maior tratamento paternalista.

Sobre a existência de famílias escravas em Barra Mansa, foi observada também a sua presença<sup>436</sup>. Na década de 1830, ao todo se somaram 58 famílias, o que pode indicar que a presença de famílias escravas no Brasil era fato comum, ao contrário do que afirmara Ribeyrolles<sup>437</sup>. Para a década de 1840, podemos notar um aumento do número de famílias, chegando à quantidade de 82 famílias escravas encontradas nos inventários do período. A

---

<sup>436</sup> Foram considerados como famílias os casos de casamento, casamento com filhos ou escravos com filhos.

<sup>437</sup> Charles Ribeyrolles, viajante francês que esteve no Brasil em 1859 e afirmara que os escravos viviam na bestialidade e na promiscuidade sexual, não possuindo condições sociais mínimas para formarem uma família, já que viviam em ninhadas, como animais: “Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem esperanças nem recordações”.

quantidade de famílias escravas se elevou pela terceira década seguida, a de 1850, chegando à cifra de 138 famílias, levando à conclusão de que esta teria sido a tendência da época.



#### 4 CONCLUSÃO

Segundo Paul Veyne, os historiadores têm um limite em seu ofício. Nosso limite na arte de escrever a História nos é dado pelo documento que chega até nós de um passado distante. Jamais conseguiremos apreender os acontecimentos passados “de uma maneira direta e completa, mas sempre incompleta e lateralmente”<sup>438</sup>. Portanto, nós os historiadores tentamos reconstruir o passado a partir apenas de vestígios que ele nos deixou. E mesmo assim, esses vestígios ou indícios, foram produzidos por aqueles que tiveram poder para fazê-lo. Por isso dizemos que a história ainda continua sendo contada a partir da leitura que os vencedores tiveram de sua época. É o caso em que nos encontramos neste trabalho. Os inventários, como explicado na parte introdutória, são documentos escritos pela classe dominante para resguardar o direito de propriedade. A partir deles, pudemos contar uma parcela da história tanto da classe dominante, a classe senhorial, como da classe dominada, os escravos.

Neste sentido, encontramos outro limite, qual seja, como discorrer sobre história política a partir dos inventários *post-mortem* de um município. Tentamos entrever, na noção de documento-monumento, como empregado por Jacques Le Goff, uma abertura de possibilidade para isso. Afinal, sendo um documento que expressa em si uma relação de poder, já que dispõe dos escravos como propriedades dos seus senhores, acreditamos encontrar a chave de abertura para a história política a qual estávamos procurando. Além disso, esses documentos nos revelaram um interessante universo a respeito da época que estávamos analisando, uma grande quantidade de informações do mundo material em que viviam as pessoas do século XIX, como aspectos de suas moradias, suas roupas, seus utensílios domésticos, sua localização na zona rural e/ou urbana, sua riqueza global representada pelo monte-mor, seus investimentos de capital, sua produção de café entre outros e, principalmente, seus escravizados. Estes seriam por si um conjunto de informações à parte, pois muitos inventários trazem sua origem na África, os componentes de sua família, sua idade, seu valor, se eram africanos ou já descendentes, conjunto este tão extenso que, infelizmente, não nos foi possível abordá-lo em sua totalidade devido ao exíguo tempo que tínhamos para concretizar nossa pesquisa.

---

<sup>438</sup> VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 18.

Como conseguimos apenas entrever alguns aspectos do passado, segundo os indícios que nos chegaram às mãos, temos de lhes dar um significado lógico. Esse significado lógico, esta lógica histórica, como nos ensina Thompson, só nos é possível em um diálogo constante e sucessivo entre hipóteses e pesquisa empírica, em que a evidência dos indícios seja interrogada a todo o momento. As evidências dos indícios nos revelam um acontecimento real, mas este somente ganha um significado a partir dos questionamentos que fazemos a elas, nesse diálogo constante. Entretanto, estes questionamentos, por sua vez, determinam as respostas que encontramos e apenas desta forma podemos encontrar a verdade histórica. As perguntas que fazemos aos indícios do passado, por sua vez, são testemunhas de nosso tempo. Assim, a história somente pode ser escrita a partir de um diálogo entre nosso presente e nosso passado. Por isso, de acordo com Thompson:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas) e, portanto, só "verdadeiro" dentro do campo assim definido<sup>439</sup>.

Thompson afirmava que, justamente por esse diálogo constante e infundável, em que a verdade histórica é sempre incompleta e provisória, é que a História não seria uma ciência. E aqui nos socorremos também de Michel de Certeau.

Para Certeau<sup>440</sup>, jamais conseguiremos obter a verdade absoluta sobre o passado, apenas fragmentos passageiros de verdade. A nossa apreensão sobre nosso objeto é limitada, pois nós, seres humanos, somos limitados e falhos. Quais seriam então os limites de nossa busca pelo nosso objeto? Quais seriam os limites de nossa produção (operação) historiográfica? Estes limites são explicitados por Certeau em sua obra *A Escrita da História*, mais propriamente, no Cap. 2 – A Operação Historiográfica. Neste capítulo, o autor discorre sobre toda uma usina de montagem em que a História é concebida. A historiografia é produzida a partir de um *locus*, um lugar social de produção, que limita o espaço de manobra do historiador. Esse *locus* seriam as instituições a qual pertence, os institutos de fomento, o diretor, o chefe, o encarregado da manutenção e até seus “redatores mal remunerados”. Michel de Certeau elaborou uma análise bastante precisa dos procedimentos e das condições da historiografia. Guiando-se pela seguinte pergunta: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’?”, para ele, a historiografia pode ser cortada e analisada em três níveis que se articulam:

<sup>439</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

<sup>440</sup> CERTEAU, M. *História e Psicanálise. Entre ciência e ficção*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.

[...] um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). [...] Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. [...]<sup>441</sup>

A análise historiográfica, tal como pensada a partir das formulações de Certeau, será um exercício de problematização do texto, ele sendo colocado em perspectiva em relação ao lugar de onde emerge, tendo esmiuçados os aspectos operacionais da pesquisa que lhe antecedeu e lhe possibilitou a existência e, finalmente, sendo analisado enquanto texto historiográfico, produção dotada de particularidades socialmente aceitas e reconhecidas. Seria apenas neste âmbito que poderíamos escrever uma verdade histórica.

Certeau em outra de sua obra, *História e Psicanálise*, descobre que a vontade de verdade da ciência e, portanto, da historiografia, leva a uma falsificação do próprio objeto de estudo através do recalque. No capítulo “*História, ciência e ficção*”<sup>442</sup>, Certeau afirma que a história se bate contra a ficção: contra a fabulação genealógica, os mitos e as lendas da memória coletiva, ou derivas da circulação oral<sup>443</sup>. O historiador empenha-se a produzir a verdade pela identificação do erro. No elemento de uma cultura, a ficção é o que a historiografia institui como errôneo, obtendo assim um território próprio. A ciência considera como real o contrário do erro<sup>444</sup>. A ficção é acusada de carecer de limpeza científica. A ficção designa uma deriva semântica a qual o historiador deve defender-se (Ulisses amarrado ao mastro) ao exorcizá-la em laboratórios, analisando-a de maneira a reduzi-la ou traduzi-la em elementos estáveis e combináveis<sup>445</sup>.

Entretanto, Certeau relembra que a representação das realidades históricas é o meio de camuflar as condições reais de sua produção, como visto em *A Escrita da História*. O discurso historiográfico vincula-se à instituição que lhe garante a legitimidade diante do público e a dependência em relação à dinâmica das forças sociais<sup>446</sup>. Ao pretender relatar o real, a narrativa histórica o fabrica. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão. Produz crentes e praticantes.

---

<sup>441</sup> CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>442</sup> CERTEAU, M. *História e Psicanálise*. Entre ciência e ficção. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011, cap. 1.

<sup>443</sup> CERTEAU, M., op. cit., p. 45.

<sup>444</sup> Idem ibidem, p. 46.

<sup>445</sup> Idem ibidem, p. 48.

<sup>446</sup> Idem ibidem, p. 54.

Ao exorcizar o falso do real, o historiador (cientista) reprime o que viria a ser parte integrante da própria realidade. Ao reprimir o falso, ele, tal qual o recalque, voltará de outras formas.

Certeau concebe, então, a história como uma disciplina entre a ciência e a ficção. Ela é ciência, pois é possível, como visto em *A Escrita da História*, identificar suas possibilidades objetivas de produção social em determinada época. Entretanto, os dados e Algarismos não nos dizem tudo. Temos de tapar os buracos deixados pelos vestígios da história com uma certa dose de imaginação, pois, sem ela, o conhecimento histórico seria apenas o repisar dos fatos. Esta relação entre ciência e ficção seria o “estatuto epistemológico próprio da historiografia, de uma função e de uma cientificidade a serem reconhecidas por si mesmas”<sup>447</sup>. Segundo ele, deve-se devolver a legitimidade à ficção que assombra o campo da historiografia, reconhecendo a forma de “literatura” que assumiu o recalcado no discurso legitimado como científico<sup>448</sup>. Assim, a historiografia estabeleceria a justaposição de elementos não coerentes ou, até mesmo, contraditórios, sem deixar de fingir explicá-los, sendo a relação dos modelos científicos com seus déficits<sup>449</sup>. O discurso historiográfico viria a ser a luta de uma razão com o tempo, uma razão que não renunciaria ao que ela ainda seria incapaz de realizar. Conjuga o explicável com o que ainda permanece inexplicável<sup>450</sup>. A historiografia vincularia a cultura de um tempo com o que já seria controlável, corrigível ou proibido por práticas de natureza técnica (configuradoras da cientificidade em nossa sociedade atual). O discurso histórico seria o mito possível a uma sociedade científica que rejeita mitos, a ficção da relação social entre práticas especificadas e lendas gerais<sup>451</sup>. A ciência transformada também em ficção.

Assim Certeau, outro que também acreditava que o status de ciência atribuída à História tem muito de uma necessidade de equipará-la ao importante reino das ciências exatas, afirmava que a ficção era um recurso inescapável a essa disciplina. Afinal, é preciso preencher as lacunas que os indícios não nos informam. Para isso, um grau de invenção passa a ser necessário para a compreensão do passado. Porém, não uma invenção do nada, uma

---

<sup>447</sup> Idem ibidem, p. 63.

<sup>448</sup> Idem ibidem, p. 68.

<sup>449</sup> Idem ibidem, p. 69.

<sup>450</sup> Idem ibidem, p. 70.

<sup>451</sup> Idem ibidem.

invençione como nos romances. Mas uma ficção que apenas os historiadores, com maior conhecimento da época, poderiam fazer e mesmo assim, a partir das evidências empíricas que balizam o conhecimento histórico. Dessa forma, encontramos expressões tais como “talvez”, “pode ser”, “é possível que”, “pode-se inferir”, em obras de diversos autores que tratam da mesma época deste trabalho, como as de Mariane Muaze<sup>452</sup> e Maria Fernanda Martins<sup>453</sup>, por exemplo. Também dessa forma tivemos de proceder em nossa pesquisa, posto a pouca quantidade de fontes e informações a respeito do município de Barra Mansa, que pouca importância deu a sua história, como assaz ocorre com tantos outros municípios no Brasil.

Quanto ao nosso objetivo, acreditamos tê-lo alcançado. Nosso objetivo geral era demonstrar como o desenvolvimento da produção de café alterou os padrões econômicos e sociais do município de Barra Mansa durante o século XIX, afirmando o predomínio político da classe senhorial escravista, bem como a influência das relações escravistas na formação daquela classe social. Vimos, então, como o padrão da sociedade de Barra Mansa teve um enriquecimento de grandes proporções devido à produção do café. Pelas análises dos inventários *post-mortem*, pudemos verificar o incremento das moradias e a passagem das casas de morada para as casas de vivenda no município já durante o período analisado. Vimos também a ampliação da principal riqueza da época, a escrava, a partir da descrição obtida nos inventários, passando sua quantidade total de 511, na década de 1830, para 1262, na década de 1850, em um aumento de 146,9 %.

Em relação aos objetivos específicos, identificamos a classe senhorial escravista em seu processo de formação no município de Barra Mansa aos grandes e megaproprietários de escravos, sendo as demais estratificações sociais identificadas aos microproprietários, pequenos proprietários e médios proprietários e não proprietários. Dessa forma, vimos a sua evolução durante as décadas entre 1830 e 1850, e o aumento da concentração de sua riqueza escrava, que passou de 68,4% de escravos concentrados apenas entre os grandes e megaproprietários, na década de 1830, para 75,5% na década de 1850. Também estabelecemos a importância da produção cafeeira para o município de Barra Mansa. De acordo com os dados coletados nos inventários, na década de 1830, Barra Mansa possuía o valor nominal de 507.300 pés de café; na década de 1840 passou para 708.802 pés de café e,

---

<sup>452</sup> MUAZE, M. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

<sup>453</sup> MARTINS, M. F. V., op. cit.

na década de 1850, para 1.312.700 pés de café<sup>454</sup>. Um incremento de 158,7% na produção de café entre as décadas de 1830 e 1850.

Também observamos a valorização da propriedade escrava, que praticamente quintuplicou de preço entre as décadas de 1830 e 1850, passando de uma média de 200\$000 (duzentos mil réis) para 1.000\$000 (um conto de réis) por escravo, principalmente devido à proibição do tráfico pela Lei Eusébio de Queirós.

Pudemos verificar também as transformações ocorridas nas relações entre senhores e escravos. Como vimos, o incremento das revoltas escravas no período analisado provocou a necessidade, por parte dos escravocratas, de desenvolver estratégias de domínio sobre eles que, por sua vez, tinham táticas próprias com o objetivo de ampliar seus espaços de autonomia. O resultado foi o aparecimento de legislações, que coibissem possíveis revoltas dos escravos, bem como manuais administrativos que orientavam os escravagistas a lidar com seus escravos que, por vezes, praticavam fugas, justiçamentos de feitores e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, formação de quilombos, etc., além das pequenas resistências cotidianas.

Demonstramos ainda o impacto da Lei de Terras, de 1850, ao verificarmos, quanto às terras do município, sua maior concentração já na década de 1850 em relação às décadas anteriores.

Quanto às hipóteses, confirmamos que a formação da classe senhorial da região do Vale do Paraíba Fluminense e de Barra Mansa, em sua grande maioria, ocorreu devido ao deslocamento dos antigos generalistas (provenientes das Gerais), quando da decadência da mineração do ouro e que passaram a investir seus capitais, já previamente acumulados na mineração, na produção do café. Também observamos a presença de grupos provindos da província de São Paulo, e de portugueses, em menor escala.

Também acreditamos poder afirmar, quanto à segunda hipótese, que, mesmo no Vale do Paraíba Fluminense, no coração do império, apesar da afirmação de Lenharo de que, nos anos 1830, após acomodações dos grupos sociais, a classe senhorial da região cafeeira do Vale do Paraíba tornar-se-ia a base do movimento regressista<sup>455</sup>, a influência liberal moderada introduzida pelos mineiros, devido suas incursões na formação desta região, se fez sentir, o que foi possível a partir das informações contidas no *Jornal do Comércio* sobre a Revolta

---

<sup>454</sup> Não computada a produção do Barão de Amparo, pois não foi identificada sua quantidade, apesar do valor corresponder a mais de 100 mil pés de café.

<sup>455</sup> LENHARO, op. cit., p. 24.

Liberal de 1842, bem como no ofício enviado de Barra Mansa ao Ministro de Estado dos Negócios do Império, em que se relata a presença de um grupo político liberal de forte influência sobre a população local em relação às eleições daquele ano.

Ainda acreditamos confirmar a terceira hipótese de que a luta dos escravos modificou constantemente o *ethos* senhorial. Foi a resistência escrava que forçou o senhor a se civilizar da barbaridade perpetrada pela própria escravidão na sociedade brasileira. A classe senhorial se formou em meio à crise do sistema escravista. Esta crise pautou o seu processo de formação. Foi a luta escrava que civilizou o senhor da barbaridade perpetrada pela própria escravidão na sociedade brasileira. Dessa forma, a resistência escrava impôs à classe senhorial a necessidade de rejeitá-la e construir o caminho para o trabalho livre, embora o predomínio saquarema e suas ligações políticas com a classe senhorial do Vale do Paraíba Fluminense tivessem retardado o máximo possível a definitiva abolição da escravidão. Realmente, a “África civilizou o Brasil”, como afirmara o deputado conservador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, com outro sentido, em seu discurso no Parlamento em 25 de abril de 1843.

Também quanto aos escravos, acreditamos que estes não tinham por objetivo, em seus embates com a classe senhorial, tomar-lhes o poder e passar a governar o país. Seu objetivo era dado pela concretude das situações em que viviam, ou seja, de perda da liberdade. O que visavam era pura e simplesmente a maior quantidade de liberdade possível, o que levava, em última instância, a fugir daquela sociedade que os escravizava. Daí, o mecanismo mais frequente de protesto escravo ser a fuga, segundo Emília Viotti<sup>456</sup>. Fugiam para as matas, nem sempre tão distantes do local do cativo, e formavam pequenos ranchos ou então quilombos. Nas zonas cafeeiras, a maioria dos grupos aquilombados não chegava a vinte pessoas<sup>457</sup>. Fugiam em pequenos grupos devido à maior facilidade de organização da fuga.

Eram os quilombos os territórios onde os escravizados conseguiriam o máximo de liberdade possível. Ali misturavam tradições africanas com contemporaneidades brasileiras e desenvolviam uma nova forma de viver, sem a opressão senhorial.

Estes movimentos, que não visavam à revolução social, mas apenas pequenas mudanças nas condições de vida dos escravos, foram chamados de “pré-políticos”, com seus “rebeldes primitivos”. Porém, de acordo com João Reis e Eduardo Silva, esta tese vem sendo criticada. A política que os escravos faziam era a possível para eles no contexto em que

---

<sup>456</sup> COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*, p. 367.

<sup>457</sup> Idem *ibidem*, p.372.

viviam. Contexto este que tinha um espaço de ação bastante limitado, como vimos, ao analisar o que os autores chamaram de paradigma ideológico colonial.

A política tem sido considerada o universo dos homens livres das sociedades modernas. Os rebeldes que fizeram seus movimentos em contextos pré-industriais ou pré-capitalistas ganharam a denominação de rebeldes primitivos e seus movimentos foram chamados de pré-políticos. Essa terminologia de inspiração evolucionista, elaborada com certo cuidado por Eric Hobsbawm, já foi habilmente criticada por nossos antropólogos e historiadores. Eles colocaram as peças no lugar certo: não se trata de uma questão de "pré" ou "pós", trata-se do diferente. Os "rebeldes primitivos" faziam a política que podiam fazer face aos recursos com que contavam, a sociedade em que viviam e as limitações estruturais e conjunturais que enfrentavam<sup>458</sup>.

Como escreveu Joaquim Nabuco, o regime da escravidão, por natureza bárbaro, era como um estado de sítio permanente para a escravatura, porque só pelo rigor se podia manter a submissão de grandes massas de homens ao poder absoluto de uma só pessoa, o senhor "isolado, indolente".

“A indiferença da população diante dos crimes mais atrozes, a convivência de todos com criminosos de morte, o sistema de vingança, o bárbaro feudalismo, que transforma o morador em "capanga" ou em "espoleta" do potentado local, colocavam a sociedade em muitos pontos do interior em uma espécie de estado de sítio permanente. Nabuco por vezes esboçara na Câmara esse quadro de impunidade, a sobranceira das influências que se encastelavam nas suas propriedades e desafiavam a justiça que lá não ousava penetrar”<sup>459</sup>.

Não é que o escravizado tenha lutado e resistido ao sistema escravocrata o tempo todo. Muitos, talvez mesmo a grande maioria, o tenha aceitado e se submetido a ele, o que contribuiu em boa parte para a manutenção do sistema. Entretanto, a resistência que muitos exerceram em relação à sua condição de cativo é que nos pareceu importante para entendermos o comportamento da classe senhorial durante seu processo de formação no período analisado.

Finalmente, destacamos que o assunto abordado nesta dissertação não se esgota aqui; ao contrário, há ainda muito a se pesquisar em relação ao Vale do Paraíba Fluminense, especialmente sobre municípios como Barra Mansa que não têm uma produção historiográfica relevante, apesar de ter pertencido a uma região de grande importância para o país no século XIX, época em que “o Brasil era o Vale”.

---

<sup>458</sup> REIS, J. J. e SILVA, E., op. cit., p. 73.

<sup>459</sup> NABUCO, J., *Um estadista do Império*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, vol. 1, p. 323.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F.. *Barra Mansa: memória Comemorativa do 1º Centenário*. 2 ed. Volta Redonda: Gazetinha, 1992.

AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1982.

ATHAYDE, J. B. *A igreja matriz de São Sebastião da Barra Mansa*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1960.

\_\_\_\_\_. *Barra Mansa e seus Administradores*. Juiz de Fora: ESDEVA, 1971.

BARROS, José D'. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. In: *SCIELO*, Estudos avançados, v.19, n.53, São Paulo, Jan./Apr. 2005.

BREVES, R. *A saga dos breves*, EVSA, Valença, (sd).

CALMON, P. *História do Brasil – Séculos XVIII e XIX: riquezas e vicissitudes, o império e a ordem liberal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, A. A. L. de. *Visão Geral AALecastro*. Disponível em: < <http://visaogeral-aalecastro.blogspot.com.br/2010/01/familia-leite-e-seus-compostos.html>> Acesso em: 07 set de 2012.

CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. *História e psicanálise*. Entre ciência e ficção. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.

COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, E. V. da . *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

DEL PRIORE, M. ; VENÂNCIO, R. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo. 2005.

FARIA, S. de C. *Barões do Café*. A Modernização da nobreza no século XIX. São Paulo: Atual, 2005.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 10 ed. São Paulo: USP - Universidade de São Paulo, 2002.

FAUSTO, B. e HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. V. 4. O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

FERREIRA, G. N. e BOTELHO (org.), A. *Revisão do pensamento conservador*. Ideias e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

FLANDRIN, J-L. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.

FLORENTINO, M ; GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1997.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi* Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n. 5. 2002.

\_\_\_\_\_. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro séculos XVI e XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro, n 1, pp. 45-122, set. 2000.

\_\_\_\_\_; FLORENTINO, M. G. *O arcaísmo como projeto - mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Diadorim, 2001.

\_\_\_\_\_; GOUVÊA, M de F ; BICALHO, M F (org.) – *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_; PITZER, R. R. Barões, homens livres, pobres e escravos: notas sobre uma importante fonte múltipla—inventários post-mortem. *Revista arrabaldes*. Ano I, n.2, set./dez, 1988.

FRAGOSO, J. L.; GOUVÊA, M de F ; BICALHO, M F (Org). *O antigo regime nos trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6.ed. São Paulo: Contexto. 2007.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do Urbano. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRIDMAN, F., As Cidades e o Café. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*. Taubaté, SP, Brasil, v. 4, n. 3 (número especial), p. 27-48, ago. 2008.

GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOUVEA, M. de F. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KNOX, M. B. F. História Regional – Conceitos, Métodos e Problemas. *Revista do IHGRJ*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 2001.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAMEGO, A. R. *O Homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte da formação política do Brasil: 1808-1842*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LINHARES, M. Y. (org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MACAULAY, N. *Dom Pedro I. A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834)*, Rio de Janeiro: Record, 1986.

MACHADO, H. F. *Escravos, senhores e café*. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense: 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993.

MALERBA, J. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, M. F. V. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho do Estado (1842 – 1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, I. R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal – 1750 a 1808. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOUSNIER, R. *As hierarquias sociais. De 1450 aos nossos dias*. Europa-América, 1974.

MUAZE, M. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

\_\_\_\_\_. O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial. Disponível em: <[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8)> Acesso em: 07 set de 2012.

NABUCO, J., *Um estadista do Império*. 5.ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

NEVES, L. M. B. P. das. MACHADO, H. F. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEIXOTO, A. C et alli (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*. Origens, Conceitos e Prática. Rio de Janeiro: Revam, 2001.

PENA, M. *Comédias de Martins Pena*. São Paulo: Ediouro, [19--?].

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, J. J., SILVA, E.. *Negociação e conflito*. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

REIS, P. P. *O indígena do Vale do Paraíba*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. *Puris*, Wikipédia. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Puris>> Acesso em: 5 de junho de 2011.

RITZKAT, M. G. B. *A vida privada no segundo império: pelas cartas de Ina Von Binzer (1881/1883)*. São Paulo: Atual, 1999.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

\_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. São Paulo: Edusp, 1982.

SALLES, R. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, k; Salles, r (Org). *O Brasil imperial*, v. 3, 1870, 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, R. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, A. P. M. da. *Generais do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, imprensa militar 1905. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Puris>> Acesso em: 5 de junho 2011.

SILVA, E. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SLENES, R. W. Malungu, ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 1v.48/67, 2, 1991, 48/67.

STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2004.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VELHO, O. G. (Org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.